

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE DOUTORADO EM DEMOGRAFIA**

Paulo de Martino Jannuzzi

**MOBILIDADE OCUPACIONAL E SOCIAL**  
**DOS MIGRANTES NO ESTADO DE SÃO PAULO: 1980 - 1993**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Neide Lopes Patarra.

J263m

36554/BC

Dezembro/1998.

Paulo de Martino Jannuzzi

**MOBILIDADE OCUPACIONAL E SOCIAL  
DOS MIGRANTES NO ESTADO DE SÃO PAULO: 1980 - 1993**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Neide Lopes Patarra.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 21/12/98

Prof(a) Dr(a) CARLOS AMÉRICO PAUZZO - *Carlos Pauzzo*

Prof(a) Dr(a) Jair Lício Ferreira Santos

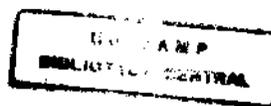
Prof(a) Dr(a) JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA

Prof(a) Dr(a) Neide Lopes Patarra

Prof(a) Dr(a) Letícia B. Costa

*Jannuzzi*  
*Neide Lopes Patarra*

Dezembro/1998.



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V	Ex.
I	36554
P	229/99
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	13/02/99
N.º C/D	

CM-00120830-4

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

**J 263 m**      **Jannuzzi, Paulo de Martino**  
**Mobilidade ocupacional e social dos migrantes do Estado de São Paulo: 1980 - 1993 / Paulo de Martino Jannuzzi. - - Campinas, SP : [s. n.], 1998.**

**Orientador: Neide Lopes Patarra.**  
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Migração interna - São Paulo (Estado). 2. Mobilidade ocupacional. 3. Mobilidade social. 4. Mercado de trabalho. 5. Demografia - Metodologia. I. Patarra, Neide Lopes. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

Aos meus pais,  
Nicoláo e Gilberta,  
que me passaram o gosto de aprender e  
de conhecer melhor o mundo e as coisas;  
que sempre me apoiaram nos momentos  
difíceis, nos meus sonhos,  
nas minhas iniciativas.

## Agradecimentos

Diz-se que a elaboração de uma tese é um exercício necessariamente individual, solitário, introspectivo.

De fato, sozinho estive por muito tempo nestes últimos anos, mesmo quando na companhia de Celeste e Ana Paula. Mais do que agradecê-las, de coração, pelo amor, pelas palavras de carinho, pela ajuda em tantos momentos tenho que pedir desculpas pelo tempo, pelas alegrias e brincadeiras que não pudemos compartilhar. A vocês devo a motivação e suporte emocional para concluir esta etapa de minha vida pessoal e profissional.

Aos meus pais, agradeço pelo amor e confiança com que sempre nos brindaram, pelos exemplos de postura pessoal e profissional, pelo apoio material e sentimental que sempre prestaram. Sem vocês eu não teria chegado até aqui.

À Neide, amiga e orientadora, agradeço pela ternura e benevolência com que tem tratado a mim e aos seus orientandos, pelos seus ensinamentos, pela oportunidade que me deu de participar de um projeto de pesquisa tão valioso. À Neide devo minha introdução nos Estudos Populacionais e na prática da pesquisa responsável e socialmente comprometida.

Aos professores do Doutorado em Demografia, Aída, Coleta, José Marcos, Daniel, Dra. Elza e Neide, agradeço pela dedicação ao programa, pelo empenho pessoal em que aprendêssemos não apenas a Demografia, mas sobretudo os Estudos Populacionais.

Aos meus coordenadores e dirigentes na Fundação SEADE, Sonia, Sinésio, Felícia e Pedro Paulo, e na PUC-Campinas, Adabo, o saudoso Carreira e Dulce agradeço pelo apoio e confiança depositados, nas oportunidades que abriram para desenvolver-me profissionalmente e enriquecer meu projeto de pesquisa.

Aos meus companheiros do Doutorado, aos meus colegas no NEPO, no SEADE e na PUC-Campinas, aos meus irmãos Gilberto e Nicoláo, aos meus amigos Claudete, Rosana, Claudia, Alice, Caiado, Sonia, Valmir, Maria Paula, Ana Lúcia, Icléia, Maria Augusta, José Eduardo, Fernão, agradeço pelo apoio e companheirismo nestes anos de convivência. Sem vocês, a jornada teria muito mais difícil.

À Vilma, Magali, Márcia, Kátia, Ana, Fátima, Ivonete, Adriana e tantas outras pessoas próximas que me ajudaram nesta e noutras empreitadas, agradeço pela paciência e atenção com que têm me tratado.

## Índice

<b>Apresentação</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo 1: Cinquenta anos de mobilidade ocupacional, mobilidade social e migração no Brasil</b>	<b>12</b>
1.1. Migração e mobilidade social no contexto da constituição da sociedade urbano-industrial brasileira	14
1.2. Mercado de trabalho e mobilidade social no contexto da Década Perdida	24
1.3. Mercado de Trabalho, migração e perspectivas da mobilidade social no contexto da Reestruturação Produtiva	30
1.4. Dinâmica migratória e mercado de trabalho em São Paulo nos últimos 15 anos	34
<b>Capítulo 2: A PRAD como fonte de dados para análise da mobilidade ocupacional e mobilidade social dos migrantes</b>	<b>42</b>
2.1. A mobilidade espacial e ocupacional captada na PRAD: características, potencialidades e limitações	45
2.2. A escala sócio-ocupacional construída	58
2.3. Notas sobre o erro-amostal das estimativas e sobre a seletividade da amostra da pesquisa	71

## Índice (continuação)

<b>Capítulo 3: Mobilidade ocupacional dos chefes migrantes entre 1980 e 1993</b>	<b>80</b>
3.1. Características sócio-demográficas básicas dos migrantes	90
3.2. Aspectos da mobilidade espacial dos migrantes no período	93
3.3. A evolução do nível de atividade e ocupação no período	97
3.4. Mudança do perfil setorial e da posição na ocupação	108
3.5. Mobilidade ocupacional de chefes homens e mulheres	118
<b>Capítulo 4: Mobilidade ocupacional segundo momentos, tipos e etapas da migração</b>	<b>124</b>
4.1. Mobilidade ocupacional segundo momento da primeira mudança e número de deslocamentos	126
4.2. Mobilidade ocupacional segundo origem dos migrantes	138
4.3. Mobilidade ocupacional segundo localidades de residência em cada etapa	151
4.4. Inserção ocupacional dos migrantes segundo tempo de residência em 1993	165

## **Índice (continuação)**

<b>Capítulo 5: Mobilidade social dos chefes migrantes entre 1980 e 1993</b>	<b>172</b>
5.1. Evolução do perfil sócio-ocupacional dos migrantes ocupados	176
5.2. Mobilidade social dos migrantes ocupados	186
5.3. Mobilidade social, desocupação e inatividade dos migrantes	199
<b>Conclusão</b>	<b>205</b>
<b>Bibliografia</b>	

## APRESENTAÇÃO

A década de 80 passou para a história recente do país como um período de inflexão de tendências no processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Ao ciclo expansionista do Milagre e do II Plano Nacional de Desenvolvimento, seguiu-se um período de forte instabilidade macroeconômica, com reflexos importantes sobre a dinâmica migratória e do mercado de trabalho no país e, sobretudo, em São Paulo. Nos anos 90, novos condicionantes macroeconômicos voltaram a marcar presença intensiva sobre o espaço social e produtivo paulista, em bases qualitativamente diferentes do decênio anterior.

A diminuição da intensidade migratória para a Região Metropolitana de São Paulo - RMSP- nos 80, assim como o aumento da importância dos fluxos de retorno a partir dela têm sido relacionados como sinais manifestos de um menor capacidade de absorção do mercado de trabalho paulistano na década, em contraposição a “virtuosa” relação entre dinamismo na criação de emprego e alta intensidade migratória nos decênios anteriores. Nesta linha de raciocínio, a crise e a instabilidade econômica dos 80 teriam criado condições desfavoráveis à vinda de certos fluxos de migrantes para a RMSP, assim como também uma situação mais adversa à permanência dos recém-chegados ou mesmo dos naturais e migrantes já residentes há algum tempo.

Com o objetivo de buscar respostas para esta questão, de compreender de forma mais abrangente o processo de redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo e suas determinações macro-estruturais e micro-sociais, e de levantar dados atualizados acerca da realidade socioeconômica regional no estado, para fins de elaboração de estudos voltados à formulação de políticas e estimação de demandas sociais presentes e futuras desenvolveu-se o projeto de pesquisa “Migração, Emprego e Projeções Populacionais” a partir de 1990. Como parte das atividades do projeto, realizou-se, no último trimestre de 1993, a Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar - PRAD - em mais de 12 mil domicílios em 147 municípios paulistas. O presente trabalho se insere dentro das preocupações temáticas do referido projeto e nos esforços de exploração analítica dessa fonte de dados, procurando contribuir, mais especificamente, para entendimento da mobilidade ocupacional e social dos migrantes no mercado de trabalho paulista na década passada até os primeiros anos da presente.

Analisando a evolução do perfil ocupacional dos migrantes, as transições “de” e “para” a inatividade e desocupação, as trocas de setor de atividade das ocupações, as mudanças pelas categorias de posições na ocupação e categoria de emprego, procura-se entender o processo de mobilidade ocupacional e social dos migrantes no mercado de trabalho paulista entre 1980 e 1993 e avaliar em que medida a migração proporcionou alternativas de inserção laboral qualitativamente melhores para quem a empreendeu, no contexto da conjuntura crescentemente desfavorável e instável do mercado de trabalho paulista e paulista a partir de 1980.

Procura-se responder ou buscar elementos para se compreender melhor como teria se processado a inserção do migrante no mercado de trabalho paulista ao longo do período e das etapas migratórias. Por quais categorias ocupacionais, setor de atividade, posição na ocupação teria ele passado? E quanto à inatividade e desocupação ao longo da trajetória espacial e ocupacional? Como os diferentes contextos econômicos que marcaram o período de 1980 a 1993- a crise de 1981-83, a recuperação econômica em 1984, o *boom* de consumo do Plano Cruzado, as oscilações de curto prazo da atividade econômica no final da década passada, a recessão de 1991-92- teriam influenciado as possibilidades de ingresso no mercado, o risco à desocupação, as perspectivas de mudanças de emprego na Região Metropolitana e no Estado de São Paulo? Que efeitos teria tido a precarização dos postos de trabalho, aumento de desemprego, perda de participação das ocupações industriais e outros efeitos perversos da Reestruturação Produtiva sobre a mobilidade ocupacional do migrante nos anos 90? Como se deu a incorporação da mão de obra migrante nordestina, do migrante proveniente do interior do próprio estado, do migrante intrametropolitano, do migrante proveniente da zona rural no mercado de trabalho paulista? Como as distintas dinâmicas econômicas regionais viabilizaram a inserção ocupacional do migrante? Como o “credencialismo” e seletividade crescente na contratação de mão de obra teria se rebatido sobre as possibilidades de inserção e mobilidade dos migrantes menos qualificados? E para as mulheres e jovens migrantes? Estaria havendo uma adaptação positiva do migrante com aumento do tempo de residência? Em que medida a re-emigração foi uma resposta às dificuldades de adaptação ou sobrevivência na primeira localidade-destino? Que grupos sociais de migrantes teriam conseguido ascender sócio-ocupacionalmente? Que grupos teriam tido maior dificuldade? Enfim, em uma perspectiva macro-social, qual foi o saldo líquido de mobilidade social proporcionado pela mobilidade ocupacional e espacial dos migrantes?

O período de 1980 a 1993 e o Estado de São Paulo constituem um momento histórico ímpar e um espaço geográfico privilegiado para análise da relação entre mobilidade ocupacional, mobilidade social e migração, já que constituem um contexto histórico-espacial muito distinto daquele da primazia dos fluxos rurais-urbanos, do dinamismo do mercado de trabalho industrial, das transformações estruturais que abriram oportunidades para intensa mobilidade social no país. O cenário paulista e, em especial, o paulistano da década de 80 são muito distintos daquele em que se processou a transformação do país de uma sociedade agrária em uma sociedade urbano-industrial.

A década de 80 foi marcada pela perda do dinamismo da economia brasileira- e em especial a paulista- em criar postos de trabalho na indústria, pelo menos no ritmo em que isto vinha se dando na década anterior. Também deixou-se de observar a continuidade do processo de “estruturação” do mercado de trabalho paulista e nacional, com estagnação da parcela relativa da mão de obra contratada sob regimes formais de trabalho e engajada nos setores mais organizados e dinâmicos da economia. Na “Década Perdida”, ainda que o emprego urbano continuasse se ampliando, oferecendo oportunidades para quem saía do campo, para quem não fosse qualificado, para quem viesse do Nordeste, as condições oferecidas já não eram as mesmas do período em que a industrialização acelerada espriava seu dinamismo criando postos de trabalho melhor remunerados, com níveis crescentes de formalização das relações de trabalho nos demais setores ocupacionais urbanos (a custas da concentração de renda e riquezas, vale acrescentar). As regiões de atração que outrora garantiam oportunidades de inserção laboral para quem nelas chegasse, aparentemente tornavam-se menos fluidas em termos das possibilidades de mobilidade ocupacional. Enfim, as condições estruturais prevaletentes no espaço paulista nos anos 80 teriam se tornado menos favoráveis à mobilidade social ascendente, o que a diminuição da intensidade dos fluxos de longa distância, especialmente em direção à RMSP, assim como aumento expressivo do movimento de retorno a partir da RMSP pareciam corroborar. No final da década de 80 e já nos anos 90, o mercado de trabalho viria sofrer mudanças mais expressivas, com a manifestação dos primeiros sinais da Reestruturação Produtiva, que teve - e tem- em São Paulo seu principal *locus* de manifestação no país.

De fato, como se procura mostrar neste trabalho, as possibilidades de inserção no mercado de trabalho paulista, assim como de mover-se em busca de melhores oportunidades ocupacionais não se apresentaram de forma generalizada para o conjunto de migrantes no estado neste período. Alguns até lograram ascender sócio-ocupacionalmente, outros nem

permaneceram no estado para “contar sua história”. Para a maioria, a migração talvez tenha constituído em uma estratégia para garantir sua posição social neste cenário crescentemente adverso.

Para retratar essa dinâmica social dos migrantes no espaço paulista entre 1980 e 1993 este trabalho foi estruturado em cinco capítulos, além desta Apresentação e da Conclusão. No primeiro capítulo, com o objetivo de situar a temática tratada no campo dos Estudos Populacionais no país, apresenta-se uma resenha crítica acerca das articulações entre os três processos histórico-sociais ao qual este trabalho se remete: a mobilidade ocupacional, mobilidade social e mobilidade espacial no Brasil nos últimos 50 anos. No segundo capítulo faz-se uma discussão de natureza metodológica acerca do uso da fonte de dados empregada - PRAD - para os objetivos do trabalho, esclarecendo suas características gerais, os quesitos levantados, o universo investigado, suas potencialidades analíticas e limitações operacionais. No capítulo seguinte, valendo-se da potencialidade analítica dos dados retrospectivos da PRAD, estuda-se a mobilidade ocupacional dos migrantes em termos da evolução da condição de atividade e ocupação dos mesmos, das trocas inter-setoriais e inter-posicionais da mão de obra e das mudanças dos migrantes ocupados por categorias de ocupações. No quarto capítulo replica-se uma análise semelhante, enfocando não mais o conjunto de migrantes e a totalidade do mercado de trabalho paulista, mas a mobilidade ocupacional de diferentes grupos de migrantes - segundo momento e número de mudanças, segundo origem e segundo coortes de tempo de residência- e em distintas regiões do estado. O último capítulo é dedicado à análise da mobilidade social dos migrantes entre 1980 e 1993, operacionalizada através de três abordagens metodológicas complementares.

# 1. CINQUENTA ANOS DE MOBILIDADE OCUPACIONAL, MOBILIDADE SOCIAL E MIGRAÇÃO NO BRASIL

As articulações entre migração, mobilidade ocupacional e mobilidade social tem sido objeto de estudo de um corpo expressivo de pesquisadores no país nas últimas décadas. Com ênfases distintas em um ou outro campo temático, ora tomando a migração, em suas diversas manifestações - migração rural-urbana, migração para os grandes centros metropolitanos, fluxos provenientes do Nordeste para São Paulo - como objeto central da análise, ora tomando a investigação da mobilidade sócio-ocupacional ou as transformações estruturais do mercado de trabalho como preocupação principal, a questão da inserção ocupacional do migrante no mercado de trabalho e da sua adaptação social na sociedade de destino tem sido um tema recorrente na literatura, ainda que não com a ênfase que parece ter desfrutado no passado.

Em uma certa linha de trabalhos a migração teria sido um meio de ascensão social para seus protagonistas e um fator estruturalmente importante para explicar a intensa mobilidade social ascendente no Brasil nos últimos 50 anos. Em uma outra perspectiva analítica o significado da migração para indivíduos e grupos sociais não poderia ser indubitavelmente apreendido, já que se para certos tipos de migrante a mobilidade espacial teria proporcionado uma melhor inserção sócio-ocupacional na sociedade, para outros, a migração seria uma das poucas ou inevitáveis estratégias de sobrevivência básica ou de até mesmo de garantir sua condição de ocupado no mercado de trabalho.

Sem que tal questão tivesse sido respondida de forma mais exaustiva, a década de 80 trouxe novas e contrastantes evidências para análise da problemática migração, mercado de trabalho e mobilidade social<sup>1</sup>. A partir de então, a mobilidade ocupacional e a dinâmica migratória no país passaram a exibir tendências distintas das prevalentes na constituição da sociedade urbano-industrial brasileira. A crise do início dos anos 80, as oscilações cíclicas e anti-cíclicas que se alternaram pela década, a recessão de 1991-1992 e a Reestruturação Produtiva nos anos 90 refletiram-se de forma intensa nas possibilidades de mobilidade ocupacional e social da mão de obra, repercutindo, naturalmente, sobre o padrão redistributivo populacional no país. O Estado de São Paulo, como expressão emblemática da “modernização” urbano-industrial constituída ao longo do século no país, viria a sentir mais acentuadamente todas as agruras do contexto histórico pós-Milagre.

---

<sup>1</sup> Mobilidade Social é referida aqui, como os estudos da área subentendem, como a mobilidade expressa pela mudança de ocupações com status sócio-ocupacionais diferentes (Weiss 1986, Merllié & Prevót 1997).

Neste capítulo empreende-se uma recuperação histórica das articulações entre estes três processos sociais - a mobilidade espacial, a mobilidade ocupacional e a mobilidade social-, da constituição da sociedade urbano-industrial brasileira, passando pela crise e instabilidade dos anos 80 e chegando a Reestruturação Produtiva na presente década. Ao final, com o objetivo de delinear o contexto mais específico em que se processou a mobilidade ocupacional e social dos migrantes, apresenta-se uma resenha sintética sobre a dinâmica migratória e do mercado de trabalho no estado de São Paulo de 1980 aos primeiros anos da presente década.

## 1.1. Migração e mobilidade social no contexto da constituição da sociedade urbano-industrial brasileira

A formação da sociedade urbano-industrial brasileira neste século foi acompanhada de intenso processo de mobilidade social ascendente. A constituição de uma classe média urbana de tamanho significativo, assim como a mudança expressiva do panorama ocupacional brasileiro, de um quadro assentado em ocupações rurais e manuais em direção a um espectro ocupacional mais amplo, urbano e com maior participação de ocupações não manuais e de maior qualificação profissional seriam manifestações inequívocas da mobilidade social vivenciada pela população no país nos últimos 50 anos, como procurou demonstrar Pastore (1979) em trabalho pioneiro sobre a mobilidade social no Brasil. Nas suas palavras:

*“O quadro geral da mobilidade no Brasil revela uma sociedade bastante dinâmica ao longo do século XX. Nesse período, o país passou por inúmeras transformações que tiveram marcantes repercussões na estrutura social. Dentre elas, a passagem de uma sociedade rural para urbana constituiu um dos fenômenos de maior impacto para a transformação da estrutura social brasileira e para o surgimento de uma classe média bastante razoável... A despeito da forte expansão dos empregos do baixo terciário nas zonas urbanas, as ocupações de classe média para os chefes de família aumentaram substancialmente ao longo de todo o século XX. Tais ocupações simplesmente inexisteriam no tempo de nossos pais e nossos avós. No período considerado o Brasil iniciou e consolidou seu processo de industrialização e com ele emergiu um grande número de ocupações industriais. Mais importante que isso foi a enorme expansão das ocupações periféricas à própria industrialização no setor de serviços e, ainda, a intensa ampliação das atividades do comércio ligadas não só à industrialização como à própria aglomeração urbana”.* (Pastore 1979:187)

Neste processo, defende o autor, a maior parte da população economicamente ativa teria realizado mobilidade social ascendente, seja em relação às gerações passadas, seja em relação às primeiras posições ocupacionais exercidas pelos indivíduos quando da entrada no mercado do trabalho. Enquanto que, em 1973, cerca de 47% dos chefes de família de 20 a 64 anos haviam ascendido sócio-ocupacionalmente em relação a seus pais (mobilidade intergeracional), e uma parcela um pouco maior (54%) ascendera em relação à primeira posição exercida no mercado de trabalho (mobilidade intrageracional), o descenso social teria sido experimentado por contingentes bem menores de trabalhadores: 11% dos chefes ocupariam posições ocupacionais inferiores a de seus pais e apenas 4% teriam apresentado um descenso sócio-ocupacional em relação a primeira ocupação exercida<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> O autor se utilizou da escala sócio-ocupacional desenvolvida por Valle Silva (1978), agregando as ocupações reportadas na PNAD 73 - onde foi encartado o questionário sobre Mobilidade Social- em seis classes:

Tal processo também teria sido generalizado em outros contextos latino-americanos, em função da transição da estrutura ocupacional de base agrícola para um perfil setorial mais diversificado, urbano, com ocupações de maior produtividade e remuneração. Na análise da mobilidade social em dez países da região, a Cepal constataria que:

*“Mirada desde diversos ángulos, la transformación estructural en los países analizados produjo una indiscutible modificación de la distribución entre categorías socioocupacionales. El incremento porcentual de las ocupaciones superiores - en términos de status e ingresos- brindó oportunidades de movilidad social ascendente para un porcentaje significativo de la población, y seguramente generó- incluso entre los no favorecidos- expectativas de ascenso social en virtud del cambio en la estructura”*(CEPAL 1989: 34-35)

Neste sentido, o Brasil se destacaria como um daqueles com mais elevada mobilidade ascendente entre 1960 e 1980, à frente do Chile e Costa Rica. Em vinte anos, a parcela de trabalhadores manuais na Agricultura teria caído 24 pontos percentuais, com aumento correspondente nas demais ocupações urbanas.

A eloquência destas cifras não deve obscurecer o fato de que, como o próprio Pastore apontou, a maior parte da mobilidade ascendente se deveu às mudanças sócio-ocupacionais nos primeiros degraus da pirâmide social. Três quartos da mobilidade intergeracional ascendente deveu-se a mobilidade dos filhos de trabalhadores rurais em direção às demais categorias sócio-ocupacionais, especialmente para as duas mais próximas, de Trabalhadores urbanos não qualificados e Trabalhadores qualificados e semi-qualificados. A ascensão dos filhos de trabalhadores rurais a apenas a estas duas categorias respondeu por 25 % da mobilidade ascendente observada, isto é, mais da metade da cifra ( 47 %) acima apontada (Valle Silva 1979) .

Além de restrita à base da pirâmide social, a mobilidade social no país foi marcada pela “herança de *status* de classe”. Se é fato que os estratos sócio-ocupacionais mais baixos apresentaram um volume de mobilidade ascendente maior que os estratos médios e mais altos- em parte até por estarem em situação potencialmente mais favorável à subida que à descida- em todos eles a mobilidade - para cima ou para baixo- se deu de forma predominante em categorias contíguas (Valle Silva 1981). Ou seja, as trocas sócio-ocupacionais ascendentes, ainda que intensas, foram de curta distância.

Tais fatos levaram alguns autores até mesmo ao questionamento do significado da

---

ocupações de Alto status, Médio-superior status, Médio-médio, Médio-inferior, Baixo-superior e Baixo-inferior status.

mobilidade social observada. Afinal, tal volume de mobilidade não teria significado melhoria efetiva nas condições de vida de uma massa considerável de trabalhadores vindos do campo, para os quais o processo de inserção no modo de vida urbano não foi acompanhado de uma inserção ocupacional adequada, que lhes garantisse o aporte de renda suficiente frente a crescente mercantilização do consumo (Baltar, Dedecca & Henrique 1997).

*“Apesar de o desenvolvimento econômico ter gerado amplas e novas oportunidades ocupacionais, em especial nas atividades urbanas e que possibilitaram uma expressiva mobilidade social ascendente, há duas questões básicas que condicionaram aquela reprodução. A primeira questão diz respeito ao volume e velocidade significativos do êxodo rural e suas consequências sobre a estruturação do mercado de trabalho urbano....*

*A segunda questão diz respeito, propriamente, ao tipo de geração de emprego e renda urbana....*

*Ocorreu, de fato, uma ampliação do assalariamento e da formalização das relações contratuais, mas se reproduziram formas de integração precária no mercado de trabalho que coexistiram com um núcleo de assalariamento mais estável e com garantia de direitos trabalhistas- associados, regra geral, ao emprego público e às empresas privadas com maior tamanho e grau de organização.*

*Ao final do processo de desenvolvimento, havia uma parcela ponderável de trabalhadores por conta própria e de assalariados em ocupações que não apresentavam um mínimo de continuidade e regularidade” (Baltar, Dedecca & Henrique 1997:89)*

Tampouco, teria contribuído tão intensa mobilidade social para redução das desigualdades sociais. Na realidade, a forma como ela se processou veio a reforçar ainda mais o padrão desigual da distribuição das benesses do desenvolvimento econômico do pós-guerra. Nesta linha, observou Peliano (1992):

*“Essas evidências do grande dinamismo da pirâmide social brasileira, segundo Pastore, notadamente em sua base, pouco interfere na estrutura das desigualdades. A mobilidade ascendente observada se caracteriza por um movimento marcadamente segmentado: muitos sobem pouco e poucos sobem muito. Os pequenos ganhos ascensoriais da maioria são largamente superados pelos ganhos da minoria situada nos estratos ocupacionais médios. Esse o padrão do mecanismo estrutural que determina o perfil da desigualdade social no Brasil” (Peliano 1992: 138).*

Na realidade, ao apontar a intensa mobilidade social neste século, Pastore também não deixou de ressaltar sua natureza restrita seja para melhoria generalizada das condições de vida, seja para redução das desigualdades sociais. Como o autor assinalou, na constituição da sociedade urbano-industrial brasileira, muitos ascenderam pouco e poucos ascenderam muito na pirâmide social. A contradição entre a mobilidade social e agravamento da desigualdade na

distribuição de renda nos países ao longo das últimas décadas, paradoxo que intitulava, inclusive, seu livro (“Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil”) era, pois, apenas aparente, e compatível com o padrão de mobilidade observado<sup>3</sup>.

Por detrás da intensa mobilidade social nos últimos 50 anos no país estariam, como fatores estruturantes, a industrialização e a urbanização por que passou a sociedade brasileira, em especial, a partir de 1940 (Pastore 1979, 1986, Valle Silva 1979). De um lado, a expansão da indústria e seus efeitos multiplicadores sobre toda a economia atuariam, ao longo das décadas, para a criação e oferta de postos de trabalhos na própria indústria, no comércio, transportes, serviços, administração e, enfim, em outras ocupações urbanas, não manuais e de maior qualificação. De outro lado, a migração rural-urbana forneceria a demanda para absorver parte da oferta de trabalho, como em um processo funcional de integração das massas camponesas mal qualificadas em ocupações urbanas do baixo terciário.

Ainda que a tese da industrialização como motor da mobilidade social não fosse incontestavelmente aceita na literatura da área (Valle Silva & Roditi 1986), a sua linha de argumentação parecia oferecer uma explicação muito consistente para o caso brasileiro.

*“Em primeiro lugar, a industrialização implica redistribuição setorial da força de trabalho - um aumento na produtividade do setor agrícola e um decréscimo na proporção de indivíduos dedicados à produção nesse setor. Mesmo no setor não-agrícola, verifica-se usualmente uma mudança profunda: o aumento da mecanização e a introdução de técnicas poupadoras de mão-de-obra têm como resultados um crescimento mais rápido do emprego na produção de serviços do que na produção de bens, implicando um aumento da razão entre trabalhadores não-manuais e trabalhadores manuais. De forma semelhante, com o crescimento da escala de desenvolvimento da atividade econômica, faz-se necessária a ampliação e a melhoria do sistema de transportes e de comercialização, o que naturalmente gera um aumento proporcional das ocupações de escritório e de administração e reforça a tendência no sentido do aumento da proporção de indivíduos engajados em atividades não-manuais e com certo nível de qualificação”. (Valle Silva & Roditi 1986:346-347)*

Esta seqüência de efeitos da expansão industrial desde as primeiras décadas deste século, e em especial no pós-guerra, sobre os demais ramos de atividade econômica no país e seus desdobramentos sobre a mudança da estrutura ocupacional, de empregos agrícolas para

---

<sup>3</sup> Também neste padrão de mobilidade social, restrito à base da pirâmide e de curtas distâncias, o Brasil não estaria só. Em que pese as mudanças intensas da estrutura ocupacional na América Latina desde os anos 50, ainda persistia nos diversos países da região setores tradicionais de ocupação de baixa produtividade, seja no campo, seja nas cidades (PREALC 1991). No bojo das transformações econômicas do pós guerra, as economias latino-americanas não teriam logrado absorver os ocupados dos setores tradicionais em ocupações modernas, pelo menos não ao ritmo verificado entre os países desenvolvidos. O mercado de trabalho - e a pirâmide social - contrapunham, pois, dois estratos estanques: o tradicional e o moderno.

empregos no secundário e terciário, de ocupações manuais para não-manuais, está fartamente documentada na bibliografia nacional (Faria 1986, Paiva 1986). Assim, o Brasil se constituiria em um típico caso em que as mudanças estruturais desencadeadas pela industrialização teriam gerado perspectivas promissoras para a mobilidade social, pela criação de oportunidades para incorporação de mão-de-obra em ocupações novas, mais diferenciadas, de maior *status* em amplos setores da economia.

Como observado a pouco, ademais dos efeitos sinérgicos da industrialização, a mobilidade social identificada seria também consequência da migração rural-urbana concomitante no período. Em defesa desta hipótese, Pastore (1979) demonstrou que a ascensão social de migrantes (inter-estaduais) foi maior que a dos naturais residentes na sociedade de destino, seja em uma perspectiva inter ou intrageracional. Enquanto 57 % dos migrantes teriam ascendido sócio-ocupacionalmente em relação a seus pais e 62 % com relação a seu primeiro emprego, entre os naturais tais coeficientes de mobilidade assumiriam valores menores, 43 e 50 %, respectivamente. Além de proporcionar, em nível individual, uma mobilidade social ascendente a migração contribuiria, em nível macro-estrutural, para redução das históricas desigualdades regionais e sociais do Brasil. Nas suas palavras:

*“O quadro geral da mobilidade social entre naturais e migrantes é o encontrado em várias sociedades contemporâneas. A mobilidade geográfica (horizontal) induz à mobilidade social (vertical). Vários estudos indicam que as oportunidades econômicas induzem à mobilidade geográfica. Os indivíduos que vivem em um lugar diferente de onde nasceram tendem a alcançar um status ocupacional mais alto do que os indivíduos que permanecem no mesmo lugar.... Os resultados aqui encontrados vêm juntar-se aos dados de vários estudos que mostram ser a migração um elemento de promoção tanto dos migrantes como dos naturais e que opera como equalizador da estrutura social.... Em suma, há várias indicações de que a migração tem atuado como mecanismo de compensação da enorme disparidade regional que subsiste no Brasil. Estancar a migração implica aumentar os efeitos da disparidade.”* (Pastore 1979:184-185).

A relação virtuosa entre migração e mobilidade social, apontada pelas evidências empíricas de Pastore, são, de fato, corroboradas por postulações teóricas clássicas bem arraigadas dos estudos de Migrações Internas. Nas “Leis de Migração” de Ravenstein ou nos postulados da “Teoria da Migração” de Lee, migração sempre foi encarada como a resultante de um cálculo microeconômico entre as perspectivas oferecidas na sociedade de destino frente às condições prevaletentes na sociedade de origem (Pacheco & Patarra 1997, Salim 1992, Patarra & Cunha 1987). Neste balanço, trabalho, melhores oportunidades de emprego, maiores rendimentos se configurariam em fatores de atração; pobreza, falta de oportunidades de

trabalho ou meios para produção (terra, por exemplo) constituiriam-se em fatores de expulsão. Ao se deslocar-se uma região para outra, o migrante estaria dando um passo concreto- e individual- para sua mobilidade ascendente, pois estaria deixando para trás um situação pior em troca de alguma perspectiva mais positiva. A mobilidade espacial e social seriam face e contra-face de um mesmo processo, “cara e coroa de uma mesma moeda”. Daí a identificação da mobilidade social com a mobilidade geográfica aludida acima por Pastore.

Seguindo esta linha de raciocínio Pastore poderia ter se referido não apenas à mobilidade rural-urbana dos últimos 50 anos como fator estruturante da mobilidade social observada, mas também os fluxos urbano-urbano inseridos na migração Norte-Sul desde os anos 20, originários no Nordeste e Minas Gerais e dirigidos, em especial, ao Rio de Janeiro e São Paulo (Patarra 1978). Se, de fato, o baixo terciário das grandes cidades do Centro-Sul manteve-se mais dinâmico e complexo que os existentes nas localidades urbanas de origem, as trocas realizadas entre as duas regiões deve ter tido impacto sobre as estatísticas de mobilidade social, pelo volume de migrantes envolvidos neste processo.

Considerações de natureza metodológica e substantiva levam, contudo, a relativizar esta interpretação dos efeitos da migração sobre a mobilidade ascendente no contexto da “modernização” da sociedade brasileira. Em primeiro lugar, com relação ao papel da migração rural-urbana na propalada mobilidade social, deve-se atentar que, em uma perspectiva metodológica,

*“... o fato de que os grupos ocupacionais 1 e 2 [Trabalhadores rurais não qualificados e Trabalhadores urbanos não qualificados] se distinguem apenas pela dimensão urbano-rural faz com que, por construção [grifos nossos], identifiquemos o processo de migração rural-urbano com uma mobilidade social ascendente. Em outras palavras, a urbanização recente da sociedade brasileira está, dessa forma, necessariamente associada [grifos nossos] a uma melhoria na distribuição de posições dentro da estrutura ocupacional brasileira” (Valle Silva 1979:50).*

Fosse outra a escala sócio-ocupacional empregada, com trabalhadores manuais não qualificados no campo e na cidade na mesma categoria, os resultados da mobilidade social ascendente seriam bem menos expressivos, assim como a contribuição da migração rural-urbana. Afinal, os contingentes dos fluxos rurais-urbanos sempre foram volumosos e crescentes até 1980, como levantaram Wood & Carvalho (1994): 8 milhões de pessoas na década de 50, 13,8 milhões no decênio seguinte e 17,3 milhões nos anos 70. Ainda que tais volumes não incluam apenas pessoas economicamente ativas, o padrão etário dos migrantes revela forte incidência de indivíduos e famílias nos primeiros estágios do ciclo familiar,

potencialmente aptos a engajar-se no mercado de trabalho urbano e contribuir para elevar as cifras de mobilidade ascendente (Beltrão & Henriques 1987).

*Stricto sensu*, a transição de uma ocupação rural para outra no baixo terciário urbano deveria ser considerada, rigorosamente, um movimento de troca inter-setorial da mão-de-obra, debitável pois à industrialização e a seus efeitos multiplicadores e não exatamente à migração rural-urbana. A migração seria um mecanismo “interveniente” em um processo que tem sua origem causal nas necessidades sistêmicas do processo de expansão industrial.

Naturalmente que a migração rural-urbana se adequou funcionalmente a estas necessidades e que acabou induzindo novos efeitos de mobilidade, pela demanda adicional dos migrantes incorporados no mercado de trabalho. Mas talvez sejam os efeitos indiretos desta demanda adicional de serviços e equipamentos urbanos sobre a mobilidade social que possam ser debitáveis - em um sentido causal- mais propriamente à migração rural-urbana. De fato, a urbanização pelo território brasileiro- que se deu de forma um tanto desvinculada à disseminação espacial da indústria (Patarra 1978)- teve efeitos indiretos na criação de empregos - formais e precários - para atendimento das necessidades crescentes de comercialização, transporte, educação, serviços públicos etc. É neste sentido que a migração rural-urbana teria contribuído para aumentar as cifras de mobilidade social ascendente.

Tampouco se pode esquecer que as cifras de mobilidade refletem freqüências de mudanças de posições relativas entre a ocupação do pai (ou do primeiro emprego) e a ocupação atual. Assim, dado o peso da parcela de migrantes que saíram da zona rural para as cidades no conjunto dos migrantes inter-estaduais - objeto de análise de Pastore- era de se esperar que os coeficientes de mobilidade ascendente fossem maiores que dentre os naturais (dos estado), se de fato entre estes últimos a velocidade da troca de ocupações rurais por urbanas foi mais lenta ou se estes já partiram de posições mais elevadas na escala sócio-ocupacional<sup>4</sup>.

Mas em uma perspectiva mais substantiva, parafraseando Peliano (1992), tornar-se um residente urbano, alternando sua condição de bóia-fria com a de biscateiro na cidade segundo os ciclos de sazonalidade agrícola, poderia ser interpretado como um movimento ascensional? Sair da condição de trabalhador rural para migrante itinerante seria outro caso de mobilidade vertical ?

Estudando a vinculação entre mobilidade (geográfica e ocupacional) e estratégia de

---

<sup>4</sup> A segunda hipótese talvez seja mais plausível dada a magnitude da migração rural-urbana dentro do próprio município, como mostra Carvalho (1985).

sobrevivência de uma amostra de famílias residentes no Vale do Ribeira em São Paulo, nos idos dos 70, Bianchi (1983) oferece uma forte argumentação para não se encarar a simples passagem de uma ocupação rural para outra qualquer no meio urbano como uma mobilidade ascendente, isto é, como cruzamento de níveis em uma escala sócio-ocupacional.

*"Do ponto de vista de prestígio ocupacional, existe um consenso em termos de se visualizar a mudança para o emprego urbano como uma promoção para o indivíduo ou grupo. A proeminência dos valores urbanos na civilização moderna, difundida pelos meios de comunicação de massa, reforça essa perspectiva. Ela é endossada pelos informantes desta pesquisa, especialmente aqueles que estão há mais tempo na cidade. Para estes, a perspectiva de tornar a residir no campo ou empregar-se no setor agrícola representa um retrocesso inadmissível.*

*Mas não é improvável que esta percepção constitua uma racionalização de uma situação de fato que independe da vontade do indivíduo. Impotente para progredir no setor agrícola, alcançando a propriedade da terra, encontrando empregos bem remunerados ou tendo um acréscimo de renda significativo, o indivíduo passaria a valorizar o trabalho urbano como uma alternativa viável de sobrevivência e como uma esperança, ainda que remota, de ascensão social. Não se pode esquecer que muitos fenômenos de êxodo rural são determinados por fatores de expulsão." (Bianchi 1983:75)*

Tampouco a aludida diferença entre os níveis de rendimento das ocupações rurais e urbanas, apontado na literatura parecia se verificar na área circunvizinha ao local de estudo da autora. E ainda que se pudesse verificar um acréscimo de rendimento, ela lembra que a mudança para a cidade implicaria em uma elevação do custo de vida da família. Diminuíam as possibilidades de manter plantações e criações de subsistência e parte substancialmente maior da cesta de alimentos passava a ser comprada. Gastos então inexistentes ou muito reduzidos passavam a ter importância crescente no orçamento doméstico como aluguéis, taxas e transporte. Vestuário, lazer e até eletrodomésticos se tornavam itens básicos e indispensáveis para a sobrevivência no meio urbano, onerando ainda mais o orçamento doméstico. Nem mesmo a oferta de serviços médicos e educacionais poderia ser arrolada como uma vantagem comparativa da vida na cidade, tendo em vista as dificuldades a que os migrantes provenientes da zona rural teriam em efetivamente desfrutá-los. Neste sentido, na opinião da autora não se deveria imputar uma direção, ascendente ou descendente, a processos de mobilidade ocupacional rural-urbana, mas sim de tratá-la como um processo de mobilidade horizontal.

Martine (1980a) ofereceria ainda um argumento mais substantivo para relativizar a generalidade dessa relação virtuosa e determinística entre migração e mobilidade social ascendente. É fato que, como apontado extensivamente na literatura, o posicionamento social de migrantes- medido em termos de renda, ocupação, posição no mercado de trabalho- mostra

melhorias progressivas à medida que aumenta o tempo de residência dos mesmos na localidade destino. A aparente mobilidade dos migrantes seria, no entanto, o resultado líquido de dois processos distintos e, de certa forma, antagônicos: de um lado, da adaptação progressiva dos mais aptos a competir no mercado de trabalho local e de outro, da evasão sistemática, isto é, da re-emigração daqueles menos capacitados em direção a outras localidades. Nas suas palavras:

*“Contudo, a evidência de algumas investigações diretas, aliadas aos resultados de cálculos experimentais e à interpretação dos dados sobre escolaridade por tempo de residência numa população pouco suscetível a melhorias após a chegada, converge para sugerir que a hipótese de retenção seletiva dos elementos mais capacitados(ou da migração repetida nos segmentos populacionais mais marginalizados) parece mais aceitável [do que uma adaptação progressiva de todo e qualquer migrante ao meio social de destino]. Com base nestas informações, poder-se-ia postular, inclusive, a existência de um substrato de verdadeiros nômades na população brasileira, substrato este que incluiria não somente os trabalhadores volantes e 'bóia-frias', mas também outros itinerantes em busca de uma difícil subsistência.” (Martine 1980a:971).*

Nesta linha de argumentação, os migrantes seriam mais móveis que os naturais - para cima ou para baixo. Afinal, os que se adaptaram - os mais capacitados- provavelmente subiram degraus na escala; os que se evadiram, procuraram outras oportunidades em novos locais para preservar o *status* alcançado ou regredir o menos possível. De fato, pelo que apresenta Pastore (1979), enquanto 46% dos naturais não mudaram de *status* sócio-ocupacional entre sua primeira posição e a atual, entre os migrantes inter-estaduais o coeficiente de imobilidade é de 35%.

Enfim, na constituição da sociedade urbano-industrial brasileira, as mudanças estruturais ditadas pela industrialização responderam por mais da metade da mobilidade inter ou intrageracional (Pastore 1979). A outra parcela resultou da combinação dos efeitos das trocas entre indivíduos em função da escolaridade, idade, *status* migratório etc<sup>5</sup>. No cômputo geral, a mobilidade foi fortemente ascendente, em especial em São Paulo, *front* privilegiado da industrialização e migração no país neste século. Aí, os coeficientes de mobilidade inter e intrageracional ascendente foram mais de 10 pontos percentuais maiores que a média nacional

---

<sup>5</sup> A mobilidade total pode ser decomposta em duas parcelas: mobilidade estrutural e mobilidade circular. A primeira refletiria os efeitos da mudança da estrutura composicional da mão-de-obra e outra os efeitos da competição individual no mercado de trabalho. Durante o processo de desenvolvimento econômico a primeira parcela - mobilidade estrutural- seria mais importante na determinação dos níveis de mobilidade social, e à medida que a transição manual/não manual e rural/urbana se efetivasse no espectro ocupacional, a mobilidade circular passaria a desempenhar papel mais crucial. O resultado final da mobilidade social seria, pois, o efeito combinado da mobilidade estrutural e da mobilidade circular.

( 58% e 66%, respectivamente), enquanto que as cifras de mobilidade descendente mantiveram-se nos mesmos patamares nacionais.

Se o balanço da mobilidade social foi favorável- ainda que restrito- graças ao enorme desenvolvimento industrial verificado especialmente a partir dos anos 50, não é difícil imaginar o que teria acontecido no conjuntura tão medíocre da produção industrial que se seguiu nos anos 80.

## 1.2. Mercado de trabalho e mobilidade social no contexto da Década perdida

O cenário nacional da década de 80 é muito distinto daquele referido nas análises de Pastore (1979)- período da “Modernização”, da transformação do país de uma sociedade agrária em uma sociedade urbano-industrial. Os determinantes básicos da intensa mobilidade social ascendente apontada pelo autor neste século- a industrialização e a migração rural-urbana - perderiam a “força transformadora” das décadas passadas, deixando de imprimir o ritmo de mudanças estruturais no espectro ocupacional que possibilitara a incorporação de massas crescentes provenientes do campo em postos de trabalho (e sub-trabalho) na indústria e terciário.

O próprio Pastore identificaria essa inflexão da mobilidade social no Brasil em trabalho posterior (Pastore 1986). Nesse trabalho seu objetivo foi o de conjecturar sobre as tendências e perspectivas da mobilidade social no país após 1973, valendo-se da evolução de indicadores da conjuntura macroeconômica e do mercado de trabalho nos anos 70 e início da década seguinte.

Para o período de 1973 a 1980, o autor traçou prognósticos positivos para a mobilidade social, baseado nas estatísticas de desempenho econômico e de criação de empregos na indústria e no terciário, que abriam postos de trabalhos novos, mais diferenciados, de melhor *status* e em ritmo mais acelerado que o crescimento da PEA urbana. De fato, os efeitos induzidos do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) garantiram um fôlego adicional ao ciclo expansionista do “Milagre Econômico”, ocorrido de 1967 a 1973, postergando o rebatimento interno da crise internacional deflagrada nos primeiros anos da década de 70.

A crise de 1981-83, no entanto, mudou completamente o quadro até então favorável à mobilidade estrutural e, por extensão, às perspectivas de mobilidade social ascendente no país. A queda nas taxas de crescimento do emprego formal, o aumento da rotatividade da mão-de-obra, assim como a contração das vagas na Indústria de Transformação e na Construção Civil nas Regiões Metropolitanas acabaram limitando as oportunidades de ingresso no mercado de trabalho e as possibilidades de progressão funcional. A conjuntura recessiva conspirava, na realidade, para um padrão de estagnação ou descenso dos ocupados na pirâmide social. Na sua avaliação, as possibilidades de mobilidade estrutural só seriam encontradas nos diversos pontos de expansão econômica no interior do território, na direção do Centro Oeste, Centro Norte, interior paulista e de Minas Gerais. Para Pastore, nestas localidades as oportunidades de

mobilidade ascendente seriam semelhantes as desfrutadas em décadas anteriores no país.

De fato, como mostram Pacheco (1996), Guimarães Neto (1995) e Negri (1994), depois de longo processo de concentração espacial da atividade industrial e econômica em São Paulo, mais propriamente em sua Região Metropolitana, o país assistiu, a partir da segunda metade dos anos 70, a um processo de desconcentração espacial da atividade produtiva que se manteve até, pelo menos, início dos anos 90. Por conta de políticas de desenvolvimento regional consubstanciadas no II PND, incentivos fiscais, apoio técnico para estudos de viabilidade de projetos, ampliação da infra-estrutura de transporte (rodovias, ferrovias e hidrovias) e comunicações, investimentos governamentais diretos, estratégias locacionais de grandes grupos empresariais e aumento das deseconomias de aglomeração nos grandes centros (custos de terreno, impostos, salários, controles ambientais, combatividade sindical), as áreas metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro foram perdendo participação no Valor de Transformação Industrial e cedendo espaço, em particular, para o crescimento das participações do Interior paulista, Minas Gerais, Paraná e Bahia. Os estímulos à produção de culturas de exportação (laranja, soja) e cana-de-açúcar (para economizar divisas na importação de petróleo), com articulação em cadeia produtiva agro-industrial pelas demais regiões, também contribuíram para que a RMSP viesse a perder participação no PIB nacional. Assim, passaram a despontar a indústria têxtil no Ceará, a indústria química e petroquímica de Camaçari na Bahia, a indústria eletro-eletrônica na Zona Franca de Manaus, a produção mineral e siderúrgica no Pará e Maranhão, a produção agrícola, pecuária e agro-industrial nos estados do Centro-oeste. No estado de São Paulo, a hinterlândia de Campinas se veria privilegiada em termos do investimento industrial, sobretudo na indústria de ponta (telecomunicações, informática, química fina), como consequência, entre outras vantagens locacionais, do forte apoio governamental- federal e estadual- na implantação de um diversificado aparato de desenvolvimento científico e tecnológico (centros de pesquisa, universidades) na região (Caiado 1996).

Naturalmente, com taxas mais elevadas de crescimento econômico, estas regiões despontaram como pólos dinâmicos na criação de empregos e oportunidades concretas para mobilidade estrutural. Dados do último Censo Demográfico permitem comprovar tal assertiva: enquanto que no município de São Paulo - epicentro da instabilidade sistêmica dos anos 80- a população ocupada se expandiu em 12 % entre 1980 e 1991, no Estado a cifra foi de 28,5 % e no país, aumentou 30,2 % no mesmo período. As possibilidades para mobilidade social ascendente estariam se dando, portanto, em outros contextos espaciais no país. A Região

Metropolitana de Belo Horizonte era um destes espaços mais favoráveis, como mostra o estudo da mobilidade social na região elaborado por Andrade & Rodrigues (1996).

Superada a crise e diante dos primeiros sinais de bonança econômica, Pastore ousou arriscar no delineamento de um cenário bem favorável à mobilidade social no país para o restante da década:

*“O período recente, atingido pela recessão, a partir de 1981, parece ter revertido o processo nas regiões metropolitanas. Tal período, entretanto, além de recente, foi curto, dada a recuperação que se iniciou a partir do segundo semestre de 1984 - e que poderá redundar em nova aceleração da mobilidade social de modo a retomar o processo e, quem sabe, até compensar a estagnação suspeitada” (Pastore 1986:53).*

Como se sabe, a conjuntura dos anos 80 foi mais caprichosa, intercalando ciclos de expansão e retração econômica (Teixeira 1992, Cano & Pacheco 1992), processo esse que, no balanço geral da década, não parece ter criado condições concretas para mobilidade social generalizada. Afinal, entre 1980 e 1989, a indústria brasileira cresceu apenas à taxa média de 1,3 % ao ano, fato que combinado ao emprego de técnicas de produção cada vez menos intensivas em mão de obra, acabou fazendo com que a participação do setor no conjunto dos ocupados se mantivesse em torno de estáveis 24 % por todo o período (Cacciamali 1992). O baixo desempenho também da Construção Civil, que perdera seu principal agente dinamizador (BNH) por conta da crise dos sistema de financiamento habitacional, representou, pois, limites severos às possibilidades de mobilidade estrutural na década de 80. As condições gerais do mercado de trabalho urbano viriam se mostrar crescentemente preocupantes e menos favoráveis mais ao final da década, com baixa expansão do emprego formal, aumento da parcela dos trabalhadores por conta própria e dos assalariados sem contrato de trabalho formalizado, cristalização do desemprego aberto, além da redução significativa dos níveis salariais. O desemprego só não foi maior devido a capacidade de absorção da população ativa pelo terciário (Mattoso & Baltar 1996, Baltar, Dedecca & Henrique 1997).

É bem verdade que o desempenho da Administração Pública e dos Serviços Sociais na criação de postos de trabalho durante a década (Médici 1991, Sabóia 1995) pode ter representado algum alento para mobilidade social ascendente. Afinal são setores com ocupações mais estruturadas, diversificadas e, em média, de maior qualificação profissional. No entanto a pequena magnitude de suas participações na estrutura ocupacional no país não permitiria refletir grandes efeitos finais sobre a mobilidade social da população ocupada. A pequena duração dos surtos de prosperidade e a instabilidade cíclica também parecem ter contribuído, na melhor das hipóteses, para manter inalteradas as posições relativas dos

ocupados.

Além disso, a diminuição dos fluxos intermunicipais da migração rural-urbana também acabou não ajudando as estatísticas de mobilidade ascendente, no sentido preconizado por Pastore (1979) para o período anterior a 1973. Pela já citada dinâmica setorial da agropecuária em algumas regiões do país, e diminuição do estoque de população rural existente em 1980, depois de décadas de intenso êxodo rural, o volume de migrantes rurais-urbanos ao longo dos anos 80 viria a diminuir em relação ao decênio anterior: entre 1980 e 1991 os migrantes rurais-urbanos, exclusive os provenientes dentro do próprio município, totalizaram 4,5 milhões de pessoas, contra 6,3 milhões no decênio anterior<sup>6</sup>. Os fluxos intermunicipais do tipo urbano-urbano, que já congregavam 50% dos migrantes na década de 70, passaram a representar 60 % dos deslocamentos no país no período seguinte. Neste sentido, a contribuição da migração rural-urbana para as cifras de mobilidade, expressa concretamente pela mudança de residência de trabalhadores rurais para zonas urbanas, passou a ser de importância decrescente.

Se de fato, não só a migração rural-urbana, mas a migração em geral tem efeito positivo para mobilidade social, como implicitamente faz crer a teoria clássica, a estabilização numérica dos fluxos intermunicipais também arrefeceu a contribuição “inercial” da migração sobre a mobilidade. Entre 1991, as pessoas não naturais do município de residência totalizaram 24 milhões de indivíduos, mesmo estoque apurado em 1980. É bem verdade que, face a conjuntura desfavorável dos mercados de trabalho metropolitanos, a diminuição da intensidade migratória para as metrópoles do Centro-Sul pode ter contribuído para minimizar o risco da imobilidade ou mobilidade descendente. Por outro lado, algum efeito positivo para a mobilidade deve ter sido gerado pelo redirecionamento de parte dos fluxos migratórios para centros urbanos médios ou mais dinâmicos do interior do território nacional e mesmo para algumas capitais e periferias do Nordeste (Martine 1994). Enquanto as RM de Fortaleza e Salvador, assim como as cidades médias (de 100 mil a 300 mil habitantes), apresentaram taxas médias de crescimento acima de 3 % ao ano- chegando a superar 4,5 % aa no caso dos centros médios do Centro-Oeste e Norte- a RM de São Paulo exibiu taxas muito inferiores (1,9%).

No balanço geral, as possibilidades mais concretas de movimentos ao longo na escala sócio-ocupacional ao longo dos anos 80 teria sido pela troca de posições entre ocupados, em que a subida de um, decorreria da descida de outro, isto é, pela mobilidade circular. As estatísticas de evolução do nível de escolaridade da PEA ocupada ao longo da década

---

<sup>6</sup> Dados referentes às pessoas não naturais do município com menos de 10 anos de residência, que saíram da zona rural de outro município. Não computam, pois, os fluxos rurais-urbanos intramunicipais, que podem constituir, contudo, um volume numericamente tão expressivo quanto o anterior. (Vide Carvalho (1985))

sugerem que tal tipo de mobilidade de fato ocorreu, pois a melhoria parece ter sido muito intensa (Médici 1991).

A reavaliação do níveis de mobilidade social em 1982 e 1988 por Pastore & Haller (1993) revelou, de fato, uma modificação radical do padrão de mobilidade social intrageracional e intergeracional dos chefes de família. Os coeficientes de mobilidade intrageracional apontaram queda acentuada da mobilidade ascendente, que passou de 54,2 % em 1973 para 26,1 % em 1982 e para 27,3 % em 1988. De forma equivalente, a imobilidade e a mobilidade descendente tiveram aumentos expressivos: mais de dois terços dos chefes passaram a condição de imóveis em 1988, quando eram cerca de 42 % em 1973; cerca de 6% desceram na escala posicional, entre o primeiro e último emprego em 1988, cifra mais elevada que em 1973 ( 4% ). As cifras da mobilidade intergeracional foram também contrastantes: a mobilidade ascendente, por exemplo, caiu de 47 % em 1973 para 40 % em 1982 e para 37% em 1982.

Essas mudanças traziam uma triste notícia para a carente mas sempre esperançosa sociedade brasileira: era cada vez mais difícil se movimentar pela escala social, quanto mais ascender na mesma.

*“Tanto na mobilidade inter como na intrageracional nota-se uma diminuição do dinamismo das ascensão social nos períodos considerados. Vem se reduzindo a proporção dos que sobem e aumentando a proporção dos que descem na escala social. Esse é um fenômeno novo na história da estrutura social brasileira” (Pastore & Haller 1993:34)*

Boa parte destas mudanças seriam debitáveis, segundo os autores, ao estreitamento das novas oportunidades no mercado de trabalho nos anos 80, mas outra parte decorreria da própria mobilidade ascendente anterior dos indivíduos que, partindo de um patamar mais alto, estariam sujeitos a maiores riscos de descer na escala social. Manter-se na mesma posição já devia ser encarada como um desempenho bem sucedido.

Fazendo um balanço da década em termos da mobilidade e especulando sobre as possibilidades de ascensão social já nos anos 90, Pastore & Haller (1993) mostraram-se, desta vez, bastante pragmáticos, apontando dificuldades crescentes. A sociedade brasileira estaria presenciando a transição de um regime de mobilidade social ditada menos pela mobilidade estrutural e cada vez mais pela mobilidade circular:

*“Enfim, os brasileiros continuam tendo as dificuldades tradicionais para penetrar nos níveis mais altos da estrutura social - agora acompanhadas de uma probabilidade bastante ampliada de descida na escala social. Trata-se, sem dúvida, de um clima bem diferente do que foi vivido nas décadas de 50, 60 e parte de 70, quando os mercados de trabalho se ampliaram de modo*

*extraordinário e demandaram o preenchimento das novas oportunidades de trabalho por gente preparada e não preparada. Foi uma época de muita improvisação e muito aprendizado em serviço, em que as pessoas iam subindo na escala social impulsionadas em grande parte pela força da expansão do mercado de trabalho e do próprio desenvolvimento econômico. Esses anos dourados passaram, e a realidade atual é bastante diferente. A mobilidade ascendente é mais difícil por três motivos. Em primeiro lugar, porque o ponto de partida é mais alto. Em segundo lugar, porque as oportunidades de trabalho são menores. Em terceiro lugar, porque para uma pessoa subir começa a ser necessário que outra desça, morra ou se aposente. É o início da era da mobilidade circular, que começa a tomar o lugar da mobilidade estrutural.” (Pastore & Haller 1993:40-41).*

### 1.3. Mercado de trabalho, migração e perspectivas da mobilidade social no contexto da Reestruturação Produtiva

Se a “Década Perdida” se notabilizou pela imobilidade social - com cerca de 67% de imóveis- os anos 90 correm o risco de entrar para a história nacional como a “Década Regredida” em termos da mobilidade<sup>7</sup>. Tal como os anos 80, as condições para mobilidade estruturalmente ascendente não estariam dadas. Na realidade as condições para tanto seriam ainda mais desfavoráveis que as do passado recente. A recessão de 90-92 parece ter tido efeitos deletérios muito mais amplos em termos sociais e espaciais, atingindo mais agudamente as regiões metropolitanas mas também os rincões de prosperidade mais recente no interior do território brasileiro. Seus efeitos sobre o nível de emprego industrial, combinados com aqueles decorrentes da abertura comercial acelerada, da ausência de uma política industrial, da desregulamentação dos mercados e da concorrência, da manutenção de taxas de juros elevadas, da sobrevalorização cambial pós-94 não parecem ter sido amenizados pela recuperação econômica a partir de 1993 (Mattoso & Baltar 1996, Pacheco & Pochmann 1997, Mattoso & Pochmann 1995).

De fato, as taxas de expansão das ocupações tem se mantido mais baixas que a média da década passada, a despeito do crescimento econômico mais vigoroso nos anos mais recentes. O desemprego descolou sua trajetória da conjuntura econômica, tornando-se um grave problema estrutural. Comércio e Serviços parecem demonstrar uma impermeabilidade crescente para absorver as massas desempregadas na indústria e a força de trabalho ingressante. A Construção Civil tampouco reencontrou seu caminho, após um curto período de expansão no primeiro quinquênio da década. As ocupações com relações formalizadas de trabalho vem perdendo participação no conjunto. As funções de gerência vem sendo enxugadas, funções de alta qualificação estão sendo terceirizadas, funções manuais qualificadas na indústria estão desaparecendo pela automação das plantas. A indústria perdeu sua capacidade de gerar funções diferenciadas ao nível necessário e requer cada vez requer menos mão-de-obra (Baltar, Dedecca & Henrique 1997).

Analisando os efeitos da Reestruturação Produtiva do anos 90 sobre segmentos médios da sociedade paulista - assalariados de *colarinho branco* do setor formal - Quadros (1997) revelou o enxugamento intenso dos postos de diretores, assessores, gerentes, chefes e

---

<sup>7</sup> Mattos (1997) defende, ironicamente, que os anos 70 é que teriam se constituído na “Década perdida”, pois foi lá que se perdeu, frente à conjuntura de crescimento econômico acelerado, a oportunidade de garantir uma melhor repartição das benesses do desenvolvimento. Na conjuntura econômica desfavorável em boa parte dos anos 80 isso seria muito mais difícil, como a experiência se mostrou.

supervisores nas empresas. Na indústria, os cargos de Gestão Superior (diretores, gerentes e assessores) teriam encolhido em 30 % em relação ao contingente empregado em 1989; no setor financeiro o corte teria sido muito maior: 61%. A classe média que ascendera no Milagre ou antes dele, e que conseguira manter sua situação social nos anos 80 - ainda que mais empobrecida- iniciou a década de 90 sujeita a um clima maior de insegurança e muito mais suscetível ao risco do trabalho informal ou autônomo não regular. As condições de mobilidade ascendente para a classe média seriam muito mais estreitas que no passado, e neste contexto:

*“... O que interessa, de fato, é permanecer entre os diferenciados da massa popular - situação precária para a qual estão sendo empurrados expressivos contingentes da média e da baixa classe média.*

*E são justamente as condições desta inclusão ou permanência entre os diferenciados que estão se alterando em profundidade.*

*Em primeiro lugar, tudo leva a crer que estão se estreitando significativamente os espaços sociais para esta camada social. Por outro lado, são igualmente relevantes as mudanças que se processam nos canais de acesso. E ambos os processos afetam enormemente as perspectivas de condições das gerações mais jovens da classe média, que precisam conquistar sua posição da sociedade” Quadros (1997:181)*

Como mostram estes cenários, a desestruturação do mercado de trabalho paulista e nacional tem sido tão intensa que a própria identificação da mobilidade social com a mobilidade ocupacional parece perder a validade que lhe era inerente no passado. As relações de trabalho, a forma de inserção no processo produtivo, a vinculação setorial das atividades ocupacionais passam a assumir nuanças tão variadas e conjunturais que colocam desafios adicionais na identificação da natureza ascendente ou não das trocas de posições ocupacionais no mercado. A redefinição dos conteúdos e funções precípuas das ocupações existentes, o surgimento de novas, ou mais genericamente, a “pos-fordização” das relações de produção- manifestada pelo esvaziamento das funções da gerência média, automação crescente, sistemas de produção baseados menos em economias de escala e mais em economias de escopo, “empowerment” das atividades do chão da fábrica (Barros Silva & Médici 1992)- estão provocando mudanças substantivas no espectro ocupacional, alterando posições relativas de *status* e rendimentos até então muito estáveis entre as profissões. Ser médico, professor, torneiro mecânico ou perueiro, ter carteira assinada ou não, ser ou não conta-própria configuram hoje situações menos esclarecedoras que no passado sobre a possível situação social do indivíduo.

Além disso, pensando na agenda de estudos de mobilidade social e migração, é preciso reconhecer que a relação paradigmática entre emprego e mobilidade espacial- que está na

gênese e na agenda dos estudos de migração desde o século passado, especialmente naqueles voltados à compreensão do processo nas sociedades em desenvolvimento, seja em uma perspectiva macro-estrutural, seja em uma perspectiva micro-social (Pacheco & Patarra 1997, Salim 1992)- parece estar perdendo *status* e poder explicativo. A migração não seria condicionada apenas por desequilíbrios regionais de oferta e demanda de empregos, ou pelo balanço racional do indivíduo em busca de um emprego melhor, mas crescentemente, em função da busca de menores custos de habitação, melhor oferta de serviços públicos e privados, melhor qualidade de vida, maior proximidade da família etc.

O panorama da mobilidade social e espacial seria, neste novo contexto, ainda mais diverso que o configurado na década passada, de maior incertitude de destino e dos resultados líquidos do processo. Como bem observam Pacheco & Patarra (1997):

*“Brasil da década de 80 era um prenúncio dos dilemas que passamos a assistir com maior violência nos anos 90: baixa capacidade de acomodar as tensões sociais e de incorporar novos indivíduos ao mercado formal de trabalho; uma interiorização do desenvolvimento que decorre mais da debilidade das economias metropolitanas que do crescimento sustentado dos diversos hinterlands desse País; intensa mobilidade espacial da população, dentro de uma tipologia de movimentos bem mais complexa do que os padrões clássicos da migração de longa distância das décadas passadas; insegurança social do período anterior e de reduzir a desigualdade. Um país em que as pessoas continuam a circular atrás de alguma esperança de melhoria, embora cada vez mais sem destino certo, até então representado pela cidade grande, onde a imensa disparidade entre os indivíduos era suavizada pela sensação subjetiva e, por vezes objetiva, de uma melhoria futura da qualidade de vida”.*  
(Pacheco & Patarra 1997:48-49)

Os dados da Contagem Geral da População de 1996 não poderiam ser mais clarividentes com relação a incertitude das tendências migratórias no período mais recente no país<sup>8</sup>. Mato Grosso e Rondônia, *loci* privilegiados da fronteira agrícola nos anos 50 e que exibiam até a pouco tempo das mais altas taxas de crescimento demográfico do país, sofreram um processo de inversão total de tendências de crescimento. Passaram a crescer a taxas de 1,9% e 1,5% aa, respectivamente, pouco acima da média nacional de 1,4% aa. Os fluxos do Nordeste em direção à metrópole paulistana parecem retomar o vigor de um passado não muito distante, após um arrefecimento na década de 80. Pela primeira vez após esgotamento de sua fronteira agrícola, o Paraná recuperou seu crescimento demográfico, com taxa de 1,2 %

---

<sup>8</sup> As tendências escritas baseiam-se nos informes divulgados sobre a Contagem Geral e sobretudo nos relatos verbais proferidos pelos expositores do painel “A situação migratória no Brasil nos anos 80 e 90: um diagnóstico com base no Censo 91 e nas PNADs 90s”, apresentado no Encontro Nacional sobre Migração, Curitiba, novembro de 1997.

aa. As Regiões Metropolitanas de Curitiba e Fortaleza passaram a disputar a primazia das taxas de crescimento, tal como São Paulo e Rio de Janeiro nos idos dos 40-50. Sem dúvida, os cenários futuros da dinâmica migratória adquirem contornos mais complexos, mais difíceis de serem antecipados que aqueles do período da constituição da sociedade urbano-industrial brasileira.

Por outro lado, as perspectivas de mobilidade social no quadro da Reestruturação Produtiva atual não parecem difíceis de serem conjecturadas. Afinal, a mobilidade social possível é através da mobilidade circular, cujos efeitos finais sobre a mobilidade ascendente são muito menores que os da mobilidade estrutural. Além disso, a própria mobilidade circular ascendente está restrita a segmentos de trabalhadores muito específicos, de pessoas mais qualificadas, que só podem ascender pelo descenso de outro menos qualificado. Enfim, à luz das manifestações concretas da Reestruturação Produtiva, as perspectivas para mobilidade social nos anos 90 não seriam nem mesmo de imobilidade, mas de aumento da parcela de mobilidade descendente.

De fato, é tal tendência que se pode inferir a partir dos dados recém divulgados da PNAD/96, que incluiu no seu levantamento de campo um suplemento relativo à Mobilidade Social das pessoas de referência e cônjuges nos domicílios. Reproduzindo-se a análise de mobilidade social intergeracional de Pastore (1979), com os mesmos universo de análise - homens chefes de domicílio de 20 a 64 anos - e escala sócio-ocupacional - seis estratos baseados no Índice de Posição Social de Ocupações de Valle Silva (1978) - pôde-se identificar que a mobilidade intergeracional descendente atingiu a cifra de 28 % dos chefes em relação a posição dos pais, parcela um pouco maior que a de 1988. A imobilidade atingiria cerca de 36,4% dos chefes e a mobilidade ascendente 35,6 %<sup>9</sup>.

Enfim, a des-industrialização pós-moderna parece estar minando as possibilidades concretas que a expansão industrial do pós-guerra criou para a mobilidade social de amplas camadas da população. Se antes se subia apenas um ou dois degraus da escala sócio-ocupacional, hoje o esforço da maior parte da população ocupada é procurar-se manter equilibrada no patamar alcançado.

---

<sup>9</sup> Estas cifras não são estritamente comparáveis com as de Pastore (1993) já que o status sócio-ocupacional do pai na PNAD/96 refere-se ao momento em que o indivíduo tinha 15 anos, e nas pesquisas anteriores referiam-se ao momento de entrada no mercado de trabalho, evento que se deu, em 70% dos chefes analisados, a idades de até 14 anos. As cifras de mobilidade ascendente seriam pois maiores (e as de mobilidade descendente menores) se o procedimento anterior fosse mantido.

#### 1.4. Dinâmica migratória e mercado de trabalho paulista nos últimos 15 anos

As oscilações conjunturais de curto prazo e as transformações estruturais por que têm passado o país nos últimos 15 anos repercutiram de forma intensa sobre a dinâmica migratória e do mercado de trabalho paulista. Neste sentido, a diminuição da intensidade migratória para a Região Metropolitana de São Paulo - RMSP- foi um dos aspectos mais surpreendentes que os dados do Censo Demográfico permitiram prontamente vislumbrar. Como observou Patarra (1996):

*“A divulgação dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 1991 constituiu momento propício a um intenso debate a respeito das características e tendências da dinâmica demográfica brasileira. ....A dinâmica migratória, no conjunto dos diagnósticos elaborados sobre a dinâmica demográfica recente, foi a que causou maior surpresa. ... Através dos resultados sobre as populações residentes, no âmbito dos municípios, constataram-se: tendência à desconcentração populacional no país, perda de força de atração das metrópoles - embora com permanência e reforço do crescimento maior das periferias das grandes cidades-; taxas de crescimento relativamente mais altas nos municípios do entorno dos pólos já existentes; crescimento das cidades médias e de pequenos aglomerados urbanos, entre outros aspectos. Esses indicadores, por sua vez, sugerem movimentos de retorno, maior incidência de migração intrarregional e dispersão dos fatores de atração dos deslocamentos populacionais.... O caso da Região Metropolitana de São Paulo foi, como se sabe, o mais surpreendente e discutido, em função do enorme contraste com a década anterior” (Patarra 1996:13-14).*

De fato, já nas primeiras análises baseadas nos resultados preliminares do Censo 91 e nas Estatísticas Vitais, se apontou que o saldo migratório estadual caíra de 3 milhões nos anos 70 para cerca de 600 mil no período intercensitário seguinte (Perillo 1992). Na RMSP a queda foi ainda mais intensa, passando de um saldo líquido de 2,2 milhões de migrantes para um balanço negativo de quase 300 mil no mesmo período. Em análise posterior, com base nos dados do boletim da amostra do referido censo, Cunha (1996a) apresentou resultados que mostram que o contingente de imigrantes inter-estaduais residentes há até 10 anos no Estado havia diminuído de cerca de um milhão em relação a 1980, passando a totalizar cerca de 2 milhões em 1991. Na RMSP o decréscimo da migração interestadual teria sido da mesma magnitude, e total de migrantes seria de 1,2 milhões em 1991. Segundo o autor essa diminuição do contingente de imigrantes, no Estado e na RMSP, foi reflexo de um arrefecimento dos fluxos provenientes, em especial, dos estados de Minas Gerais e Paraná, seja por uma maior capacidade retentiva de população nestes estados, seja pelo redirecionamento

dos fluxos para outras regiões. O Nordeste, no entanto, manteve seu vigor como pólo emigratório para a RMSP: os fluxos provenientes do Nordeste totalizavam um total de mais de 800 mil imigrantes com até 10 anos de residência em 1991, cifra só 18% menor que a apurada em 1980. Para a RMSP, Cunha destaca também o aumento do volume de saídas de migrantes:

*“Deve-se registrar, contudo, que se, de um lado, a imigração apresentou uma queda importante na região, de outro, a emigração cresceu de maneira impressionante. Assim, se em 1980, a emigração total registrada para RMSP foi de cerca de 814 mil pessoas...., em 1991, apenas para as regiões paulistas, a região perdeu, segundo as primeiras tabulações obtidas, mais de 1.467 mil pessoas, cifra que, embora parcial, representa um grande aumento de sua taxa de emigração que era, na década de 70, de apenas 0,28 e, com esse volume migratório, passaria para mais de 1% aa.”*.(Cunha 1996a:792).

Com relação à dinâmica migratória pelo interior do Estado, o Censo não reservou muitas surpresas. Refletindo tendências demográficas observadas em período anterior, moldadas em grande medida pela interiorização da indústria no Estado, na década de 80, as regiões de base econômica mais desenvolvida, de maior dinamismo econômico, industrial ou agro-industrial, e/ou de maior expansão de empregos continuaram apresentando uma forte intensidade migratória (Jannuzzi 1994). Como observam Bógus & Baeninger (1995), na década passada, as hinterlândias de Campinas, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Sorocaba, São José do Rio Preto e Bauru consolidaram-se como pólos de grande dinamismo migratório e abriram o caminho para a emergência de outros centros regionais como Presidente Prudente e Araçatuba, contribuindo para reversão, ou pelo menos, diminuição da evasão populacional observada no Oeste paulista em decênios anteriores. Outros aspectos destacados pelas autoras com relação à dinâmica migratória no interior foram a recuperação populacional e intensificação da migração nos municípios de pequeno porte no Estado e o crescimento mais acelerado das periferias dos centros regionais. Caiado (1995) chamou a atenção também para o crescimento acentuado de cidades de médio-grande porte ( de 250 a 500 mil habitantes) na década de 80.

Para alguns autores a diminuição da intensidade migratória no Estado, ou mais propriamente para a RMSP, estaria relacionada à baixa capacidade de geração de empregos, de absorção de mão-de-obra da economia regional e enfim de perspectivas concretas de mobilidade social ascendente (Martine 1994, Pacheco & Patarra 1997, Baeninger 1996). O mercado de trabalho estaria não só criando menos oportunidades como também mais seletivo no perfil dos contratados. Segundo esta hipótese, as perspectivas de inserção ocupacional do

migrante assim como sua mobilidade setorial ou posicional seriam menores no quadro de instabilidade macroeconômica dos anos 80 e da Reestruturação Produtiva recente.

De fato, como observam diversos autores, o comportamento do nível de emprego urbano nos anos 80 seguiu de forma aproximada o desempenho das variáveis macroeconômicas no país e no Estado, o que significa dizer que ficou muito aquém daquele verificado na década anterior.

*"Contrastando com o desempenho da década de 70, que apresentou altas taxas de crescimento, a economia brasileira nos anos oitenta caracterizou-se por forte instabilidade, estagnação econômica e crescente aceleração do processo inflacionário. Agregou-se a decepcionante performance do setor secundário, para o qual a taxa média agregada de crescimento do produto situou-se próximo de zero, um desempenho pouco dinâmico da agricultura, cujo ritmo de crescimento, embora maior que a indústria, ficou aquém da média da década de 70. Na economia paulista, a tendência estagnante foi ainda mais grave, como revela o cotejo das respectivas taxas estimadas de crescimento do PIB: 2,4% a.a. para o Brasil e 2,1 % a.a. para São Paulo."*  
(Pacheco & Pochmann 1997:12)

Essa baixa taxa de expansão do PIB, especialmente o industrial, assim como suas fortes oscilações ao longo da década, determinaram um comportamento também pouco virtuoso e um tanto instável nas taxas de crescimento do emprego no Estado. Como assinalam Pacheco & Dedecca (1992), na recessão de 1981-1983, as taxas de desemprego se elevaram no Estado, especialmente na Região Metropolitana, por conta do peso setorial da indústria na estrutura ocupacional. Os autores assinalam que o quadro poderia ter sido ainda pior para o país e para São Paulo não fossem as frentes de trabalho criadas no Nordeste para minimizar os efeitos da seca que atingiu a região entre 1979-1983. Na recuperação econômica que se seguiu no período de 1984-1986, as taxas de desemprego diminuíram no Estado, mantendo-se em níveis ainda baixos por toda a segunda metade da década, em que pese o baixo dinamismo da economia paulista, as oscilações macroeconômicas do país e aumento das taxas de participação feminina no período (Costa 1994). Na RMSP, o quadro do emprego foi menos estável, com ciclos periódicos de aumento e diminuição do desemprego, como mostra Ferreira (1992).

No campo, a desaceleração da modernização agrícola, apontada por Pacheco & Dedecca (1992) para a primeira metade dos anos 80, parece ter contribuído para diminuir a perda de postos que sistematicamente têm marcado o agrário paulista nas últimas décadas. Tal fato, aliado a continuidade do processo de interiorização da indústria no Estado, o avanço da produção de soja, trigo, laranja e cana de açúcar para produção de álcool, a maturação dos

investimentos pesados realizados nos anos 70 (Pacheco & Pochmann 1997), acabaram proporcionando taxas de expansão do emprego maiores no interior que a média estadual. Vale lembrar que, como observam Graziano da Silva *et al.* (1996), em meio à pequena expansão (e mesmo redução em alguns casos) da área destinada a culturas tradicionais e do emprego agrícola entre 1983 e 1995, desenvolveu-se um novo conjunto de atividades na zona rural paulista no período, manifestadas pelo crescimento da área ocupada com olerícolas e outras culturas destinadas ao processamento agro-industrial, pela consolidação da pecuária moderna, da avicultura e na suinocultura, além de outras atividades não-agrícolas decorrentes da urbanização do campo (moradia, turismo, lazer etc).

A expansão do emprego na Administração Pública e Serviços Sociais, traço marcante da evolução setorial do emprego no país (Sabóia 1995), também se manifestou de forma mais intensa no interior, como efeito da descentralização política e tributária em favor dos municípios ao longo da década e do aumento do poder de pressão popular para prestação de serviços sociais em âmbito municipal (Varsano 1997).

Nos anos 90, a recessão dos primeiros anos, combinada às medidas “neoliberalizantes” tomadas pelo Governo (Teixeira 1992, Cano & Pacheco 1992, Pacheco & Pochmann 1997)- assentadas na abertura acelerada do mercado interno, privatização de empresas estatais e de serviços públicos, políticas fiscais e monetárias restritivas, sobrevalorização da moeda nacional- fez com que o nível de emprego no Estado começasse a exibir uma trajetória clara e sistematicamente desfavorável, com aumento da perda de postos de trabalho. O perfil posicional da mão de obra, que ao longo da década de 80 seguira curso praticamente inalterado no Estado (Kon 1994) começa a exibir sinais de “precarização”, com aumento do setor “informal”. Na RMSP estas tendências de precarização do mercado de trabalho já se manifestavam deste final dos anos 80, com aumento da participação dos assalariados sem carteira, de autônomos e de ocupados na prestação de serviços de consumo ao público (Ferreira 1992).

Com relação à distribuição setorial dos ocupados, o processo de lenta modificação nos anos 80 - que se manifestou pela diminuição da participação das ocupações agropecuárias, aumento equivalente no Terciário e manutenção da parcela relativa ao emprego industrial e na Construção Civil - passa a exibir novo e perverso ritmo a partir do final da década passada e na recessão de 91-92 e de forma potencializada na RMSP. Como sintetizou Troyano acerca das tendências do mercado de trabalho metropolitano entre 1989 e 1992:

*“A análise efetuada indica que, ao longo da crise econômica, houve uma deterioração global das condições do mercado de trabalho. Esta ficou evidenciada pelo aumento do desemprego, pela instabilidade do nível de ocupação- seguida de expressiva queda em 1992- e pela redução pronunciada do rendimento do trabalho.*

*O estudo dos diferentes segmentos ocupacionais mostrou que esta deterioração foi generalizada. Houve uma forte precarização nas condições de trabalho, seja em termos da redução dos rendimentos reais para os trabalhadores que permaneceram ocupados, seja pela perda de emprego ou trabalho, sobretudo entre os assalariados com carteira de trabalho assinada na empresa privada. Esta perda reflete-se na redução absoluta dos níveis de emprego e nas altas taxas de desemprego registradas no período em análise. Assim, a estruturação do assalariamento, ainda que predomine como padrão de organização do trabalho na região, é frágil, sujeita a precarização, não garantindo uma proteção à deterioração das condições de trabalho, mesmo no seu tipo de contratação mais formalizado.” (Troiano 1996:204).*

Em um balanço geral da dinâmica do mercado de trabalho no Estado de São Paulo do início da década ao primeiro quinquênio dos anos 90, a virada da década parece ter se constituído em ponto de inflexão (ou agravamento) de tendências. A taxa de participação masculina, estável nos anos 80 em torno de 76%, começa a cair vagarosamente em 1993 e 1995. Descontados os efeitos da mudança conceitual de atividade e trabalho nas PNADs dos anos 90, a taxa de participação feminina continua sua trajetória ascendente, mas a ritmo menor no final do período<sup>10</sup>.

Com isso, entre 1979 e 1995, a População em Idade Ativa estadual aumentou em mais de 9 milhões de pessoas, significando um acréscimo de 51 % a mais de indivíduos. A População Economicamente Ativa aumentou a um ritmo maior (61 %) por conta do ingresso crescente de mulheres, em especial as casadas, chefes de família e mulheres com nível mais elevado de escolaridade (Costa 1994). Como a população ocupada não apresentou igual desempenho, aumentando em 5,2 milhões de pessoas no Estado (contra 6,1 milhões a mais na PEA), as taxas de desocupação mais do que dobraram, passando de 3,1 % para 7,7 % entre 1979 e 1995. O número de desocupados quadruplicou no período, chegando em 1995 a quase 1,3 milhão de pessoas no Estado. Como se vê, o patamar da desocupação é também outro ponto a diferenciar a dinâmica do mercado de trabalho nos 80 e nos anos 90 no Estado. Mantido a níveis em torno de 3 a 5 % na década de 80, ele passa para patamares superiores a

<sup>10</sup> As mudanças conceituais e no protocolo de coleta da PNAD em 1992 teve efeitos não apenas nas taxas de participação mas em todas as demais estimativas da população economicamente ativa e ocupados (tais como taxas de desocupação, participação setorial dos ocupados na Agropecuária, Construção Civil etc) (Wajmann & Rios Neto 1998). Ainda que isso comprometa a exatidão da análise longitudinal do comportamento do mercado de trabalho, não desqualifica a avaliação tendencial aqui elaborada.

7% em 1993 e 1995.

O nível de formalização das relações de trabalho, medido através da proporção de empregados com carteira assinada ou de ocupados contribuintes a institutos oficiais de previdência, deteriorou-se um pouco no Estado nos dois períodos: até 1990 a proporção de empregados com carteira mantinha-se em 72%; em 1993 e 1995, em que pese a recuperação econômica em relação aos primeiros anos da década, as cifras caíram pelo menos 2 pontos percentuais. Em termos das posições ocupacionais, a tendência mais nítida ao longo dos dezesseis anos acompanhados é o aumento do peso dos autônomos na estrutura ocupacional.

As mudanças no perfil setorial da mão de obra ocupada também foram bastante expressivas, contrapondo, de um lado, o comportamento da Agropecuária e a Indústria de Transformação, e de outro, o do Comércio, Prestação de Serviços e Serviços Sociais. Seguindo o comportamento das décadas anteriores, a Agropecuária perdeu participação na distribuição setorial dos ocupados (cerca de 2 pontos percentuais). A Indústria de Transformação que, ao contrário da Agropecuária, sempre exibira participação crescente nos decênios anteriores, viu sua participação reduzir-se de 29 % em 1979 para 22 % em 1995, movimento este que revelou-se ainda mais intenso na RMSP. Principais beneficiários da redução da participação relativa da Indústria, os setores Comércio, Prestação de Serviços e Serviços Sociais absorveram quase dois terços das 5,2 milhões de novas ocupações criadas nos 16 anos em análise. Com isso, as participações do Comércio e da Prestação de Serviços elevaram-se, em conjunto, em mais de 8 pontos percentuais entre 1979 e 1995 no Estado; os setores Serviços Sociais e Administração Pública juntos, apresentaram um aumento da participação na população ocupada de cerca de 5 pontos percentuais no período. A Construção Civil recuperou e até mesmo ampliou um pouco sua participação no conjunto dos ocupados nos anos 90, depois de apresentar um desempenho pouco dinâmico na década passada.

Estas transformações da dinâmica migratória e do mercado de trabalho seguramente repercutiram de forma distinta nas possibilidades de mobilidade sócio-ocupacional dos diversos segmentos sociais, criando oportunidades de ascensão para alguns e dificultando tal movimento para outros. A diminuição da entrada de migrantes (ou aumento da saída dos mesmos) teve, potencialmente, um impacto positivo para a mobilidade ascendente da população natural e daqueles que aqui permaneceram, na medida em que significou, em tese, uma certa diminuição da competição por postos de trabalho e da possibilidade do desemprego frente a uma expansão da PEA bem maior do que a da população ocupada no período. As

vantagens para a população residente aumentariam se na composição dos fluxos migratórios perdessem participação os migrantes mais escolarizados ou de maior qualificação para ocupações urbanas, como parece ter sido o caso (diminuição comparativamente mais expressiva do fluxos provenientes de Minas Gerais e Paraná em relação aos do Nordeste).

O aumento da taxa de atividade feminina significou, por um lado, maiores possibilidades de inserção e mobilidade ocupacional ascendente das mulheres no mercado de trabalho, mas por outro, pode ter contribuído para reduzir a gama de oportunidades para a PEA masculina. O aumento das taxas de desocupação, assim como da informalização das relações de trabalho, retrata, sem dúvida, um movimento ocupacional descendente, na linha do que vem sendo chamado de “precarização do mercado de trabalho”. A retração dos postos de trabalho na Indústria na RMSP e transferência de parte expressiva do contingente de ocupados deste setor para ocupações do Comércio e Prestação de Serviços no Estado, reduziram as chances de movimentos ascendentes na escala sócio-ocupacional, já que os empregos industriais se caracterizam, em geral, por maior estabilidade, remuneração e formalidade nas relações de trabalho. A perda de participação relativa da Agropecuária entre os ocupados e aumento relativo das ocupações urbano-terciárias certamente refletiu-se nas estatísticas de trocas setoriais de postos de trabalho, em um sentido de mobilidade ascendente para alguns, mas também de imobilidade ou mobilidade descendente para outros. A expansão dos empregos em Serviços Sociais e Administração Pública podem ter significado ampliação das oportunidades para mobilidade ascendente para a PEA com maior escolaridade. Para a população menos instruída, o ingresso de contingentes de jovens com maior escolaridade no mercado pode ter significado uma barreira adicional a aspirações concretas de uma melhor posição ocupacional.

Para aqueles que partiram de uma situação muito precária, como aqueles provenientes dos bolsões de miséria do Nordeste rural, as possibilidades de mobilidade social podem ter se concretizado até mesmo na RMSP. Mas efetivamente, após 1980, as condições para mobilidade estrutural deixam de existir de forma extensiva no país ou em São Paulo. Em algumas regiões do interior do Estado haveria até mesmo algum espaço para mobilidade estrutural.

Em termos gerais, com a perda de dinamismo na geração de empregos no estado, as possibilidades de mobilidade social passam a depender mais dos atributos individuais. Assim, se tantos sobem na escala sócio-ocupacional, outros tantos descem em igual medida, reforçando de um lado, as cifras de mobilidade ascendente e, de outro, as relativas à

mobilidade descendente.

Enfim, remetendo este cenário descrito há pouco para o contexto da análise a ser desenvolvida nos próximos capítulos, é possível adiantar que os condicionantes mais gerais do processo no estado certamente não criaram quaisquer facilidades para a mobilidade ocupacional e social dos migrantes. Ainda assim, para os distintos tipos de migrantes, nos diversos contextos espaciais para os quais se dirigiram, as possibilidades de mobilidade ocupacional e social no período de 1980 a 1993 podem ter se concretizado de forma diferente.

Afinal ...

*“A mobilidade social é condição e efeito do processo de desenvolvimento. Ela depende, assim, de mudanças estruturais (transformações estruturais, tipos de emprego e espectro ocupacional) e individuais (educação, experiência, informação e relacionamento). O peso de cada uma dessas espécies de fatores depende do estágio e ritmo de desenvolvimento da sociedade” (Peliano 1992:134)*

## 2. A PRAD COMO FONTE DE DADOS PARA ANÁLISE DA MOBILIDADE OCUPACIONAL E DA MOBILIDADE SOCIAL DOS MIGRANTES

Até pouco tempo atrás, diferentemente do que ocorria nas outras duas grandes áreas da Demografia- Fecundidade e Mortalidade - havia uma grande lacuna na produção de dados sobre migração no país e no Estado de São Paulo, característica esta aparentemente frequente em países do Terceiro Mundo, como sugere Bilsborrow (1996). De modo geral, não se dispunha no país de fontes de dados que permitissem avaliar mais periodicamente as tendências do fenômeno migratório e menos ainda para investigar de forma mais aprofundada seus múltiplos aspectos. Como observavam Patarra & Cunha na década passada:

*"Uma das grandes dificuldades com que se depara o estudioso da migração refere-se às fontes de dados, não somente pelas poucas opções disponíveis, mas também pela periodicidade de algumas, complexidade de outras e até mesmo pelas limitações que apresentam quanto à percepção do fenômeno".*  
Patarra & Cunha (1987:34).

Para fecundidade e mortalidade, ao contrário, dispunha-se não apenas das estatísticas periódicas do Registro Civil – ainda que com seus problemas de sub-registro e registros tardios- como também de *surveys* específicos como a série DHS - *Demographic and Health Survey* - ou suplementos encartados na PNAD (como na PNAD 84)<sup>1</sup>.

Neste contexto, os Censos Demográficos têm se constituído nas fontes mais regulares e usuais para dimensionamento quantitativo dos fluxos migratórios e análise das características demográficas e socioeconômicas dos migrantes (Cunha 1994, 1995). Os censos garantem cobertura completa do território e padronização de conceitos, além de investigar um número cada vez maior de quesitos de informação, fato este viabilizado pela introdução da amostragem a partir do Censo de 1960 (Hakkert 1996). Com a introdução do quesito sobre residência há cinco anos no Censo de 1991, as perspectivas analíticas do fenômeno migratório teriam se ampliado ainda mais, como o demonstram Carvalho & Machado (1992).

Na década de 90, a sistemática de levantamento e disseminação de dados sobre

---

<sup>1</sup> Mesmo com problemas de sub-registro ou atraso as estatísticas do Registro Civil têm se prestado a fornecer indicações tendenciais úteis com relação à fecundidade e mortalidade (Goldani Altmann & Ferreira 1979, Paes 1994). No caso do estado de São Paulo, a qualidade das Estatísticas Vitais (Waldvogel *et al.* 1994, Ferreira & Ortiz 1987) tem permitido o cômputo de estimativas dos saldos migratórios decenais através de métodos indiretos e, em que pese as limitações dessas estimativas para compreensão do fenômeno migratório (N.Unidas 1972, Jannuzzi 1994), na falta de dados ou dificuldade de acesso a informações de outras pesquisas, os saldos migratórios acabaram se constituindo em uma fonte importante para estudo das tendências migratórias no Estado durante os anos 80 e início dos 90.

migração parece ter tomado outro fôlego nas agências estatísticas, pelo reconhecimento da importância dos estudos de tendências migratórias para o aprimoramento da qualidade das projeções demográficas em níveis mais desagregados, no quadro de convergência ou, se se preferir, de diminuição de diferenciais regionais de fecundidade e mortalidade (Patarra 1996). No IBGE, incorporou-se quesitos sobre migração interestadual no questionário básico da PNAD a partir de 1992 e incluiu-se um quesito sobre a residência ou não há cinco anos no município de moradia atual na então recém criada Contagem Geral de População, outra fonte inédita para estudar a redistribuição espacial da população no Brasil. No caso de São Paulo, no âmbito da F. SEADE, deve-se destacar também o uso mais intensivo dos dados sobre migração provenientes da Pesquisa de Emprego e Desemprego e da Pesquisa de Condições de Vida, como mostraram os trabalhos apresentados no Seminário “Subsídios para Projeções Demográficas no Estado de São Paulo”, em 1995<sup>2</sup>.

Na presente década, a ampliação da capacidade computacional dos centros de pesquisa, assim como as novas tecnologias de armazenamento de grandes base de dados em CD-ROM, potencializadas pela nova política de disseminação de informações do IBGE, também têm impactado positivamente na produção de análises mais sistemáticas e amplas das dinâmicas migratórias regionais e nacional, como atestam os trabalhos apresentados no Encontro Nacional sobre Migração, em Curitiba, em 1997<sup>3</sup>. É bem verdade que as fitas do Censo de 1980 já permitiam explorações mais aprofundadas dos dados censitários, mas a *expertise* requerida para sua manipulação e os recursos computacionais exigidos para o processamento das mesmas só se encontravam em alguns poucos centros de pesquisa e análise no país (Cunha 1995)<sup>4</sup>.

Mas talvez um dos avanços mais significativos na década de 90 no provimento de dados para análise da migração foi a realização da Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar (PRAD), não apenas pela possibilidade de análise das tendências da migração inter e intraestadual, da origem e destino dos migrantes, mas, como assinala Patarra (1997), pelo ineditismo e atualidade das informações levantadas para o estudo das etapas migratórias, dos tipos de movimentos, das motivações para migrar, da composição do arranjo familiar em movimento, do perfil sócio-demográfico do migrante, dos diferenciais socioeconômicos em

---

<sup>2</sup> Os trabalhos apresentados no referido seminário estão reunidos na revista São Paulo em Perspectiva, v.10, n.2, abr-jun. 1996.

<sup>3</sup> Vide Anais do Encontro, publicado pelo IPARDES/ABEP, 1998.

<sup>4</sup> Em São Paulo, por exemplo, a exploração mais intensiva dos dados censitários sobre migração se deu na segunda metade dos anos 80 no SEADE e posteriormente no NEPO e NESUR/UNICAMP. Vide entre outros Bógus e Baeninger (1990) e os volumes da série Migração dos Textos NEPO.

relação à população não migrante e enfim, da relação entre a mobilidade ocupacional e mobilidade espacial, tema que orienta a elaboração deste trabalho.

Não é objetivo deste capítulo apresentar detalhadamente as características desta pesquisa - PRAD- mas sim de discutir algumas questões de natureza metodológica nela presentes ou dela decorrentes, fundamentais para entendimento das questões tratadas neste trabalho. Informações mais detalhadas sobre aspectos metodológicos da pesquisa e de seus primeiros resultados substantivos podem ser encontrados em Patarra *et al.* (1997).

Para as finalidades a que se destina, este capítulo foi estruturado em três seções. Inicialmente expõe-se de forma sumária as principais características da PRAD, as temáticas investigadas, o universo pesquisado, os quesitos de informação sobre mercado de trabalho e acerca do histórico ocupacional e migratório dos migrantes. Em seguida, apresenta-se a escala sócio-ocupacional desenvolvida para a análise da mobilidade ocupacional e social dos migrantes. Por fim, expõe-se estimativas do erro amostral a que as taxas e proporções dispostas nas tabelas dos capítulos seguintes estão sujeitas. Também se aponta, brevemente, algumas limitações acerca do levantamento retrospectivo na captação da dinâmica ocupacional e migratória no estado de São Paulo.

## 2.1. A MOBILIDADE ESPACIAL E OCUPACIONAL CAPTADA NA PRAD: CARACTERÍSTICAS, POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

A Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar (PRAD) foi levada a campo no último trimestre de 1993, com o objetivo de levantar informações sobre diversas dimensões demográficas e socioeconômicas da população paulista. A amostra da pesquisa abrangeu um conjunto de 12.320 domicílios, distribuídos por 147 municípios do Estado de São Paulo, referindo-se a um universo de cerca de 24,7 milhões de pessoas, equivalente a pouco mais de 78 % da população estadual no período. Entre os municípios contemplados na amostra figuraram todos aqueles pertencentes à Região Metropolitana de São Paulo, Região de Governo de Campinas, Região de Governo de Santos, além das Sedes das demais Regiões de Governo no Estado e uma amostra intencional de pequenos municípios (com população até 20.000 habitantes)<sup>5</sup>.

Quadro 1: Temáticas e principais quesitos investigados na PRAD e seus públicos-alvo

<b>características do entorno do domicílio</b> infra-estrutura de sarjetas, iluminação etc acesso/proximidade de serviços e equipamentos públicos e privados	<b>características da mão-de-obra (ind. 10 anos +)</b> condição de atividade condição de ocupação ocupação principal setor de atividade da ocupação posição na ocupação/categoria do emprego posse de carteira assinada rendimento do trabalho outros rendimentos
<b>características do domicílio</b> tipo material empregado condição de ocupação/aquisição número de cômodos infra-estrutura luz/água	<b>percepção subjetiva do chefe de família com relação</b> problemas do local de moradia problemas nacionais planos de mudança
<b>características sócio-demográficas dos indivíduos</b> sexo idade cor religião estado conjugal estrutura familiar naturalidade/nacionalidade mobilidade pendular mobilidade intra-municipal escolaridade/escolarização/local eleitor/local de votação	<b>histórico migratório e ocupacional de chefes migrantes</b> local de procedência (mun,uf,zona,pais) local de destino motivos da mudança (questão aberta) motivos da escolha do destino membros familiares acompanhantes situação e características ocupacionais local de trabalho (mun, uf, zona, país)
<b>características socioeconômicas das famílias</b> classe socioeconômica ABIPEME estrutura de despesas familiares	

Na pesquisa de campo aplicou-se um questionário para levantamento de informações sobre várias temáticas, referentes a distintas unidades de investigação e públicos-alvo:

<sup>5</sup> Assim, em detrimento de certa precisão metodológica, toma-se o universo da pesquisa como aproximadamente o Estado, a fim de garantir maior simplicidade e fluidez na redação do texto.

características domiciliares, infra-estrutura do entorno domiciliar, situação socioeconômica da família, características sócio-demográficas dos indivíduos, características ocupacionais da população em idade ativa (10 anos ou mais), histórico migratório e ocupacional de chefes de famílias migrantes e percepções subjetivas dos chefes com relação a algumas questões (planos de mudança, problemas nacionais etc).

De particular interesse para esse trabalho figura o levantamento retrospectivo sobre a mobilidade espacial e ocupacional dos chefes de família que mudaram, pelo menos uma vez, de município de residência ou de situação do domicílio (rural/urbano) entre 1980 e 1993.

Quadro 2: Informações sobre mobilidade ocupacional e espacial registradas na PRAD

Quesito de informação	1980	1a. migr.	2a. migr.	.....	1993
<b>Mobilidade espacial</b>					
local de procedência (mun,uf,zona,pais)	X	X	X	X	X
local de destino	X	X	X	X	X
motivos da mudança (questão aberta)	X	X	X	X	X
motivos da escolha do destino	X	X	X	X	X
membros familiares acompanhantes	X	X	X	X	X
local de trabalho (mun,uf,zona,pais)	X	X	X	X	X
local de nascimento (mun,uf,zona,pais)					X
<b>Mobilidade ocupacional</b>					
condição de atividade	X	X	X	X	X
condição de ocupação	X	X	X	X	X
ocupação principal	X	X	X	X	X
setor de atividade da ocupação	X	X	X	X	X
posição na ocupação/categoria do emprego	X	X	X	X	X
posse de carteira assinada	X	X	X	X	X
rendimento do trabalho					X
outros rendimentos					X

Pelas instruções de coleta de informações em campo, cada chefe migrante foi entrevistado para que se pudesse registrar, com precisão, cada um de seus movimentos migratórios (limitados a até seis), o ano de chegada no município, o nome do mesmo, a situação rural/urbana de sua residência, os acompanhantes e motivos da mudança. A cada mudança espacial relacionada pelo chefe migrante no período, perguntou-se também sua condição de atividade e de ocupação e, caso pertinente, a ocupação exercida, a posição na ocupação, a posse ou não de carteira assinada e o setor de atividade em que ele exercia tal ocupação. A coleta de informações sobre características ocupacionais esteve, pois, vinculada à mobilidade espacial captada na pesquisa, o que, se por um lado, limitou o levantamento sobre o histórico profissional do indivíduo, por outro, pode ter contribuído para minimizar os potenciais problemas de esquecimento (*recall errors*) com relação a situação laboral passada dos indivíduos, situação típica neste tipo de levantamento.

Também se coletou informações sobre o local de residência e as características ocupacionais para o ano de 1980. Para 1993, além dessas informações, dispunha-se de todas aquelas coletadas no corpo básico do questionário (Quadro 1), como a escolaridade alcançada, o rendimento do trabalho, o local de nascimento etc.

O levantamento retrospectivo sobre a mobilidade espacial e ocupacional de chefes de famílias migrantes é um dos aspectos mais importantes que diferenciam a PRAD de outros levantamentos amostrais multi-propósitos<sup>6</sup>. Além de permitir a análise das articulações entre migração e ocupação nesse período estrutural e conjunturalmente tão singular da história recente do país- objeto do presente trabalho- os dados levantados permitem investigar com detalhes a trajetória espacial do migrante, não restrita apenas ao último movimento, em relação ao de seu local de naturalidade ou de sua residência em uma data fixa no passado, mas também nos deslocamentos empreendidos entre 1980 a 1993. Como as localidades de residência anterior foram todas registradas a partir dos seus códigos municipais (além da zona urbana/rural) abre-se a possibilidade de inúmeras estratégias de análise de fluxos (rural/urbano, por porte municipal, por hierarquia funcional urbana, por nível de desenvolvimento regional, entre outras).

Esse detalhamento da coleta de informações sobre os locais de destino migratório (nome do município, situação urbana/rural, Unidade de Federação e País) implicou um enorme esforço de codificação na entrada de dados e na crítica posterior, esforço este recompensado pela pequena perda da informação registrada em campo. Em geral, conseguiu-se associar um código consistente para mais de 90% dos locais declarados em cada etapa migratória.

### ***O conceito de migrante na PRAD e a unidade de análise neste trabalho***

A definição operacional do conceito de migrante não é uma decisão metodológica trivial a tomar. Está relacionada com a natureza espacial da unidade de análise (migração rural/urbana, intramunicipal, intrametropolitana, inter-regional, internacional, etc.) e com a temporalidade do processo migratório em estudo. A adoção de uma unidade de análise mais abrangente ou cortes temporais mais elásticos levam, em geral, a resultados muito distintos e, possivelmente, divergentes com relação a outros trabalhos (Martine 1980a, Simmons 1987).

Na PRAD e neste trabalho, definiu-se como migrante todo indivíduo pertencente a uma família cujo chefe empreendeu uma mudança de município de residência, ou uma

---

<sup>6</sup> Também se poderia citar, como diferenças com relação a outros levantamentos similares no Estado (PNAD, Pesquisa de Condições de Vida da F.SEADE etc), o levantamento de dados sobre despesas familiares, as informações subjetivas coletadas e o acesso/proximidade de equipamentos urbanos e públicos.

mudança de residência da zona rural para urbana (ou vice-versa) em um mesmo município, ao longo do período entre 1980 e 1993. Não migrante é, pois, a parcela (majoritária) não enquadrada nestes termos, incluindo naturais e não naturais do município de residência que efetivamente não se deslocaram no período.

Para as finalidades específicas deste trabalho, tomou-se em análise um subconjunto dos migrantes identificados na PRAD. Uma vez que o histórico migratório e ocupacional havia sido levantado somente para chefes de família migrantes, para garantir compatibilidade das análises ao longo do trabalho pareceu conveniente e metodologicamente recomendado restringir o universo potencial de investigação deste trabalho aos chefes de família, mesmo em situações em que se poderia empregar todo o conjunto de indivíduos da amostra (como na comparação da situação ocupacional com os não migrantes em 1993, por exemplo). Além disso, seguindo as recomendações de estudos retrospectivos de mobilidade social e ocupacional, selecionou-se aqueles indivíduos com 15 anos ou mais em 1980, para quem se esperaria maior clareza na declaração da condição de atividade e de ocupação (Pastore 1979). A delimitação da análise somente aos indivíduos do sexo masculino, outro filtro metodológico praticado nos estudos retrospectivos de mobilidade ocupacional, não foi aqui empregada dada a preocupação de tratar, tanto quanto possível, dos diferenciais de inserção e mobilidade ocupacional segundo gênero, questão cada vez mais relevante e atual na agenda de Pesquisa Sócio-Demográfica no Brasil.

Assim dos 2.833 chefes migrantes identificados na PRAD em 1993, selecionou-se, para a análise aqui proposta, 2.387 indivíduos, correspondentes a um universo de quase 1 milhão de chefes. Se, por um lado, a delimitação do conjunto em análise - aos migrantes que tinham 15 anos ou mais em 1980 e viriam a se tornar chefes de família ao longo dos treze anos seguintes - limita a generalização das conclusões advindas deste trabalho e a comparabilidade com outros estudos, por outro, garante maior consistência metodológica nas análises aqui empreendidas.

### *As categorias ocupacionais levantadas*

Com o objetivo de ter um conhecimento básico acerca da inserção ocupacional do migrante em cada etapa migratória, o questionário de levantamento retrospectivo previa a captação de informações sobre a ocupação exercida (quesito aberto), setor de atividade (também aberto), posição na ocupação, posse de carteira de trabalho, entre outros. As ocupações registradas foram então, na fase de digitação do banco de dados, codificadas em 29

grupos ocupacionais. Estes grupos caracterizavam-se por guardar internamente certa similaridade com relação às atividades ocupacionais desenvolvidas, às relações de propriedade ou dependência dos meios de produção, às formas de inserção produtiva no processo de trabalho, ao nível de qualificação técnica exigido e ao setor de atividade, seguindo, em boa medida, os princípios básicos elencados por Jorge *et al.* (1984) para constituição de um sistema de classificação de ocupações.

Na classificação ocupacional empregada há, de partida, uma clara separação entre as ocupações da Indústria, do Comércio, da Agricultura e de Serviços, especialmente entre aquelas de baixa qualificação. Ilustram esta característica, entre outros, os grupos ocupacionais de Trabalhadores manuais de baixa qualificação na indústria (código 32), Ocupações do comércio na condição de empregado (código 11), Trabalhadores rurais (27) e Trabalhadores manuais de baixa qualificação ligadas à Construção Civil e Prestação de Serviços(09). Entre as ocupações de um mesmo setor de atividade há também categorias distintas segundo a posição na ocupação, forma de inserção no processo produtivo ou na hierarquia funcional e nível de qualificação requerido. Assim, entre as ocupações da Agropecuária, além do já referido grupo de Trabalhadores rurais (código 27), há a categoria que congrega os meeiros conta-própria (03) e a que reúne os Proprietários de fazendas (35). Também no comércio, pode-se verificar que há distintos grupos ocupacionais para empregados (grupo 11), conta-própria ( grupo 30), gerentes (grupo 12) e proprietários ( grupo 10). Na Indústria, as categorias adotadas separam as ocupações privilegiando o nível de qualificação (grupo 32 de baixa qualificação, grupos 33 e 34 de maior qualificação), grau de sofisticação tecnológica do tipo de indústria (grupo 33 de operários da indústria tradicional e grupo 34 de operários do complexo metal/mecânico/elétrico) e forma de inserção no processo produtivo (grupos 32,33 e 34 de ocupações manuais, grupo 07 de ocupações de chefia e supervisão e grupos 24 e 25 de proprietários).

As ocupações do setor Serviços, dada a sua própria heterogeneidade, são classificadas em um conjunto mais amplo de categorias, diferenciadas segundo ramo de atividade (de técnicos de saúde-cód. 23 e grupo de professores-cód. 13, por exemplo), segundo qualificação (Ocupações de baixa qualificação-cód. 09 e grupo de técnicos de nível superior-cód. 28, entre outros), segundo relação de trabalho ou posição na ocupação (grupo 17 de profissionais universitários autônomos, grupo 16 de contas-própria, grupo 26 de pequenos proprietários e grupo 19 de empregados de apoio técnico-administrativo, por exemplo).

Naturalmente que nessa classificação ocupacional de 29 categorias ainda há um elevado grau de heterogeneidade com relação a atividade-fim exercida e às formas contratuais de trabalho, que se revela particularmente intensa nos grupos 17 e 09 do setor Serviços, para citar dois exemplos. O primeiro grupo reúne advogados, dentistas, médicos, publicitários e demais profissões de nível superior exercidas em caráter de profissional liberal. O segundo, grupo 09, congrega empregadas domésticas mensalistas, faxineiras diaristas, pintores conta-própria e porteiros empregados. Além disso, na referida classificação ocupacional as ocupações da Construção Civil estão classificadas junto com as atividades de baixa e média qualificação dos Serviços e da Indústria. Também não há categorias específicas que separem funcionário público de empregado do setor privado, por mais distintas que sejam suas formas de contratação. Uma outra limitação dessa classificação ocupacional é a indiferenciação de ocupações emblemáticas de migrantes como os de servente de pedreiro e empregado doméstico, registrados ambos como ocupações manuais urbanas de baixa qualificação<sup>7</sup>. Por fim, vale notar que algumas atividades profissionais parecem estar excessivamente detalhadas frente às demais, como aquelas relativas a proprietários.

Observe-se, contudo, que tais limitações da classificação ocupacional da PRAD- assim como de outras classificações disponíveis - decorrem, em grande medida, da complexidade metodológica de criação de tipologias ocupacionais e da ausência de discussões mais periódicas sobre estas questões no país. Como observa Médici:

*“Os estudos sobre estrutura ocupacional não são muito freqüentes. A literatura disponível, seja ela produzida por economistas ou sociólogos, demonstra ser mais fácil encontrar estudos classificatórios sobre atividade econômica ou posição ocupacional do que sobre a ocupação em si mesma”*(Médici 1989:1).

Para o autor tal fato decorreria, em primeiro lugar, pelo caráter mais dinâmico das transformações na estrutura ocupacional comparativamente aos verificados na estrutura setorial de atividades e nas relações de trabalho. Como reflexo do aprofundamento da divisão técnica no trabalho, surgiriam novos ofícios, modificando o conteúdo de conhecimentos, habilidades e destrezas das ocupações existentes ou mesmo eliminando-as, seguindo a lógica transformadora mas mais vagarosa do processo de divisão social do trabalho, em que se inserem a divisão setorial e ocupacional de atividades. Essa fluidez e volatilidade das estruturas ocupacionais acabariam, segundo o autor, por dificultar a criação de hierarquias ocupacionais que pudessem ser empregadas em análises longitudinais de largo período ou mesmo de análises

---

<sup>7</sup> Ainda assim, é possível verificar o que se passa com tais ocupações mediante a análise do perfil setorial da mão de obra (Construção Civil e Serviços Domésticos).

comparativo-regionais das estruturas ocupacionais.

Além disso, estas classificações ocupacionais requerem, para sua construção, a disponibilidade de bases de dados que expressem a diversidade de ocupações existentes e garantam um nível razoável de confiabilidade em sua desagregação. Os Censos Demográficos seriam, pois, as fontes mais adequadas para este tipo de trabalho na visão do autor.

Tampouco se pode esquecer da própria dificuldade de coleta da informação sobre a ocupação exercida nas pesquisas. Uma mesma atividade profissional pode ser designada, no jargão coloquial que impera nas pesquisas domiciliares, de diversas maneiras diferentes<sup>8</sup>. Mesmo em levantamentos realizados com empregadores, agentes que, em tese, deveriam apresentar melhor declaração desta informação, há problemas na captação das denominações ocupacionais. É o que já assinalava Pastore (1973):

*“É fato conhecido que - na ausência de um dicionário e de uma legislação explícita sobre cargos e profissões - a tendência dos empregadores é utilizar nomenclaturas arbitrárias para a classificação dos profissionais. Tal tendência diminui na medida em que a empresa cresce em tamanho e melhora em racionalidade. Nas grandes empresas, existe um relativo consenso sobre o que seja um contador, um químico ou um desenhista; as funções que tais profissionais desempenham não variam muito de firma para firma.... Nas pequenas empresas, entretanto, a arbitrariedade de nomenclatura é grande, sendo comum encontrar dois “desenhistas” que trabalham em firmas diferentes realizando tarefas totalmente diferentes” (Pastore 1973:18).*

Assim, em um balanço geral, tendo em vista as dificuldades operacionais inerentes à coleta e codificação da informação sobre ocupação em um *survey* não periódico<sup>9</sup> e tendo em vista o nível de detalhamento com se poderia analisar esta informação em função do tamanho da amostra, a classificação ocupacional adotada na PRAD parece bastante satisfatória.

Para manejo estatístico destas ocupações nas análises deste trabalho foi necessário construir-se classificações ocupacionais ainda mais agregadas, uma das quais é explicitada a seguir. O outro critério de agregação de ocupações- classificação sócio-ocupacional das ocupações da pesquisa- é apresentado mais à frente, em seção específica.

---

<sup>8</sup> Vide IBGE (1981) para constatar a multiplicidade de designações diferentes de uma mesma ocupação codificada nas suas pesquisas.

<sup>9</sup> Ao contrário das pesquisas periódicas, com equipes de campo permanente, não se pôde contar com ganhos em “economias de escopo e escala” que garantam aprimoramento da qualidade dos levantamentos de informações.

Quadro 3: Categorias de ocupações codificadas na pesquisa

Código	Perfil Ocupacional	Ocupações típicas
03	Ocupações ligadas à agropecuária na condição de conta-própria ou pequeno proprietário	Meciro, sitiante
07	Ocupações de supervisão e chefia na indústria e const. civil	Supervisor de produção, mestre de obras, encarregado
08	Ocupações manuais de maior qualificação ligadas à construção civil e prestação de serviços	Encanador, carpinteiro, ladrilheiros
09	Ocupações manuais de baixa qualificação ligadas à construção civil e prestação de serviços	Empregados domésticos, faxineira, jardineiro, pedreiro, porteiro, pintor
10	Proprietários de negócios ligados ao comércio	Comerciante proprietário
11	Ocupações do comércio na condição de empregado	Vendedor, balconista
12	Ocupações do alto comércio em cargos de gerência	Gerente no comércio
13	Ocupações ligadas à atividades de ensino básico público e privado	Professor de 1º e 2º graus, professor de Inglês, prof. particular
14	Ocupações de maior qualificação ligadas à segurança pública	Militares e policiais-militares de patente superior
15	Ocupações de baixa qualificação ligadas à segurança	Militar e policial militar de baixa patente, guarda, vigia, segurança
16	Ocupações ligadas à serviços pessoais prest. como conta-própria	Barbeiro, manicure
17	Profissional Universitário Autônomo	Advogado, dentista, médico, publicitário
18	Ocupações de natureza gerencial	Gerente médio, Diretor
19	Ocupações de natureza técnica-administrativa	Contador, assistente financeiro, programador
20	Ocupações de apoio administrativo	Secretária, escriturário, auxiliar administrativo, caixa de banco
21	Ocupações técnicas de nível médio ligadas à produção	Desenhista, técnico-químico, protético, analista de laboratório
22	Ocupações ligadas à prestação de serviços comunitários	Padre, pastor, irmãos-religiosos
23	Ocupações técnicas ligadas à saúde	Enfermeira, instrumentadora
24	Proprietários de negócios ligados a atividades de produção	Industrial
25	Proprietários de negócios de grande porte	Empresários
26	Proprietários de pequenos negócios no setor serviços	Proprietários de oficinas e de reparos
27	Ocupações ligadas à agropecuária, na condição de trabalhador braçal	Trabalhador rural
28	Ocupações técnicas de nível superior	Engenheiro, analista de sistemas, médico, economista, auditor
29	Ocupações ligadas a artes e serviços de diversão e lazer	Músico, artista, escultor, atleta
30	Ocupações do comércio na condição de conta-própria	Vendedor ambulante
32	Ocupações manuais de baixa qualificação na indústria	Aprendizes, carregadores, tapeceiros
33	Ocupações manuais de maior qualificação na indústria tradicional	Tecelões, sapateiros, marceneiros
34	Ocupações manuais de maior qualificação na indústria metal/elétrica/química/farmacêutica	Torneiro mecânico, soldadores, mecânicos, técnico químico
35	Proprietários de fazendas	Agricultor, pecuarista

Partindo da classificação ocupacional usada na divulgação do plano tabular da PRAD

(Patarra *et al.* 1997) e seguindo as boas práticas da “desagregabilidade” estatística dos dados, as 29 ocupações levantadas em campo foram reagrupadas em 10 grupos ocupacionais. Nesta agregação de ocupações procurou-se garantir, tal como na classificação original das ocupações levantadas em campo, os princípios norteadores básicos- já relacionados- para constituição de um sistema de classificação de ocupações (similaridade interna destas ocupações quanto ao tipo de controle da atividade produtiva, à propriedade dos meios de produção, às formas de inserção produtiva no processo de trabalho, ao nível de qualificação técnica exigido e ao setor de atividade). Ainda assim, alguns grupos ocupacionais acabaram encerrando grande heterogeneidade interna em relação a um ou mais destes fatores, como os Proprietários, Ocupações de escritório etc.

Quadro 4: Classificação ocupacional agregada

#	Grupo	Cód	Perfil ocupacional
1	Trabalhadores rurais	27	Ocupações ligadas à agropecuária, na condição de trabalhador braçal
2	Trabalhadores manuais bx qual	09	Ocupações manuais de baixa qualificação ligadas à construção civil e prestação de serviços
3	Trabalhadores manuais qualif	32	Ocupações manuais de baixa qualificação na indústria
		08	Ocupações manuais de maior qualificação lig à const civil e prest de serviços
4	Ocupações no comércio e serviços pessoais	30	Ocupações do comércio na condição de conta-própria
		11	Ocupações do comércio na condição de empregado
		15	Ocupações de baixa qualificação ligadas à segurança
		16	Ocupações ligadas à serviços pessoais prest. como conta-própria
5	Técnicos de nível médio	33	Ocupações manuais de maior qualificação na indústria tradicional
		34	Ocupações manuais de maior qualificação na indústria mais dinâmica
		21	Ocupações técnicas de nível médio ligadas à produção
		29	Ocupações ligadas a artes e serviços de diversão e lazer
6	Ocupações de escritório	19	Ocupações de natureza técnica-administrativa
		20	Ocupações de apoio administrativo
7	Trabalhadores de serviços sociais	13	Ocupações ligadas à atividades de ensino básico público e privado
		14	Ocupações de maior qualificação ligadas à segurança pública
		23	Ocupações técnicas ligadas à saúde
		22	Ocupações ligadas à prestação de serviços comunitários
8	Chefes e gerentes	07	Ocupações de supervisão e chefia na indústria e const. civil
		12	Ocupações do alto comércio em cargos de gerência
		18	Ocupações de natureza gerencial
9	Proprietários nos diversos setores e portes de negócios	03	Pequeno proprietário rural ou meeiro
		35	Proprietários de fazendas
		10	Proprietários de negócios ligados ao comércio
		24	Proprietários de negócios ligados a atividades de produção
		25	Proprietários de negócios de grande porte
		26	Proprietários de pequenos negócios no setor serviços
10	Ocupações de nível superior	17	Profissional Universitário Autônomo
		28	Ocupações técnicas de nível superior

Com relação à distribuição setorial dessas ocupações empregou-se, quando possível, dez grupos setoriais, seguindo as denominações e agregações tradicionalmente usadas em estudos sobre o mercado de trabalho e, em particular, sobre a inserção laboral do migrante (como o destaque, em separado, dos Serviços Domésticos). Em algumas situações, para garantir menor variabilidade dos resultados, optou-se por juntar os Serviços Domésticos ao setor de Construção Civil, Prestação de Serviços ao Comércio, e Serviços Sociais aos Serviços Auxiliares da atividade econômica.

Quadro 5 : Agregação de setores de atividade das ocupações

Setores de Atividade	Sub-setores abrangidos
Agropecuária	Agricultura, Pecuária Extrativismo Vegetal ou Mineral
Ind. Transformação – ramos complexos	Indústria Metal-mecânica, Elétrica, Química, Farmacêutica
Ind. Transformação – ramos tradicionais	Alimentação, Mobiliário, Vestuário, Têxtil, Calçados, demais ramos industriais
Construção Civil	Construção de edificações Serviços de reparos e reformas
Comércio	Comércio varejista, atacadista e ambulante
Prestação de Serviços	Serviços pessoais, limpeza, hospedagem, alimentação, mecânicos, diversão, segurança
Serviços Domésticos	Serviços domésticos
Serviços Auxiliares	Serviços financeiros, seguros, contabilidade, registro de documentos, advocacia, informática, consultoria, transporte, comunicações armazenagem
Serviços Sociais	Serviços na área de Educação, Saúde, Comunitários, Administração Pública, Segurança pública, Forças Armadas
Outras Atividades	Demais setores não relacionados e mal especificado

As categorias empregadas na caracterização da posição na ocupação principal dos chefes migrantes correspondem, neste trabalho, a adaptações daquelas que vêm sendo empregadas nas pesquisas domiciliares do IBGE. Embora o questionário previsse doze códigos para enquadrar a posição na ocupação/categoria do emprego do chefe, além da posse ou não da carteira e tipo/local de exercício da ocupação (empresa, pessoa física, conta própria), neste trabalho distinguiu-se apenas seis posições ou categorias de emprego: Autônomo, Empregado

do setor privado Com Carteira de Trabalho Assinada, Empregado do setor privado Sem Carteira de Trabalho Assinada, Empregado do setor Público ou Estatal, Empregador e Outros. Este esquema de enquadramento dos registros de posição na ocupação pelas categorias elencadas foi adotado a partir de uma avaliação sobre a qualidade das declarações e da possibilidade de captar distintas formas de posição ocupacional com base em outras informações disponíveis na pesquisa (como no caso dos meeiros e outros trabalhadores na Agropecuária rurais ou empregados nos Serviços Domésticos).

Quadro 6: Agregação das categorias de posição na ocupação usadas na PRAD

<b>Categorias analíticas empregadas</b>	<b>Situações empíricas levantadas</b>
Autônomo	Autônomo dependente Autônomo independente Trabalhador doméstico diarista Meeiro ou parceiro
Empregado com carteira de trabalho assinada	Empregado do setor privado, com carteira de trabalho assinada Trabalhador doméstico mensalista, com carteira de trabalho assinada Trabalhador agrícola (volante ou permanente), com cart.trab.assinada
Empregado sem carteira de trabalho assinada	Empregado do setor privado, sem carteira de trabalho assinada Trabalhador doméstico mensalista, sem carteira de trabalho assinada Trabalhador agrícola (volante ou permanente), sem cart.trab.assinada
Empregado do setor público ou estatal	Funcionário público (estatutário ou CLT), Empregado de empresa estatal ou sociedade mista
Empregador	Empregador
Outros	Trabalhador familiar não remunerado Não sabe/Mal especificado

### ***Breve discussão sobre as informações levantadas sobre ocupação***

É importante observar que devido as limitações operacionais do trabalho de campo e aos múltiplos propósitos da pesquisa, o protocolo de coleta das informações relativas à condição de atividade e de ocupação teve que ser bastante sucinto e simplificado. Naturalmente, tal simplificação refletiu-se na precisão da coleta e de enquadramento de certas situações ocupacionais empíricas, levando a estimativas de taxas de atividade provavelmente mais baixas do que seria apontado se um protocolo de pesquisa mais completo fosse aplicado.

De fato, na comparação dos resultados da PRAD e da PNAD para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) em 1993, verificou-se que a primeira apontava uma taxa de atividade inferior em sete pontos à taxa equivalente da segunda pesquisa para a população de 10 anos ou mais, subestimação esta constatada sobretudo entre os jovens até 19 anos, idosos e mulheres após os 30 anos<sup>10</sup>.

Em que pese estas diferenças nas taxas de atividade, as taxas de desocupação mostraram-se muito próximas entre as pesquisas (e até ligeiramente superior na PRAD). Tal resultado só foi possível por conta de um período de referência mais extenso de procura por trabalho na PRAD (30 dias), que acabou compensando o efeito da enumeração de uma população ativa menor (pela provável imputação de inatividade- em vez de desocupação - para pessoas virtualmente desocupadas ou com situação ocupacional menos clara, como o relatado para jovens, estudantes, idosos e donas de casa).

Com relação a distribuição setorial da população ocupada, a PRAD apontou uma incidência um pouco maior de ocupados em Serviços que a PNAD na RMSP em 1993, em detrimento da parcela alocada na Indústria de Transformação e Agropecuária. Tal fato poderia ser explicado, ao menos parcialmente, pela maior parcela de ocupados classificados em “outras atividades” na PNAD e da ampliação do conceito de trabalho nesta pesquisa a partir de 1992. Na comparação entre as pesquisas também se constatou uma incidência relativamente maior de Empregadores e Autônomos na PRAD, algo que se poderia atribuir às dificuldades inerentes do levantamento deste tipo de informação (especialmente no que diz respeito à diferenciação entre Autônomos e Empregados sem carteira assinada e Autônomos e Trabalhadores domésticos diaristas).

Observe-se, porém, que se a comparação das características e formas de inserção no mercado de trabalho fosse efetuada sobre o universo de chefes de família - unidade de análise aqui enfocada - e não sobre toda a população em idade ativa ou economicamente ativa, os resultados provavelmente seriam mais próximos entre as duas pesquisas, já que as situações ocupacionais dos chefes parecem ser mais claras e convencionais que dentre a população em geral.

Por fim, nunca é demais lembrar sobre as dificuldades metodológicas de comparação entre duas fontes quaisquer. Os objetivos a que se destinam as fontes de dados, a natureza da

---

<sup>10</sup> Na comparação entre PRAD e PNAD para a RMSP, a comparabilidade temporal dos dados está, em grande medida, garantida pelo fato da execução do trabalho de campo das duas pesquisas ter-se realizado nos últimos meses de 1993. Sendo duas pesquisas amostrais, suas estimativas estão sujeitas a erros amostrais, que se constituem em uma primeira fonte de divergência de resultados. A comparação entre resultados das duas pesquisas foi apresentada no anexo 2 do projeto de qualificação no doutorado (Jannuzzi 1998a).

coleta e da organização dos dados (censo, registro administrativo, *survey*), os conceitos e categorias analíticas empregadas, o questionário, o período de referência das informações coletadas, a referência espacial, a periodicidade e prazo de coleta, a metodologia de construção dos indicadores e taxas são aspectos que tornam difíceis as comparações de resultados entre pesquisas, quando não as inviabilizam. Até mesmo entre fontes de dados que compartilham objetivos comuns e são organizadas e atualizadas por um mesmo agente produtor estas dificuldades podem existir. As estatísticas de mercado de trabalho oferecem vários exemplos neste sentido. É o que Árias (1988) demonstra em seu estudo comparativo sobre a conjuntura do mercado de trabalho nos anos 80 a partir das PNADs, PMEs e Boletim da amostra do Censo Demográfico 80, todas conduzidas pelo IBGE. O autor discute as divergências entre taxas de atividade e ocupação nestas fontes, atribuindo-as como resultado das diferenças conceituais, da qualidade e experiência dos entrevistadores, as características do trabalho de supervisão e da crítica de campo, a semana de referência, a pessoa entrevistada no domicílio, os procedimentos de imputação na resolução de situações imprecisas, além das características do plano amostral e da modalidade de seleção dos domicílios (painel, seleção sistemática, etc) e dos procedimentos da expansão da amostra. Este último item - procedimentos da expansão da amostra - tem sido sistematicamente apontado como fator de efeito não desprezível- e invariavelmente indesejado - nas estimativas divulgadas da PNAD (Martine *et al.* 1988)<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Tais divergências nas estatísticas do trabalho não são especificidades do nosso Sistema Estatístico, mas estão presentes também na França como mostra Rouault-Galdo (1993). Neste trabalho são citados alguns outros fatores de divergência que poderiam se aplicar no caso brasileiro: universo amostrado (população total ou população residente nos domicílios particulares permanentes), conceito de estudante, de dona-de-casa, bateria de questões usadas na classificação da condição de atividade e ocupação, além do "protocolo de coleta" (forma, ordenação e número de categorias dos quesitos no questionário).

## 2.2. A ESCALA SÓCIO-OCUPACIONAL CONSTRUÍDA

Para que se pudesse analisar a evolução do perfil sócio-ocupacional dos migrantes segundo diferentes recortes analíticos e conduzir, também, parte deste trabalho no marco metodológico dos estudos de mobilidade social foi necessário construir-se uma escala hierarquizada de ocupações, a partir dos 29 grupos ocupacionais codificados na pesquisa. Tentativas de emprego da classificação ocupacional agregada (em dez grupos ocupacionais) mostrou que ela era por demais extensa para garantir análises estatisticamente consistentes para os subconjuntos de migrantes de interesse, além de encerrar uma certa ambigüidade com relação à posição social que se poderia associar aos grupos ocupacionais.

As escalas sócio-ocupacionais cumprem um papel fundamental nos estudos de mobilidade ocupacional, pois mediante a hierarquização das ocupações e profissões em uma escala unidimensional, elas se prestam a análises comparativas *cross-sectional* da inserção de grupos sociais na estrutura ocupacional, permitindo avaliar qual deles tem melhor ou pior enquadramento pelas categorias. Nos estudos de mobilidade social, mediante a identificação da posição da ocupação na escala como *proxy* da inserção dos indivíduos na pirâmide social, pode-se avaliar se os mesmos ascenderam, desceram ou permaneceram imóveis na estrutura social, em relação a uma situação passada vivenciada pelos próprios indivíduos (mobilidade intrageracional) ou pelos seus pais (mobilidade intergeracional). Não menos importante, outra função destas escalas é possibilitar o manejo estatístico dos grupos ocupacionais em pesquisas amostrais, agregando-os em conjuntos menos suscetíveis à variabilidade amostral

Nesta seção expõe-se de forma sumária os procedimentos metodológicos que, talvez mais do que quaisquer outros, tenham impacto decisivo sobre os resultados substantivos deste trabalho de pesquisa, isto é, sobre o balanço final da mobilidade sócio-ocupacional dos migrantes entre 1980 e 1993. Como bem observa Weiss (1986), sobre a sensibilidade do uso destas escalas nos estudos sobre mobilidade social:

*“La qualité méthodologique des études sur la mobilité dépend à la fois de la fidélité de la traduction de ses différentes dimensions en variables ainsi que l’aisance de leur opérationnalisation.... ... Pierre angulaire des travaux de mobilité sociale, la variable renseignant sur la catégorie socioprofessionnelle des enquêtés expose plus que toute autre le chercheur au reproche de proposer une synthèse ‘nominaliste’ de ses préjugés....”* (Weiss 1986: 29).

As dificuldades de compatibilização da classificação ocupacional adotada na PRAD com outras tipologias ocupacionais já disponíveis, decorrente da forma como as declarações de ocupações foram registradas em campo e codificadas para entrada de dados, impossibilitou a

utilização de escalas sócio-ocupacionais desenvolvidas e testadas anteriormente por outros autores, obrigando a criação de uma escala específica para a PRAD<sup>12</sup>.

Contudo, ainda que se lograsse adaptar as escalas existentes à PRAD, o esforço empreendido na construção de um indicador sócio-ocupacional específico ainda se justificaria pelo reconhecimento de que boa parte das escalas ou tipologias ocupacionais disponíveis foram desenvolvidas a partir de estruturas ocupacionais de mais de 15 ou 20 anos atrás, referidas ao perfil médio do ocupado no mercado de trabalho brasileiro à época. O emprego destas escalas sócio-ocupacionais ao longo do período aqui analisado - da primeira grande crise econômica pós-Milagre aos primeiros anos da Reestruturação Produtiva no país, processos estes potencializados no território paulista - demandaria, no mínimo, uma avaliação preliminar da posição conferida a alguns grupos ocupacionais na Indústria, na Agropecuária e nos Serviços. As novas ocupações criadas nestes setores, assim como as indicações de perda de “*status* social”, “proletarização” ou “rebaixamento salarial” de algumas profissões técnicas e ascensão de outras historicamente estigmatizadas (no campo e no “setor informal”, por exemplo), e outras transformações trazidas no bojo da Reestruturação Produtiva poderiam estar comprometendo, em alguma medida, a validade do uso das escalas sócio-ocupacionais já disponíveis na análise de tendências mais recentes da estrutura ocupacional<sup>13</sup>.

### ***Aspectos metodológicos da construção da escala sócio-ocupacional***

A primeira e mais crucial questão metodológica a enfrentar na construção de um indicador do *status* ou forma de inserção individual ou familiar na estrutura social é a escolha das variáveis que poderiam traduzir operacionalmente este constructo teórico, tão idealizado quanto elástico, de “posição na estrutura social”.

Tradicionalmente, em estudos de mobilidade social com delineamento retrospectivo, se utiliza uma escala hierarquizada das ocupações e profissões para classificar a posição do indivíduo ou família nos degraus da pirâmide social (Pastore 1979, Weiss 1986, Hout 1983, Merlié & Prévot 1997). Desta maneira, a partir da comparação das ocupações exercidas em dois momentos no passado, se pode avaliar se houve mobilidade social ascendente, descendente ou imobilidade social no período.

Ainda que se possa levantar uma série de objeções com relação à validade,

---

<sup>12</sup> Algumas das escalas sócio-ocupacionais ou classificações ocupacionais disponíveis podem ser vistas em Valle Silva (1978), Jorge *et al.* (1984), Seade (1992), Matos (1994), Barros *et al.* (1997), Troyano (1996).

<sup>13</sup> Por outro lado, usar uma escala externa traria uma segurança maior de não cair em “armadilhas tautológicas”, de identificar relações entre variáveis ou resultados empíricos que, por construção, já estariam associados.

confiabilidade e consistência interna destas escalas sócio-ocupacionais para lidar com questões tão delicadas e candentes da Pesquisa Social, não parece haver alternativas muito melhores para lidar com este tipo de informação levantada retrospectivamente. Outros *proxies* da inserção social do indivíduo poderiam, em tese, ser considerados como a escolaridade, rendimento ou algum indicador subjetivo de auto-classificação. Na prática, estes indicadores parecem apresentar deficiências metodológicas intransponíveis para análise da mobilidade ao longo do tempo como o descolamento progressivo entre medida e conceito (no caso da escolaridade), problemas de lembrança e erros de declaração (rendimento) e racionalizações *post-facto* (*status* auto-conferido)<sup>14</sup>. A ocupação acaba sendo pois a variável mais adequada para acompanhar a mobilidade social ao longo de um período.

*“Pourtant, dans les enquêtes de mobilité sociale, la profession est le critère principal, et généralement unique, de classement social. Il y a à cela de bonnes raisons d’ordre pratique: c’est une information relativement accessible et dont la signification est assez synthétique, parce qu’elle est liée aux autres éléments ou aspects du statut. ...Dans cet usage, la profession est mobilisée comme un indicateur, commode ou usuel, de statut social”* (Merllié & Prévot 1997:21)

Vale observar que tal decisão metodológica, de tomar a categoria sócio-ocupacional como “proxy” da sua posição na estrutura social, impõe uma limitação importante no universo de análise: afinal, só os ocupados podem ser assim assinalados<sup>15</sup>. Também é importante registrar que, em meio a “pos-fordização” das relações de produção (Barros Silva & Médici 1992), a identificação da dinâmica da Mobilidade Social com a das mudanças de categorias ocupacionais hierarquizadas tende a ser cada vez mais sujeita a intermediações particularizantes, retirando-lhe parte da validade que lhe era inerente no passado. As relações de trabalho, a forma de inserção no processo produtivo, a vinculação setorial das atividades ocupacionais passam a assumir nuances tão variadas e conjunturais que colocam desafios adicionais na já complexa atividade de construção de classificações e hierarquias ocupacionais. Ser médico, professor, torneiro mecânico ou perueiro, ter carteira assinada ou não, ser ou não conta-própria configuram hoje situações menos esclarecedoras sobre a possível situação social do indivíduo que no passado.

Depois de definida a forma de associar operacionalmente a posição do indivíduo na estrutura social através da posição da sua ocupação em uma escala sócio-ocupacional, impõe-

---

<sup>14</sup> A pesquisa acadêmica mais recente parece estar mostrando que o aprimoramento da análise da mobilidade social está se dando mais em função dos investimentos - custosos - em *surveys* longitudinais com painéis fixos de domicílios do que na criação de um indicador totalmente original de posição na estrutura social.

<sup>15</sup> Inativos, aposentados e desempregados só podem ser incorporados na análise se for coletada a informação sobre a última ocupação exercida ou ainda, se se fizer algumas suposições simplificadoras como colocá-los na base da escala (o que não parece inconsistente no caso brasileiro).

se duas outras questões metodológicas nada triviais: a escolha das variáveis/critérios e o método para hierarquização das ocupações na dita escala. Existem várias alternativas com relação aos critérios e aos métodos a adotar (Miller 1977): escalas baseadas em atributos socioeconômicos intrínsecos às ocupações ou em pontuações de prestígio atribuído por especialistas; escalas construídas “artesanalmente” como a categorização em 6 níveis da PCS francesa de 1982 - “*Professions et Catégories Socioprofessionnelles*”- resultante de longo processo de aprimoramento metodológico (Desrosières & Thévenot 1996)- ou escalas construídas com emprego de métodos estatísticos sofisticados<sup>16</sup>; escalas sócio-ocupacionais mais simples, de quatro ou cinco níveis de *status*, de acordo com o caráter manual/não manual da ocupação e o nível médio de qualificação requerido (Hout 1983)<sup>17</sup> ou escalas mais complexas, hierarquizadas segundo uma combinação de diversas variáveis simultaneamente.

Em estudos da Mobilidade Social e em análises da estrutura ocupacional elaboradas por autores de países anglo-saxões é comum encontrar-se escalas sócio-ocupacionais construídas através da combinação do nível educacional formal dos indivíduos e o nível médio de renda proporcionado por suas ocupações (Desrosières & Thévenot 1996). Ocupações de maior *status* sócio-ocupacional seriam, neste sentido, aquelas que o mercado contratante estaria exigindo maiores níveis de qualificação e remunerando acima da média. Ocupações mal remuneradas ou exercidas por indivíduos de baixa escolaridade teriam, ao contrário, um *status* sócio-ocupacional mais baixo. Ocupações do comércio ou da indústria, exercidas com contrato formal de trabalho ou não, na condição de proprietário, empregados ou autônomos, em grandes ou pequenos estabelecimentos teriam *status* sócio-ocupacional diferenciados em função dos rendimentos médios e escolaridade “típica”. No Brasil, uma das mais referidas e validadas escalas construídas desta forma foi a desenvolvida por Valle Silva (1978) com base no Censo Demográfico de 1970.

Na falta de alternativas melhores, por motivos de ordem pragmática, decidiu-se adotar critérios semelhantes na construção da escala sócio-ocupacional para uso nas análises deste trabalho, empregando as informações sobre rendimento do trabalho principal e escolaridade formal dos indivíduos no momento da entrevista (último trimestre de 1993).

Sem dúvida que, no caso brasileiro, a adoção destas variáveis como critérios de hierarquização ocupacional está sujeita a uma série de críticas de natureza substantiva e

---

<sup>16</sup> Não necessariamente melhores, vale registrar.

<sup>17</sup> Uma escala desta natureza, em que as ocupações se classificavam, segundo ordem crescente de *status*, em Manual não qualificado, Manual qualificado, Não Manual não qualificado, Não Manual qualificado e Dirigente foi usada no plano tabular básico da PRAD (Patarra *et al.* 1997) e em Antico (1997).

metodológica. Afinal, como já assinalado anteriormente, uma classificação consistente das ocupações em categorias analíticas deveria se pautar pelo caráter manual/não manual da atividade exercida, a forma de inserção como proprietário, empregado ou autônomo no processo produtivo, a função técnica ou diretiva exercida na ocupação, a alocação setorial em ramos mais tradicionais ou dinâmicos, além da qualificação técnica (e não escolaridade formal). Além disso, se se escolher “características-produto” e não “atributos-constituintes”<sup>18</sup> para hierarquizar as ocupações em mercados de trabalho semi-estruturados como o brasileiro, talvez se devesse abordar outros aspectos tipificadores dos postos de trabalho como a rotatividade média, grau de proteção trabalhista, horário do turno de trabalho, horas semanais trabalhadas, cesta de benefícios indiretos, condições ambientais para exercício do trabalho, entre outros (Seade 1992b, Braglia *et al.* 1995, Troyano 1996).

Também é questionável o uso da escolaridade formal adquirida pelos indivíduos como um indicador do nível de qualificação requerido para o exercício da ocupação. Qualificação requerida não se limita à escolaridade formal; por outro lado, o perfil médio de escolaridade dos indivíduos que exercem uma dada ocupação pode ser superior ao que, de fato, seria necessário para pleno desempenho das funções. Por fim, sem entrar no mérito quanto à propriedade do uso da renda como variável discriminatória da posição das ocupações, vale lembrar que, no Brasil e na grande maioria dos países do Terceiro Mundo, as informações sobre rendimentos estão sempre sujeitas a problemas de omissão ou subdeclaração em pesquisas domiciliares. Além disso referem-se a um período específico do ano que pode não ser o mais representativo do poder aquisitivo médio do indivíduo ao longo dos meses em função das diferentes datas-base das categorias profissionais, nível de inflação, sistemática de correção de salários, etc.

#### *As decisões operacionais para construção da escala*

Para construção da escala nos moldes acima especificados, identificou-se primeiramente, para cada grupo ocupacional, o perfil médio de escolaridade e a mediana do rendimento do trabalho, com base nos registros individuais da população masculina ocupada com idade entre 40 e 49 anos<sup>19</sup>.

A delimitação de tal segmento populacional para definição do perfil de escolaridade e

---

<sup>18</sup> A dicotomia “características-produto” e “atributos-constituintes” é usada no mesmo sentido em que se emprega indicadores-produto (como taxa de mortalidade infantil ou rendimento) e indicadores-insumo (número de médicos por habitante ou caráter manual/não manual da ocupação, por exemplo).

<sup>19</sup> Não se usou o fator de expansão da amostra para tanto, já que se tratava de privilegiar os resultados empíricos da amostra.

rendimento justificou-se pela necessidade de minorar os efeitos composicionais do sexo e idade sobre estas dimensões. Como tem sido fartamente demonstrado na literatura sobre diferenciais de gênero no mercado de trabalho brasileiro, os rendimentos de homens são mais elevados que aos de mulheres, mesmo controlando-se escolaridade, tempo de serviço ou outras variáveis (Kon 1995). Com relação à idade, vale observar que os rendimentos do trabalho são crescentes com a idade, atingindo o máximo entre 40 e 49 anos, decrescendo a partir de então. Com relação ao perfil médio de escolaridade o comportamento tende a ser inverso, já que a escolaridade formal das gerações mais novas tende a ser superior às das mais velhas. Vale observar que o tamanho da amostra com que se lidava não comportava a adoção da metodologia proposta de Valle Silva (1978), de retirada dos efeitos composicionais através da aplicação da análise de regressão, nem restringir-se a uma idade exata como adotado por Barros *et al.* (1997). Por fim, a adoção da mediana em lugar da média como medida do valor “típico” do rendimento dos grupos ocupacionais respaldou-se na necessidade de se tomar um indicador mais robusto aos pontos destoantes que afetam, em particular, este tipo de informação.

A hierarquização dos grupos ocupacionais foi obtida a partir do cruzamento e combinação de categorias previamente construídas com auxílio de técnicas multivariadas<sup>20</sup>. Assim, os 29 grupos ocupacionais foram classificados, separadamente, em quatro níveis de rendimento mediano e em quatro agrupamentos homogêneos segundo o nível de escolaridade “típico” (Quadro 7). Para se definir a escala sócio-ocupacional foi-se combinando “qualitativamente” as oito classes de ocupações, criando-se categorias sócio-ocupacionais de diferentes níveis. Construiu-se escalas com diferentes números de categorias e agregações de ocupações, elegendo-se, ao final, a que é apresentada no Quadro 8, com quatro níveis de *status*. Tal decisão pautou-se por considerações sobre os limites de desagregação da amostra em análise e pelos resultados obtidos na validação das outras escalas empiricamente construídas e testadas.

---

<sup>20</sup> Os detalhes operacionais da aplicação dos métodos foram explicitados no anexo 3 do projeto de qualificação do doutorado (Jannuzzi 1998a).

Quadro 7 : Classificação das ocupações em grupos homogêneos segundo rendimento mediano e perfil de escolaridade

Hierarquização das ocup. seg. perfil escol.	Hierarquização classe 1	das ocupações classe 2	segundo rendimento classe 3	classe 4
classe 1	27	9,32		
classe 2		3,8,15,16,33,26	11,30,35,7,10,34	
classe 3		23	14,20,22	12,21,24,25
classe 4			29,13	17,18,19,28

Diagrama 1: Etapas metodológicas na construção da escala sócio-ocupacional

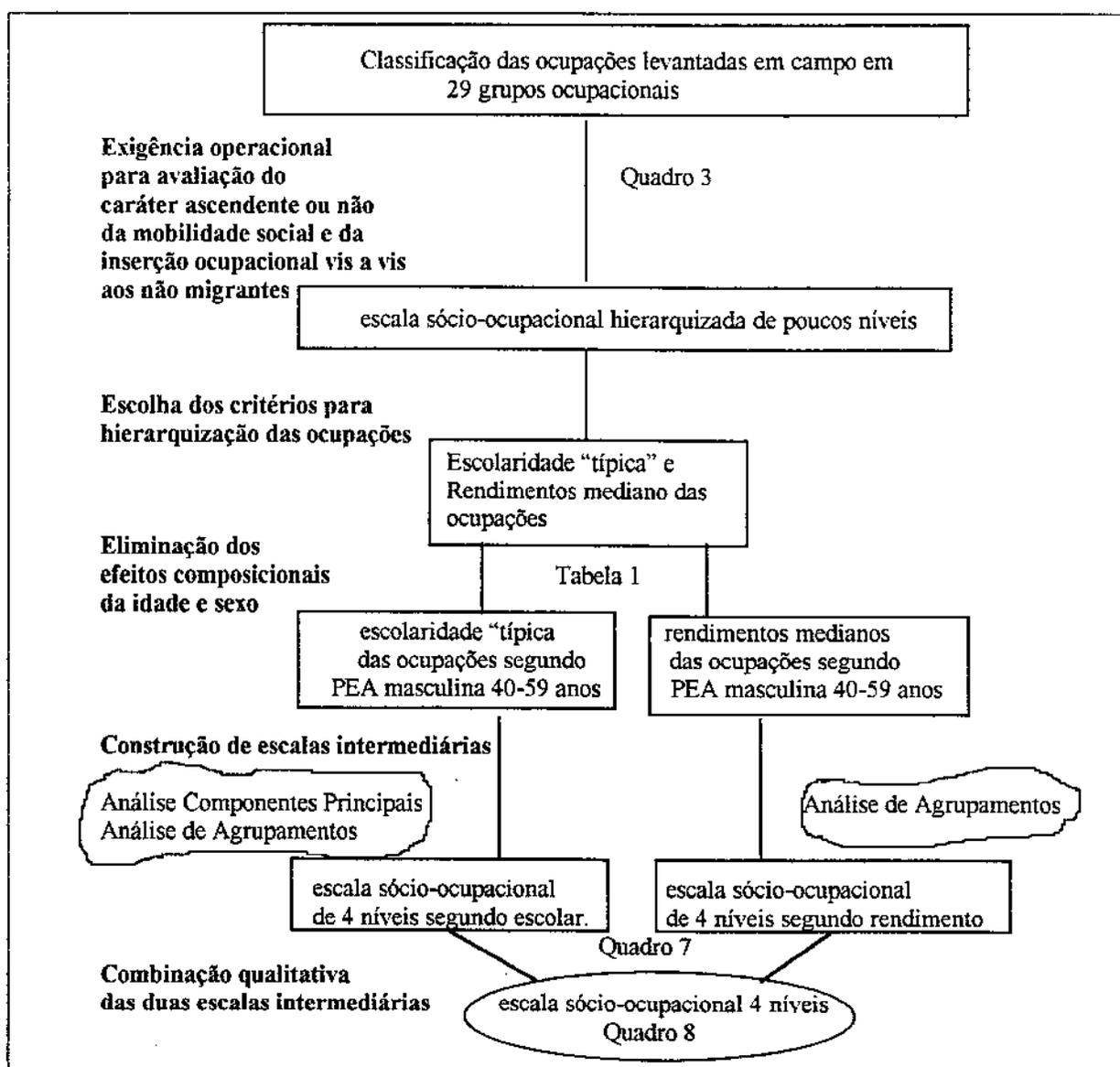


Tabela 1 : Perfil "típico" de escolaridade e de rend. mediano dos grupos ocupacionais  
População Ocupada Masculina com 40 a 49 anos - Amostra da pesquisa - 1993

Cod	Grupo ocupacional	Sem Instrução	1. Grau Incompl.	1. Grau Compl.	2. Grau Compl.	3. Grau Compl.	Rendim medano
3	Ocupações ligadas à agropecuária na condição de conta-própria ou peq.propr.	7,1	64,3	17,9	7,1	3,6	2,50
7	Ocupações de supervisão e chefia na indústria e const. civil	4,6	46,0	24,1	16,1	9,2	6,65
8	Ocupações manuais de maior qualificação ligadas à construção civil e prest. serviços	4,4	65,8	16,6	12,7	0,6	4,16
9	Ocupações manuais de baixa qualificação ligadas à construção civil e prest. serviços	8,0	78,9	9,7	2,7	0,7	2,66
10	Proprietários de negócios ligados ao comércio	2,6	55,2	16,5	19,1	6,7	5,82
11	Ocupações do comércio na condição de empregado	0,0	43,8	22,9	27,1	6,3	5,10
12	Ocupações do alto comércio em cargos de gerência	0,0	38,1	9,5	33,3	19,1	9,98
13	Ocupações ligadas à atividades de ensino básico público e privado	0,0	9,1	0,0	18,2	72,7	5,21
14	Ocupações de maior qualificação ligadas à segurança pública	0,0	5,0	30,0	45,0	20,0	5,39
15	Ocupações de baixa qualificação ligadas à segurança	0,0	63,2	16,1	14,9	5,8	3,33
16	Ocupações ligadas à serviços pessoais prest. como conta-própria	0,0	71,4	14,3	14,3	0,0	3,74
17	Profissional Universitário Autônomo	0,0	0,0	0,0	8,3	91,7	10,20
18	Ocupações de natureza gerencial	1,4	8,3	12,5	40,3	37,5	8,74
19	Ocupações de natureza técnica-administrativa	0,0	2,9	5,9	64,7	26,5	8,32
20	Ocupações de apoio administrativo	0,0	29,3	25,9	25,9	19,0	4,99
21	Ocupações técnicas de nível médio ligadas à produção	0,0	27,7	23,4	34,0	14,9	8,32
22	Ocupações ligadas à prestação de serviços comunitários	0,0	25,0	0,0	25,0	50,0	6,38
23	Ocupações técnicas ligadas à saúde	0,0	18,2	36,4	36,4	9,1	3,16
24	Proprietários de negócios ligados a atividades de produção	0,0	29,2	37,5	16,7	16,7	8,01
25	Proprietários de negócios de grande porte	0,0	23,4	8,5	34,0	34,0	12,48
26	Proprietários de pequenos negócios no setor serviços	0,0	62,2	24,4	13,3	0,0	4,16
27	Ocupações ligadas à agropecuária, na condição de trabalhador braçal	17,4	81,0	0,8	0,8	0,0	1,50
28	Ocupações técnicas de nível superior	0,0	0,0	0,0	7,8	92,2	16,63
29	Ocupações ligadas a artes e serviços de diversão e lazer	0,0	0,0	0,0	50,0	50,0	6,03
30	Ocupações do comércio na condição de conta-própria	2,0	50,5	13,9	24,8	8,9	4,66
32	Ocupações manuais de baixa qualificação na indústria	5,8	81,6	10,3	2,3	0,0	3,33
33	Ocupações manuais de maior qualificação na indústria tradicional	4,8	69,8	17,5	6,4	1,6	3,99
34	Ocupações manuais de maior qualificação na indústria met/elét/química/farmacêutica	2,6	57,7	27,8	10,8	1,0	5,82
35	Proprietários de fazendas	0,0	60,0	13,3	20,0	6,7	5,51

Fonte: PRAD

Nota: Rendimento mediano em salários mínimos de setembro de 1993.

No nível sócio-ocupacional mais baixo da escala foram classificadas as ocupações da Agropecuária e as de baixa qualificação na Prestação de Serviços, como empregada doméstica, porteiro e no setor da Construção Civil ocupações como pedreiro e servente de pedreiro. No nível Médio-baixo da escala classificaram-se as ocupações de natureza manual na Indústria Tradicional, as ocupações típicas do comércio, assim como ocupações de certo nível de comando na Prestação de Serviços e Construção Civil. As ocupações com *status* sócio-ocupacional médio-alto envolviam a de professores de 1º e 2º Graus, profissões de nível técnico, técnicos na área da Saúde, etc. No estrato sócio-ocupacional mais alto foram classificadas as ocupações de nível superior exercidas como profissional liberal ou empregado no setor privado ou público, além de grandes proprietários.

Quadro 8: Classificação dos grupos ocupacionais da PRAD na escala sócio-ocupacional

<i>Status</i>		
Sócio-ocupacional	Código	Perfil Ocupacional
Baixo	03	Ocupações ligadas à agropecuária na cond de conta-própria ou peq.propr.
	09	Ocupações manuais de baixa qualificação ligadas à const civ e prest. serv
	27	Ocupações ligadas à agropecuária, na condição trab. braçal
Médio-baixo	08	Ocupações manuais de maior qualificação ligadas à constr civ e prest. serv
	11	Ocupações do comércio na condição de empregado
	15	Ocupações de baixa qualificação ligadas à segurança
	16	Ocupações ligadas à serviços pessoais como conta-própria
	30	Ocupações do comércio na condição de conta-própria
	32	Ocupações manuais de baixa qualificação na indústria
	33	Ocupações manuais de maior qualificação na ind. tradicional
	35	Proprietários de fazendas
Médio-alto	07	Ocupações de supervisão e chefia na indústria e const. civil
	10	Proprietários de negócios ligados ao comércio
	13	Ocupações ligadas à atividades de ensino básico público e privado
	14	Ocupações de maior qualificação ligadas à segurança pública
	20	Ocupações de apoio administrativo
	22	Ocupações ligadas à prestação de serviços comunitários
	23	Ocupações técnicas ligadas à saúde
	26	Proprietários de pequenos negócios no setor serviços
	29	Ocupações ligadas a artes e serviços de diversão e lazer
	34	Ocupações manuais de maior qualificação na industria met/elét/química/farmacêutica
Alto	12	Ocupações do alto comércio em cargos de gerência
	17	Profissional Universitário Autônomo
	18	Ocupações de natureza gerencial
	19	Ocupações de natureza técnica-administrativa
	21	Ocupações técnicas de nível médio ligadas à produção
	24	Proprietários de negócios ligados a atividades de produção
	25	Proprietários de negócios de grande porte
	28	Ocupações técnicas de nível superior

### *Validação da escala desenvolvida*

Ensinam o manuais de Metodologia da Pesquisa Social que todo indicador deve gozar de três propriedades básicas para garantir seu uso analítico apropriado e sustentabilidade dos resultados substantivos da pesquisa. São elas: validade de constructo, confiabilidade e consistência interna (Havens *et al.* 1965, Kidder 1987).

A primeira propriedade de um indicador - validade de constructo - corresponde ao grau de proximidade entre o conceito e a medida, isto é, a sua capacidade de refletir, de fato, o conceito abstrato a que o indicador se propõe a “substituir” ou “operacionalizar”. A confiabilidade corresponde ao grau em que o indicador reproduz, de forma consistente, os mesmos resultados para a mesma população estudada em momentos diferentes, supondo que não houvesse qualquer modificação da mesma no período. Diz respeito, pois, a replicabilidade do indicador. A última propriedade - consistência interna- corresponde ao grau de inter-relação existente entre suas dimensões e variáveis constitutivas, isto é, diz respeito ao grau de concordância existente entre as medidas mais básicas usadas em sua construção.

De todas as escalas construídas e testadas, aquela com quatro níveis, na forma especificada no Quadro 8, foi a que contemplava mais apropriadamente as três propriedades acima, além de garantir factibilidade estatística no manejo dos dados<sup>21</sup>.

A consistência interna da escala pode ser atestada pela análise do perfil médio de cada estrato sócio-ocupacional em relação às variáveis classificadoras. Assim, as ocupações de baixo *status* sócio-ocupacional são predominantemente de baixa escolaridade e de menor rendimento mediano. Desse nível sócio-ocupacional para os demais melhora o perfil educacional, assim como o rendimento mediano, como era de se esperar. Os valores do coeficiente Eta e da estatística F (e seus respectivos níveis de significância) para maioria das variáveis indica claramente a associação das mesmas com a escala construída.

Ainda que a confiabilidade da escala sócio-ocupacional não possa ser exaustivamente testada em uma pesquisa “*cross-sectional*” isolada, os resultados do emprego da técnica de Análise Discriminante mostrou alguma evidência empírica neste sentido, já que, afinal, quase 90% das ocupações foram corretamente classificadas na categorias da escala sócio-ocupacional a partir das variáveis originais<sup>22</sup>. Destas variáveis, como já se podia antever pelos valores da estatística F e do coeficiente Eta, o rendimento mediano e a incidência de ocupados

---

<sup>21</sup> Já se sabia de antemão que a escala deveria ter um número restrito de níveis, em função do tamanho da amostra disponível, e do tipo de análise de tabelas cruzadas empregadas na análise da mobilidade social.

<sup>22</sup> Idealmente, a confiabilidade só seria atestada com a aplicação da escala em outras pesquisas correlatas, por outros pesquisadores, que comprovassem sua replicabilidade e não sujeição a vieses sistemáticos e imprevisíveis.

de baixa escolaridade (analfabetos e com primeiro grau incompleto) foram as variáveis com maior poder de discriminação entre os níveis da escala.

Tabela 2 : Perfil médio das categorias sócio-ocupacionais segundo rendimento mediano e escolaridade  
Amostra da pesquisa - 1993

Categoria Sócio-ocupacional	Estatística	Rendim. Mediano	Distribuição % do perfil médio de escolaridade					Total
			Analfa beto	1. Grau incomp	1.Grau compl	2.Grau compl	3.Grau compl	
Baixo	Média	2,2	10,8	74,7	9,5	3,6	1,4	100,0
	Desv.Padrão	0,6	5,7	9,1	8,5	3,2	1,9	-
Médio baixo	Média	4,2	2,1	63,3	15,6	15,3	3,7	100,0
	Desv.Padrão	0,8	2,5	12,0	3,7	8,5	3,6	-
Médio alto	Média	5,4	1,0	30,8	18,5	26,0	23,8	100,0
	Desv.Padrão	1,1	1,7	23,1	13,7	13,5	25,0	-
Alto	Média	10,3	0,2	16,2	12,2	29,9	41,6	100,0
	Desv.Padrão	2,9	0,5	15,1	12,7	18,9	32,1	-
Total	Média	6,1	2,1	40,3	15,0	21,8	20,8	100,0
	Desv.Padrão	3,3	3,8	27,3	10,9	15,5	26,7	-
	F	24,4	16,8	14,6	0,8	3,6	4,5	
	Significância	<<1%	<<1%	<<1%	52%	3%	1%	
	Eta	0,75	0,82	0,80	0,29	0,55	0,59	

Fonte: PRAD

Nota: Dados não ponderados, referentes a totalidade da PEA ocupada

A validade é a propriedade mais difícil de se demonstrar, mas talvez a de maior importância metodológica. Uma das formas de testar a validade da escala é verificar se a escala se comporta com alguma coerência quando submetida a situações empíricas previamente antecipáveis e conhecidas. Os resultados da tabela anterior- associação entre rendimento e escala e entre perfil de escolaridade e a escala - são os primeiros elementos neste sentido, da “proximidade” entre inserção social e o indicador usado em sua operacionalização - a escala sócio-ocupacional desenvolvida. A análise da distribuição dos ocupados levantados junto à amostra da PRAD segundo posição na ocupação soma outra evidência neste sentido, ao mostrar a coerência do comportamento da escala desenvolvida frente às categorias de posição na ocupação. Mais da metade dos empregados sem carteira e dos autônomos da amostra levantada empiricamente na PRAD estavam inseridos na categoria mais baixa da escala sócio-ocupacional. Se se considerar os dois primeiros níveis da escala, pode-se verificar que 82 % dos empregados sem carteira e 88 % dos autônomos aí se enquadravam. Já entre os empregados do setor público, dois terços estão dois níveis mais elevados da escala. Entre os empregadores, essa participação era mais elevada: cerca de 90% deles estão nos dois níveis mais elevados.

Tabela 3: Caracterização básica da escala sócio-ocupacional segundo posição na ocupação  
Amostra da pesquisa - 1993

Categ. soc-ocup.	Emp c/ cart	Emp s/ cart	Emp pub	Empgdor	Autônomo	Outros
Baixo	26,5	54,6	18,6	0,1	52,6	46,4
Médio-Baixo	31,4	27,3	15,0	8,4	35,8	29,6
Médio-alto	31,2	14,1	52,0	69,0	4,5	16,8
Alto	10,9	4,0	14,4	22,5	7,2	7,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

Nota: Dados não ponderados, referentes a totalidade da PEA ocupada

Como era de se esperar pela forma de construção da escala, os indivíduos que na amostra estavam ocupados na Agropecuária estavam inseridos, em sua larga maioria, no nível sócio-ocupacional mais baixo, assim como os alocados na Construção Civil e Transporte e Comunicações. Já entre os ocupados da Prestação de Serviços, 78 % se classificavam nas categorias “Baixo” e “Médio-baixo” *status* sócio-ocupacional. Os ocupados da Indústria se concentravam nos dois níveis intermediários. Ocupados dos Serviços auxiliares da atividade econômica e Serviços Sociais estavam fortemente concentrados nos dois níveis mais elevados da escala.

Tabela 4: Caracterização básica da escala sócio-ocupacional baseada no setor de atividade  
Amostra da pesquisa - 1993

Categ. soc-ocup.	Agrope- cuária	Indúst Transf	Constr Civil	Comér- cio	Prest serv	Serv aux	Serv soc	Trans/ Com	Adm publ	Out ativid
Baixo	81,3	0,3	76,6	16,1	57,4	5,1	14,0	66,4	21,2	15,7
Médio-Baixo	14,3	46,8	9,0	49,0	21,3	5,4	3,2	11,3	24,7	36,7
Médio-Alto	3,0	38,6	7,5	28,7	17,4	50,6	69,1	11,7	35,6	29,5
Alto	1,4	14,3	6,9	6,2	4,0	38,9	13,7	10,6	18,5	18,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

Nota: Dados não ponderados, referentes a totalidade da PEA ocupada

Uma outra forma de avaliar a validade da escala é através de sua comparação com outras já desenvolvidas e validadas na literatura. Com as devidas ressalvas quanto às dificuldades metodológicas de comparação, a escala sócio-ocupacional desenvolvida mostra grande compatibilidade com a classificação empregada por Martine & Peliano (1978) na análise da inserção ocupacional de migrantes nas Regiões Metropolitanas em 1970<sup>23</sup>.

Assim, a observância de todas estas características na escala- consistência interna, confiabilidade e validade de *constructo*- parece lhe conferir a validação necessária para seu emprego nas análises pretendidas neste trabalho.

<sup>23</sup> Os autores agregaram as 259 ocupações disponíveis no Censo Demográfico de 1970 em uma tipologia ocupacional hierarquizada de seis classes, de acordo com o índice de “Posição Social das Ocupações” de Valle Silva (1978), levando em conta também a homogeneidade das ocupações quanto ao setor e tipo de atividade.

Quadro 9 : Comparação entre a escala desenvolvida com a PRAD e a empregada por Martine & Peliano (1978)

Grupos de Martine & Peliano (1978)	Ocupações incluídas nos grupos	Status Sócio-ocupacional correspondente
6	Trabalhadores braçais do setor primário	Baixo
5	Trabalhadores ind. Têxtil, Vestuário, Alimentação Trab. não qual. indústria Serviços domésticos Vendedores ambulantes Servente de pedreiro	Baixo/ Médio-baixo
4	Ocupações Indústria Mecânica e Metalúrgica Ocupações qualificadas ou semi-qual na indústria Trab. Ind. Construção Trab. ind. moveis Ocupações transp e comunicações	Médio-baixo/ Médio-alto
3	Proprietários nível médio Professores primários e Afins Ocupações de escritório Mestres e contramestres	Médio-alto
2	Proprietários agrícolas Administradores públicos Profissões técnicos	Alto
1	Administradores Proprietários Profissões técnicas de nível superior	Alto

### 2.3. NOTAS SOBRE O ERRO-AMOSTRAL DAS ESTIMATIVAS E SOBRE A SELETIVIDADE DA AMOSTRA DA PESQUISA

#### *Erro amostral das estimativas*

O cômputo do erro amostral para as variáveis coletadas em uma pesquisa amostral é uma atividade de fundamental importância para que se possa fazer inferências generalizadoras sobre seus resultados e análises mais consistentes da relação entre as variáveis coletadas. Em que pese o fato das informações sobre migração serem, em geral, provenientes de pesquisas amostrais, a consideração deste tipo de erro nos estudos de migração tem sido muito marginal, para não dizer que tem sido completamente esquecida. Mesmo em amostras de tamanho considerável como aquelas associadas aos Censos Demográficos, os resultados estimados podem estar sujeitos a erro amostral significativo, especialmente quando referidos a áreas menores, como bem o ilustra Ruas (1997).

Em tese, toda proporção, média ou razão divulgada como estimativa de um parâmetro populacional, deveria ser acompanhada de uma estimativa do erro amostral a que elas estão sujeitas (Verma 1982). No entanto a disponibilidade de espaço nas publicações e, em particular, de tempo impede que tal procedimento seja adotado. O cálculo do erro amostral envolve, em geral, um número de operações bem maior que o cômputo de medidas de tendência central, especialmente em pesquisas com desenhos amostrais complexos. Há pois que se encontrar formas de limitar o volume do esforço computacional a ser executado, resumir os resultados relacionados à divulgação do erro amostral e permitir a extrapolação destes resultados para estatísticas para as quais o erro amostral não pode ser calculado (Aliaga & Verma s/d).

Uma solução encontrada para conciliar estas questões tem sido a produção de tabelas do erro amostral médio, calculado para algumas variáveis principais, em função da magnitude da estimativa principal (total ou valor médio) e do tamanho da amostra empregada no seu cômputo. Estas tabelas são então empregadas como forma de obter estimativas aproximadas do erro para outras variáveis e/ou subconjuntos populacionais. No Brasil esta prática é adotada pelo IBGE no cômputo do erro amostral de suas pesquisas, em especial as PNADs e as Amostras do Censo Demográfico (IBGE 1981, 1983).

Para que se possa ter uma idéia da magnitude do erro amostral a que estão sujeitos as proporções e/ou totais expandidos apresentados ao longo do trabalho, apresenta-se de forma tabulada o coeficiente de variação em função do valor aproximado da proporção (ou tamanho da estimativa expandida), separada para chefes migrantes com 15 anos ou mais em 1980

(universo de análise deste trabalho), total de chefes migrantes e total de chefes de família na amostra da PRAD<sup>24</sup>.

Tabela 5: Estimativa do coeficiente de variação segundo percentual de incidência (ou total expandido) de uma dada característica por segmento demográfico

Proporção	Chefes mig 15 + anos/80		Totalidade chefes mig		Totalidade de chefes	
	Total expand	CVR	Total expand	CVR	Total expand	CVR
0,1	1.033	101,4	1.291	92,3	6.198	47,8
0,5	5.165	43,5	6.456	39,6	30.990	20,5
1,0	10.330	30,2	12.913	27,5	61.980	14,2
1,5	15.495	24,4	19.369	22,2	92.970	11,5
2,0	20.660	20,9	25.825	19,0	123.960	9,9
3,0	30.990	16,8	38.738	15,3	185.940	7,9
4,0	41.320	14,4	51.650	13,1	247.920	6,8
5,0	51.650	12,7	64.563	11,6	309.900	6,0
6,0	61.980	11,5	77.475	10,5	371.880	5,4
7,0	72.310	10,6	90.388	9,6	433.860	5,0
8,0	82.640	9,8	103.300	8,9	495.840	4,6
9,0	92.970	9,2	116.213	8,4	557.820	4,3
10,0	103.300	8,7	129.125	7,9	619.800	4,1
15,0	154.950	6,8	193.688	6,2	929.700	3,2
20,0	206.600	5,7	258.250	5,2	1.239.600	2,7
30,0	309.900	4,3	387.375	4,0	1.859.400	2,0
40,0	413.200	3,5	516.500	3,2	2.479.200	1,6
50,0	516.500	2,9	645.625	2,6	3.099.000	1,3
60,0	619.800	2,3	774.750	2,1	3.718.800	1,1
70,0	723.100	1,9	903.875	1,7	4.338.600	0,9
80,0	826.400	1,5	1.033.000	1,3	4.958.400	0,7
85,0	878.050	1,3	1.097.563	1,1	5.268.300	0,6
90,0	929.700	1,0	1.162.125	0,9	5.578.200	0,5
95,0	981.350	0,7	1.226.688	0,7	5.888.100	0,3
98,0	1.012.340	0,5	1.265.425	0,4	6.074.040	0,2
99,0	1.022.670	0,3	1.278.338	0,3	6.136.020	0,2

Uma análise mais atenta desta tabela permite verificar a forte variabilidade a que as estimativas da PRAD - e de outras pesquisas com desenho amostral semelhante- podem estar sujeitas<sup>25</sup>. Ao longo do trabalho, sempre que possível, procurou-se evitar categorias analíticas com frequências estimadas que tivessem um coeficiente de variação acima de 15%.

Observe-se, porém, que o erro amostral constitui apenas parcela do viés potencial que

<sup>24</sup> O desenho amostral da pesquisa foi o de uma amostra probabilística estratificada, selecionada em 2 estágios. Cada um dos 147 municípios pesquisados configurou-se em um estrato, para o qual selecionou-se em primeiro estágio, com base em fração amostral específica, um conjunto de "clusters" (quarteirões), e em segundo estágio, uma amostra sistemática de domicílios em cada cluster. No total, foram coletados dados em 12.320 domicílios, em mais de 1500 clusters. As fórmulas de cômputo do erro amostral, baseados em SOM (1973), e demais procedimentos empregados foram explicitados em detalhe no anexo 1 do projeto de qualificação do doutorado (Jannuzzi 1998a).

<sup>25</sup> Assim, por exemplo, uma característica com uma incidência de 5% (ou equivalente a um total expandido de 51.650 pessoas) na população de chefes migrantes com 15 anos ou mais em 1980 tem um coeficiente de variação de cerca de 12%. Uma estimativa de igual magnitude no conjunto dos chefes de família teria um coeficiente de variação de 6%.

uma estimativa traz consigo. É uma parcela aleatória, e portanto quantificável do erro total de medida. Erros sistemáticos de aferição, advindos da construção dos conceitos e variáveis investigadas no questionário, da formulação das perguntas pelo entrevistador ou entendimento por parte do entrevistado, das recusas a responder questionários ou a quesitos específicos, das falhas de cobertura da operação de campo, constituem outra parcela não aleatória, em geral, incomensurável do erro total de medida de uma estimativa (Fine 1997, Becue 1997, Dias & Albieri 1992). Em alguns casos tais erros podem ser até mesmo mais importantes e de maior magnitude que os erros amostrais subjacentes.

Constitui, pois, uma boa prática na Pesquisa Social empírica a investigação dos dois tipos de erro a que as estimativas estão sujeitas- os amostrais e não amostrais.

*‘In interpreting information on sampling errors, the reader has to bear in mind that they represent one component of the total survey error. For estimates based on a relatively small sample size, this component may be dominant one; however, in other situations, non-sampling errors, particularly systematic biases, may be much more important. In surveys with considerable rates of non-response, refusal, response error, listing error, etc, it is not always easy to decide how much attention should be given to sampling errors. Some survey statisticians give the impression of being exclusively concerned with sampling errors, which are often easily computed, and ignoring the possibly more significant, but often unknown, non-sampling errors. Such an orientation is obviously not defensible. On the other hand, it is equally meaningless to declare that in general non-sampling error is predominantly more important than sampling error since the latter increases progressively as the size of the population subgroup under consideration diminishes. Thus in a small enough subgroup, the sampling error is almost certain to outweigh the non-sampling error.’*

Quadro 10: Componentes do erro total de medida de um fenômeno em uma pesquisa amostral

$\text{Erro total} = \text{Erro amostral} + (\text{falhas de cobertura} + \text{vícios de não resposta} + \text{distorções do questionário} + \text{erros de aplicação} + \text{problemas de compreensão} + \dots)$
---

### *Seletividade da amostra da PRAD*

Como em toda pesquisa amostral em que são captadas informações sobre o fenômeno migratório em uma tomada transversal, a migração captada pela PRAD corresponde a parcela sobrevivente à mortalidade e à emigração nos locais de pesquisa. Migrantes que por lá passaram em algum momento anterior, mas que empreenderam nova mudança de residência ou vieram a falecer não puderam, naturalmente, ser identificados no município de coleta. Por ser uma pesquisa em municípios paulistas, a PRAD não pôde captar, também, a parcela dos migrantes que, em algum momento entre 1980 e 1993 tenham residido e trabalhado no Estado de São Paulo, mas que no momento da pesquisa já residiam fora dele. Pelo fato da amostra ter priorizado a coleta de informações nas aglomerações urbanas de maior expressão populacional no Estado - decisão substantiva e operacionalmente justificável - não se pôde captar - integralmente - a parcela de migrantes então residentes em municípios de menor porte e zona rural do Estado<sup>26</sup>.

Esta seletividade da amostra, além de refletir-se na subestimação da mobilidade espacial de fato vivenciada no Estado, também coloca em evidência as limitações de representatividade da amostra quanto aos contingentes de migrantes residentes em uma dada localidade e período. As características e volume de migrantes captados pela amostra, não corresponde aos daqueles que efetivamente residiam no Estado em um dado período do passado. A história retrospectiva captada diz respeito, portanto, a indivíduos que, tendo qualquer experiência migratória ou ocupacional no período de 1980 a 1993, residiam em uma das localidades selecionadas na amostra e não ao conjunto de migrantes que efetivamente em algum momento no Estado nos treze anos em questão.

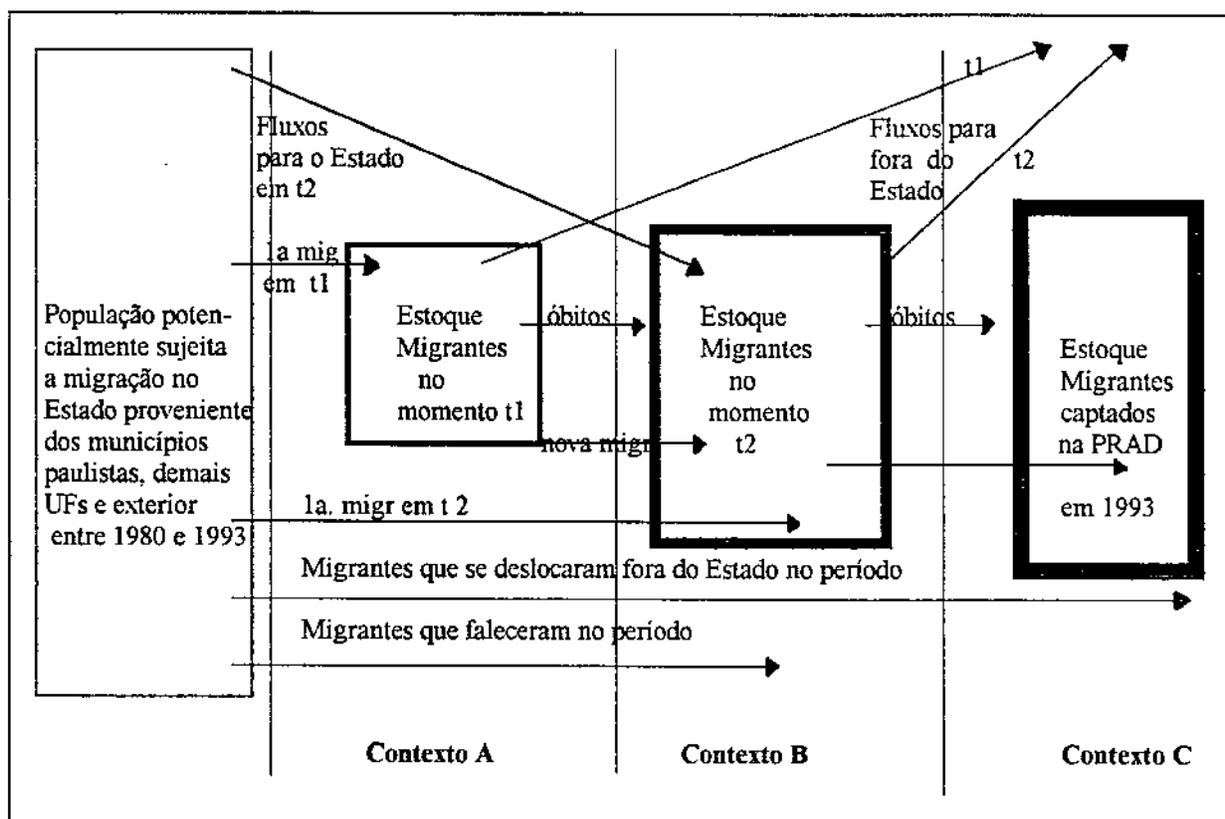
No diagrama seguinte ilustram-se os efeitos inerentes de uma pesquisa amostral, com os contornos espaciais e forma de levantamento retrospectivo como os adotados na PRAD sobre o estoque e perfil de migrantes ao longo do período analisado. A cada momento, ao longo do período analisado, o estoque de migrantes aumenta pelos fluxos de indivíduos e famílias provenientes de municípios paulistas, do país e do exterior e decresce pelas saídas daqueles que deixam o Estado e pelos migrantes que vem a falecer no período. O estoque é, pois, diferente a cada momento, assim como o perfil socioeconômico e demográfico dos migrantes. A intensidade de entradas e saídas, assim como o perfil de quem imigra e quem emigra pode ser muito variável em função dos contextos estruturais e conjunturais

---

<sup>26</sup> Ainda que se coletassem na PRAD dados na zona rural e em um conjunto de 42 municípios de até 20.000 habitantes.

prevalentes ao longo do período no Estado, país e exterior. O conjunto de migrantes efetivamente captado pela PRAD não é, pois, aquele que participou dinamicamente do processo ao longo do período, mas aquele que, tendo participado do processo em algum momento, efetivamente “sobreviveu” ao processo até a data da pesquisa.

Diagrama 2: Efeitos da evasão migratória entre 1980 e 1993 sobre o estoque de migrantes efetivamente captado na PRAD



Esta seletividade da amostra da PRAD, inerente a qualquer outro levantamento retrospectivo (Davanzo 1982, Camarano 1992), tem desdobramentos importantes para este trabalho, na medida em que as conclusões dele decorrentes com relação às articulações entre mobilidade espacial, mobilidade ocupacional e mobilidade social dizem respeito aos migrantes “sobreviventes” em 1993, não ao conjunto de migrantes “então residentes” entre 1980 e 1993 no Estado. A constatação de um alto grau de mobilidade ocupacional, de mobilidade social ascendente, mobilidade descendente ou imobilidade entre os migrantes da amostra retrospectiva em análise só poderia ser tomada como válida em um contexto mais geral se os traços de seletividade dos migrantes presentes na amostra não fossem muito distintos daqueles que caracterizaram a migração no país no período.

Uma das formas de evidenciar os traços de seletividade do conjunto de migrantes levantados em uma pesquisa com uma só tomada transversal de informações como a PRAD é

através da análise do nível de escolaridade dos migrantes segundo tempo de residência, artifício empregado por Martine & Peliano (1978) no estudo paradigmático “Migrantes no Mercado de Trabalho Metropolitano”. Ao constatar que o nível de escolaridade dos migrantes mais antigos era melhor que o dos migrantes mais recentes, os autores sugeriram a tese da evasão seletiva dos “menos aptos” a competir no mercado de trabalho. Afinal, se não houvesse a emigração seletiva com as características por eles sugerida, seria de se esperar que os migrantes chegados em períodos mais recentes, por serem mais jovens e potencialmente mais sujeitos aos efeitos do início do processo de universalização do ensino básico dos anos 60-70, apresentassem um perfil educacional melhor.

Tabela 6 : Distribuição de chefes ocupados com 28 anos ou mais segundo nível de escolaridade por tempo de residência Estado de São Paulo 1993

Nível de escolaridade em 1993	Migrantes com tempo de residência			Não Migrantes	Total
	Até 2 anos	3 a 6 anos	7 a 13 anos		
Sem instrução formal	6,0	4,1	3,7	5,0	4,9
1º grau incompleto	48,1	45,3	48,5	50,1	49,6
1º grau completo	13,9	17,2	18,1	17,0	16,9
2º grau completo	19,0	19,1	18,1	16,8	17,2
3º grau completo	13,0	14,3	11,6	11,1	11,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Proporções padronizadas					
Sem instrução formal	9,5	5,4	5,3	5,0	-
1º grau incompleto	49,5	48,1	48,6	50,1	-
1º grau completo	12,5	14,7	16,7	17,0	-
2º grau completo	15,3	17,5	16,3	16,8	-
3º grau completo	13,2	14,3	13,1	11,1	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

Notas: Padronização pela estrutura etária dos chefes não migrantes ocupados

A categoria Sem instrução formal compreende os indivíduos que se declararam analfabetos ou que, embora soubessem ler/escrever, não declararam ter frequentado escola regular no passado

Assumindo-se que a escolaridade levantada em 1993 possa ser tomada, para os migrantes mais antigos, como aquela já alcançada pelo migrante ocupado no início do período - tendo em vista as baixas taxas de escolarização após os 15 anos, após a entrada no mercado de trabalho e na condição de migrante e/ou chefe de família- o emprego do mesmo artifício nos dados da PRAD produz resultados menos contundentes que os obtidos pelos autores no referido estudo, mas que parecem corroborar parcialmente a tese da evasão seletiva de contingentes de ocupados menos instruídos. A parcela de indivíduos sem instrução formal é mais elevada entre os migrantes mais recentes que entre os mais antigos, característica que se torna ainda mais evidente com a padronização das cifras.

A análise da distribuição dos chefes migrantes segundo número de mudanças obriga,

contudo, a relativizar a tese da evasão seletiva dos menos qualificados. Afinal, enquanto que, em média, quase 40% dos migrantes voltou a re-emigrar, somente um terço dos migrantes sem instrução formal voltou a fazê-lo. Tal fato só seria compatível com a migração repetida dos menos qualificados se estes últimos deixaram o estado de São Paulo na segunda mudança, não sendo mais suscetíveis à captação pela PRAD em 1993.

Tabela 7: Distribuição de chefes migrantes com 28 anos ou mais ocupados na primeira migração segundo número de migrações por nível de escolaridade Estado de São Paulo 1980-1993

Nível de escolaridade em 1993	Número de migrações		Total
	1	2 ou +	
Sem instrução formal	67,2	32,8	100,0
1º grau incompleto	60,9	39,1	100,0
1º grau completo	63,9	36,1	100,0
2º grau completo	56,1	43,9	100,0
3º grau completo	58,6	41,4	100,0
Total	60,7	39,3	100,0

Fonte: PRAD

Entre os migrantes que sabidamente estiveram e residiram no estado nos anos 80 e não foram suscetíveis à captação pela PRAD estão os migrantes de retorno do Nordeste. Como, em geral, estes migrantes têm nível educacional mais baixo (Mata *et al.* 1973), a emigração dos mesmos do estado de São Paulo certamente contribuiu para o efeito acima descrito de melhoria do perfil de escolaridade com aumento do tempo de residência.

Sem negar que a evasão seletiva dos menos escolarizados- e a consequente emigração para fora do estado- tenha ocorrido em alguma medida, é preciso observar que as diferenças entre os perfis de escolaridade dos migrantes segundo coortes de tempo de residência também se devem aos efeitos da seletividade diferencial por período (Merrick & Graham 1981)<sup>27</sup>. A menor proporção de analfabetos e indivíduos sem escolarização formal entre os migrantes mais antigos poderia decorrer, nesta linha de raciocínio, pela importância crescente dos fluxos interregionais no Estado ao longo dos anos 80 em comparação a aqueles provenientes do Paraná e Minas Gerais e do próprio Nordeste. Por outro lado, a retomada da migração interestadual para o Estado a partir de 1991, poderia estar contribuindo para o aumento da parcela de analfabetos e indivíduos de baixa escolaridade entre os migrantes recentes. Desta forma, a diminuição da parcela de analfabetos com tempo de residência não seria efeito apenas da evasão dos menos qualificados, mas também das diferenças de perfis socioeconômicos dos

<sup>27</sup> Martine reconheceria em outra oportunidade (Martine 1983) que tal efeito poderia contribuir na explicação da melhoria do perfil de escolaridade com aumento do tempo de residência, mas apostava que tal processo se devia mais a sua tese de evasão seletiva dos menos qualificados.

migrantes que chegaram ao estado ao longo do período. De fato, se na construção da tabela de migrantes segundo nível de escolaridade por tempo de residência fossem retirados os migrantes provenientes do Nordeste, a melhoria do perfil de escolaridade entre os migrantes mais recentes e os antigos seria bem menos intensa que a retratada anteriormente.

Tabela 8 : Distribuição de chefes migrantes ocupados com 28 anos ou mais não residentes no Nordeste em 1980 segundo nível de escolaridade por tempo de residência Estado de São Paulo 1993

Nível de escolaridade em 1993	Migrantes com tempo de residência		
	Até 2 anos	3 a 6 anos	7 a 13 anos
Sem instrução formal	4,1	3,4	3,2
1º grau incompleto	45,9	43,5	47,2
1º grau completo	15,1	17,0	18,1
2º grau completo	20,1	20,5	18,5
3º grau completo	14,8	15,6	12,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

A análise da re-emigração dos chefes segundo o setor de atividade da ocupação na primeira migração sugere que a dinâmica setorial do emprego pode ter influenciado o perfil socioeconômico dos fluxos ao longo do período. Assim, a re-emigração foi um traço marcante daqueles que estavam alocados em ocupações da Agropecuária após a primeira migração (60% empreendem a segunda ou mais mudanças), possivelmente pela sazonalidade crescente na demanda por mão de obra e tecnificação do campo paulista (Graziano da Silva *et al.* 1996). Ocupados nos Serviços Sociais e na Construção Civil também apresentaram uma propensividade a re-emigração mais elevada. A mobilidade mais intensa dos primeiros talvez se explique pelo dinamismo do setor na oferta de empregos na década passada (Sabóia 1995, Pacheco & Pochmann 1997, Médici 1991). No caso dos ocupados na Construção Civil, a migração “repetida” poderia decorrer da natureza e temporalidade dos vínculos de emprego, mais frouxos e sujeitos a prazos delimitados, assim como pelas oscilações conjunturais do nível de emprego no setor, decorrentes da crise de financiamento habitacional ao longo dos anos 80. Por outro lado, as possibilidades crescentes de inserção ocupacional nos setores Serviços e Comércio, disseminadas por todo o estado, pode ter garantido a integração do migrante já em sua primeira empreitada migratória, tornando uma nova mudança “menos necessária”.

Tabela 9: Distribuição de chefes migrantes segundo número de migrações por setor da ocupação exercida após 1a. migração Estado de São Paulo 1980 - 1993

Setor de atividade na 1a. migração	Número de migrações		Total
	1	2 ou +	
Agropecuária	40,4	59,6	100,0
Ind. Transformação	66,9	33,1	100,0
Construção Civil	58,5	41,5	100,0
Comércio	64,6	35,4	100,0
Prestação Serviços	63,4	36,6	100,0
Serv. Domésticos	76,1	23,9	100,0
Serv. Auxiliares	62,2	37,8	100,0
Serv. Sociais	55,0	45,0	100,0
Outras Atividades	51,0	49,0	100,0
Total	60,9	39,1	100,0

Fonte: PRAD

A julgar por estes resultados, tão ou mais importante que a qualificação do migrante para definição de seu padrão de mobilidade espacial foi o setor econômico de sua atividade anterior. Isso sugere que a seletividade migratória por período parece ter tido um papel importante na composição das diferenças observadas no perfil ocupacional e socioeconômico dos migrantes por tempo de residência. Talvez tenha contribuído tanto ou mais até que a evasão dos menos capacitados. Isto é, teria sido o comportamento setorial do emprego, mais dinâmico ou restritivo em algumas localidades que em outras, que definiu, em boa medida, o ritmo e âmbios da mobilidade espacial no período em análise.

### 3. A MOBILIDADE OCUPACIONAL DOS CHEFES MIGRANTES ENTRE 1980 E 1993

Os estudos sobre a inserção ocupacional dos migrantes foram particularmente intensos nos anos 70 no país. O interesse do Ministério do Interior na formulação de uma política migratória, assim como a disponibilidade de mais um quesito (última procedência) para análise da migração no Censo Demográfico de 1970, constituíram-se em fatores estimuladores para engajamento de um grande número de pesquisadores na temática e para produção de textos importantes sobre a questão no país (Martine & Neupert 1988). Na América Latina, a preocupação com a temática da marginalidade urbana, com os descompassos entre a intensa urbanização e a capacidade do modelo de desenvolvimento econômico em criar postos de trabalho no setor industrial e no setor formal, também mobilizava parte significativa da comunidade de cientistas sociais e economistas, como revelam os trabalhos desenvolvidos no âmbito do CLACSO- compilados por Lerner (1972), Muñoz (1980) e Lattes (1982)- no CELADE- reunidos ou referidos em Elizaga & Macisco Jr. (1975), Alberts (1977) e Elizaga (1979)- e no contexto do PREALC, como ilustram aqueles reunidos em PREALC (1983,1987).

Em grande parte dos estudos, com maior ou menor ênfase, maior ou menor abrangência espacial, procurava-se avaliar se a inserção social do migrante diferia de forma significativa em relação a aqueles que não haviam empreendido a migração na sociedade de destino- em geral, grandes centros urbanos- ou na sociedade de origem- em geral, áreas rurais- e entender o processo de incorporação do migrante rural no mercado de trabalho urbano. Em suma, havia uma preocupação mais geral de se entender como a migração estaria atuando como mecanismo de transformação social da sociedade tradicional em uma sociedade urbana, de redução das disparidades regionais e sociais frente à lógica desequilibradora do desenvolvimento econômico dos países periféricos.

Com diferentes definições de população migrante e não migrante, diferentes delimitações espaciais e formas de operacionalizar a dicotomia setor formal/informal do mercado de trabalho, estes estudos convergiam na constatação de importantes mudanças da estrutura ocupacional dos migrantes, do momento da partida ao momento de chegada e permanência na localidade de destino. Ao chegar no destino, pela pouca experiência, pelo desconhecimento dos mecanismos de funcionamento do mercado de trabalho, pelos critérios seletivos usados pelos empregadores, pelas próprias referências anteriores de sobrevivência na sociedade de origem que tornavam as ocupações urbanas como dotadas de maior *status*, ainda

que bastante precárias, os migrantes acabavam se inserindo nas ocupações de baixa qualificação dos Serviços e Construção Civil, normalmente sujeitos a relações contratuais mais precárias e frágeis (Martine 1977, Alberts 1977, Martine 1980a). Com aumento do tempo de residência, do conhecimento das oportunidades existentes, acúmulo de experiência ou de um pequeno capital os migrantes buscariam novas formas de inserção setorial e posicional. Quanto aos diferenciais entre migrantes e não migrantes não parecia haver uma conclusão convergente nos estudos, já que em algumas situações os migrantes se encontravam em melhor situação que os naturais e em outras observava-se o contrário.

Em um balanço dos achados empíricos da bibliografia internacional sobre a relação entre migração e trabalho dos anos 70, Standing (1983) destaca, ademais da atenção conferida ao tema no período analisado, a coexistência de três hipóteses conflitantes acerca do processo de adaptação dos migrantes no mercado de trabalho:

*“The first is that migrants enter the lowest strata of the labour force and remain there, so tending to worsen urban income inequality and helping to foster the growth of a lumpenproletariat, wheter or not migrants constitute a large element of it. The second is that migrants enter the lower milieu but, taking account of age, sex and educational qualifications, are upwardly mobile, so that after a while the occupational profiles of migrants and non-migrants are essentially similar. The third is that migrants enter all or most strata of the labour force and that labour market segmentation and labour force stratification are not constraints to the absorption and mobility of migrant workers.”* (Standing 1983: 253)

No caso brasileiro, a maior parte dos estudos parece corroborar mais a segunda hipótese, de diferenciais decrescentes entre os naturais e os migrantes com aumento do tempo de residência. A seguinte passagem de Castro *et al.* (1980), baseada em estudos quantitativos e qualitativos com migrantes de baixa renda no Rio de Janeiro nos anos 70, sintetiza com clareza esses achados empíricos acerca da inserção ocupacional do migrante e sua adaptação na sociedade destino no país:

*“É através do trabalho, fundamentalmente, que o migrante vai se adaptar às condições da ‘sociedade urbano-industrial’. Embora existam outras esferas da vida urbana a que o migrante tem necessidade de se adaptar, o trabalho se constitui no núcleo em torno do qual ocorre sua ‘socialização’.*

*Se é migrante recente, com menos de dois anos de residência e se veio diretamente da área rural, provavelmente contará com baixa qualificação profissional e desconhecimento ou perplexidade quanto aos mecanismos prevaletentes na metrópole. ....*

*Se o migrante está há mais tempo na Região Metropolitana ou se veio já com alguma educação formal ou informal ou se passou pelo processo de socialização nas etapas [migratórias], tem condições de se equiparar ao nativo de renda mais baixa que está de alguma forma melhor na escala de*

*educação, pressupondo-se que nas R.Ms. estejam concentrados os investimentos em serviços urbanos, nos quais se inclui a educação. As diferenças entre migrantes e nativos deixam, assim, de ser importantes, havendo um verdadeiro processo de homogeneização da população de renda baixa, na medida em que, individualmente, possuem as mesmas características e se utilizam da mesma forma dos mecanismos informais e/ou formais para procura e manutenção do emprego e estão sujeitos à mesma legislação trabalhista". (Castro et al., 1980: 900).*

Sem pretender fazer uma revisão bibliográfica exaustiva sobre o tema e seus principais achados, mas fixando-se nos estudos que, de alguma forma, se referiam ao contexto paulista ou paulistano nesse período, vale citar, como um dos primeiros trabalhos elaborados com dados do Censo Demográfico de 1970, o estudo de Mata *et al.* (1973). Analisando a situação do migrante no conceito censitário (indivíduo não natural do município de residência) em diversas agregações espaciais no país, os autores constataram que os migrantes antigos (com mais de 5 anos de residência) conseguiam níveis de rendimentos iguais ou superiores aos dos não migrantes e que estes migrantes desfrutavam de melhores condições que os mais recentes. Tais características se reproduziam entre a População Economicamente Ativa ou não, nos diversos setores de atividade da população ocupada, nas "regiões de entrada" (São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná), nas de "saída" (Nordeste e Minas Gerais entre outros) e nas "neutras" (Norte, Sul). Nas "regiões de saída" até mesmo os migrantes com menor tempo de residência apresentavam níveis de rendimento mais elevados que os não migrantes; nas demais a situação do migrante recente se igualava ou era inferior à da população natural. A predominância da migração rural/urbana, da direção dos fluxos (para as regiões de entrada ou de saída) acabava definindo a situação do migrante frente aos naturais. No balanço final, os autores terminam por concluir que:

*"Em linhas gerais, os migrantes estavam em posições melhores do que os não migrantes. Em relação aos migrantes antigos [mais de 5 anos de residência] quase não se encontraram exceções; quanto aos migrantes novos [até 5 anos de residência], o mais prudente seria considera-los num situação equivalente a dos não-migrantes, visto que ocorreram as três possibilidades: vantagem dos migrantes novos, desvantagem destes e igualdade de condições". (Mata et al. 1973: 158).*

Em uma análise mais pormenorizada da inserção ocupacional do migrante residente nas áreas urbanas do país, Costa (1975) também registrou a melhoria do *status* ocupacional com aumento do tempo de residência. Com relação aos diferenciais entre migrantes e naturais, o autor sugeria que os primeiros alcançavam, em média, "maior sucesso empresarial" que os últimos. Migrantes novos (com até 10 anos de residência) ou antigos (com mais de 10 anos de

residência), homens ou mulheres, apresentavam taxas de atividade superiores à população nativa, fato que persistia mesmo retirando-se os efeitos composicionais das diferentes estruturas etárias. As taxas de desemprego- ressalvadas toda sorte de limitações com que elas têm sido levantadas nos censos- seriam superiores entre os não migrantes e, entre os migrantes, seriam decrescentes com o tempo de residência. Com relação à distribuição dos ocupados por setores de atividade, o autor observou maior incidência de naturais na Agricultura e de migrantes na Indústria e Administração Pública. Destacou também a mobilidade dos migrantes, especialmente das mulheres, entre os setores de atividade, como num processo de adaptação às características do mercado de trabalho das suas áreas de destino. O autor assinalou também a maior propensão de migrantes em se tornarem empregadores (e menor propensão a se tornarem Trabalhadores sem rendimentos), característica potencializada com aumento do tempo de residência. Nas demais posições ocupacionais haveria um relativo equilíbrio entre migrantes e não migrantes. Entre os migrantes o tempo de residência atuaria no sentido de proporcionar níveis mais elevados de rendimento, independentemente do efeito elástico da idade sobre a renda. Com exceção dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro na maioria das regiões analisadas a renda individual média dos migrantes e o coeficiente de desigualdade da renda eram mais elevados que da população não migrante. Em São Paulo e Rio de Janeiro somente migrantes mais antigos chegariam a ter rendimentos superiores aos não migrantes.

Uma análise ainda mais detalhada e metodologicamente mais consistente acerca da inserção ocupacional do migrante viria a ser apresentada por Martine & Peliano (1978), restrita, no entanto, as nove Regiões Metropolitanas do país. Discriminando as análises por sexo e faixas etárias, os autores chegam a resultados muito semelhantes aos já descritos com relação à inserção ocupacional do migrante por tempo de residência. Assim, com aumento do tempo de residência, os migrantes apresentariam maiores taxas de ocupação, maior escolaridade, melhor posicionamento ocupacional (emprego com carteira) e rendimentos mais elevados. A participação de homens migrantes nas ocupações de baixa qualificação da Construção Civil diminuía com o tempo de residência, aumentando, concomitantemente, as parcelas ocupadas nas atividades de transportes e comunicações e proprietários de nível médio e, entre os mais jovens, nas ocupações de escritórios e serviços não qualificados; entre aqueles situados nas faixas etárias intermediárias da PEA, haveria um aumento das parcelas das ocupações da Indústria e em profissões técnicas de nível médio e nível superior. Entre as mulheres migrantes, o tempo de residência levaria à diminuição da participação nos Serviços

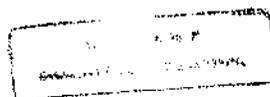
Domésticos e o aumento nas ocupações de escritório, ensino primário e no Comércio.

Com relação aos diferenciais entre migrantes e não migrantes os resultados eram menos convergentes, contrapondo, em geral, situações distintas nas RM de São Paulo e Rio de Janeiro com as RM Nordesteiras. Os naturais das primeiras mostravam-se, em geral, em posição sócio-ocupacional melhor que os migrantes, mesmo aqueles com mais tempo de residência, fato que se explicaria, em primeira instância, pelo nível maior de escolaridade ( e escolarização) dos naturais. Nas RM Nordesteiras, as diferenças entre naturais e migrantes não se mostravam, contudo, significativas. Mas qualquer que fosse o tipo de migrante, qualquer que fosse o nível de desenvolvimento regional da localidade de destino, haveria uma melhora progressiva em sua inserção ocupacional no mercado de trabalho regional. Em suas palavras:

*"Os dados apresentados neste trabalho confirmariam os resultados de diversas pesquisas anteriores, também baseadas em dados secundários, com respeito à aparente mobilidade vertical da população migrante. Nesse aspecto, é realmente interessante o fato de que, apesar de não concordarem sobre o sentido dos diferenciais entre migrantes e naturais, praticamente todos os trabalhos consultados demonstram uma melhoria progressiva na situação dos migrantes em termos de vários indicadores sócio-econômicos, na medida em que aumenta a permanência dos migrantes na unidade geográfica ou político-administrativa em análise. Portanto, os resultados da presente investigação não fogem à regra, já que todos os indicadores utilizados demonstram, em quase todas as RM, uma melhoria sistemática e significativa da condição sócio-econômica dos migrantes à medida que aumenta o tempo de residência na RM". (Martine & Peliano 1978:168)*

O trabalho de Martine & Peliano também trouxe importantes contribuições para a temática pela forma "crítica" e "relativizadora" com que encaravam os resultados da inserção social dos migrantes por tempo de residência, como já se assinalou anteriormente. Na realidade, a aparente mobilidade resultava menos da adaptação positiva de todo e qualquer migrante na sociedade de destino e mais do efeito líquido da sobrevivência dos mais aptos a continuar no mercado de trabalho local e evasão dos menos capacitados a fazê-lo. Não seria pois o tempo de residência que conferiria, inexoravelmente, uma melhor situação ao migrante, mas sim sua habilidade em sobreviver na sociedade destino, sua capacidade de estender seu "tempo de sobrevivência". A melhoria do perfil ocupacional ao longo do tempo não seria propriamente do migrante residente, mas sim do "migrante sobrevivente". Aos "não sobreviventes" ao processo seletivo restaria a re-emigração para outras localidades, na tentativa de uma nova adaptação positiva.

O próprio Martine (1980b) apresentaria as primeiras evidências e perfil destes migrantes em contínuo processo de re-emigração nos anos 70, através da análise dos dados



provenientes do Sistema de Informações Internas do Ministério do Interior. Mas se, por um lado, o padrão de alta mobilidade da população acompanhada pelo sistema - migrantes recém-chegados e carentes, que procuravam postos do Serviço de Apoio ao Migrante, localizados nas regiões de atração e de passagem - parecia corroborar a existência de um “substrato nômade” em busca de sobrevivência nos mercados regionais de trabalho, por outro, o exame do perfil ocupacional dos mesmos não parecia demonstrar uma clara relação entre migração repetida e baixa qualificação. Neste sentido o autor relacionou pelo menos dois exemplos: trabalhadores braçais da lavoura e do Terciário apresentavam mobilidade menor que os trabalhadores do Secundário; a mobilidade de Trabalhadores da Construção Civil se comportava nos mesmos níveis que os trabalhadores da indústria.

Merrick & Graham (1981) também discutiriam, mais tarde, a questão da mobilidade ocupacional dos migrantes segundo tempo de residência, depositando uma crença maior nos mecanismos de adaptação progressiva que na evasão seletiva dos mais fracos aludida por Martine & Peliano. Detendo-se sobre as duas maiores Regiões Metropolitanas do país, São Paulo e Rio de Janeiro, e as principais faixas etárias da PEA (20 a 39 anos), eles constataram que os migrantes com até 5 anos de residência tinham maior representação que os naturais nas ocupações do que eles classificaram como setor informal. No município de São Paulo, e de forma menos intensa, na cidade do Rio de Janeiro, tal tendência persistia também para os migrantes mais antigos, com 11 anos ou mais de residência. Nas periferias metropolitanas os migrantes antigos estariam em situação melhor que os nativos. Com relação à mobilidade ocupacional dos migrantes, os autores chamaram a atenção para a queda expressiva na participação no setor informal para os migrantes com maior tempo de residência.

Esse quadro de aparente mobilidade deveria ser analisado, segundo os autores, a partir da avaliação dos efeitos de três aspectos distintos: **mobilidade de fato** ou adaptação progressiva ao mercado de trabalho da sociedade de destino, **seletividade diferencial de migrantes por período**, seja pela modificação das características da oferta da mão de obra migrante nas áreas de origem em cada momento, como também pela modificação na demanda de mão de obra em cada área de destinação; e, por fim, a **redução ou evasão dos menos qualificados**, nos moldes explicitados por Martine & Peliano. Dos três efeitos eles sugerem que o último, contudo, seria o menos importante para explicar a modificação no quadro ocupacional dos migrantes por tempo de residência no país nos anos 60:

*“Em conclusão, as modificações no perfil ocupacional dos migrantes em diferentes grupos de tempo de residência ..... parecem refletir uma mistura de efeitos diferenciais de mobilidade e seletividade e, em menores proporções, um*

*efeito de redução. O aspecto mais importante é que o grau de mobilidade nos mercados brasileiros de trabalho não é uma questão especificamente migratória. Tanto os migrantes como os nativos parecem ter conseguido certo êxito, e ao mesmo tempo os dois grupos encontraram obstáculos sérios.”* (Merrick & Graham 1981:285).

Para os autores, a “seletividade diferencial de migrantes” poderia ter tido efeitos importantes sobre o perfil dos migrantes “sobreviventes” ao longo da década de 60, pois ao período de forte estagnação econômica de 1962-67, seguiu-se um período de rápida recuperação que levaria o país ao “Milagre Econômico”, com forte expansão do gasto público, da Construção Civil etc. Os migrantes recentes apontados pelo Censo de 70 seriam, desta forma, integrados por boa parcela de mão de obra mal qualificada, atraída, para trabalhar nos programas habitacionais então em expansão. Além do efeito “seletividade” sobre o perfil dos migrantes por grupos de tempo de residência, a “mobilidade” vertical deveria ter ocorrido de fato, como sugeriam as altas taxas de crescimento do emprego na Indústria e Serviços e o aumento do nível médio salarial ao final da década de 60.

De mesma forma que os diversos trabalhos elaborados na época foram pródigos em demonstrar a regularidade dos achados com relação ao tempo de residência, eles regularmente divergiam sobre a situação comparativa entre os migrantes mais antigos e os não migrantes ou naturais. As diferentes formas de definir a população migrante e não migrante, em especial a inclusão ou não dos migrantes com mais tempo de residência (10 ou mais anos) em uma categoria comum aos naturais, constituía-se em uma das principais fontes de divergências dos resultados dos estudos (Martine 1980a). A não consideração dos efeitos composicionais da idade e sexo e as diferentes formas de operacionalização das variáveis usadas na comparação, sobretudo as categorias ocupacionais eram outros fatores potenciais para geração de resultados contrastantes. As diferentes formas de operacionalização do setor informal e por conseguinte, sua primazia ou não como porta de entrada do migrante rural no mercado de trabalho urbano, constituiriam, neste sentido, um capítulo à parte nesta discussão (PREALC 1987, Martine 1983). Por fim, como já haviam demonstrado Mata *et al.* (1973) e Martine & Peliano (1978), a situação dos migrantes frente a dos não migrantes variava segundo o nível de desenvolvimento da região considerada na análise. Nas regiões mais desenvolvidas, como São Paulo, os naturais tinham um posicionamento socioeconômico em termos de renda e inserção ocupacional, em geral, melhor que os migrantes mais antigos. Em outras regiões o quadro era diametralmente diferente, como nas “regiões de saída” (de emigração).

Nos anos 80, esta linha de estudos sobre migração e trabalho deixaria de ter,

aparentemente, a proeminência que desfrutara na década anterior (Martine & Neupert 1988, Cunha 1995). A desistência em estabelecer uma política migratória por parte do Ministério do Interior, a perda de interesse de pesquisa na temática em função de um suposto desgaste e da própria limitação informacional e metodológica das fontes disponíveis para a compreensão da questão e o aparecimento de outras questões concorrentes parecem ter contribuído para um relativo arrefecimento da produção sobre a temática no país. A disseminação da idéia, advogada por Merrick & Graham (1981), de que o *status* migratório jogasse um papel menos importante que outros condicionantes para apreensão do grau de mobilidade no mercado de trabalho brasileiro parece ter também contribuído para desprestigiar o recorte migrante/ não migrante nas então crescentes e volumosas análises do mercado de trabalho que despontaram ao longo da década.

Pelo que se pôde levantar para a RMSP, um dos poucos trabalhos de análise da inserção ocupacional do migrante elaborados nos anos 80 foram os de Nunes Ferreira & Rodrigues (1986), replicado dois anos mais tarde em Rodrigues & Nunes Ferreira (1988). De modo geral, os resultados dos dois trabalhos - que cobriram o período de 1985 a 1987 - reproduziam as tendências descritas por Martine & Peliano (1978) para a RMSP em 1970, como a melhoria da inserção ocupacional dos migrantes (provenientes de fora da área metropolitana) com o tempo de residência e da situação laboral mais favorável dos naturais em relação aos migrantes mais recentes. As autoras também assinalariam a elevada incidência de migrantes, especialmente os recentes, nos Serviços Domésticos e na Construção Civil e sua progressiva diminuição com o tempo de residência. A Indústria também teria uma participação importante na absorção dos migrantes, mesmo entre os recentes.

Mais recentemente, Aranha (1996) retomou uma análise semelhante para o período de 1988 a 1995 para a RMSP. Ao longo do período analisado, o autor constatou que os migrantes (provenientes de fora da RMSP) mantinham participação significativamente maior na condição de desempregados e na condição de ocupados nos setores de Construção Civil, Serviços Domésticos que a população não migrante, embora em níveis decrescentes com o tempo de residência. O autor mostrou também que a diminuição da parcela da Construção Civil na PEA metropolitana entre 1988 e 1995 pareceu ter afetado particularmente as possibilidades de inserção dos migrantes recentes neste setor no final do período. Nos Serviços Domésticos, ao contrário, as oportunidades ocupacionais continuavam se ampliando, seja para migrantes, seja para não migrantes. Dados apresentados pelo autor também mostraram que as manifestações deletérias da Reestruturação Produtiva parecem ter atuado mais intensamente

sobre os migrantes, sobretudo os mais recentes: ao longo do período houve uma perda acentuada da participação das ocupações da Indústria entre os migrantes recentes, bem mais intensa que entre os não migrantes ou entre os migrantes com mais de 3 anos de residência; a proporção de desempregados aumentou quatro pontos percentuais entre os migrantes recentes entre 1988 e 1995, o dobro do observado na PIA.

Outros trabalhos também recentes, com base em distintas fontes de dados transversais - Machado & Andrade (1995) com a PNAD 90, Jannuzzi (1996) com a Pesquisa de Condições de Vida/SEADE de 1994, Montali (1997) com a própria PRAD e Jannuzzi (1998a) com os Censos Demográficos de 1980 e 1991- replicaram os esforços anteriores de analisar a inserção ocupacional dos migrantes em São Paulo segundo tempo de residência ou *vis-a-vis* com não migrantes. De modo geral, os trabalhos reiteram os achados já anteriormente apontados com relação às formas tradicionais de ingresso dos migrantes no mercado de trabalho, à melhoria da posição sócio-ocupacional dos mesmos com tempo de residência. Quanto aos diferenciais de perfil ocupacional e socioeconômico entre migrantes e não migrantes, tais estudos convergiram em apontar os últimos em melhor situação (mesmo quando comparados com migrantes mais antigos). Na análise comparativa presente em Jannuzzi (1998a) sugeriu-se, inclusive, que os diferenciais entre migrantes recentes e migrantes antigos, assim como entre migrantes antigos e naturais haviam diminuído entre 1980 e 1991, seja por conta do aumento da evasão seletiva dos menos aptos a competir no mercado, seja pela importância crescente dos migrantes intraestaduais e intrarregionais no conjunto dos migrantes no estado e na RMSP na década passada.

A disponibilidade de dados retrospectivos sobre ocupação dos migrantes na PRAD permite acrescentar novos elementos a este corpo extenso de achados empíricos, derivados de análises baseadas, em geral, em fontes de dados de natureza transversal. Em especial, permite entender mais propriamente a mobilidade dos migrantes entre ocupações, categorias posicionais e setores de atividade econômica ao longo do período em questão, e não apenas no momento da pesquisa como as análises orientadas segundo tempo de residência.

Explorar esta perspectiva retrospectiva da PRAD, descrevendo a mobilidade ocupacional dos migrantes ao longo das etapas migratórias e buscando explicações para as tendências e características observadas constitui, pois, o objeto das seções seguintes. Antes, porém, de passar propriamente a estas análises faz-se uma breve descrição sobre o perfil sócio-demográfico dos migrantes, valendo-se das características da população não migrante como referência. Como extensamente documentado na bibliografia dos estudos do trabalho

(Elizaga 1979, N.Unidas 1978), as taxas de atividade, de ocupação, a distribuição dos ocupados por categorias ocupacionais estão fortemente condicionadas à idade, sexo e escolaridade dos indivíduos, daí a necessidade de tê-las sob controle nas comparações com outros grupos demográficos. Por outro lado, como revelam os estudos já citados sobre a inserção ocupacional do migrante, a zona de origem, o contexto econômico na saída ou na chegada, o tempo de residência são fatores de grande influência sobre os mecanismos de adaptação do migrante na localidade de destino, obrigando, pois, a uma exposição também sintética da mobilidade espacial do conjunto de migrantes em análise, isto é, desvelando, em grandes linhas, de onde vieram os migrantes, para onde foram, quando migraram e quanto tempo residiam na localidade de destino.

Por fim, vale observar que pelo fato de vincular a coleta de informações sobre mobilidade ocupacional às etapas da trajetória espacial, a PRAD deve ser entendida antes como pesquisa retrospectiva sobre migração do que propriamente sobre mobilidade ocupacional ou mobilidade social de migrantes<sup>1</sup>. Em uma pesquisa especificamente planejada para estudo da mobilidade ocupacional privilegiaria-se a coleta informações sobre o histórico profissional dos indivíduos em um determinado período, as mudanças de condição de atividade e de ocupação, as funções exercidas etc, referidas a momentos conjunturais de particular interesse. As pesquisas sobre mobilidade social procuram detalhar a ocupação do indivíduo e de seus pais no presente e em pontos mais remotos do passado, como na idade de ingresso no mercado de trabalho etc. Com isso, pode-se realizar estudos sobre a mobilidade intra-geracional e a inter-geracional, além de estudos sobre a estrutura ocupacional em períodos específicos da história econômica do país ou região.

No caso da PRAD, o estudo da mobilidade ocupacional está restrito aos chefes migrantes da família principal do domicílio, durante treze anos de vida laboral, com registros ocupacionais limitados aos momentos de mudança espacial. As etapas migratórias constituem-se, pois, os marcos temporais de referência na análise da mobilidade ocupacional ao longo do período. Por questões de precisão estatística das estimativas, esses marcos de referência temporal- etapas da migração- foram restritos a dois: o relativo à primeira mudança e o da última.

---

<sup>1</sup> Aliás, como sempre se procurou caracterizar nos documentos da pesquisa (Patarra *et al.* 1996, 1997).

### 3.1. CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS BÁSICAS DOS MIGRANTES

A chefia familiar é largamente masculina entre os migrantes, como na sociedade brasileira em geral (Oliveira & Berquó 1990, Goldani 1985). Cerca de 85% dos chefes de famílias migrantes são homens, percentual um pouco maior que o observado entre os não migrantes. Tal característica talvez se explique pela maior proporção de jovens entre os primeiros- e portanto do menor tempo de exposição ao risco de separação - além de algum outro traço de natureza cultural ligado à origem regional dos migrantes (Nordeste, cidade de pequeno ou médio porte, zona rural). Com relação à estrutura etária, as diferenças são bastante significativas, e apontam que, em média, os migrantes são sete anos mais jovens que os não migrantes. Isto não representa qualquer novidade já que, a seletividade por idade é uma das características mais regulares reportadas nos estudos de migração (Rogers 1982, Elizaga 1979, N.Unidas 1978, Alberts 1977)<sup>2</sup>.

Tabela 1 : Distribuição de chefes segundo características demográficas por *status* migratório  
Estado de São Paulo 1993

Característica demográfica do chefe	Migrantes	Não Migrantes	Total
Sexo			
Masculino	84,9	83,2	83,5
Feminino	15,1	16,8	16,5
Total	100,0	100,0	100,0
Idade			
28 a 34 anos	27,4	14,3	16,5
35 a 49 anos	47,0	37,2	38,9
50 + anos	25,6	48,5	44,6
Total	100,0	100,0	100,0
Idade média	43,3	50,0	48,9

Fonte: PRAD

Como os migrantes são mais jovens que os não migrantes - e portanto estiveram mais suscetíveis aos efeitos da ampliação da escolarização básica nas últimas décadas- o perfil de escolaridade dos mesmos é um pouco melhor do que o dos não migrantes. Considerando-se, porém, o efeito composicional da idade, a situação se inverte. Observe-se, porém, que a parcela de migrantes com 3. Grau completo ainda se manteve maior entre os migrantes, mesmo

<sup>2</sup> "A diferencia de la selectividad por sexo, edad y estado civil, que muestra cierta invariabilidad en el tiempo e igualdad de características en corrientes migratorias de muchos países, la selectividad educacional y ocupacional nos es igualmente marcada ni homogénea" (Alberts 1977:60). Os jovens tendem a constituir os segmentos populacionais mais propensos à migração, seja pelas melhores condições físicas, disposição a correr riscos e relações menos consolidadas na sociedade de origem, entre outros fatores

com a retirada dos efeitos composicionais. Não parece possível, pois, apontar uma seletividade negativa dos migrantes no estado, comparativamente aos não migrantes, no que diz respeito à escolaridade, como no contexto estudado por Martine & Peliano (1978) para a RMSP em 1970.

Naquele momento era muito clara a superioridade do perfil educacional dos não migrantes, pois o peso da migração interestadual era bem mais elevado, em especial por conta dos fluxos provenientes das zonas rurais e do Nordeste, onde o perfil de escolaridade era muito baixo. Além disso, a categoria de não migrantes dos autores era constituída somente de naturais (migrantes com 11 ou mais anos constituíam outra categoria separada). Já na década passada, com aumento da participação da migração intraestadual, o perfil médio de escolaridade do migrante melhorou, aproximando-o do verificado entre os naturais (Jannuzzi 1998a).

Tabela 2 : Distribuição de chefes segundo nível de escolaridade por *status* migratório Estado de São Paulo 1993

Nível de escolaridade em 1993	Migrantes	Não Migrantes	Total
Sem instrução formal	6,7	7,4	7,3
1º grau incompleto	49,8	53,2	52,6
1º grau completo	16,1	16,1	16,1
2º grau completo	16,8	14,2	14,7
3º grau completo	10,6	9,1	9,3
Total	100,0	100,0	100,0
Proporções padronizadas			
Sem instrução formal	10,2	7,4	-
1º grau incompleto	51,9	53,2	-
1º grau completo	13,5	16,1	-
2º grau completo	14,1	14,2	-
3º grau completo	10,2	9,1	-
Total	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

Notas: Padronização pela estrutura etária dos chefes não migrantes

A categoria Sem instrução formal compreende os indivíduos que se declararam analfabetos ou que, embora soubessem ler/escrever, não declararam ter frequentado escola regular

Se não é possível apontar a superioridade de um ou outro perfil (ou mesmo a proximidade entre eles) com os dados da PRAD, não deve escapar à análise que o conjunto dos migrantes parece encerrar maior heterogeneidade social, isto é, os migrantes seriam mais desiguais entre si (em perfil educacional) que os não migrantes entre eles mesmos. Entre os migrantes no estado de São Paulo estariam sobre-representados os dois grupos extremos na escala educacional: os migrantes com poucos anos de estudo (possivelmente constituídos daqueles provenientes da zona rural e do Nordeste) e os migrantes com segundo grau ou

curso superior completo (constituído de indivíduos mais jovens do próprio estado, que estariam se deslocando em busca das oportunidades ocupacionais mais complexas nos Serviços Sociais, Serviços Auxiliares e na própria Indústria de ponta localizada no raio de 200 km da capital). Evidências neste sentido já haviam sido apontadas por Aranha (1996) e Jannuzzi (1996).

Por serem mais jovens e com ligeira vantagem de homens, era de se esperar que os migrantes apresentassem taxas de atividade mais altas que os não migrantes. De fato, 83 % dos migrantes participavam do mercado de trabalho em 1993, contra uma parcela significativamente menor (69%) de não migrantes. Em contrapartida, com relação às taxas de desocupação, elas são mais altas entre os chefes migrantes (6%), cifra dois pontos percentuais maior que entre os não migrantes (4% da PIA de chefes)<sup>3</sup>, tendência já assinalada por Montali (1997) em análise anterior com dados da PRAD.

A idade parece exercer o maior efeito composicional sobre as taxas dentre as três variáveis analisadas, o que se explica pela magnitude das diferenças das estruturas etárias apontadas acima. As diferenças de composição por sexo entre migrantes e não migrantes são bem menores, mas exercem algum efeito sobre a parcela de inativos. As diferenças de perfil de escolaridade, por serem pequenos, e não regulares, têm pouco efeito sobre as taxas padronizadas de desocupação.

Tabela 3: Distribuição de chefes segundo condição de atividade ou ocupação por *status* migratório Estado de São Paulo 1993

Condição de Atividade ou Ocupação	Migrantes	Não Migrantes	Total
Desocupados	6,2	4,2	4,5
Ocupados	76,4	64,6	66,6
Inativos	17,4	31,2	28,9
Total	100,0	100,0	100,0
Taxas padronizadas pela estrutura etária			
Desocupados	5,3	4,2	-
Ocupados	65,7	64,6	-
Inativos	29,0	31,2	-
Total	100,0	100,0	-
Taxas padronizadas pela composição por sexo			
Desocupados	6,1	4,2	-
Ocupados	75,7	64,6	-
Inativos	18,2	31,2	-
Total	100,0	100,0	-
Taxas padronizadas pelo perfil de escolaridade			
Desocupados	6,2	4,2	-
Ocupados	76,5	64,6	-
Inativos	18,3	31,2	-
Total	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

Nota: Padronização pela estrutura etária dos chefes não migrantes

<sup>3</sup> Tendência semelhante se observaria se as taxas de desocupação fossem tomadas sobre a PEA de chefes.

### 3.2. ASPECTOS DA MOBILIDADE ESPACIAL DOS MIGRANTES NO PERÍODO

A grande maioria dos chefes migrantes em análise já participava ou pelo menos tinha alguma experiência no mercado de trabalho urbano em 1980. Afinal, cerca de 84% dos chefes residia na zona urbana no início da década passada, em sua maioria em municípios de médio e grande porte pelo estado e país afora. Cerca de 42% dos migrantes residia em centros urbanos com mais de 500 mil habitantes, como o município de São Paulo, alguns outros no ABC paulista, no interior do estado e algumas capitais estaduais. Migrantes da zona rural e de municípios menores constituíam-se em contingentes minoritários, mas nem por isso pouco significativos. Vale apontar, neste sentido, que mais de um terço dos migrantes residia em municípios de pequeno e médio porte (até 100 mil habitantes) em 1980<sup>4</sup>.

Tabela 4 : Distribuição dos chefes migrantes segundo zona e porte da localidade de residência ao longo do período Estado de São Paulo 1980 - 1993

Localidade de residência	1980	Após 1a. mig	Após ult mig	1993	Diferença 1993 - 1a.
Zona da local. residência					
Urbana	83,5	90,6	93,9	94,5	11,0
Rural	16,5	9,4	6,1	5,5	-11,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Porte da local. residência					
até 20 mil habitantes	10,3	6,5	3,6	3,7	-6,6
de 20 mil a 100 mil habitant	16,6	19,9	15,9	15,8	-0,8
de 100 mil a 500 mil habitant	21,5	39,4	42,9	43,3	21,8
mais de 500 mil habitantes	42,3	30,1	35,5	35,6	-6,7
localidade não classificável	9,3	4,1	2,0	1,5	-7,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

Nota: As pequenas diferenças da distribuição dos chefes segundo localidade de residência após a última migração e em 1993 se devem ao fato de que no cômputo do perfil relativo à última migração também são contabilizados os migrantes que fizeram apenas uma única mudança.

Ao longo do período e das etapas migratórias, um volume crescente de migrantes deixou suas localidades de origem dirigindo-se, sobretudo, para áreas urbanas de municípios de porte intermediário (entre 100 e 500 mil habitantes) no estado. Entre 1980 e 1993, a parcela de migrantes residentes nestas localidades passou de 22% para 43% do conjunto. Ainda que parte desta tendência possa ser debitada às características do levantamento, vale lembrar que foram estes os municípios que mais rapidamente se expandiram no estado na década de 80

<sup>4</sup> Supõe-se que a parcela de migrantes provenientes de localidades com porte não identificável residia em vilas, fazendas ou distritos de municípios de pequeno porte.

(Caiado 1995)<sup>5</sup>. Os migrantes residentes na zona rural, que perfaziam 16% do conjunto em 1980 - cifra relativamente expressiva frente ao nível de urbanização do estado (89%) e do país (68%) naquele momento- passaram a não representar mais que 6% dos migrantes ao final do período. O mercado de trabalho urbano, de cidades de maior porte do estado, constituiu-se, pois, no palco privilegiado da inserção e mobilidade ocupacional do migrante captado pela PRAD no período.

Neste mesmo sentido, vale destacar que o mercado de trabalho metropolitano teve papel importante como cenário da mobilidade ocupacional do migrante, a julgar pela participação da migração intrametropolitana e dos fluxos inter-estaduais em sua direção. Quase 30% dos chefes se deslocou pela Região Metropolitana entre 1980 e 1993<sup>6</sup>. Para São Paulo e arredores (municípios do ABC, Guarulhos e Osasco) e para periferia metropolitana também se dirigiu a ampla maioria dos migrantes provenientes do Nordeste e de outros estados brasileiros, contribuindo para a “desruralização” da força de trabalho migrante captada na pesquisa. Entre aqueles que saíram de municípios do interior, a maior parte acabou se deslocando dentro ou se dirigindo para localidades na região de influência dos municípios mais industrializados do interior paulista (Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto, etc). Assim, cerca de 76% dos migrantes captados na pesquisa se dirigiu para - ou se deslocou dentro- dos centros urbanos de médio-grande e grande porte do estado, de estrutura ocupacional mais complexa e mais sujeitos às oscilações conjunturais da economia brasileira no período.

Tabela 5: Matriz de mobilidade espacial dos migrantes  
Estado de São Paulo 1980 e 1993

Local de residência em 1980	Local da residência em 1993					Total
	Outros municípios do estado	Santos e Litoral Norte	Hinterlândia municípios + industrializ.	Demais municípios da RMSP	Mun. São Paulo e arredores	
Estados do Nordeste	0,2	1,1	0,7	2,1	6,0	10,0
Demais estados do país	1,9	0,9	5,2	1,6	6,6	16,2
Interior Paulista	9,0	4,4	12,8	1,3	3,3	30,8
RMSP	3,5	2,7	7,4	12,2	17,1	43,0
Total	14,6	9,1	26,1	17,2	33,0	100,0

Fonte: PRAD

Nota: As tipologias de migrantes por local de origem e a regionalização das localidades de residência são apresentados detalhadamente no próximo capítulo.

<sup>5</sup> Como se observou anteriormente, o plano amostral da pesquisa privilegiou as concentrações metropolitanas e urbano-regionais no estado.

<sup>6</sup> Nestas cifras se incluem também casos de migrantes que saíram da RMSP para outras localidades do estado ou dos país, mas que já haviam retornado para o local de origem ou outra localidade da RMSP em 1993.

Os ciclos econômicos de curto prazo compreendidos no período em análise parecem ter influenciado distintamente os ritmos da dinâmica migratória interestadual, intraestadual e intrametropolitana. De modo geral, a maioria dos migrantes partiu até 1986, ano que divide o período de 1980 a 1993 em dois sub-períodos de quase igual duração, e que, mais importante do que isso, demarca o fim de um dos ciclos de crescimento econômico mais duradouro na década de 80, iniciado no final de 1983. Os anos seguintes foram marcados por oscilações conjunturais ora favoráveis, ora desfavoráveis, que talvez não permitissem vislumbrar-se perspectivas estáveis e garantidas nos grandes centros urbanos para quem cogitasse migrar. Nesse cenário, a própria capacidade de “manter” o migrante no estado seria menor.

Tabela 6 : Distribuição de chefes migrantes segundo momento da primeira mudança por localidade de residência em 1980  
Estado de São Paulo 1993

Localidade de residência em 1980	Momento da primeira mudança			Total
	1980-1986	1987-1990	1991-1993	
Estados do Nordeste	58,2	27,7	14,1	100,0
Demais estados	63,1	24,7	12,2	100,0
Interior Paulista	65,3	23,3	11,4	100,0
RMSP	55,8	27,5	16,7	100,0
Total	60,2	25,7	14,1	100,0

Fonte: PRAD

A elevada intensidade migratória no interior paulista no primeiro quinquênio dos anos 80 (65% dos primeiros deslocamentos até 1986) talvez se explique também pelo dinamismo das atividades econômicas em diversas micro-regiões do estado, seja pela desconcentração industrial da RMSP, pela maturação dos investimentos feitos na década anterior, como pelo desempenho da agroindústria (na produção do álcool, do suco de laranja) e da expansão das culturas de soja, trigo e outras atividades não-agrícolas no campo (Negri 1994, Pacheco & Dedecca 1992, Pacheco & Pochmann 1997, Caiado 1996, Graziano da Silva *et al.* 1996). Tal dinamismo se refletiria não apenas na migração pelo interior do estado mas chegaria a induzir os fluxos interestaduais de curta distância, proveniente dos estados limítrofes como Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Por outro lado, a menor incidência de chefes com primeira mudança até 1986 dentre aqueles migrantes que saíram da RMSP (56%) talvez decorra de um simples efeito aritmético, do aumento da mobilidade espacial mais ao final da década. As dificuldades crescentes da conjuntura do emprego e dos rendimentos na RMSP a partir da segunda metade dos anos 80 (Ferreira 1992, Montagner & Brandão 1996) pode ter levado a que um número

comparativamente maior de famílias lá residentes fossem obrigadas a se deslocar pelo espaço metropolitano- ou mesmo para fora dele- em busca de oportunidades ocupacionais ou custos mais baixos de moradia.

É um tanto curioso que, entre os migrantes do Nordeste, aqueles com primeiro deslocamento até 1986 representassem 58%, cifra inferior à média do conjunto. Afinal, ademais dos fatores estruturais de expulsão lá existentes e dos mecanismos sociais de facilitação da vinda de migrantes (laços de relacionamento familiar e interpessoal - Antico 1997b) presentes na RMSP, o Nordeste foi severamente castigado pela seca dos primeiros anos da década passada. Ainda que as frentes de trabalho implantadas conseguissem reter parte da migração potencial, a cifra acima deve resultar da diminuição da taxa de retenção migratória na RMSP, fato corroborado pelas tendências apontadas de aumento da migração de retorno para o Nordeste (Cunha 1996a, Ribeiro 1996).

Embora a maioria dos migrantes tivesse iniciado o percurso migratório antes de 1986, como parcela deles voltou a migrar no período, pouco menos da metade (41%) havia se fixado há mais de sete anos no município em que residiam em 1993. A menor proporção de chefes recentes na região de influência dos municípios mais industrializados do interior do estado pode ser consequência do arrefecimento dos fluxos provenientes dos demais estados e do próprio interior nos anos 90, conforme se apontou acima. Por outro lado, nos municípios do interior mais afastado do eixo industrial do estado parece ter havido, comparativamente, uma intensificação da dinâmica migratória recente<sup>7</sup>.

Tabela 7 : Distribuição de chefes migrantes segundo tempo de residência por localidade de residência em 1993  
Estado de São Paulo 1993

Localidade de residência em 1993	Migrantes com tempo de residência			Total
	Até 2 anos	3 a 6 anos	7 a 13 anos	
Demais municípios do interior	31,2	29,8	39,0	100,0
Santos e Litoral Norte	29,4	30,9	39,7	100,0
Hinterlândia mun + industrializados	23,4	33,0	43,3	100,0
Periferia Metropolitana	28,4	31,0	40,6	100,0
São Paulo e arredores	28,6	29,7	41,7	100,0
Total	27,7	30,9	41,4	100,0

Fonte: PRAD

<sup>7</sup> No capítulo seguinte justifica-se as tipologias de migrantes e de localidades de destino adotadas nesta apresentação sumária.

### 3.3. EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE ATIVIDADE E OCUPAÇÃO NO PERÍODO

A larga maioria dos migrantes aqui analisados já participava do mercado de trabalho em 1980. A taxa de atividade naquele momento atingia quase 90% dos migrantes, mantendo-se em níveis altos, porém decrescentes, nos treze anos seguintes. Por ocasião da primeira migração (por volta de 1985-1986, em média), a taxa de atividade já caíra quatro pontos percentuais, chegando ao final do período em níveis em torno de 83%.

Vale observar que estes altos níveis de atividade decorrem, em primeira instância, do fato de se estar tomando, como unidade de análise, indivíduos que tinham pelo menos 15 anos em 1980 e que viriam se tornar ao longo do período, migrantes e chefes de família, dois atributos demográficos que direta ou indiretamente expõe os indivíduos a maior participação no mercado de trabalho, seja pelo significado social do papel provedor do chefe<sup>8</sup>, seja pela faixa etária típica em que se concentram os migrantes (de 15 a 44 anos). Além disso, como já apontado por Martine & Peliano (1978), as elevadas taxas de atividade dos migrantes também devem se explicar pela evasão mais precoce dos mesmos do sistema de ensino para ingresso no mercado de trabalho. De fato, é o que se pode intuir da menor parcela de migrantes com primeiro grau completo (cifras padronizadas) em relação aos não migrantes, como mostrado na seção anterior. Por fim, a presença de um contingente significativo de migrantes da zona rural em 1980 certamente contribuiu para que a taxa geral de atividade dos migrantes já partisse de um nível elevado em 1980, dadas as características de inserção ocupacional precoce do trabalhador agrícola (Elizaga 1979).

A diminuição do nível de atividade geral ao longo dos treze anos em análise, ou equivalentemente, o aumento da inatividade no período, decorreu sobretudo da passagem de chefes ativos mais velhos (ocupados ou não) para a condição de aposentados. A inatividade da coorte de migrantes com 37 anos ou mais em 1980 – ou de forma equivalente, com 50 anos ou mais em 1993 – triplicou entre 1980 e 1993, tendo passado de 16 % para 54% no período. A inatividade observada no conjunto só não foi maior pelo ingresso acentuado de migrantes mais jovens e de mulheres no mercado de trabalho, como revela o comportamento das taxas de participação destes segmentos no período. A coorte de migrantes com idade entre 15 e 21 anos em 1980 já estava quase que totalmente em atividade em 1993 (98% em atividade nesse momento, contra 85% em 1980). Entre as chefes mulheres migrantes de 22 a 36 anos em

---

<sup>8</sup> “La responsabilidad de mantener a sus familias los vincula [os chefes] más estrechamente con la actividad económica” (De Pabón 1983).

1980, a participação no mercado de trabalho passou de 67 % para 74 % entre os anos extremos do período, contribuindo para o já amplamente apontado aumento da participação feminina no mercado de trabalho paulista no período.

A “desruralização” dos migrantes também deve ter influenciado na diminuição do nível de atividade geral dos mesmos. Afinal, com a urbanização, eventual aumento do nível de renda e acesso a regimes previdenciários mais favoráveis (em termos do valor das aposentadorias e critérios de elegibilidade), a idade de retirada do mercado de trabalho tenderia a diminuir (Elizaga 1979)<sup>9</sup>.

Uma parcela menor do aumento da inatividade talvez se possa atribuir aos efeitos da conjuntura crescentemente desfavorável- de modo geral- do mercado de trabalho paulista ao longo do período e às dificuldades de inserção ocupacional do migrante, fatores que desestimulariam os indivíduos a permanecer buscando oportunidades de emprego no mercado. Afinal, enquanto que entre os chefes que empreenderam sua primeira mudança até 1986, 16% não trabalhavam ou estavam aposentados em 1993, entre aqueles que se deslocaram mais tarde a inatividade chegou a atingir cerca de 19% dos migrantes, em que pese o fato de serem em média mais jovens. A passagem da inatividade de 1% para 4% entre os homens com 22 a 36 anos no intervalo de 1980 a 1993, parece ser mais uma evidência de que parte das cifras de inatividade poderia estar compreendendo indivíduos desocupados que desistiram, por algum tempo, de continuar procurando trabalho, sobretudo nos anos difíceis da recessão de 1991-92.

O nível de desocupação dos chefes migrantes apresentou um aumento tão ou mais expressivo que o de inatividade no período, considerando a cifra então prevalecente em 1980 (inferior a 1%). Em 1993, a desocupação já atingia 6 % do conjunto dos migrantes<sup>10</sup>. É bem verdade que a taxa de desocupação sobre a PIA - População em Idade Ativa- de chefes em 1980 poderia estar subestimada, por viés na declaração ou na captação da informação sobre condição de atividade em 1980. Afinal, parcela dos migrantes identificados como chefes de família por ocasião da pesquisa não se encontrava nessa posição no arranjo doméstico, de fato, em 1980, o que tenderia a elevar as estatísticas de desocupação naquele momento, dado o maior risco de não chefes de se sujeitar-se a esta situação. Por outro lado, teriam contribuído para o baixo nível de desocupação entre os migrantes em 1980, a conjuntura do emprego mais favorável à época e o peso da Agropecuária na estrutura ocupacional do conjunto de

---

<sup>9</sup> A legislação previdenciária para trabalhadores rurais viria sofrer alteração mais significativas no final da década de 80, com a promulgação da Constituição de 1988.

<sup>10</sup> Preferiu-se computar taxas de desocupação e ocupação sobre a PIA e não sobre a PEA de chefes a fim de simplificar a exposição da análise e do plano tabular sobre a mobilidade ocupacional dos migrantes no período.

indivíduos que viria migrar nos treze anos seguintes. Por fim, o baixo nível de desocupação em 1980 também poderia decorrer dos mecanismos de seletividade nas zonas de origem (levando indivíduos mais aptos na disputa de postos de trabalho a migrarem).

Ao longo das etapas migratórias as taxas de desocupação viriam a aumentar como consequência, em primeiro lugar, da situação conjunturalmente mais instável e desfavorável do mercado de trabalho pela década passada e início dos anos 90, particularmente do mercado laboral paulistano. Assim a parcela de chefes desocupados passou de 8% para 9% entre a primeira e última migração, que se processaram, em média, por volta de 1985-1986 e 1987-1988, respectivamente. Os efeitos da conjuntura sobre o nível de desocupação ficam ainda mais claros quando se observa que, entre os chefes que empreenderam a primeira migração até 1986, 7% se encontravam desocupados após a mudança, cifra dois pontos percentuais inferior a daqueles que iniciaram seus deslocamentos migratórios mais tarde.

Os elevados níveis de desocupação após as mudanças se devem também- ademais dos efeitos da crescente instabilidade conjuntural da economia brasileira no período- às dificuldades de inserção dos migrantes recém-chegados no mercado de trabalho na localidade de destino<sup>11</sup>. Como apontado nos estudos sobre inserção ocupacional do migrante, pelo desconhecimento dos mecanismos de procura e ingresso no mercado de trabalho, do funcionamento do mercado de bens e serviços, pelas restrições impostas pelos empregadores ou não disponibilidade de capital para abrir negócio próprio, migrantes com pouco tempo de residência apresentariam taxas de desocupação mais altas que migrantes mais antigos, ainda que fossem mais jovens (De Pabon 1983, Raczynski 1983). Passado algum tempo, pela evasão dos migrantes “não-adaptados” e superação das dificuldades iniciais por outros, as taxas de desocupação dos migrantes “sobreviventes” tenderiam a diminuir. A análise dos dados empíricos corroborou esta tese, ao revelar taxas de desocupação menores em 1993 que nas etapas precedentes. A passagem dos migrantes mais jovens à condição de chefes de família também deve responder por parcela da diminuição das taxas de desocupação mais ao final do período.

É interessante observar como este padrão tendencial de aumento da parcela de chefes desocupados logo após as migrações, a partir de 1986 e a sua diminuição com tempo de residência se reproduz entre diversos segmentos sócio-demográficos de migrantes. Os níveis de desocupação por que passou cada segmento ao longo do período são, contudo, um pouco diferentes. Migrantes de coortes mais jovens estiveram sujeitos a taxas de desocupação mais

---

<sup>11</sup> Vale lembrar que a informação sobre situação ocupacional captada nas etapas diz respeito ao momento imediatamente posterior à chegada do migrante na localidade de destino.

elevadas em todo o período, sobretudo logo após as mudanças, talvez por encontrarem mais dificuldades de inserção e adaptação na sociedade destino frente a um mercado de trabalho cada vez mais “credencialista” em termos de qualificação e experiência profissional anterior, como também pela ampliação da oferta de mão de obra decorrente da “Onda Jovem”, isto é, do ingresso contínuo de novos jovens no mercado de trabalho paulista ao longo da década passada (Bercovich, Madeira & Torres 1997).

As chefes mulheres também estiveram sujeitas a níveis mais acentuados de desocupação ao longo dos treze anos em análise, reproduzindo os resultados sistematicamente apontados em estudos do mercado de trabalho sob a perspectiva de gênero (Kon 1995, Costa 1994, Bruschini & Lombardi 1996). Em 1993, para cada 54 ocupadas havia 5 desocupadas, relação ligeiramente mais desfavorável que a observada entre os homens, de 80 para 7.

Tabela 8 : Distribuição dos chefes migrantes segundo condição de atividade ou ocupação por atributos demográficos ou momento da primeira mudança ao longo das etapas Estado de São Paulo 1980 - 1993

Condição de Atividade ou Ocupação	1980	Após 1a. mig	Após ult mig	1993	Diferença 1993 - 1980
Desocupado	0,7	8,0	8,8	6,2	5,5
Ocupado	88,5	77,1	76,7	76,4	-12,1
Inativo	10,8	14,9	14,5	17,4	6,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
chefes da coorte com idade de 15 a 21 anos em 1980					
Desocupado	0,7	11,2	11,2	7,3	6,6
Ocupado	84,3	80,7	84,6	91,1	6,8
Inativo	15,0	8,1	4,2	1,6	-13,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
chefes da coorte com idade de 22 a 36 anos em 1980					
Desocupado	0,8	7,4	8,6	7,0	6,2
Ocupado	93,5	85,6	83,6	86,1	-7,4
Inativo	5,7	7,0	7,8	6,9	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
chefes da coorte com idade de 37 ou + anos em 1980					
Desocupado	0,6	5,5	6,4	3,4	2,8
Ocupado	83,7	57,7	55,6	42,6	-41,1
Inativo	15,7	36,8	38,0	54,0	38,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
chefes homens					
Desocupado	0,7	8,4	9,3	6,4	5,7
Ocupado	92,8	81,6	81,0	80,4	-12,4
Inativo	6,5	10,0	9,7	13,2	6,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
chefes mulheres					
Desocupado	0,7	5,5	5,8	4,9	4,2
Ocupado	64,1	52,0	52,5	53,6	-10,5
Inativo	35,2	42,5	41,8	41,5	6,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
chefes homens com idade de 22 a 36 anos em 1980					
Desocupado	0,9	7,6	9,0	7,1	6,2
Ocupado	97,9	89,7	87,7	89,3	-8,6
Inativo	1,2	2,7	3,3	3,6	2,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
chefes mulheres com idade de 22 a 36 anos em 1980					
Desocupado	0,0	6,7	6,4	6,5	6,5
Ocupado	67,3	60,3	59,1	67,0	-0,3
Inativo	32,7	33,0	34,5	26,5	-6,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
chefes com primeira mudança entre 1980 e 1986					
Desocupado	1,0	7,3	7,7	5,0	4,0
Ocupado	87,4	79,2	79,4	78,7	-8,7
Inativo	11,6	13,5	12,9	16,3	4,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
chefes com primeira mudança entre 1987 e 1993					
Desocupado	0,2	9,0	10,3	7,9	7,7
Ocupado	90,2	74,1	72,7	72,9	-17,3
Inativo	9,6	16,9	17,0	19,2	9,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

Nota: Migrantes com apenas uma mudança no período também entram no cômputo das cifras relativas à última migração.

### *Efeitos da Qualificação e Histórico ocupacional anterior sobre a condição de atividade e ocupação*

As possibilidades de se inserir no mercado de trabalho paulista e, dentro dele, de mudar de ocupação, estiveram condicionadas, pois, aos ditames da conjuntura econômica e das mudanças estruturais em curso no país e no estado entre 1980 e 1993. Era de se esperar que assim fosse, já que são fatores de natureza conjuntural e estrutural que definem as possibilidades de inserção maior ou menor, melhor ou pior, da mão de obra disponível, isto é, que definem o nível de oferta de postos de trabalho, bem como a natureza e qualificação técnica requerida pelos mesmos. A quantidade e a qualidade de postos de trabalho oferecidos depende da taxa de crescimento econômico, composição setorial da economia, nível e tipo de industrialização (moderna ou tradicional, de pequena ou grande escala), nível dos salários, padrão tecnológico adotado, padrões de consumo e distribuição de renda (Farooq 1985). Combinações de taxas favoráveis de crescimento econômico, em uma economia urbano-industrial, baseada em indústrias de pequeno porte (moderna ou tradicional), em que a relação salários *versus* capital fixo favoreça o primeiro, em que o padrão de consumo favoreça os produtos manufaturados, de preferência nacionalmente produzidos e em que a renda se encontre distribuída de forma mais equânime favorecem a expansão da demanda de mão-de-obra por parte das empresas. Políticas de incentivo à automação industrial, em contextos de baixo crescimento econômico, por outro lado, tendem a ser pouco dinâmicas na criação de empregos, ainda que possam criar oportunidades ocupacionais de maior qualificação e remuneração.

Estes fatores estruturais e conjunturais rebateram-se com intensidade distinta pelos diversos segmentos sócio-demográficos de migrantes. Afinal, ser jovem, adulto ou idoso, homem ou mulher, ser analfabeto ou dispor de curso superior pode significar facilidades ou dificuldades adicionais para ingresso, permanência ou mobilidade ocupacional dos indivíduos no mercado de trabalho (Pastore 1979). A expansão da oferta de empregos nos Serviços, de trabalhos com jornadas mais flexíveis, de ocupações que exigem destreza manual (microeletrônica, etc) nas últimas décadas, por exemplo, têm sido citados como fatores facilitadores ou mesmo, catalisadores, do aumento da participação feminina no mercado de trabalho (Kon 1995). Por outro lado, no contexto atual de crescente “credencialismo” por parte dos empregadores, isto é, da exigência de credenciais de qualificação profissional, como certificados de escolarização formal, tempo de experiência de trabalho, currículo profissional, os jovens e os menos escolarizados têm encontrado barreiras adicionais para conseguir um

emprego ou manter-se nele (Bercovich, Madeira & Torres 1998, Rosandiski & Watanabe 1998).

Se as variáveis demográficas impactuam, sobretudo, sobre os níveis de participação na força de trabalho, o capital humano individual - medido através da escolaridade alcançada, qualificação e/ou tempo de experiência acumulado pelo indivíduo - determina em grande medida as possibilidades individuais de preservação do emprego, da forma de inserção e progressão ocupacional (Pastore 1979). De fato, é o que se pôde observar pela análise empírica dos dados das PRAD.

Tabela 9 : Distribuição dos chefes migrantes segundo condição de atividade ou ocupação por atributos socioeconômicos do chefe ao longo das etapas Estado de São Paulo 1980 - 1993

Condição de Atividade ou Ocupação	1980	Após 1ª mig	Após ult mig	1993	Diferença 1993 - 1980
<b>Chefes com 1. Grau incompleto em 1993</b>					
Desocupado	1,0	9,6	10,5	7,3	6,3
Ocupado	89,1	73,1	71,0	69,7	-19,4
Inativo	9,9	17,3	18,5	23,0	13,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
<b>Chefes com 1. Grau completo em 1993</b>					
Desocupado	0,4	7,5	8,0	5,9	5,5
Ocupado	88,3	80,2	81,6	82,4	-5,9
Inativo	11,3	12,3	10,4	11,7	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
<b>Chefes com 3. Grau completo em 1993</b>					
Desocupado	0,0	0,6	1,9	0,9	0,9
Ocupado	85,9	89,2	92,1	92,7	6,9
Inativo	14,1	10,2	6,0	6,4	-7,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
<b>Chefes em ocupações de status Baixo em 1980</b>					
Desocupado	-	11,1	11,4	6,8	-
Ocupado	100,0	82,1	80,4	79,9	-20,1
Inativo	-	6,8	8,2	13,3	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
<b>Chefes em ocupações de status Médio-baixo em 1980</b>					
Desocupado	-	9,2	9,2	8,1	-
Ocupado	100,0	81,7	81,9	78,5	-21,5
Inativo	-	9,1	8,9	13,4	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
<b>Chefes em ocupações de status Médio-alto em 1980</b>					
Desocupado	-	4,7	7,3	6,5	-
Ocupado	100,0	82,9	79,3	75,4	-24,6
Inativo	-	12,4	13,4	18,1	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
<b>Chefes em ocupações de status Alto em 1980</b>					
Desocupado	-	3,9	4,2	4,2	-
Ocupado	100,0	89,5	89,8	84,9	-15,1
Inativo	-	6,6	6,0	10,9	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

Dentre os chefes com 1. Grau incompleto 10 % estavam desocupados após a primeira mudança, cifra que se reduz para 8% daqueles com 1. Grau completo e para menos de 1 % dentre os chefes com 3. Grau completo. Em 1993, os níveis de desocupação eram menores, mantendo o padrão diferencial apontado acima. As baixíssimas taxas de desocupação e os níveis crescentes de atividade de chefes com 3. Grau completo no período parecem indicar a relativa facilidade com que jovens migrantes mais escolarizados ingressavam na força de trabalho ocupada, à medida que eles iam se formando na faculdade.

Tomando a posição da ocupação do migrante na escala de *status* sócio-ocupacional como indicador de sua qualificação profissional, observou-se relações de mesma natureza entre desocupação e qualificação, seja após as mudanças, seja em 1993. A desocupação era mais alta, em geral, quanto mais baixo era o *status* sócio-ocupacional do migrante em 1980<sup>12</sup>.

A situação ocupacional anterior do migrante também foi outro fator importante para explicar sua inserção no mercado de trabalho na sociedade de destino, ademais dos fatores conjunturais, dos atributos sócio-demográficos ou da qualificação do migrante. Com todas as limitações em se admitir a situação ocupacional do chefe em um dado momento como válida para um intervalo de tempo maior, há evidências de que a desocupação, a inatividade e a experiência no mercado de trabalho urbano foram fatores condicionantes da mobilidade ocupacional do chefe nas etapas e momentos posteriores.

Neste sentido, pode-se verificar que migrantes desocupados em 1980 tiveram maiores dificuldades de encontrar ocupação após a primeira migração que aqueles que já partiram de uma situação ocupacional mais favorável em 1980. Mais da metade dos migrantes desocupados em 1980 continuou nesta situação após a primeira migração. Para quem já se encontrava ocupado em 1980, o risco de se passar para a desocupação após a primeira migração era de 8 em 100. É bem verdade que o erro amostral a que as estimativas estão sujeitas impede uma quantificação consistente dos riscos de transição de uma condição para outra, mas não parecem invalidar a assertiva acima. Observe-se, também, que com aumento do tempo de residência, as chances dos desocupados encontrarem um posto de trabalho elevaram-se consideravelmente: havia 74% de ocupados em 1993 entre os desocupados após a última migração. Essas chances eram, contudo, ainda inferiores a daqueles que já estavam ocupados quando da chegada na última mudança (87%).

---

<sup>12</sup> Os resultados desta análise deveria, por construção da escala sócio-ocupacional, reiterar em boa medida o que já se afirmara com relação aos efeitos da escolaridade sobre a condição de ocupação. Não chega a ser um exemplo de tautologia pois o *status* sócio-ocupacional está referido a situação levantada para o migrante em 1980, não a 1993 como a escolaridade.

Tabela 10: Distribuição de chefes migrantes segundo condição de atividade e ocupação na etapa posterior por condição de atividade ou ocupação na etapa precedente Estado de São Paulo 1980 - 1993

Condição de Atividade ou Ocupação		Após 1ª. mig	1993
Desocupado na etapa precedente			
Desocupado		55,3	21,1
Ocupado		44,7	73,6
Inativo		0,0	5,3
Total		100,0	100,0
Ocupado na etapa precedente			
Desocupado		7,9	5,4
Ocupado		83,3	86,9
Inativo		8,8	7,7
Total		100,0	100,0
Inativo na etapa precedente			
Desocupado		5,0	1,3
Ocupado		30,0	22,8
Inativo		65,0	75,9
Total		100,0	100,0

Fonte: PRAD

Nota: Etapa precedente a 1a. migração refere-se a 1980; etapa precedente a 1993 refere-se a 1993

A tese de que alguns migrantes potencialmente aptos para o trabalho não se revelariam na condição de desocupados – e sim na situação de inativos desalentados- e começariam a manifestar interesse em se engajar em uma ocupação após algum tempo de “adaptação” também é corroborada pelos mesmos resultados: a proporção de inativos em 1993 entre os ocupados na última migração (7,7%) é um pouco inferior a levantada na primeira migração junto a aqueles ocupados em 1980 (8,8%).

Pelas razões já apontadas com relação ao envelhecimento das coortes de migrantes, a inatividade numa dada etapa se revelou como “fator de risco” determinante para as elevadas cifras da inatividade apuradas para o período posterior. Naturalmente, como parte dos inativos se constituía de jovens, era de se esperar que a parcela de indivíduos em transição da condição de inativos para a de ocupados e desocupados fosse significativa. De cada 24 novos ingressantes no mercado de trabalho após a última migração apenas 1 não estava ocupado em 1993.

Os trabalhadores rurais se sujeitaram a um elevado risco à desocupação por ocasião da primeira mudança, reflexo das dificuldades de inserção inicial no mercado de trabalho urbano. Cerca de 14% dos chefes então ocupados em atividades na Agropecuária em 1980 estavam desocupados após a primeira migração. No entanto, para aqueles que se mantinham engajados na Agropecuária na última mudança os riscos de se encontrar em desocupação em

1993 tornaram-se muito menores. Trabalhadores da Indústria estiveram expostos a riscos de desocupação mais baixos nas etapas, em que pese toda a perda de dinamismo do setor na criação de vagas. Tal tendência poderia explicar pelo nível médio de qualificação mais elevado dos trabalhadores industriais. Ocupantes de postos de trabalho no setor de Serviços Sociais e Auxiliares foram os que menos riscos correram de desocupação, para o que certamente contribuiu o nível médio de escolaridade (dos mais elevados) e a dinâmica setorial de criação de empregos (das mais favoráveis) no período. Para os migrantes egressos da Construção Civil, Serviços Domésticos, Prestação de Serviços e Comércio, os riscos mais elevados de desocupação poderiam ser explicados, ademais do nível mais baixo de qualificação, pela maior rotatividade da mão de obra e menor grau de formalização das relações de trabalho que caracterizam as ocupações destes setores de atividade econômica.

Tabela 11: Distribuição de chefes migrantes segundo condição de atividade ou ocupação na etapa posterior por setor de atividade da ocupação exercida na etapa precedente Estado de São Paulo 1980 - 1993

Condição de Atividade ou Ocupação		Após 1ª. mig	1993
Agropecuária na etapa	precedente		
Desocupado		14,2	1,4
Ocupado		77,8	91,1
Inativo		8,0	7,5
Total		100,0	100,0
Indústria- total na etapa	precedente		
Desocupado		6,9	6,3
Ocupado		82,5	83,4
Inativo		10,6	10,3
Total		100,0	100,0
Con Civil e Ser Dom na etapa	precedente		
Desocupado		8,2	6,7
Ocupado		84,3	86,6
Inativo		7,6	6,7
Total		100,0	100,0
Comérc e Prest Serv na etapa	precedente		
Desocupado		7,6	7,5
Ocupado		85,7	85,2
Inativo		6,7	7,3
Total		100,0	100,0
Serv Soc e Auxil na etapa	precedente		
Desocupado		3,6	2,0
Ocupado		86,1	91,6
Inativo		10,3	6,4
Total		100,0	100,0

Fonte: PRAD

Nota: Etapa precedente a 1ª. migração refere-se a 1980; etapa precedente a 1993 refere-se a 1993

Comparando a condição de atividade e ocupação dos migrantes entre os anos extremos do período em análise, de forma a apresentar um quadro sintético da mobilidade ocupacional observada, pode-se verificar que cerca de 70% dos chefes estavam ocupados no início e no final do período. Dos restantes 30% de chefes, a maior parcela entrou em inatividade (13%) ou já estava nesta condição no ponto de partida (5%). Pela saída da inatividade, cerca de 6% de novos chefes passaram a compor o mercado de trabalho no período; cifra equivalente passou a figurar nas estatísticas de desocupação no período. Ao cabo dos treze anos, como as saídas para inatividade foram maiores que as entradas de inativos, o contingente de mão de obra ativa ficou 7 % menor.

Tabela 12: Mudança da condição de atividade e ocupação dos chefes migrantes no período Estado de São Paulo 1980 – 1993

Condição de Atividade ou Ocupação em 1980	Cond Atividade/Ocupação em 1993			Total
	Desocupado	Ocupado	Inativo	
Desocupado	0,1	0,5	0,1	0,7
Ocupado	5,9	69,7	12,5	88,1
Inativo	0,1	6,1	5,0	11,2
Total	6,1	76,3	17,6	100,0

Fonte: PRAD

Em síntese, a evolução dos níveis de atividade e de desocupação ao longo dos treze anos em análise resultou da ação combinada de fatores de natureza demográfica, socioeconômica e conjuntural. O envelhecimento dos migrantes ocupados levou à diminuição das taxas de atividade, tendência minimizada por conta do ingresso de migrantes mais jovens e mulheres na força de trabalho. A conjuntura instável e desfavorável do mercado de trabalho ao longo do período, em especial a partir do final da década de 80, assim como as dificuldades por que passou o migrante nos primeiros momentos de sua chegada, contribuíram para elevar sistematicamente as taxas de desocupação nas etapas migratórias. Com aumento do tempo de residência, as taxas de desocupação tenderam a diminuir, chegando em 1993 a níveis mais baixos que os identificados no meio do período. Frente a um mercado de trabalho menos dinâmico e mais “credencialista”, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e manutenção do emprego foram ainda maiores para os contingentes de migrantes menos qualificados, provenientes da Agropecuária ou baixo Terciário.

### 3.4. MUDANÇA DO PERFIL SETORIAL E DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

#### *As mudanças de setor de atividade das ocupações dos migrantes*

Como era de se esperar pelas transformações por que passou a estrutura produtiva do estado ao longo dos treze anos em estudo e o histórico ocupacional e espacial dos migrantes, verificou-se mudanças expressivas no perfil setorial da mão de obra migrante no período. Entre 1990 e 1993, a Indústria e sobretudo a Agropecuária foram perdendo participação como principais setores de ocupação de mão de obra, cedendo espaço para aumento das parcelas relativas de todos os demais setores, em especial a Prestação de Serviços e Serviços Domésticos.

Em 1980, em função do peso do contingente de migrantes provenientes de outros estados e do próprio interior paulista, a Agropecuária constituía-se em um dos principais setores de ocupação dos migrantes, concentrando 19% do conjunto de migrantes ocupados naquele momento. A Indústria também reunia boa parte dos migrantes então ocupados (26 % ao todo, lotados nos setores mais dinâmicos ou nos mais tradicionais), fato que se explica pela importância da migração intrametropolitana captada na pesquisa. Ocupações urbanas no Comércio, Serviços Auxiliares, Prestação de Serviços e Serviços Sociais vinham em seguida, com participações próximas a 10-12 % da mão de obra migrante. Construção Civil e Serviços Domésticos, reuniam 9 % e 2,5 %, respectivamente, dos ocupados em 1980.

Tabela 13: Distribuição dos chefes migrantes ocupados segundo setor de atividade ao longo das etapas Estado de São Paulo 1980 - 1993

Setor de Atividade	1980	Após 1a. mig	Após ult mig	1993	Diferença 1993 - 1980
Agropecuária	19,4	10,5	7,6	5,6	-13,8
Ind. Transformação - ram coplx	16,1	15,3	14,7	14,9	-1,2
Ind. Transformação - ram tradic	9,4	9,0	9,4	7,3	-2,1
Construção Civil	8,7	10,8	11,7	11,4	2,7
Comércio	11,8	11,7	13,0	13,8	2,0
Prestação Serviços	10,3	15,8	15,8	16,5	6,2
Serviços Domésticos	2,3	3,6	4,3	5,3	3,0
Serviços Sociais	10,5	10,5	11,4	13,0	2,5
Serviços auxiliares	11,3	12,4	11,5	11,4	0,1
Out. atividades	0,2	0,4	0,6	0,8	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

Após a primeira migração, como reflexo da intensa transferência de migrantes da zona rural para áreas urbanas e metropolitana no Estado, o contingente relativo de ocupados em atividades agropecuárias reduziu-se a pouco mais da metade da mão de obra alocada neste

setor em 1980. Os egressos deste setor se inseriram sobretudo na Prestação de Serviços, Comércio, Serviços Domésticos e Construção Civil. Uma parcela desses migrantes antes ocupados na Agropecuária encontram meios de se inserir, inclusive, na Indústria de Transformação. As baixas de chefes da Indústria em direção aos demais setores (e à desocupação e inatividade) acabou levando à perda de participação das ocupações industriais no conjunto dos migrantes ocupados. Absorvendo migrantes provenientes de todos os demais setores, a Prestação de Serviços aumentou sua participação setorial de 10% em 1980 para 16% da mão de obra após a primeira migração, cifra esta que não se ampliaria mais de forma significativa nas demais etapas. A Construção Civil e os Serviços Domésticos também tiveram aumentadas suas parcelas no contingente de ocupados após a primeira migração. Migrantes ocupados nos Serviços Sociais em 1980 foram os que menos trocaram de setor por ocasião da primeira migração, embora parcela significativa passasse à condição de inatividade. As características inerentes ao emprego na Administração Pública e nos serviços educacionais ou de saúde devem explicar essa menor mobilidade inter-setorial dos ocupados nos Serviços Sociais.

O perfil setorial dos chefes ocupados na última migração é próximo ao já descrito na primeira mudança. Naturalmente, tal fato se deve, em primeiro lugar, por uma questão de construção metodológica dos perfis ocupacionais ao longo das etapas migratórias: independentemente do número de mudanças de residência, todo migrante foi contabilizado para se definir o perfil setorial – ou de posição na ocupação, etc- em cada etapa, desde que o chefe estivesse então ocupado<sup>13</sup>. Contudo, a proximidade dos perfis setoriais após a primeira e última mudança se deve também à continuidade das tendências de trocas inter-setoriais reveladas entre 1980 e a primeira mudança. Assim, a Agropecuária e os ramos industriais mais complexos continuaram a perder participação no conjunto de ocupados, enquanto aumentaram as parcelas relativas dos demais setores, sobretudo do Comércio, Construção Civil e Serviços Domésticos. Migrantes que ainda se mantiveram na Agropecuária após a primeira migração se transferiram maciçamente para atividades terciárias em uma eventual mudança posterior, à medida que se ampliavam os contingentes em direção às zonas urbanas do estado.

---

<sup>13</sup> Isto é, migrantes que fizeram apenas uma migração também contribuíram para delinear o perfil dos ocupados na etapa “Após a última migração”.

Tabela 14 : Distribuição de chefes migrantes segundo condição de atividade ou ocupação na etapa posterior por setor de atividade na etapa precedente  
Estado de São Paulo 1980 - 1993

Setor de Atividade		Após 1a. mig	1993
Agropecuária na etapa precedente			
Agropecuária		38,0	56,9
Ind. Transformação – total		15,5	12,7
Constr Civil e Serv Domésticos		20,9	10,4
Comércio e Prest Serviços		18,0	16,7
Serviços Sociais e Auxiliares		7,7	3,3
Total		100,0	100,0
Indústria- total na etapa precedente			
Agropecuária		7,2	1,0
Ind. Transformação – total		66,0	64,3
Constr Civil e Serv Domésticos		2,4	4,2
Comércio e Prest Serviços		17,3	21,0
Serviços Sociais e Auxiliares		7,1	9,6
Total		100,0	100,0
Con Civil e Ser Dom na etapa precedente			
Agropecuária		5,8	5,3
Ind. Transformação – total		11,1	4,4
Constr Civil e Serv Domésticos		66,1	67,0
Comércio e Prest Serviços		12,0	17,9
Serviços Sociais e Auxiliares		5,0	5,4
Total		100,0	100,0
Comérc e Prest Serv na etapa precedente			
Agropecuária		4,0	0,8
Ind. Transformação – total		10,6	13,2
Constr Civil e Serv Domésticos		6,8	8,2
Comércio e Prest Serviços		67,2	67,9
Serviços Sociais e Auxiliares		11,4	9,8
Total		100,0	100,0
Serv Soc e Auxil na etapa precedente			
Agropecuária		1,4	0,9
Ind. Transformação – total		5,8	7,1
Constr Civil e Serv Domésticos		5,4	5,2
Comércio e Prest Serviços		15,3	9,3
Serviços Sociais e Auxiliares		72,2	77,5
Total		100,0	100,0

Fonte: PRAD

Nota: Etapa precedente a 1a. migração refere-se a 1980; etapa precedente a 1993 refere-se a 1993

Ao final do período, a Prestação de Serviços acabaria como setor de maior absorção de mão de obra, com 17% dos chefes ocupados. A parcela dos Serviços Domésticos mais do que dobrara entre 1980 e 1993, pela incorporação de migrantes – mulheres, em geral- provenientes da Agropecuária e de outros sub-setores da Prestação de Serviços. A Agropecuária passou à condição de setor de menor concentração de ocupados em 1993 (6%), situação

diametralmente oposta à observada em 1980, quando reunia 19% da mão de obra.

O saldo resultante das trocas inter-setoriais entre os ocupados nos dois anos extremos do período revela que os trabalhadores da Agropecuária foram aqueles que, em termos relativos, menos se mantiveram no próprio setor (24%), ou de forma equivalente, foram aqueles que mais se dispersaram por outros setores de atividade, em especial para ocupações na Construção Civil (18%), Indústria (também 18%) e Prestação de Serviços (15%). Se não causa surpresa a mobilidade em direção às ocupações da Construção Civil e Prestação de Serviços, a elevada transferência de ocupados da Agropecuária para ocupações na Indústria é um aspecto um tanto surpreendente, especialmente por que houve um ingresso de migrantes até tendencialmente maior para os ramos industriais mais modernos ou complexos, onde se imaginaria que os requisitos de qualificação e experiência profissional anterior exigidos fossem mais rígidos. Embora seja pequena a parcela de migrantes que eram trabalhadores rurais em 1980 e que estavam inseridos como trabalhadores domésticos em 1993 (6%), é importante chamar a atenção que quase um quarto destes últimos eram provenientes da Agropecuária. Como era de se esperar, dentre os ocupados na Agropecuária em 1993, a larga maioria (76%) já estava lá inserida no início do período.

Refletindo os sinais da reestruturação dos cargos e postos de trabalho por que passou a Indústria paulista- e brasileira- nos anos 90, boa parte dos chefes com ocupações industriais em 1980 estavam alocados em outros setores de atividades do Terciário em 1993. Pouco mais da metade dos ocupados nos ramos da Indústria mais moderna ainda conseguiu se safar da terciarização ( e terceirização ) de sua posição ocupacional no mercado de trabalho; nos ramos mais tradicionais, uma parcela menor (43%) permaneceu empregada dentro da própria Indústria.

A Construção Civil foi um dos setores com menor grau de mobilidade inter-setorial dentre os analisados: do total de ocupados neste setor em 1980, 58% aí se encontravam em 1993. Dos que saíram do setor - e estavam ocupados no final do período- um contingente expressivo ingressou na Indústria (14%), na Prestação de Serviços (10%) e no Comércio (7%). A mobilidade em direção aos demais setores do terciário foi muito baixa.

O Comércio e a Prestação de Serviços apresentaram elevado nível de troca inter-setorial, isto é, tanto “forneceram” parcelas expressivas de ocupados para os demais setores como também as “receberam” dos demais. A mobilidade setorial do Comércio foi até mais elevada, já que apenas um terço dos ocupados no setor em 1980, nele se encontravam em 1993, enquanto que na Prestação de Serviços a evasão foi de 50% dos então ocupados. Os

dois setores também se caracterizaram pelas cifras de destinação ocupacional recíprocas: para aqueles que saíram do Comércio e se mantinham ocupados em 1993, uma proporção maior se encaminhou para a Prestação de Serviços e vice-versa. Por fim, estes dois setores também se notabilizaram pelo volume de ingressos que receberam de ocupados na Indústria e na Agropecuária em 1980, de onde vieram os contingentes que permitiram a ampliação da participação das atividades terciárias no conjunto dos ocupados no período.

Em que pese o erro amostral das estimativas referentes às trocas inter-setoriais dos Serviços Domésticos, os resultados da PRAD parecem ilustrar com bastante consistência os processos esperados de saídas e ingressos de migrantes no setor. Assim, as especificidades da dinâmica conjuntural do emprego na economia paulista nos anos 80, permitiu que somente metade dos ocupados neste setor em 1980 lograssem mudar para outros ramos de atividade no período. O destino “preferencial” dos egressos acabou sendo a Prestação de Serviços e, em menor medida, o Comércio. Em 1993, como já exposto acima, a parcela mais expressiva de ingressantes veio da Agropecuária (24%). Contribuiu também para expansão do contingente de ocupados no setor os ocupados anteriormente em atividades de Prestação de Serviços, Comércio e, surpreendentemente, da Indústria de Transformação.

Se a Agropecuária foi o setor mais aberto à evasão de mão de obra, e o Comércio e a Prestação de Serviços os mais abertos aos ingressos de ocupados de outros setores, os Serviços Sociais se notabilizaram pelos baixos níveis de trocas inter-setoriais, seja de entrada, seja de saída. Cerca de 65% dos ocupados neste setor em 1980, nele permaneciam em 1993. O “auto-recrutamento” no próprio setor foi de 58%, só mais baixo que o verificado na Agropecuária em 1993. Pelo que apontam os resultados, a expansão do emprego público parece ter permitido a incorporação de parte da mão de obra desalojada da Indústria e dos serviços financeiros (contabilizados em Serviços Auxiliares) no período, amortecendo, talvez, os níveis de precarização a que potencialmente esteve submetido o mercado de trabalho desde final dos anos 80.

A heterogeneidade na composição interna dos Serviços Auxiliares não permite antever trocas setoriais muito nítidas, seja para quem saiu do setor, seja para quem nele se inseriu no período. Ocupados egressos dos sub-setores de maior especialização profissional devem responder pelas transferências para a Indústria mais moderna entre 1980 e 1993. Trabalhadores menos qualificados no sub-setor de transporte ou mesmo bancários podem ter contribuído para inflar os fluxos para o Comércio e Prestação de Serviços.

Tabela 15 : Mobilidade inter-setorial dos chefes migrantes ocupados no período  
Estado de São Paulo 1980 - 1993

Setor de atividade em 1980	Setor de Atividade da Ocupação em 1993										
	Agrp	Ind cpx	Ind td	C Civil	Com	Pr Ser	Sdom	Ser soc	Ser aux	Out	Total
Agropecuária	23,5	9,5	8,4	17,8	9,7	15,0	5,9	2,7	7,5	0,0	100,0
Ind.Trans ramo coplx	1,3	52,0	3,9	3,8	13,1	10,5	2,6	5,1	7,5	0,2	100,0
Ind.Trans ramo tradic	2,9	10,2	32,4	8,1	10,2	17,1	3,8	5,4	10,0	0,0	100,0
Construção Civil	3,1	7,1	6,8	57,8	7,0	10,0	1,2	1,5	3,4	2,1	100,0
Comércio	1,7	9,8	5,4	4,7	33,5	17,1	4,1	7,9	14,4	1,5	100,0
Prestação Serviços	2,2	6,8	4,7	6,0	11,0	49,6	6,4	6,2	5,5	1,6	100,0
Serviços Domésticos	1,3	0,0	3,2	0,0	26,8	11,4	46,2	6,8	4,3	0,0	100,0
Serviços Sociais	1,8	5,0	2,6	3,1	4,7	6,8	3,0	65,4	7,0	0,8	100,0
Serviços auxiliares	0,2	10,8	2,2	4,9	13,9	11,7	4,9	9,4	40,6	1,4	100,0
Out atividades	10,8	0,0	0,0	31,2	4,3	0,0	0,0	13,0	0,0	40,8	100,0
Perfil setorial - 1993	6,0	15,4	7,3	12,3	13,4	16,7	4,8	11,3	11,8	0,9	100,0
	Agrp	Ind cpx	Ind td	C Civil	Com	Pr Ser	Sdom	Ser soc	Ser aux	Out	Pf.st.1980
Agropecuária	75,8	11,9	22,2	28,0	13,9	17,5	23,7	4,6	12,3	0,0	19,3
Ind.Trans ramo coplx	3,5	53,9	8,6	4,9	15,6	10,1	8,7	7,2	10,1	2,8	15,9
Ind.Trans ramo tradic	4,0	5,5	36,7	5,4	6,3	8,5	6,5	4,0	7,0	0,0	8,3
Construção Civil	4,9	4,3	8,7	43,9	4,9	5,6	2,3	1,2	2,7	21,2	9,4
Comércio	3,6	8,0	9,2	4,8	31,3	12,8	10,7	8,8	15,2	19,8	12,6
Prestação Serviços	4,0	4,7	6,9	5,2	8,8	31,9	14,3	5,9	5,0	18,8	10,7
Serviços Domésticos	0,4	0,0	0,7	0,0	3,1	1,1	15,2	0,9	0,6	0,0	1,6
Serviços Sociais	3,0	3,2	3,4	2,5	3,4	4,0	6,1	57,1	5,8	8,2	9,8
Serviços auxiliares	0,5	8,4	3,7	4,8	12,5	8,5	12,5	10,1	41,4	18,1	12,1
Out atividades	0,5	0,0	0,0	0,6	0,1	0,0	0,0	0,3	0,0	11,1	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

### *A mobilidade pelas categorias de posição na ocupação e pelo emprego formal*

Tal como as demais transformações já descritas sobre a mobilidade ocupacional da mão de obra migrante, o perfil posicional dos chefes ocupados passou por mudanças expressivas entre 1980 e 1993. Os Empregados com carteira, que representavam mais da metade da mão de obra ocupada em 1980, foram cedendo espaço para a expansão da proporção de Autônomos e Empregadores, chegando ao final do período a uma parcela oito pontos percentuais menor. A parcela dos Autônomos aumentou sistematicamente ao longo do período e das etapas migratórias, chegando a totalizar 21 % da mão de obra em 1993. A participação de Empregadores, que manteve-se, em geral, em patamares abaixo de 10% por todo o período, passou para 12% em 1993, cifra esta possivelmente sobrestimada em função da forma de captação da informação sobre posição na ocupação na PRAD, como já assinalado no capítulo dois. Empregados sem carteira e do setor público apresentaram variações menos intensas e regulares no período. Os trabalhadores familiares não remunerados (na categoria Outros) constituíam parcela ínfima, como se poderia esperar em um contingente de ocupados em que a

maior parte já devia ser chefe de família em 1980.

De certa forma, estas tendências seriam previsíveis à luz das transformações já extensamente apontadas com relação ao mercado de trabalho nacional e paulista no período em questão e dos estudos sobre a inserção ocupacional do migrante na sociedade de destino. Seja por um designio macro-estrutural, em função da baixa taxa de crescimento de ocupações formais e na indústria no período, seja pelo conhecimento adquirido pelo migrante acerca do funcionamento dos mercados consumidor e de trabalho na sociedade de destino e do capital eventualmente acumulado em etapas anteriores, seria de se esperar que a PRAD mostrasse como mostrou- parcelas crescentes de migrantes como autônomos e empregadores em detrimento daquela correspondente à de empregados com carteira entre 1980 e 1993. O que surpreende, contudo, é que este quadro de aparente regularidade de tendências é resultado de um processo intenso e dinâmico de mudanças do perfil posicional da mão de obra segundo o setor de atividade da ocupação exercida em 1980.

Tabela 16: Distribuição dos chefes migrantes ocupados segundo posição na ocupação ou categoria do emprego ao longo das etapas Estado de São Paulo 1980 - 1993

Posição na ocupação/ Categoria do emprego	1980	Após 1ª mig	Após ult mig	1993	Diferença 1993 - 1980
Autônomo	15,9	17,9	19,4	20,8	4,9
Empregado c/ carteira assinada.	55,1	56,1	54,8	47,1	-8,0
Empregado s/ carteira assinada	8,6	6,9	6,2	8,5	-0,1
Empregado Setor público ou estatal	10,3	9,8	10,5	10,6	0,3
Empregador	9,5	8,8	8,6	12,7	3,2
Outros	0,6	0,5	0,5	0,3	-0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

Refletindo as dificuldades crescentes de preservação de postos de trabalhos de boa qualidade no mercado de trabalho urbano, a parcela de Autônomos dentre os ocupados na Indústria em 1980 aumentou impressionantes 15 pontos percentuais nos treze anos em análise; entre aqueles alojados nos Serviços Sociais e Auxiliares, o aumento correspondente foi de 8 pontos percentuais. Contrapondo a estes aumentos, observou-se uma diminuição da parcela de Autônomos entre os trabalhadores ocupados na Agropecuária em 1980 - de 23% para 17% entre 1980 e 1993- e entre os migrantes alocados na Construção Civil/Serv.Domésticos - de 38% para 35% da mão de obra.

Análise semelhante sobre a participação dos migrantes enquadrados como Empregados com Carteira é ainda mais ilustrativa da dinâmica do posicionamento ocupacional a que os ocupados dos diversos setores em 1980 estiveram sujeitos no período em análise. Afinal, com

exceção dos trabalhadores egressos da Agropecuária, todos os demais não conseguiram garantir os níveis de vinculação laboral assalariada com carteira verificados em 1980. Entre os migrantes ocupados em atividades industriais em 1980, a quase totalidade (92%) se enquadrava como Empregado com Carteira; treze anos depois, esta cifra se veria reduzida em 33 pontos percentuais. Com variação menos intensa, o mesmo se sucedeu entre aqueles lotados nos demais setores de ocupações urbanas. Entre os ocupados no setor de Serviços Sociais e Auxiliares em 1980, a parcela de migrantes com vínculos como Empregados com Carteira ou como Empregados do Setor Público diminuiu 22 pontos percentuais até 1993.

Tabela 17: Distribuição dos chefes migrantes ocupados segundo posição na ocupação nas etapas migratórias por setor de atividade em 1980 ao longo das etapas Estado de São Paulo 1980 - 1993

Posição na ocupação/ Categoria do emprego	1980	Após 1ª mig	Após ult. mig	1993	Diferença 1993-1980
<b>Agropecuária em 1980</b>					
Autônomo	22,5	18,4	19,6	17,1	-5,4
Empregado c/ carteira assinada.	27,2	55,8	56,6	60,4	33,2
Empregado s/ carteira assinada	23,5	16,1	14,0	13,7	-9,8
Empregado Setor público ou estatal	0,5	2,7	3,7	2,4	1,9
Empregador	24,2	5,9	5,9	6,5	-17,7
Outros	2,2	1,1	0,2	0,0	-2,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Indústria - total em 1980</b>					
Autônomo	1,7	9,0	11,3	16,7	15,0
Empregado c/ carteira assinada.	92,0	77,2	77,3	59,1	-32,9
Empregado s/ carteira assinada	3,8	5,1	2,4	6,0	2,2
Empregado Setor público ou estatal	1,4	2,2	3,2	4,4	3,0
Empregador	1,1	6,5	5,7	13,2	12,2
Outros	0,0	0,0	0,0	0,6	0,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Constr Civil e Serv Domést em 1980</b>					
Autônomo	37,5	29,2	31,3	34,9	-2,6
Empregado c/ carteira assinada.	52,7	53,1	58,1	47,3	-5,4
Empregado s/ carteira assinada	8,0	10,3	6,1	6,9	-1,0
Empregado Setor público ou estatal	0,4	1,3	1,1	4,3	3,9
Empregador	1,3	5,9	3,1	6,6	5,3
Outros	0,2	0,3	0,3	0,0	-0,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Comércio e Prest Serviços em 1980</b>					
Autônomo	23,3	28,3	23,5	25,4	2,1
Empregado c/ carteira assinada.	47,2	43,9	43,2	36,5	-10,8
Empregado s/ carteira assinada	6,6	3,6	5,2	7,7	1,2
Empregado Setor público ou estatal	0,5	4,1	5,9	6,6	6,1
Empregador	22,4	19,8	22,1	23,1	0,7
Outros	0,0	0,5	0,1	0,7	0,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Serv Sociais e Auxiliares em 1980</b>					
Autônomo	9,6	12,4	15,7	17,5	7,9
Empregado c/ carteira assinada.	46,9	48,5	42,9	36,0	-10,9
Empregado s/ carteira assinada	2,4	3,3	4,6	6,9	4,5
Empregado Setor público ou estatal	39,1	30,9	30,0	28,1	-10,9
Empregador	1,4	4,2	6,5	11,5	10,1
Outros	0,7	0,7	0,5	0,1	-0,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: PRAD

No conjunto dos migrantes ocupados a queda da participação dos Empregados com Carteira só não foi maior- que os oito pontos percentuais já apontados- pelo aumento de 27% para 60% da parcela de mão de obra aí enquadrada dentre aqueles oriundos da Agropecuária em 1980. Naturalmente, tal movimento só foi possível pela diminuição acentuada da parcela de Empregadores e, em menor medida, de Autônomos, categorias estas que estariam englobando pequenos produtores rurais, meeiros, etc. Se a vinda para o mercado de trabalho urbano pode ter significado uma inserção posicional melhor para os chefes que trabalhavam na lavoura ou pecuária em 1980 - e que conseguiram se empregar na localidade de destino e aí se mantiveram- para aqueles que dele já participavam no início do período, a conjuntura dos anos 80 e 90 mostrou-se desfavorável à ampliação das possibilidades de melhoria ou mesmo de preservação da situação posicional anteriormente desfrutada.

A análise das trocas entre posição na ocupação dos ocupados em 1980 e 1993, resume este quadro dinâmico de transições posicionais ao longo do período. Cerca de 59% dos chefes empregados com carteira em 1980, assim permaneciam em 1993. Um contingente de 16% passou à condição de Autônomo e parcelas menores à condição de Empregador ou Empregado sem carteira. Entre esses últimos houve uma melhora muito expressiva de sua inserção ocupacional, já que mais da metade passou a dispor de contrato formal de trabalho. A migração de outros estados para São Paulo e o subsequente ingresso no mercado de trabalho paulista - à época com maior nível de formalização do emprego no país (Faria 1986)- certamente explica esta mobilidade posicional positiva.

Pouco menos da metade dos Autônomos em 1980 se encontrava nesta categoria ao final do período, e dos que dela saíram em sua larga maioria se engajaram como Empregados com carteira. Este resultado é a contra-face do já descrito movimento de saída de trabalhadores em atividades agropecuárias- e portanto da situação de posseiro, meeiro etc- para a de trabalhador urbano em um mercado de trabalho mais estruturado, com predominância de relações de trabalho assalariadas. Observe-se que a parcela de Autônomos que logrou se estabelecer como Empregador é menor que daqueles que eram Empregados com carteira em 1980. Tal observação, acrescida do fato de que quase metade dos Empregadores em 1993 eram Empregados com carteira em 1980, sugere que o aumento da parcela de empregadores nos anos 90 se deva mais à perda de postos de trabalho de média e boa qualidade nos primeiros anos da presente década, que aos efeitos de uma possível acumulação de capital e conhecimento por parte de "pequenos empreendedores" entre os Autônomos.

Como já indicavam as cifras de mobilidade inter-setorial dos Serviços Sociais, os

Empregados do Setor Público, categoria quase que integralmente inserida neste setor, apresentaram menor propensividade à mudança pelas categorias de emprego e demais posições. Quando o fizeram, talvez pelo maior nível de qualificação, conseguiram se encaixar em ocupações com relações formalizadas (59% deles).

Tabela 18: Mobilidade inter-posicional dos chefes migrantes ocupados no período Estado de São Paulo 1980 - 1993

Posição na ocupação/ Categoria do emprego em 1980	Posição na ocupação em 1993						Total
	Auton	Em c/car	Em s/car	Em pub	Epdor	Out	
Autônomo	47,0	34,0	6,2	3,3	9,5	0,0	100,0
Empregado c/ carteira assinada.	15,8	58,6	7,9	5,9	11,4	0,5	100,0
Empregado s/ carteira assinada	19,1	56,4	14,0	3,5	6,7	0,4	100,0
Empregado Setor público ou estatal	10,3	21,2	3,7	58,7	6,1	0,0	100,0
Empregador	22,0	20,2	8,6	3,3	45,8	0,0	100,0
Outros	9,1	69,1	0,0	16,7	2,6	2,4	100,0
Perfil posicional em 1993	21,2	47,5	7,7	9,9	13,4	0,3	100,0
	Auton	Em c/car	Em s/car	Em pub	Epdor	Out	Pf.ps.1980
Autônomo	36,3	11,7	13,2	5,4	11,6	0,0	16,3
Empregado c/ carteira assinada.	42,4	70,2	58,1	33,7	48,5	87,2	56,9
Empregado s/ carteira assinada	6,9	9,1	13,9	2,7	3,8	8,0	7,6
Empregado Setor público ou estatal	4,4	4,1	4,4	54,0	4,2	0,0	9,1
Empregador	9,7	4,0	10,4	3,1	31,8	0,0	9,3
Outros	0,3	1,0	0,0	1,1	0,1	4,8	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

### 3.5. MOBILIDADE OCUPACIONAL DE CHEFES HOMENS E MULHERES

Sexo e idade são variáveis demográficas básicas a serem consideradas em qualquer modelo explicativo da forma de inserção de um indivíduo no mercado de trabalho. Tais atributos definem, de partida, a potencialidade de ingresso e permanência dos indivíduos no mercado de trabalho, conforme as normas socioculturais vigentes e as estratégias de sobrevivência individual e familiar na sociedade (Chahad 1981). Por força de normas sociais relacionadas ao papel do homem e da mulher na família e sociedade, indivíduos nas primeiras idades da vida adulta, homens e chefes de família veriam-se compelidos a participar mais ativamente do mercado de trabalho do que mulheres, casadas com filhos e idosos. Por outro lado, em um contexto de liberalização crescente destas normas, os novos arranjos nas relações de gênero, a disseminação de padrões de comportamento “modernos” ou aspirações de consumo, tenderiam a aumentar a oferta crescente de trabalho por parte das mulheres, assim como de jovens. Em sociedades mais desenvolvidas, o trabalho de crianças com menos de 10 ou 15 anos é desencorajado, a fim de que elas possam se manter na escola e adquirir uma qualificação que as permita, mais tarde, garantir maior produtividade econômica para si e para própria sociedade (Farooq 1985). Nessas sociedades, não se espera, tampouco, que a população idosa precise continuar ativa no mercado para gerar seus meios de sobrevivência. Em alguns países europeus há uma série de incentivos para que a mãe ou o pai possam passar mais tempo com filhos pequenos, sem prejuízo de suas vantagens salariais.

No Brasil, em que pese a ampliação das oportunidades ocupacionais das mulheres no mercado de trabalho nos últimos trinta anos, movimento este induzido por uma série de fatores como mudanças sócio-culturais, queda da fecundidade, terciarização da estrutura ocupacional, ampliação da oferta de empregos em tempo parcial, a necessidade de complementação da renda familiar as mulheres ainda estão longe de desfrutar de um quadro de igualdade de condições em relação aos homens . (Costa 1994, Bruschini & Lombardi 1996, Leone 1996, Rios Neto 1996). Seja nas formas de contratação, nas garantias trabalhistas conferidas, no nível de rendimento, no setor de atividade, nas possibilidades de ascensão profissional e grau de autonomia e poder na cadeia de comando, as mulheres permanecem em situação de nítida desvantagem, mesmo quando dispõe de nível de escolaridade e qualificação equivalente ao de homens em mesmo tipo de atividade profissional. Neste sentido, a situação da mulher migrante deve ser duplamente difícil.

De fato, Martine & Peliano (1978) já demonstravam que as formas de inserção

ocupacional de homens e mulheres migrantes eram significativamente diferentes pelas RM estudadas. Enquanto que a Construção Civil, alguns setores de baixa qualificação no terciário e a própria Indústria constituíam-se nas portas de entrada dos homens migrantes nas RM mais desenvolvidas, o ingresso de mulheres, mais tardio, se dava sobretudo através dos Serviços Domésticos. Com aumento do tempo de residência, homens tendiam a se dispersar por um conjunto mais amplo de ocupações, enquanto que para as migrantes as oportunidades mais frequentes de mobilidade se davam nos Serviços Sociais e de Escritório. Enquanto que os homens migrantes mais antigos, via de regra, se encontravam em posição sócio-ocupacional melhor que os naturais, entre as mulheres migrantes de mesma coorte de tempo de residência isso não se verificava. Evidências semelhantes, em outros contextos latino-americanos, foram largamente apontadas na literatura (Alberts 1977, De Pabón 1983, Raczynsky 1983).

Até aqui, as análises têm sido conduzidas, em geral, sem adotar o recorte por sexo do chefe migrante, o que significa dizer que as tendências e padrões da mobilidade ocupacional descrita nas seções anteriores retratam, sobretudo, a mobilidade de migrantes homens no mercado de trabalho paulista ao longo do período. Afinal, a sobre-representação de homens na amostra em estudo- 85 homens para cada 15 mulheres- era muito forte para deixar que tendências diferenciais observadas entre as mulheres migrantes pudessem se revelar ou afetar os padrões gerais descritos nas análises do conjunto de migrantes. Quando se procedeu ao controle por sexo - e idade- na análise da evolução da condição de atividade e ocupação nas seções iniciais deste capítulo, pôde-se perceber tendências distintas dos dois grupos populacionais: enquanto diminuía levemente a taxa de atividade entre os migrantes adultos (22 a 36 anos em 1980) ao longo dos treze anos cobertos na pesquisa, entre as mulheres da mesma faixa etária o nível de participação no mercado de trabalho aumentava de forma significativa. Além disso, constatou-se que para um mesmo número de ativos no mercado de trabalho, havia mais mulheres que homens migrantes em desocupação- o que acabou por tornar os homens ainda mais sobre-representados entre os migrantes ocupados, na razão de 89 para cada 11 mulheres em 1993.

Procurando contemplar uma análise um pouco mais detalhada da forma de inserção de homens e mulheres migrantes ao longo do período acompanhado pela PRAD, investigou-se a mobilidade ocupacional dos mesmos através da evolução da distribuição de migrantes pelos grupos ocupacionais agregados da PRAD<sup>14</sup>. Tal classificação ocupacional permite, como já se

---

<sup>14</sup> Vale observar que, pelo tamanho da sub-amostra de mulheres, as estimativas de chefes ocupadas pelos 10 grupos ocupacionais estão sujeitas a erro amostral, por vezes, bastante altos.

observou anteriormente, uma relativa diferenciação dos ocupados segundo qualificação, setor de atividade e posição na ocupação. Observe-se, contudo, que a análise aqui empreendida referiu-se a chefes homens e chefes mulheres, não constituindo propriamente uma segmentação analítica segundo gênero. Esta análise pode ser útil ainda para fornecer evidências adicionais sobre a difícil situação vivenciada por chefes mulheres, como relevam os estudos de Montali (1990) e Cioffi (1998).

Tabela 19 : Distribuição dos chefes migrantes segundo sexo por grupos ocupacionais  
Estado de São Paulo 1980 e 1993

Grupos ocupacionais	1980			1993		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Ocupações de nível superior	93,8	6,2	100,0	97,9	2,0	100,0
Proprietários diversos set/portes	89,6	10,4	100,0	92,6	7,4	100,0
Chefes e gerentes	96,0	4,0	100,0	97,8	2,2	100,0
Trabalhadores de serviços sociais	66,7	33,3	100,0	66,3	33,7	100,0
Técnicos de nível médio	95,7	4,3	100,0	96,6	3,4	100,0
Ocupações no comércio e serv pes	92,8	7,2	100,0	94,1	5,9	100,0
Ocupações de escritório	79,7	20,3	100,0	81,3	18,7	100,0
Trabalhadores manuais qualif	90,4	9,6	100,0	94,9	5,1	100,0
Trabalhadores manuais bx qual	83,7	16,3	100,0	81,0	19,0	100,0
Trabalhadores rurais	91,3	8,7	100,0	94,6	5,4	100,0
Total	89,1	10,9	100,0	89,4	10,6	100,0

Fonte: PRAD

Em todos os grupos ocupacionais os homens constituíam a larga maioria em 1980, chegando a quase totalidade na categoria dos Chefes e Gerentes (96%), Técnicos de nível médio (96%) e nas Ocupações de nível Superior (94%). Nos dois casos em que a parcela de mulheres era mais expressiva, elas não passavam de um terço da mão de obra como nas Ocupações dos Serviços Sociais, onde se enquadram professoras, profissionais da saúde, técnicos da Administração Pública, e na de Ocupações de escritório, em que representavam 20% dos ocupados. Fosse a amostra não restrita às chefes de família, mas ao conjunto de mulheres, a “feminilização” destas ocupações excederia os 50%, como sugerem os resultados da estrutura ocupacional do estado de São Paulo em 1994 por gênero, apresentados por Costa (1996). Em 1993, a “masculinização” da estrutura ocupacional tornou-se ainda mais evidente, e apenas na categoria dos Trabalhadores de Baixa Qualificação é que houve algum aumento da parcela de chefes mulheres. Estes dados sugerem que as mulheres migrantes encontraram maiores obstáculos à ascensão ocupacional que chefes homens no período.

Tabela 20: Distribuição dos chefes migrantes ocupados em 1980 segundo grupos ocupacionais por sexo ao longo do período Estado de São Paulo 1980 - 1993

Grupos ocupacionais	1980	Após 1a. mig	Após ult mig	1993	Diferença 1993 - 1980
<b>Chefe homem</b>					
Ocupações de nível superior	3,0	3,1	3,1	3,8	0,8
Proprietários diversos set/portes	12,7	9,7	8,5	11,1	-1,6
Chefes e gerentes	9,8	8,7	8,4	7,5	-2,4
Trabalhadores de serviços sociais	2,6	2,7	2,6	2,3	-0,3
Técnicos de nível médio	16,0	11,6	11,7	10,7	-5,3
Ocupações no comércio e serv pes	10,3	9,4	10,7	11,7	1,4
Ocupações de escritório	6,7	4,5	3,8	3,3	-3,3
Trabalhadores manuais qualif	10,1	10,4	10,3	8,4	-1,7
Trabalhadores manuais bx qual	18,6	20,1	20,7	20,1	1,4
Trabalhadores rurais	10,3	4,8	3,4	2,9	-7,4
Desocupados	-	8,2	9,0	6,6	6,6
Inativos	-	6,9	7,7	11,6	11,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
<b>Chefe mulher</b>					
Ocupações de nível superior	1,6	0,4	0,4	0,4	-1,3
Proprietários diversos set/portes	11,9	3,7	2,6	5,6	-6,2
Chefes e gerentes	3,4	2,8	4,1	1,4	-2,0
Trabalhadores de serviços sociais	10,7	5,7	6,8	7,2	-3,5
Técnicos de nível médio	5,9	3,1	3,8	2,9	-3,0
Ocupações no comércio e serv pes	6,6	7,0	7,4	5,9	-0,7
Ocupações de escritório	13,9	8,3	5,9	5,4	-8,5
Trabalhadores manuais qualif	8,8	4,5	3,9	2,2	-6,6
Trabalhadores manuais bx qual	29,4	28,9	29,4	26,1	-3,3
Trabalhadores rurais	8,0	4,0	3,2	0,8	-7,2
Desocupados	-	6,4	6,7	6,8	6,8
Inativos	-	25,4	25,8	35,4	35,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

Esta diminuição da parcela de mulheres pelos grupos ocupacionais e, em especial nas ocupações de maior qualificação, remuneração ou *status* decorreu, em primeiro lugar, do elevado aumento da inatividade das chefes ao longo do período. Pela possibilidade de aposentar-se mais cedo ou vir a receber uma pensão por falecimento do marido, cerca de 35% das mulheres ocupadas em 1980 já não participavam do mercado de trabalho em 1993, cifra três vezes maior que entre os homens, para os quais a inatividade aumentou 12 pontos percentuais entre 1980 e 1993. Com isso diminuíram as parcelas de mulheres em todos os grupos ocupacionais no período, e em ritmo sempre superior ao observado entre os homens, especialmente nas categorias ocupacionais de maior *status* como Ocupações de Nível Superior, Proprietários, Trabalhadores em Serviços Sociais, etc. Também contribuiu para diminuição das parcelas de mulheres nos grupos ocupacionais o aumento da taxa de desocupação entre as mesmas, comparativamente maior que entre os homens, considerando a parcela de indivíduos ativos em cada segmento demográfico. Em 1993, para cada 65 ocupadas, dentre aquelas que

participavam do mercado de trabalho em 1980, havia 7 em desocupação; entre os homens, tal relação era de 88 ocupados para cada 7 desocupados.

Tabela 21 : Distribuição dos chefes migrantes segundo grupos ocupacionais por sexo ao longo do período  
Estado de São Paulo 1980 - 1993

Grupos ocupacionais	1980	Após 1a. mig	Após ult mig	1993	Diferença 1993 - 1980
<b>Chefe homem</b>					
Ocupações de nível superior	3,0	3,9	4,2	5,6	2,6
Proprietários diversos set/portes	12,6	11,1	10,2	13,3	0,7
Chefes e gerentes	9,9	10,0	9,9	9,1	-0,8
Trabalhadores de serviços sociais	2,6	3,7	3,5	3,5	0,9
Técnicos de nível médio	16,0	13,3	13,5	12,9	-3,1
Ocupações no comércio e serv pes	10,3	11,4	13,5	14,1	3,8
Ocupações de escritório	6,7	5,6	5,0	4,6	-2,1
Trabalhadores manuais qualif	10,1	12,5	12,2	10,1	0,0
Trabalhadores manuais bx qual	18,5	23,2	24,2	23,6	5,1
Trabalhadores rurais	10,3	5,4	3,9	3,3	-7,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Chefe mulher</b>					
Ocupações de nível superior	1,6	0,9	1,0	1,0	-0,6
Proprietários diversos set/portes	11,9	6,7	3,2	8,9	-3,0
Chefes e gerentes	3,4	3,9	5,4	1,8	-1,6
Trabalhadores de serviços sociais	10,5	7,9	9,0	14,9	4,4
Técnicos de nível médio	5,9	3,9	4,7	3,9	-2,0
Ocupações no comércio e serv pes	6,6	10,1	10,4	7,5	0,9
Ocupações de escritório	13,9	11,6	10,8	9,0	-4,9
Trabalhadores manuais qualif	8,8	7,4	6,5	4,6	-4,2
Trabalhadores manuais bx qual	29,5	42,1	44,5	46,9	17,4
Trabalhadores rurais	8,0	5,7	4,6	1,6	-6,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: PRAD

O ingresso de novas mulheres migrantes no mercado de trabalho paulista, por se viabilizar sobretudo através de postos de trabalho de baixa qualificação, também acabou definindo um perfil ocupacional cada vez menos promissor ao longo das etapas e em relação ao perfil ocupacional dos chefes homens. Entre 1980 e 1993, a categoria de Trabalhadores manuais de baixa qualificação aumentou 17 pontos percentuais entre as mulheres, chegando a englobar pouco menos da metade (47%) das ocupadas em 1993. Com tal desempenho, a ampliação da parcela de mulheres em ocupações em Serviços Sociais (em 4 pontos percentuais) passou quase despercebido. Esta dinâmica pouco virtuosa do perfil ocupacional das mulheres talvez decorra das dificuldades de ingresso das então inativas e das trabalhadoras do campo no mercado de trabalho paulista, assim como de uma mobilidade ocupacional mais restrita daquelas já inseridas em atividades mais qualificadas, frente à concorrência de homens com maior experiência profissional, colocados para fora da Indústria, do setor bancário e demais setores no período. De fato, entre os homens, as cifras relativas de Trabalhadores manuais de baixa qualificação tiveram um aumento muito menor nos treze anos em análise (5

pontos percentuais), chegando a totalizar pouco menos de um quarto da mão de obra migrante masculina em 1993.

Tabela 22: Distribuição dos chefes migrantes ocupados em postos de trabalho de baixa qualificação segundo setor de atividade por sexo ao longo do período Estado de São Paulo 1980 - 1993

Setor de Atividade	1980	Após 1a. mig	Após ult mig	1993	Diferença 1993 - 1980
<b>Chefe homem</b>					
Construção Civil	30,2	34,7	36,6	34,1	3,9
Serviços Domésticos	5,6	7,6	8,6	12,9	7,3
Demais setores	64,2	57,7	54,8	53,1	-11,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Chefe mulher</b>					
Construção Civil	0,0	0,0	2,2	0,0	0,0
Serviços Domésticos	44,0	45,5	48,2	46,6	2,6
Demais setores	56,0	54,6	49,7	53,4	-2,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: PRAD

Dentre as ocupações manuais de baixa qualificação, os empregados domésticos constituíram-se na categoria profissional de maior expansão entre 1980 e 1993, seja entre as mulheres, seja entre os homens. Em 1993, quase metade das trabalhadoras manuais de baixa qualificação eram empregadas domésticas. Homens migrantes ocupados em postos de baixa qualificação estavam, em geral, na Construção Civil. No mais complexo mercado de trabalho do país, na pretensa modernidade da Economia de Serviços, Servente de pedreiro e Empregada doméstica ainda constituíam-se em ocupações emblemáticas para incorporação dos migrantes, homens e mulheres. Talvez seja essa a explicação para a aparente solidez e regularidade dos fluxos migratórios- de homens, mulheres e famílias- do Nordeste em direção ao Estado nas últimas décadas.

#### **4. MOBILIDADE OCUPACIONAL SEGUNDO MOMENTOS, TIPOS E ETAPAS DA MIGRAÇÃO**

A conjuntura econômica instável e, de modo geral, crescentemente desfavorável à expansão do emprego entre 1980 e 1993 no país e as transformações da estrutura ocupacional na RMSP e no estado neste período afetaram de forma nítida as possibilidades de inserção e mobilidade ocupacional dos chefes migrantes, como se pôde constatar no capítulo anterior. Os riscos à desocupação aumentaram ao longo do período e pelas etapas migratórias e só viriam reduzir à medida em que o migrante passasse a dispor de um melhor conhecimento do mercado de trabalho, das oportunidades de exploração de negócio próprio, à medida em que “acumulasse” tempo de residência na localidade de destino. Os migrantes egressos da zona rural, aqueles menos escolarizados, que exerciam atividades de baixa qualificação profissional, chefes mulheres e migrantes mais jovens sujeitaram-se a riscos mais elevados de desocupação no período e enfrentaram, em geral, barreiras maiores para mobilidade ocupacional nas etapas, comparativamente aos migrantes mais escolarizados ou qualificados, sobretudo aqueles que ocupavam postos de trabalho nos Serviços Sociais. Como era de se esperar em função do desempenho diferencial na criação de empregos pelos diversos setores de atividade, a Prestação de Serviços foi o setor que mais absorveu migrantes, seguido dos Serviços Domésticos e Construção Civil, portas de entrada de grande parte dos trabalhadores egressos da Agropecuária. Assim como a expansão das ocupações nos Serviços Sociais e as novas ocupações da “Economia de Serviços” (classificadas nos Serviços Auxiliares) criaram oportunidades para ingresso e mobilidade ocupacional dos migrantes de maior qualificação, o baixo dinamismo do emprego industrial, sobretudo na RMSP, limitou o acesso de migrantes a ocupações de melhor remuneração e qualidade. No conjunto, os migrantes não escaparam do processo de “precarização” das relações de trabalho apontada pelas análises do mercado de trabalho metropolitano e paulista a partir de final da década passada, a julgar pela transferência significativa de ocupados como Empregados com carteira em 1980 para a condição de Autônomos e de Empregados sem carteira em 1993 (maior que os fluxos destas últimas categorias em direção à primeira).

Estas tendências se reproduziram, com diferentes intensidades e nuances, para os diversos tipos de migrantes e nas diversas regiões do estado, como se procura demonstrar neste capítulo. Neste sentido apresenta-se, em seções separadas e sucessivas, análises da mobilidade ocupacional do migrante segundo diferentes perspectivas metodológicas. Na primeira seção, desenvolve-se uma análise dos migrantes segundo momento da migração e

número de etapas. Segue-se a análise da mobilidade ocupacional segundo origem dos migrantes e depois, segundo localidade de residência em cada etapa migratória. Por fim, reproduz-se com dados da PRAD uma análise convencional da inserção ocupacional do migrante segundo tempo de residência.

Com exceção da análise segundo momento e número de etapas migratórias, os demais recortes analíticos têm sido empregados, com maior ou menor frequência, nas análises da inserção ocupacional dos migrantes. No estudo de Mata *et al.* (1973), os autores já haviam evidenciado os diferenciais de inserção ocupacional dos migrantes provenientes das “regiões de saída” e aqueles oriundos das “regiões de entrada”. Martine & Peliano (1978), por outro lado, procuraram enfatizar os diferenciais de inserção ocupacional por nível de desenvolvimento regional, ademais dos fatores composicionais da idade e sexo e do tempo de residência.

Tal como adotado no capítulo anterior, antes de passar propriamente a estas análises, faz-se uma breve caracterização sócio-demográfica dos migrantes, já que, como fartamente documentado na bibliografia da área, parte significativa das diferenças da inserção ocupacional observadas entre grupos de migrantes pode ser consequência dos efeitos composicionais derivados das distintas estruturas demográficas, assim como dos perfis médios de escolaridade. Além disso, apresenta-se, brevemente, alguns aspectos sobre a mobilidade espacial dos migrantes, de modo a contextualizar o momento, origem, destino ou motivação da migração e fornecer elementos adicionais para entender mobilidades ocupacional dos migrantes no mercado de trabalho paulista entre 1980 e 1993.

#### 4.1. MOBILIDADE OCUPACIONAL SEGUNDO MOMENTO DA PRIMEIRA MUDANÇA E NÚMERO DE DESLOCAMENTOS

Em estudos da mobilidade ocupacional do migrante através de amostras retrospectivas, o recorte analítico “momento e etapas da migração” conduz a uma análise em algum sentido parecida à da abordagem das coortes de tempo de residência empregado nos trabalhos de inserção ocupacional baseados em fontes de dados de natureza transversal. Mas enquanto a última abordagem restringe-se à avaliação da inserção do migrante na sociedade destino à época do levantamento de campo, a análise por momentos e etapas da migração permite investigar a mobilidade ocupacional de fato, nas localidades de residência anterior pelas quais o migrante passou ao longo do período investigado. Permite estudar a evolução da condição de atividade, as mudanças da condição de ocupação, das ocupações exercidas, as trocas setoriais e posicionais, frente aos diferentes contextos espaciais percorridos, às variadas conjunturas macroeconômicas vivenciadas e frente à própria evolução do ciclo vital do indivíduo e de sua família. Por fim, esta abordagem permite ainda a análise da mobilidade ocupacional segundo número de mudanças realizadas pelos migrantes.

Neste sentido, para implementar a análise da mobilidade ocupacional dos migrantes segundo momento e etapas da migração buscou-se definir uma periodização referida aos momentos mais importantes da vida econômica e social do país e do estado de São Paulo no período em questão. Procurando compatibilizar a periodização definida pelos ciclos “*stop-and-go*” da Economia entre 1980 e 1993 aos imperativos da confiabilidade estatística dos dados, optou-se por delimitar o período em análise em dois sub-períodos (1980 a 1986 e 1987 a 1993) ou ainda, quando possível, em três momentos (1980 a 1986, 1987 a 1990 e 1991 a 1993). Seguramente que tal periodização encerra boa dose de arbitrariedade, como a não separação, no primeiro sub-período, entre a crise de 1981-83 e os anos mais prósperos que se seguiram.

Ainda assim, essa periodização mostrou-se bastante consistente com o comportamento geral do mercado de trabalho paulista ao longo da década de 80 e início dos 90. Como já observado no primeiro capítulo, ao longo dos interregnos definidos, observou-se um aumento sistemático da taxa de participação - ocasionado sobretudo pelo ingresso crescente de mulheres na força laboral (Costa 1994)- e um agravamento lento e gradual do nível de desocupação da mão de obra no estado (Pacheco & Dedecca 1992). Como revela a série histórica de indicadores do mercado de trabalho paulista levantados pela PNAD<sup>1</sup>, a taxa de

---

<sup>1</sup> As mudanças conceituais e no protocolo de coleta da PNAD em 1992 teve efeitos não apenas nas taxas de

participação no estado passou de 55 % em 1979 para 59 % em 1993, depois de transitar por níveis próximos a 57%-58% entre 1985 e 1990. Por sua vez, a taxa de desocupação aumentou de 3% para 8 % entre 1979 e 1993, depois de relativa estabilidade em torno de 5% na segunda metade da década de 80. Esse quadro de dificuldades conjunturais crescentes do nível de emprego foi acompanhado de sinais de piora gradual do perfil posicional da mão de obra, com aumento de Autônomos e diminuição da parcela de Empregados com carteira, sobretudo na RMSP (Ferreira 1992, Montagner & Brandão 1996, Troyano 1996). Também é importante chamar atenção para o baixo dinamismo da Indústria metropolitana na criação de postos de trabalho na década passada (Pacheco & Pochmann 1997), que acabou levando à diminuição da participação das ocupações industriais - melhor remuneradas e mais estáveis- na estrutura ocupacional paulista, sobretudo nos anos 90 (quando caiu de 27% para 22% entre 1990 a 1993). A evolução da conjuntura do emprego no estado só não foi pior pela performance verificada no interior, onde se assistia a continuidade dos investimentos industriais iniciados em décadas anteriores, o avanço da produção de soja, trigo, laranja e cana de açúcar, a diversificação e consolidação de atividades não-agrícolas no campo e a maturação dos investimentos em infra-estrutura realizados nos anos 70 (Pacheco & Pochmann 1997, Caiado 1996, Graziano da Silva 1996).

Tabela 1: Informações básicas para caracterização dos chefes migrantes por momento da primeira migração e número de mudanças Estado de São Paulo 1980-1993

Informações básicas	Momento da mudança e número de etapas			Total
	1 mud 80-86	2+ mud 80-86	1 + mud 87-93	
Número de migr na amostra	774	660	953	2.387
Migr na população (tot expan)	336.345	264.698	394.062	995.105
Distribuição relativa	33,8	26,6	39,6	100,0
Ano médio da primeira mudança	83,2	82,8	89,7	85,7
Ano médio da última mudança	83,2	88,5	90,3	87,4

Fonte: PRAD

Nota: Estas informações sobre número de chefes na amostra (ou total expandido) servem como referências úteis para se estimar o erro amostral das estimativas apresentadas neste e nos capítulos seguintes. Para tanto basta consultar a tabela apresentada no capítulo anterior, onde se apresenta o erro amostral relativo estimado para proporções calculadas para diferentes tamanhos de sub-amostras.

Esta periodização econômica foi adotada para demarcar o momento da primeira migração e posteriormente combinada com o número de mudanças, definindo uma tipologia de momento/etapas de três grupos de migrantes: migrantes que fizeram uma mudança, até 1986;

participação mas em todas as demais estimativas da população economicamente ativa e ocupados (tais como taxas de desocupação, participação setorial dos ocupados na Agropecuária, Construção Civil etc) (Wajmann & Rios Neto 1998). Ainda que isso comprometa a comparabilidade longitudinal dos indicadores do mercado de trabalho, não desqualifica a avaliação tendencial aqui elaborada.

migrantes que fizeram mais de uma mudança, com a primeira até 1986; migrantes que empreenderam a primeira mudança de residência após 1986, independentemente do número de deslocamentos posteriores. Com o risco de incorrer em certa imprecisão metodológica, estes grupos poderiam ser identificados, na falta de termos melhores, como migrantes “precursores”, migrantes “repetidos” e migrantes “tardios”, respectivamente. Dentre várias tipologias alternativas testadas, essa pareceu metodologicamente mais consistente e estatisticamente mais viável para os propósitos de diferenciar grupos de migrantes segundo etapas migratórias<sup>2</sup>.

Pela classificação proposta, cerca de 60% dos indivíduos empreenderam um deslocamento migratório até 1986, o que vêm corroborar as proposições de que a conjuntura desfavorável da virada da década teria arrefecido a dinâmica migratória em São Paulo no período (Martine 1994, Aranha 1996, Cunha 1996a)<sup>3</sup>. Um pouco menos da metade destes migrantes voltou a se deslocar até 1993. Entre aqueles que iniciaram seus deslocamentos mais tarde, em geral no final de 1989 (contra 1983, para aqueles que fizeram a primeira mudança até 1986), a re-emigração foi mais baixa (um terço desses migrantes voltaram a se deslocar), resultado esperado em função do intervalo menor de histórico migratório acompanhado destes indivíduos. No conjunto, 38% dos migrantes voltaram a empreender nova migração, cifra relativamente alta, considerando o curto intervalo de tempo e o padrão verificado em outros contextos latino-americanos estudados por Alberts (1977).

### *Caracterização sócio-demográfica dos migrantes*

Em qualquer dos grupos de migrantes, a proporção de chefes homens era de pelo menos 83%, chegando a 89% para aqueles que empreenderam maior número de mudanças, o que sugere que homens sejam mais propensos à “re-migração” que as mulheres. Com relação à estrutura etária, como era de se esperar pela relativa inelasticidade do padrão etário da migração (Rogers 1982, Elizaga 1979), chefes que empreenderam a migração mais cedo eram, em 1993, mais velhos que os demais migrantes. Pelo que os dados apontam, a migração repetida é mais comum entre os mais jovens (a idade média dos migrantes repetidos é menor que a dos demais grupos). As diferenças de composição por sexo entre os grupos parecem pequenas para que se possa atribuir papel importante aos efeitos composicionais desta

---

<sup>2</sup> Para viabilizar a constituição de uma tipologia de Migrante de múltiplas etapas seria ideal que o histórico migratório se referisse a vida toda dos indivíduos. Com dados retrospectivos referentes a um curto período, não há como evitar o a necessidade do controle do momento da primeira migração. Com isso, por questões de viabilidade de desagregação estatística, não se pôde tomar isoladamente o grupo de migrantes, com mais de 1 mudança, com primeira migração após 1986 (na amostra havia 247 migrantes nesta situação, 11% do conjunto de migrantes).

<sup>3</sup> Ou então que a taxa de retenção dos migrantes no estado tenha diminuído ao final da década de 80.

dimensão demográfica na explicação de diferenciais socioeconômicos entre os migrantes.

Tabela 2: Distribuição de chefes migrantes segundo características demográficas e idade média por momento e número de mudanças  
Estado de São Paulo 1980-1993

Característica demográfica do chefe	Momento da mudança e número de etapas			Total
	1 mud 80-86	2+ mud 80-86	1+ mud 87-93	
Sexo				
Masculino	83,1	89,0	84,2	84,9
Feminino	16,9	11,0	15,8	15,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Idade				
28 a 34 anos	21,7	31,3	29,7	27,4
35 a 49 anos	49,6	48,3	44,1	47,0
50 + anos	28,7	20,3	26,1	25,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Idade média	44,8	41,6	43,0	43,3

Fonte: PRAD

O perfil de escolaridade do grupo de migrantes tardios era dos mais baixos, já que 60% deles não haviam sequer completado o 1. Grau em 1993 (contra 57% na média do conjunto)<sup>4</sup>. Por outro lado, os migrantes repetidos apresentavam um perfil de escolaridade significativamente melhor que os demais, característica que se manteve mesmo com a padronização das cifras<sup>5</sup>. Esse resultado corrobora a análise anteriormente feita no capítulo dois, em que se apontava uma maior propensividade à re-emigração dos migrantes com maior nível de escolaridade. Ainda que isso não invalide a tese da existência de um substrato nômade de baixa qualificação- segmento demográfico de difícil captação, até porque não chegam a fixar domicílio<sup>6</sup> - essas evidências obrigam a requalificar o estigma social que se têm atribuído a esta categoria de “migrante repetido”.

<sup>4</sup> Há que se considerar, contudo, que a escolaridade aqui retratada diz respeito à época da pesquisa, não ao início do período em análise. No entanto, a decisão metodológica em reter na análise apenas indivíduos com 15 anos ou mais em 1980 certamente minimiza os vieses de tal operação, já que as taxas de escolarização a partir desta idade tendem a ser rapidamente decrescentes no Estado (Jannuzzi 1997).

<sup>5</sup> As padronizações das proporções e taxas pela estrutura etária do conjunto de chefes migrantes tomou por base os grupos etários (de 1993): 28 a 34 anos, 35 a 49 anos e 50 anos ou mais.

<sup>6</sup> Como não fixam domicílio não são passíveis de serem captados através de um *survey* domiciliar convencional.

Tabela 3: Distribuição de chefes migrantes segundo nível de escolaridade em 1993 por momento e número de mudanças Estado de São Paulo 1993

Nível de Escolaridade	Momento da mudança e número de etapas			Total
	1 mud 80-86	2+ mud 80-86	1+ mud 87-93	
Sem instrução formal	6,7	4,4	8,2	6,7
1º grau incompleto	48,9	47,9	52,0	49,8
1º grau completo	18,3	14,0	15,5	16,1
2º grau completo	16,4	21,4	14,2	16,8
3º grau completo	9,7	12,3	10,1	10,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Proporções padronizadas pela estrutura etária				
Sem instrução formal	6,1	5,0	8,0	6,7
1º grau incompleto	48,5	48,4	52,7	49,8
1º grau completo	19,2	13,9	15,2	16,1
2º grau completo	16,7	20,3	14,0	16,8
3º grau completo	9,5	12,4	10,1	10,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

Notas: Padronização pela estrutura etária do conjunto de chefes migrantes

A categoria Sem instrução formal compreende os indivíduos que se declararam analfabetos ou que, embora soubessem ler/escrever, não declararam ter frequentado escola regular no passado

### *Aspectos da mobilidade espacial*

Os três grupos de migrantes não apresentam diferenças muito grandes em termos da procedência dos migrantes. Ainda assim, vale notar que no conjunto dos migrantes repetidos há uma incidência comparativamente maior de chefes provenientes de localidades do interior paulista (36%); entre os tardios destacam-se os chefes migrantes originários da RMSP e do Nordeste, como já apontado anteriormente; entre os precursores há uma incidência menor de “nordestinos”, talvez pelo retorno de parte daqueles que anteriormente vieram para o estado.

Tabela 4: Distribuição de chefes migrantes segundo localidade de residência em 1980 por momento e número de mudanças Estado de São Paulo 1980-1993

Local de residência em 1980	Momento da mudança e número de etapas			Total
	1 mud 80-86	2+ mud 80-86	1+ mud 87-93	
Estados do Nordeste	7,3	8,9	10,6	10,0
Demais estados do país	16,7	17,4	14,8	16,2
Interior Paulista	31,4	35,9	26,8	30,8
RMSP	41,6	37,8	47,8	43,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

A larga maioria dos migrantes partiu da zona urbana, de municípios de médio e grande porte (acima de 100 mil habitantes), quando iniciou seu percurso migratório. Essa característica é ainda mais forte entre os migrantes tardios, o que talvez se explique pela

conjuntura crescentemente desfavorável do mercado de trabalho nos grandes centros urbanos ao longo do período, que levou a parcela de seus residentes a buscar oportunidades ocupacionais em outras praças ou localidades com custos de moradia e de vida mais baixos. Esta conjuntura desfavorável também pode ter postergado os planos de mudança de parcela de trabalhadores rurais residentes na zona rural ou em municípios de menor porte ou ainda criado obstáculos adicionais para fixação daqueles que efetivamente se dirigiram para os grandes centros. Vale observar que, embora residual, havia uma parcela não desprezível de migrantes que trabalhava em zona diferente de sua residência (em geral, com moradia na zona urbana e trabalho na zona rural). O movimento pendular para o trabalho atingia cerca de 14% dos chefes em 1980, cifra muito próxima em todos os grupos.

Tabela 5: Distribuição de chefes migrantes segundo zona ou porte da localidade de residência e trabalho em 1980 por momento e número de mudanças Estado de São Paulo 1980

Zona ou Porte da localidade em 1980	Momento da mudança e número de etapas			Total
	1 mud 80-86	2+ mud 80-86	1+ mud 87-93	
<b>Zona da local. residência</b>				
Urbana	82,1	84,0	84,3	83,5
Rural	17,9	16,0	15,7	16,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Percentual de ocupados c/trabalho em município diferente da resid em zona diferente da residência</b>				
	14,6	15,0	13,7	14,2
	2,0	2,5	2,5	2,3
<b>Porte da local. residência</b>				
até 20 mil habitantes	11,2	8,4	10,8	10,3
de 20 mil a 100 mil habitantes	19,5	15,9	14,4	16,6
de 100 mil a 500 mil habitant	20,3	28,2	18,0	21,5
mais de 500 mil habitantes	39,9	36,1	48,6	42,3
localidade não classificável	9,1	11,4	8,2	9,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

A análise da declaração de motivos para justificar o primeiro deslocamento migratório revela que as relações de dependência, necessidade familiar ou conhecimento pessoal influenciaram pelo menos um terço dos migrantes na escolha do destino da migração, especialmente para os migrantes precursores<sup>7</sup>. Busca de melhores salários ou oportunidades de

<sup>7</sup> Na pesquisa, em cada trecho da trajetória do migrante, levantou-se junto ao chefe migrante as razões da escolha do município de destino, assim como dos membros acompanhantes da mudança. Com base na tipologia proposta por Antico (1997b) e adaptada em Jannuzzi (1998), neste trabalho os motivos foram categorizados em quatro conjuntos: Motivos relacionados ao TRABALHO (Necessidade de transferência pela empresa, Novo emprego, Maiores ofertas de emprego, Maiores possibilidades para negócio próprio, Salários melhores, Empregos melhores), Motivos relacionados a RELAÇÕES FAMILIARES ou INTERPESSOAIS (Mudança de algum membro da família, Família no local, Necessidade de assistência familiar, Mudança motivada por contração de Casamento, Conhecimento anterior de pessoas, Referência e auxílio de amigos na mudança), Motivos relacionados a CARACTERÍSTICAS DA LOCALIDADE DE DESTINO (Custo de moradia mais barata, Aluguel mais barato, Custo de vida menor, Maior segurança e tranquilidade, Poluição menor, Trânsito melhor, Comunidade mais adequada para se viver) e OUTROS. Vide Antico (1997b) para uma análise

emprego gozaram da primazia na declaração dos motivos para a primeira mudança apenas para os migrantes repetidos. Na estrutura de motivações dos migrantes tardios era comparativamente elevada a parcela daqueles que alegaram o custo da moradia, as facilidades urbanas existentes, a qualidade de vida como fatores decisórios para mudança, o que poderia decorrer do peso dos migrantes intrametropolitanos entre eles. Além disso, as dificuldades crescentes de inserção ocupacional, seja pelas oscilações na oferta de emprego, seja pelo acirramento da competição individual no mercado de trabalho, podem ter baixado as expectativas de garantia de emprego por parte de potenciais migrantes, elevando, por efeito aritmético, a importância de outros motivos não relacionados estritamente ao trabalho no empreendimento migratório.

Como já havia assinalado Bilac (1997) com dados da própria PRAD, um aspecto importante a ressaltar com relação à migração no estado foi sua natureza predominantemente familiar ao longo das etapas, sobretudo para aqueles que se deslocaram mais tarde na década. A migração individual (ou com amigos e outros) esteve, em boa medida, associada à migração por trabalho, como revela sua importância entre os migrantes repetidos.

Tabela 6: Distribuição dos migrantes segundo motivo e tipo de arranjo acompanhante na primeira mudança declarados pelo chefe por momento e número de mudanças Estado de São Paulo 1980-1993

Motivo ou Acompanhante na última mudança	Momento da mudança e número de etapas			Total
	1 mud 80-86	2+ mud 80-86	1+ mud 87-93	
<b>Motivo declarado</b>				
Trabalho	33,8	46,8	28,8	35,1
Relações familiares/interpess	39,7	33,8	35,2	36,6
Caract. localidade destino	24,3	13,6	32,3	24,6
Outros	2,2	5,9	3,7	3,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Arranjo acompanhante</b>				
Família	63,3	50,4	71,7	63,2
Parte da família	8,1	11,7	7,0	8,8
Outros (sozinho inclusive)	28,6	37,9	21,3	28,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PRAD

### *Evolução do nível de atividade e desocupação*

No ponto de partida do histórico migratório e ocupacional os níveis de atividade eram elevados para todos os grupos de migrantes, compreendendo-se entre 86% (migrantes repetidos) e 90% (migrantes tardios). Pelo que sugerem as taxas padronizadas, as diferenças entre as taxas de atividade devem-se muito pouco aos diferenciais de composição demográfica

ou de escolaridade entre os grupos<sup>8</sup>. Devem responder pelas diferenças entre as taxas, as características intrínsecas da estrutura ocupacional na localidade de origem destes migrantes (taxas específicas de atividade, estrutura produtiva regional, etc).

Ao longo do período, as taxas de atividade dos migrantes repetidos mantiveram-se no mesmo patamar (em torno de 87%), enquanto que para os demais houve uma diminuição sistemática e significativa entre 1980 e 1993. De patamares de 88-90% no início do período, as taxas de atividade reduziram-se em pelo menos 8 pontos percentuais até 1993, para os precursores e tardios. Tal fato se deveu, sem dúvida, à saída dos migrantes mais velhos para aposentadoria ou inatividade, já que estes grupos tinham parcelas mais elevadas de indivíduos com mais de 50 anos. Entre os migrantes repetidos - em que a idade média era menor e em que era maior o estoque de jovens de 15 a 21 anos em 1980- as saídas para inatividade devem ter sido menos intensas e compensadas pelo ingresso de jovens então inativos no mercado de trabalho.

Tabela 7: Distribuição de chefes migrantes segundo condição de atividade e ocupação em 1980 por momento e número de mudanças  
Estado de São Paulo 1980

Condição de Atividade ou Ocupação em 1980	Momento da mudança e número de etapas			Total
	1 mud 80-86	2+ mud 80-86	1 mud 87-93	
Desocupado	1,1	1,0	0,2	0,7
Ocupado	88,0	86,4	90,2	88,5
Inativo	10,9	12,6	9,6	10,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Taxas padronizadas pela composição por sexo				
Desocupado	1,1	0,9	0,2	0,7
Ocupado	88,6	85,8	90,5	88,5
Inativo	10,3	13,3	9,3	10,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Taxas padronizadas pela estrutura etária				
Desocupado	1,1	1,0	0,2	0,7
Ocupado	87,6	86,9	90,2	88,5
Inativo	11,3	12,1	9,6	10,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Taxas padronizadas pelo perfil escolaridade				
Desocupado	1,2	1,1	0,5	0,7
Ocupado	87,9	86,8	90,2	88,5
Inativo	10,9	12,1	9,3	10,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

Nota: Para as padronizações tomou-se como estruturas-padrão as levantadas para o conjunto de migrantes

A taxa de desocupação era muito baixa em todos os grupos no início do período - inferior a 2 %, e passaram a patamares mais elevados após as mudanças - e ainda maiores na

<sup>8</sup> As padronizações das taxas pelo perfil de escolaridade do conjunto de chefes migrantes tomou por base dois níveis: 1º Grau incompleto e 1º Grau completo.

última migração - caindo no final do período. Em 1993 as cifras de desocupação- sobre a PIA- já superavam os 4%, chegando a quase 8% dentre os migrantes que se deslocaram mais tardiamente. Migrar mais tarde implicou não apenas enfrentar um contexto conjuntural pior na chegada, como também dispor de menos “tempo de adaptação” na sociedade de destino. Migrantes repetidos ativos estiveram menos suscetíveis à desocupação que os demais no período, o que se explicaria pelo melhor nível médio de escolaridade e talvez também pela estrutura de motivações para migração, fortemente inclinada para a busca de trabalho. Em 1993, contudo, as taxas de desocupação dos repetidos eram um pouco mais elevadas que o dos precursores: para cada 82 ocupados havia 6 desocupados entre os migrantes repetidos; relação um pouco mais desfavorável que entre os precursores, de 76 para 5. O maior de tempo de residência destes últimos poderia ser uma explicação plausível para tal fato.

Tabela 8 : Distribuição dos chefes migrantes segundo condição de atividade ou ocupação por momento e número de mudanças  
Estado de São Paulo 1980 - 1993

Condição de Atividade ou Ocupação	1980	Após 1a. mig	Após ult mig	1993	Diferença 1993 - 1980
Uma só mudança no período	80 a 86				
Desocupado	1,1	7,8	7,8	4,7	3,6
Ocupado	88,0	77,6	77,6	76,3	-11,7
Inativo	10,9	14,6	14,6	19,0	8,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Duas ou mais mudanças com a prim.	80 a 86				
Desocupado	1,0	6,6	7,6	5,5	4,5
Ocupado	86,4	81,4	81,9	82,0	-4,4
Inativo	12,6	12,0	10,5	12,5	-0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Uma ou mais mudanças com a prim.	87 a 93				
Desocupado	0,2	8,8	10,1	7,9	7,7
Ocupado	90,2	73,7	72,4	72,8	-17,4
Inativo	9,6	16,8	16,9	19,3	9,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

### *As mudanças setoriais e posicionais*

As transformações setoriais e posicionais por que passou cada grupo de migrante seguiram as tendências gerais descritas anteriormente. A cada mudança, antes ou depois de 1986, a Indústria e sobretudo a Agropecuária foram perdendo participação relativa no conjunto da mão-de-obra ocupada, cedendo espaço para aumento das parcelas relativas do Comércio/Prestação de Serviços e Construção Civil/Serviços Domésticos.

O peso do contingente de migrantes na Agropecuária que variava entre 18% e 22% do conjunto de ocupados em 1980, dependendo do grupo de migrantes, não ultrapassaria mais do que 8% em 1993. Ocupações urbanas no Comércio/Prestação de Serviços que agregavam

cerca de 20% a 23% da mão de obra no início do período, passariam a reunir pelo menos 30% dos chefes migrantes ocupados em 1993. Na Construção Civil e Serviços Domésticos, que reuniam de 10% a 12% dos ocupados em 1980, chegavam a representar até 21% da mão de obra migrante no final do período.

A evolução do perfil setorial da mão de obra dos chefes que migraram mais cedo na década apresentou transformações mais positivas em uma perspectiva sócio-ocupacional: a perda de ocupações industriais entre os precursores foi menor que os demais tipos de migrantes, assim como foi maior a expansão da parcela ocupada em Serviços Sociais. Entre os repetidos e os tardios as mudanças setoriais mais expressivas foram a ampliação da parcela alocada nos Serviços/Comércio e Construção Civil/Serviços Domésticos.

Tabela 9 : Distribuição dos chefes migrantes segundo setor de atividade por momento e número de mudanças Estado de São Paulo 1980 - 1993

Setor de Atividade	1980	Após 1a. mig	Após ult mig	1993	Diferença 1993 - 1980
Uma só mudança no período	80 a 86				
Agropecuária	21,6	7,9	7,9	4,5	-17,1
Ind. Transformação - total	26,7	27,7	27,7	24,8	-1,9
Constr Civil e Serv Domest	10,4	13,9	13,9	13,0	2,6
Comércio e Prest Serviços	21,8	27,9	27,9	31,6	9,8
Serviços Sociais e Auxiliares	19,5	22,6	22,6	26,1	6,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Duas ou mais mudanças com a prim.	80 a 86				
Agropecuária	18,9	18,6	10,0	8,3	-10,6
Ind. Transformação - total	21,6	20,9	19,2	18,4	-3,2
Constr Civil e Serv Domest	12,7	14,3	17,1	18,2	5,5
Comércio e Prest Serviços	22,5	23,7	28,9	29,6	7,1
Serviços Sociais e Auxiliares	24,3	22,5	24,8	25,5	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Uma ou mais mudanças com a prim.	87 a 93				
Agropecuária	17,9	6,9	5,0	4,9	-13,0
Ind. Transformação - total	26,3	23,7	21,7	22,1	-4,2
Constr Civil e Serv Domest	11,0	15,3	20,3	19,3	8,3
Comércio e Prest Serviços	22,8	30,5	31,5	31,5	8,7
Serviços Sociais e Auxiliares	22,1	23,6	21,6	22,1	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

Vale assinalar, contudo, que a mudança do perfil setorial da mão de obra dentre os migrantes repetidos foi bem mais lenta que nos demais grupos, talvez pelo peso do contingente de chefes provenientes do Interior Paulista, cujo padrão de deslocamento espacial tendeu a ser de curta distância (Baeninger 1996). Em deslocamentos intrarregionais ou intrametropolitanos, as oportunidades ocupacionais que se apresentam para os migrantes são muito próximas daquelas que lhes eram familiares anteriormente. Além disso, nestes deslocamentos de curta

distância pode ser possível preservar o vínculo empregatício anterior. Entre os repetidos praticamente não se observou mudanças significativas na estrutura ocupacional após a primeira migração, ao contrário do que se passou com os demais migrantes.

Em todos os grupos de migrantes se pôde observar as tendências gerais da evolução do perfil posicional entre 1980 e 1993. Os empregados com carteira, que representavam mais da metade da mão de obra ocupada em 1980, foram cedendo espaço para a expansão da proporção de autônomos e empregadores, enquanto a parcela de empregados sem carteira manteve-se em níveis relativamente estáveis.

Tabela 10: Distribuição dos chefes migrantes segundo posição na ocupação por momento e número de mudanças Estado de São Paulo 1980 - 1993

Posição na Ocupação/ Categoria do emprego	1980	Após 1a. mig	Após ult mig	1993	Diferença 1993 - 1980
<b>Uma só mudança no período</b>	<b>80 a 86</b>				
Autônomo	17,1	15,6	15,6	19,3	2,2
Empregado c/cart.assinada	54,6	60,0	60,0	49,9	-4,7
Empregado s/cart.assinada	7,5	5,9	5,9	6,9	-0,6
Empregado Setor público	9,3	10,8	10,8	10,8	1,5
Empregador	10,6	7,4	7,4	12,8	2,2
Outros	0,9	0,3	0,3	0,3	-0,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Duas ou mais mudanças com a prim.</b>	<b>80 a 86</b>				
Autônomo	14,7	17,9	21,8	19,6	4,9
Empregado c/cart.assinada	57,6	53,9	49,7	42,5	-15,1
Empregado s/cart.assinada	8,5	7,9	6,3	9,1	0,6
Empregado Setor público	9,9	11,5	12,7	12,7	2,8
Empregador	8,3	8,3	9,1	15,3	7,0
Outros	1,0	0,5	0,4	0,8	-0,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Uma ou mais mudanças com a prim.</b>	<b>87 a 93</b>				
Autônomo	15,7	20,0	20,8	22,9	7,2
Empregado c/cart.assinada	53,9	54,5	55,4	47,5	-6,4
Empregado s/cart.assinada	9,6	7,2	5,2	9,8	0,2
Empregado Setor público	11,4	7,7	8,7	8,9	-2,5
Empregador	9,3	9,9	9,2	10,8	1,5
Outros	0,1	0,6	0,6	0,0	-0,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: PRAD

As mudanças mais expressivas se deram entre os migrantes repetidos. A parcela de empregados com carteira diminuiu cerca de 15 pontos percentuais entre 1980 e 1993, o que poderia sugerir a adoção da migração como uma estratégia de fuga à precarização do posto ocupacional ou ainda da tentativa de se firmar como Empregador, cuja parcela aumentou sete pontos, ou como Autônomo, com acréscimo de cinco pontos percentuais. A importância da migração por motivo de trabalho para estes migrantes parece corroborar esta hipótese. Os migrantes precursores- aqueles que migraram mais cedo- aparentemente conseguiram preservar melhor sua condição anterior que os tardios. Entre estes últimos, além da perda da

parcela relativa de Assalariados com carteira, também diminuiu a referente aos Empregados do setor público.

Sintetizando os resultados desta seção, pôde-se constatar uma clara diferenciação na mobilidade ocupacional dos migrantes precursores e tardios. Os primeiros estiveram sujeitos a taxas mais baixas de desocupação, pelo melhor perfil de escolaridade, pela idade média mais elevada, pela conjuntura encontrada quando da chegada ou ainda pelo tempo de residência acumulado na localidade de destino. Também conseguiram galgar posições nos Serviços Sociais, no emprego público e sofrer baixas menos intensas nas ocupações formais e na Indústria. Com relação aos migrantes repetidos os resultados mais consistentes dizem respeito às suas características típicas: homem, jovem, escolaridade média mais elevada, migra sozinho, em busca de trabalho, dentro do interior do estado. Sua trajetória ocupacional, em contrapartida, não pareceu ser tão clara quanto seu perfil médio.

## 4.2. MOBILIDADE OCUPACIONAL SEGUNDO ORIGEM DOS MIGRANTES

Com base em considerações de natureza substantiva e estatística, dividiu-se o conjunto de chefes migrantes em quatro grupos segundo a localidade de partida do histórico ocupacional e migratório em 1980: migrantes oriundos de localidades do Interior Paulista, migrantes provenientes da RMSP, migrantes provenientes de estados do Nordeste, migrantes provenientes de municípios localizados nos estados vizinhos de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso do Sul. A este último grupo, migrantes dos Estados Vizinhos, agregou-se aqueles indivíduos provenientes das demais regiões brasileiras<sup>9</sup>.

Os migrantes originários de áreas dentro do próprio estado perfaziam, juntos, a parcela de cerca de 74% dos migrantes levantados na PRAD, reflexo da importância que adquiriu a migração de curta distância em São Paulo nos anos 80. Na composição dos fluxos interestaduais, a participação da migração do Nordeste para o estado era comparativamente elevada. Afinal enquanto 10 % dos chefes migrantes vieram de nove estados nordestinos, a parcela oriunda de todas as demais unidades da federação não chegou ao dobro disto (16%). É importante observar que o critério metodológico de reter para análise da mobilidade ocupacional apenas os chefes com 15 anos ou mais em 1980 levou a exclusão de um contingente relativamente maior de indivíduos provenientes do Nordeste, o que explica o baixo quantitativo expandido dos mesmos. Na base de dados original havia 285 chefes provenientes do Nordeste (equivalente a um total expandido de 194.058 pessoas), dos quais apenas pouco mais da metade - 159 indivíduos- cumpria os requisitos de seleção. Dentre aqueles provenientes dos Estados Vizinhos, reteve-se uma parcela maior de chefes ( 77 % ), assim como daqueles do Interior (88%) e da RMSP (92%)<sup>10</sup>.

Esta tipologia de migrantes foi proposta atendendo dois objetivos. Em primeiro lugar, como mostrado em Mata *et al.* (1973), a segmentação do conjunto de migrantes segundo origem equivale a uma estratificação socioeconômica dos mesmos, dadas as grandes disparidades sociais existentes pelo território nacional, sobretudo quando comparados ao espaço paulista. Os migrantes refletem, em boa medida, as características sócio-demográficas e

---

<sup>9</sup> Os migrantes das demais regiões representam cerca de 21% no conjunto denominado, com certa imprecisão metodológica, de migrantes dos Estados Vizinhos. Cerca de metade destes migrantes vieram de estados do Centro-Oeste e de Brasília, outra parte significativa não têm procedência determinada e partes residuais provinham do Norte e da Região Sul. A decisão de agregá-los aos migrantes provenientes de estados circunvizinhos foi de garantir maior homogeneidade entre os migrantes dos estados do Nordeste, dada sua importância quantitativa e qualitativa na migração para São Paulo.

<sup>10</sup> Os totais expandidos para estes três últimos grupos são, respectivamente, 211.983, 345.490 e 468.835 pessoas.

ocupacionais de suas áreas de origem, o que lhes confere maior ou menor facilidade de engajamento ou progressão no mercado de trabalho. Além disso, outra idéia básica por trás desta tipologia de migrantes era o de discriminar os principais tipos de fluxos (interestadual de longa distância, interestadual de curta distância, intraestadual e intrametropolitano) que tem sido objeto de investigação na literatura sobre a dinâmica migratória no Estado de São Paulo (Cunha 1996a, Baeninger 1996).

Tabela 11 : Informações básicas para análise dos chefes migrantes por local de residência em 1980 Estado de São Paulo 1993

Informações básicas	Local da residência em 1980				Total
	Nordeste	Est Vizinhos	Inter SP	RMSP	
Número de migr na amostra	159	373	1.021	834	2.387
Migr na população (tot.exp.)	99.828	161.236	306.168	427.873	995.105
Distribuição % chefes	10,0	16,3	30,7	43,0	100,0

Fonte: PRAD

#### *Caracterização sócio-demográfica dos migrantes*

Com relação à distribuição por sexo dos chefes, como já assinalado anteriormente, havia larga predominância da chefia masculina entre os migrantes, com diferenças significativas de acordo com a origem dos mesmos. Entre os chefes de família levantados em 1993, que residiam no Nordeste em 1980, cerca de 90 % eram homens, enquanto que para aqueles provenientes dos Estados Vizinhos a cifra correspondente era sete pontos percentuais menor (82%). A chefia masculina era de 86% entre os migrantes residentes na RMSP em 1980 e um pouco mais baixa entre aqueles provenientes do Interior Paulista.

Tabela 12: Distribuição dos chefes migrantes segundo características demográficas e idade média por local de residência em 1980 Estado de São Paulo 1993

Característica demográfica do chefe	Local da residência em 1980				Total
	Nordeste	Est Vizinhos	Inter SP	RMSP	
<b>Sexo</b>					
Masculino	90,4	82,1	83,8	86,1	84,9
Feminino	9,6	17,9	17,2	13,9	15,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Idade</b>					
28 a 34 anos	51,6	36,0	27,7	18,2	27,4
35 a 49 anos	35,6	42,1	44,8	53,4	47,0
50 + anos	12,8	21,9	27,8	28,4	25,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Idade média	37,8	41,4	44,0	44,8	43,3

Fonte: PRAD

Os chefes provenientes de localidades fora do estado de São Paulo eram mais jovens que aqueles residentes no Interior ou na RMSP em 1980, especialmente os chefes que vieram do Nordeste, dos quais 52 % tinham entre 28 e 34 anos em 1980, quase o dobro da proporção média entre os migrantes.

Como resultado, entre outros fatores, da parcela significativa de indivíduos originários da zona rural, os migrantes “nordestinos” apresentavam um nível médio de escolaridade muito mais baixo que os demais grupos analisados. Cerca de 13 % destes migrantes eram analfabetos ou não haviam freqüentado ensino regular e 63% não haviam completado o 1. Grau em 1993. Migrantes da RMSP apresentavam, ao contrário, o melhor perfil educacional. Migrantes provenientes dos Estados Vizinhos ostentavam nível de escolaridade um pouco superior ao daqueles provenientes do Interior, em parte devido aos efeitos composicionais da idade. Chama a atenção, a parcela de migrantes com curso superior completo entre os chefes provenientes dos demais estados (13 %) e da RMSP (12%), superiores à cifra observada entre os não migrantes ao conjunto de chefes na amostra em estudo (9%), como mostrado no capítulo anterior. Estes dados sugerem que houve uma seletividade positiva entre os migrantes que saem dos estados vizinhos, isto é, os migrantes que saíram tinham um perfil de escolaridade melhor. Se não é possível afirmar o mesmo para os migrantes da RMSP, há pelo menos um aparente empate no nível de escolaridade entre os que ficaram e os que saíram (para localidades no estado), aspecto este, aliás, já assinalado anteriormente por Aranha (1996)<sup>11</sup>.

Tabela 13 : Distribuição de chefes migrantes segundo nível de escolaridade por local de residência em 1980 Estado de São Paulo 1993

Nível de Escolaridade	Local da residência em 1980				Total
	Nordeste	Est Vizinhos	Inter SP	RMSP	
Sem instrução formal	13,3	6,1	8,9	3,8	6,7
1º grau incompleto	63,3	44,3	51,7	47,6	49,8
1º grau completo	12,8	18,3	13,5	17,9	16,1
2º grau completo	9,9	17,9	15,7	18,8	16,8
3º grau completo	0,8	13,4	10,3	11,9	10,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Proporções padronizadas pela	estrutura	etária			
Sem instrução formal	19,8	7,2	8,6	3,7	6,7
1º grau incompleto	59,3	45,0	51,7	46,4	49,8
1º grau completo	10,7	17,2	13,6	18,7	16,1
2º grau completo	9,5	17,2	15,7	19,0	16,8
3º grau completo	0,7	13,4	10,4	12,2	10,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

Nota: Padronização realizada segundo a estrutura etária do conjunto de migrantes

<sup>11</sup> A distribuição dos chefes migrantes que saíram da RMSP - e permaneceram no estado em 1993- era ligeiramente melhor que a dos não migrantes da RMSP - com 28 anos ou mais em 1993. Com a padronização das cifras as diferenças desapareceriam. No Interior se observa características semelhantes.

### *Aspectos da mobilidade espacial*

Com exceção do grupo de migrantes provenientes da RMSP, em todos os demais grupos, a ampla maioria dos migrantes nasceu em localidades da região onde residiam em 1980, sobretudo aqueles provenientes do Nordeste. Uma parcela não desprezível dos migrantes que saíram dos Estados Vizinhos era constituída de nordestinos, Embora a maioria dos migrantes da RMSP fosse paulista (57%), eram bastantes significativas as parcelas de naturais do Nordeste e de outros estados, reflexo da história demográfica da região neste século. Entre os migrantes que saíram de localidades do interior, 70% eram paulistas.

Tabela 14 : Distribuição de chefes migrantes segundo região de nascimento por localidade de residência em 1980  
Estado de São Paulo 1980

Região de nascimento	Local da residência em 1980			RMSP	Total
	Nordeste	Est Vizinhos	Inter SP		
Nordeste	93,6	11,6	11,1	24,5	25,2
Outros estados	4,1	63,3	18,7	18,9	24,2
Interior Paulista	2,0	20,6	65,0	28,4	35,7
RMSP	0,4	4,5	5,2	28,2	14,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

A origem urbana/rural dos fluxos guarda relação estreita com os níveis de urbanização e as características do sistema de cidades existentes nas áreas de origem. Assim, quase a totalidade dos migrantes da RMSP veio das áreas urbanas do município de São Paulo e dos municípios de médio e grande porte dos arredores da capital. Os demais migrantes vieram, em sua maioria, também da zona urbana, mas os contingentes de indivíduos oriundos da zona rural ou mesmo de municípios de menor porte foram bastante significativos. Entre os migrantes "nordestinos" e dos Estados Vizinhos, foram muito expressivos os contingentes de indivíduos provenientes da zona rural, de localidades de pequeno porte<sup>12</sup>. Vale destacar também a existência de uma parcela significativa de migrantes destas duas últimas regiões que saíram de grandes centros urbanos, provavelmente das capitais estaduais.

<sup>12</sup> Não se encontrou o código municipal de cerca de 10% das localidades de residência declaradas na pesquisa. É bem provável que a parcela de 20% de procedências não classificáveis no Nordeste e cerca de 26% nos demais estados sejam distritos ou vilas, em sua maioria, de pequenas localidades.

Tabela 15 : Distribuição de chefes migrantes segundo zona ou porte da localidade de residência por localidade de residência em 1980 Estado de São Paulo 1980

Zona ou Porte da Localidade de residência	Local da residência em 1980				Total
	Nordeste	Est Vizinhos	Inter SP	RMSP	
<b>Zona</b>					
Urbana	61,6	68,3	78,9	97,2	83,5
Rural	38,4	31,7	21,1	2,8	16,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Porte</b>					
até 20 mil habitantes	13,4	17,2	18,4	0,0	10,3
de 20 mil a 100 mil habitant	33,4	21,1	27,2	4,4	16,6
de 100 mil a 500 mil habitant	16,5	16,0	37,4	13,4	21,5
mais de 500 mil habitantes	16,4	19,9	6,8	82,2	42,3
localidade não classificável	20,3	25,8	10,2	0,0	9,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

Laços de parentesco ou de relacionamento pessoal constituíram-se nos principais motivos declarados pelos migrantes provenientes do Nordeste para justificar a escolha do destino no primeiro deslocamento. Estes motivos também foram citados por boa parcela dos migrantes provenientes dos Estados Vizinhos. Para chefes provenientes do próprio Interior do estado, a migração motivada por fatores relacionados ao Trabalho foi comparativamente mais citada. Já para migrantes que saíram da RMSP - em geral, em ciclo vital mais adiantado - destacou-se, como motivação para o primeiro movimento, as características da localidade de destino, como a busca de municípios com custos mais baixos de vida e moradia, mais aprazíveis ou com melhor oferta de serviços urbanos ou públicos.

Tabela 16: Distribuição dos migrantes segundo motivo e tipo de arranjo acompanhante na primeira mudança declarada pelo chefe por local de residência em 1980 Estado de São Paulo 1980-1993

Motivo ou Acompanhante na última mudança	Local da residência em 1980				Total
	Nordeste	Est Vizinhos	Inter SP	RMSP	
<b>Motivo declarado</b>					
Trabalho	36,8	43,8	42,3	26,1	35,1
Relações familiares/interpess	51,7	41,2	35,8	32,1	36,6
Caract.localidade destino	9,1	11,3	17,0	38,7	24,6
Outros	2,4	3,7	4,9	3,1	3,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Arranjo acompanhante</b>					
Família	37,7	52,7	64,3	72,4	63,2
Parte da família	7,0	8,2	9,4	8,9	8,8
Outros (sozinho inclusive)	55,3	39,1	26,3	18,7	28,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

O deslocamento migratório com a família ou parte dela foi uma característica mais

marcante dos fluxos originários da RMSP e do Interior, e em menor medida, dos migrantes provenientes de Estados Vizinhos. Migrantes oriundos do Nordeste, mais jovens que os demais, partiam, em pouco mais da metade dos casos, sozinhos, com amigos ou com parentes.

### *Evolução do nível de atividade e desocupação*

Os distintos grupos de migrantes apresentavam taxas de atividade e ocupação diferenciadas nas localidades de partida da trajetória migratória em 1980, fato que se explica menos pelas diferenças de composição demográfica e escolaridade do que pela estrutura social e econômica em que eles estavam então inseridos. A taxa de atividade mais elevada era a dos chefes residentes na RMSP em 1980 (91%); a menor era a dos chefes provenientes dos Estados Vizinhos, neste caso por conta de um pequeno efeito composicional da estrutura etária mais jovem. A taxa de participação dos migrantes nordestinos era comparativamente elevada frente ao nível médio de escolaridade dos mesmos, o que deve decorrer do peso da Agropecuária na estrutura ocupacional na região.

Tabela 17 : Distribuição de chefes migrantes segundo condição de atividade e ocupação por local de residência em 1980  
Estado de São Paulo 1980

Condição de Atividade ou Ocupação	Local da residência em 1980				Total
	Nordeste	Est. Vizinhos	Inter SP	RMSP	
Desocupado	1,9	0,2	0,6	0,6	0,7
Ocupado	86,9	84,1	87,0	90,8	88,5
Inativo	11,2	15,7	12,4	8,6	10,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Taxas padronizadas pela	composição	por sexo			
Desocupado	1,8	0,2	0,6	0,6	0,7
Ocupado	85,0	85,5	87,9	90,9	88,5
Inativo	13,2	14,3	11,5	8,4	10,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Taxas padronizadas pela	estrutura	etária			
Desocupado	2,6	0,3	0,6	0,6	0,7
Ocupado	87,0	85,7	87,5	90,9	88,5
Inativo	10,4	14,0	11,9	8,5	10,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Taxas padronizadas pelo	perfil	escolaridade			
Desocupado	1,5	0,2	0,6	0,7	0,7
Ocupado	85,0	84,5	86,9	90,5	88,5
Inativo	13,5	15,3	12,5	8,8	10,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

Nota: Para as padronizações tomou-se como estruturas-padrão as levantadas para o conjunto de migrantes

Com estruturas etárias mais jovens e, portanto, com maior percentual relativo de inativos a incorporar no mercado de trabalho, migrantes dos Estados Vizinhos e sobretudo do Nordeste, apresentaram níveis crescentes de atividade ao longo do período. Em 1993, 92 %

dos chefes provenientes do Nordeste estavam em atividade. Migrantes que residiam na RMSP e Interior Paulista em 1980, por outro lado, tiveram sua participação no mercado de trabalho reduzida, para níveis abaixo de 81 %, em consequência das baixas para aposentadoria e inatividade dos chefes de idade mais avançada. Dentre os migrantes provenientes da RMSP este movimento foi particularmente intenso, já que, em treze anos, a inatividade passou de 9 % para 21 %, com forte aumento já na primeira migração.

Tabela 18: Distribuição de chefes migrantes segundo condição de atividade e ocupação por local de residência em 1980  
Estado de São Paulo 1980 - 1993

Condição de Atividade ou Ocupação	1980	Após 1a. mig	Após ult mig	1993	Diferença 1993 - 1980
<b>Chefes residentes em localidades do Nordeste</b>		em 1980			
Desocupado	1,9	13,7	14,9	10,7	8,8
Ocupado	86,9	77,7	76,0	81,9	-5,0
Inativo	11,2	8,6	9,1	7,4	-3,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
<b>Chefes residentes em localidades de Est vizinhos</b>		em 1980			
Desocupado	0,2	14,3	11,9	8,8	8,6
Ocupado	84,1	71,9	76,3	78,7	-5,4
Inativo	15,7	13,8	11,8	12,5	-3,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
<b>Chefes residentes em localidades do Interior SP</b>		em 1980			
Desocupado	0,6	6,2	6,4	4,7	4,1
Ocupado	87,0	78,4	77,6	76,4	-10,6
Inativo	12,4	15,4	16,0	18,9	6,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
<b>Chefes residentes em localidades da RMSP</b>		em 1980			
Desocupado	0,6	5,6	7,8	5,0	4,4
Ocupado	90,8	77,3	75,7	73,7	-17,1
Inativo	8,6	17,1	16,5	21,3	12,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

Os níveis de desocupação dos migrantes oriundos do Nordeste e Estados Vizinhos atingiram patamares bem mais elevados que os dos migrantes provenientes de áreas do próprio estado de São Paulo ao longo do período. A parcela de desocupados dos migrantes provenientes do Nordeste chegou a atingir até 15 % dos chefes. Ao final do período, por conta dos efeitos diretos e subjacentes ao aumento do tempo de residência, as taxas de desocupação dos migrantes nordestinos e daqueles provenientes de outros estados tornaram-se menores, mas ainda assim superiores às dos migrantes que residiam no território paulista em 1980. A elevada desocupação dos chefes provenientes do Nordeste e Estados Vizinhos deve estar relacionada à forte concentração dos mesmos na RMSP, além do perfil de escolaridade e menor experiência de trabalho em atividades urbanas - dado o peso dos contingentes provenientes da zona rural destas regiões. A incorporação de inativos jovens no mercado de

trabalho por todo o período também deve ter contribuído para que a desocupação se mantivesse elevada.

Para os migrantes provenientes da RMSP e do Interior Paulista, a desocupação estava por volta de 5% da PIA de chefes em 1993, depois de passar por valores um pouco mais elevados nas etapas anteriores. O nível um pouco mais elevado da desocupação dos migrantes da RMSP mais ao final do período (após a última migração e em 1993) certamente se deve à conjuntura mais desfavorável do mercado de trabalho paulistano naquele momento, já que grande parcela destes migrantes aí permaneceu nos treze anos em análise. A taxa de desocupação mais baixa dos migrantes do Interior deve-se ao desempenho da economia interiorana no período e seu efeito na criação de ocupações na indústria, agro-indústria e outras atividades não agrárias no campo - como serviços de lazer, hotelaria, construção etc - assim como na ampliação dos quadros da Administração Pública em âmbito municipal.

#### *As mudanças setoriais e posicionais*

Dentre o grupo de migrantes provenientes do Nordeste, a Agropecuária reunia 46% dos chefes ocupados em 1980. No outro extremo estavam os migrantes da RMSP, cujo nível de ocupação em atividades primárias não chegava a 2%; em contrapartida, a mão de obra industrial representava 39% da força de trabalho ocupada. Em posições intermediárias, com níveis comparativamente elevados de mão de obra na Agropecuária, e em menor medida na Indústria, estavam os migrantes então residentes nos Estados Vizinhos e Interior Paulista em 1980.

Nos treze anos que se seguiram, como consequência da destinação urbana e metropolitana da maior parte dos fluxos provenientes da zona rural, os migrantes então alocados na Agropecuária passaram ocupar postos de trabalho em todos os demais setores de atividade, como já descrito anteriormente. Para os fluxos provenientes do Nordeste e Estados Vizinhos a rapidez da mudança do perfil setorial da mão de obra foi impressionante, ainda que previsível dada a natureza do deslocamento espacial empreendido em direção a RMSP e demais áreas urbanas no estado. Já na primeira mudança a participação na Agropecuária reduziu-se para menos de 8 % para os chefes vindos do Nordeste e 15% para aqueles provenientes de outros estados.

Para os migrantes nordestinos, a Construção Civil, os Serviços Domésticos, e sobretudo a Indústria de Transformação constituíram-se na porta de entrada no mercado de trabalho paulista; a Prestação de Serviços, Serviços Sociais e Serviços Auxiliares, por outro lado, viabilizaram as saídas de acesso para ocupações de melhor remuneração e *status*. A

parcela de ocupados na Construção Civil/Serviços Domésticos passou de níveis em torno de 18% em 1980 para 32% após a primeira migração. Nas etapas seguintes a ampliação da ocupação nos Serviços Domésticos e na Construção Civil foi mais lenta, alimentada possivelmente pelo ingresso de inativos no mercado. Na Indústria a parcela de mão de obra ocupada aumentou 10 pontos percentuais, resultado aritmético de uma baixa alocação setorial em 1980 e do deslocamento maciço desses migrantes para a RMSP - que os exporia, mais que em qualquer outra região no estado, a oportunidades de ocupação industrial. Com a superação das dificuldades iniciais de adaptação - para aqueles que efetivamente conseguiram permanecer na sociedade de destino e sair da desocupação - houve um aumento mais rápido da parcela de mão de obra nos demais setores de Serviços. Tendências semelhantes se pôde observar entre os migrantes dos Estados Vizinhos.

Com uma estrutura ocupacional muito distinta no ponto de partida, em que as ocupações industriais e nos Serviços Auxiliares tinham uma importância comparativamente mais elevada, e com uma composição demográfica em ciclo vital mais maduro, o conjunto de migrantes residentes na RMSP em 1980 experimentou uma mobilidade setorial de conteúdo bastante diferente do descrito para migrantes do Nordeste. Os efeitos da conjuntura instável da "Década Perdida", da reestruturação do setor bancário na segunda metade dos anos 80 e da Reestruturação Produtiva nos anos 90, se fizeram sentir na RMSP com perda acentuada de postos de trabalho na Indústria - sobretudo nos ramos mais complexos- e nos Serviços Auxiliares, além da elevação do nível de desocupação, como já observado. O decorrente aumento da parcela de migrantes ocupados na Prestação de Serviços- e também nos Serviços Domésticos- que se deu ao longo do período tem, pois, natureza muito diferente da mobilidade ocupacional ascendente dos migrantes do Nordeste, antes ocupados na Agropecuária, Construção Civil ou Serviços Domésticos.

A evolução do perfil setorial da mão de obra ocupada de migrantes provenientes do Interior seguiu, de modo geral, as tendências acima apontadas. Vale apontar, contudo, que a Construção Civil e Serviços Domésticos foram menos importantes na absorção da mão de obra migrante, comparativamente ao que se passou com os migrantes nordestinos e dos Estados Vizinhos. Ao contrário do que se passou para os migrantes da RMSP, a parcela de mão de obra migrante alocada nos ramos mais dinâmicos da indústria cresceu no período.

Tabela 19: Distribuição dos chefes migrantes ocupados segundo setor de atividade por local de residência em 1980 ao longo das etapas Estado de São Paulo 1980 - 1993

Sector de Atividade	1980	Após 1a mig	Após ult mig	1993	Diferença 1993 - 1980
<b>Chefes residentes em localidades do Nordeste em 1980</b>					
Agropecuária	45,5	7,8	2,2	2,5	-43,0
Ind. Transformação - total	6,8	23,5	18,9	17,7	10,9
Constr Civil e Serv Domésticos	18,4	32,2	35,4	34,8	16,4
Comércio e Prest Serviços	19,1	25,3	31,2	27,1	8,0
Serviços Sociais e Auxiliares	10,2	11,2	12,3	17,9	7,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
<b>Chefes residentes em localidades de Est vizinhos em 1980</b>					
Agropecuária	38,7	14,8	10,9	5,4	-33,3
Ind. Transformação - total	18,2	19,3	20,1	20,4	2,3
Constr Civil e Serv Domésticos	8,4	21,9	20,0	18,1	9,7
Comércio e Prest Serviços	20,2	25,5	30,1	35,9	15,7
Serviços Sociais e Auxiliares	14,5	18,5	18,9	20,1	5,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
<b>Chefes residentes em localidades do Interior SP em 1980</b>					
Agropecuária	26,3	17,4	14,2	11,7	-14,6
Ind. Transformação - ram coplx	8,6	10,5	9,7	11,6	3,0
Ind. Transformação - ram tradic	7,4	7,2	8,1	6,0	-1,4
Construção Civil	9,5	8,7	9,6	10,3	0,8
Comércio	8,5	10,6	10,0	11,4	2,9
Prestação Serviços	13,1	16,4	15,8	14,4	1,3
Serviços Domésticos	3,6	3,7	5,1	6,1	2,5
Serviços Sociais	12,6	13,0	14,6	16,7	4,1
Serviços Auxiliares	9,9	12,0	12,5	9,9	0,0
Out. atividades	0,5	0,5	0,4	1,9	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
<b>Chefes residentes em localidades da RMSP em 1980</b>					
Agropecuária	1,9	4,7	2,7	2,0	0,1
Ind. Transformação - ram coplx	27,0	21,6	22,0	20,3	-6,7
Ind. Transformação - ram tradic	11,9	9,4	9,6	7,2	-4,7
Construção Civil	6,5	6,6	8,1	7,4	0,9
Comércio	14,6	12,9	15,2	16,2	1,6
Prestação Serviços	9,2	16,2	15,0	15,8	6,6
Serviços Domésticos	2,4	2,6	3,0	4,3	1,9
Serviços Sociais	10,7	11,0	10,9	12,6	1,9
Serviços Auxiliares	15,7	14,7	12,7	13,7	-2,0
Out. atividades	0,1	0,3	0,8	0,5	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

A mobilidade pelas categorias posicionais revela padrões tendenciais muito distintos entre os grupos de migrantes segundo região de procedência, ainda que se considere as limitações e ambigüidade que se poderia apontar na captação desta informação nas etapas migratórias. Talvez nenhuma outra tendência já descrita para o conjunto dos migrantes da pesquisa se mostre mais sensível e específica como as trocas entre as categorias de posição na ocupação e de emprego por localidade de origem do chefe no período.

Como consequência do êxodo de migrantes da zona rural nordestina e seu direcionamento maciço- já na primeira mudança- para a RMSP, o contingente de chefes

ocupados que passou à condição de empregados com carteira mais do que dobrou na chegada do primeiro deslocamento dos mesmos: 31% eram empregados sem carteira em sua ocupação em 1980; após a primeira mudança a cifra equivalente pulou para 76 % dos ocupados. Como resultado do baixo desempenho do emprego formal na RMSP mais ao final da década de 80 e início dos anos 90, esta parcela viria a diminuir no resto do período, passando para 71 % em 1993, assim como também viria aumentar a proporção de empregados sem carteira, mas não atingindo o patamar verificado em 1980. Essa expressiva mobilidade posicional de migrantes nordestinos na primeira etapa migratória também pode ser retratada pelo comportamento das participações das categorias de Autônomo e Empregador no período: entre 1980 e a primeira migração, reduziu-se de 24% para 13 % a parcela de Autônomos e de 16% para menos de 1%, a participação dos Empregadores. Tais movimentos posicionais refletiram, na realidade, a já apontada redução substancial dos migrantes nordestinos ocupados na Agropecuária, onde parte expressiva estava inserida como meeiros, parceiros ou mesmo pequenos proprietários.

Para os demais migrantes não se observou trocas posicionais tão “virtuosas”. Na realidade, a evolução do perfil posicional caminhou em sentido contrário, sobretudo para os migrantes da RMSP, como consequência da conjuntura do mercado de trabalho metropolitano no período. Para estes migrantes houve uma tendência muito clara de precarização das relações de trabalho: diminuição em 24 pontos percentuais participação da mão de obra empregada com carteira assinada, e aumento das cifras relativas de empregados sem carteira e de autônomos entre 1980 e 1993. A reengenharia organizacional nos postos médios de gerência já nos anos 90 deve responder pelo forte aumento da incidência de empregadores constatada em 1993.

O perfil posicional dos Migrantes dos Estados Vizinhos e do Interior apresentaram mudanças de mesma natureza, mas com intensidade muito menor. Com a primeira mudança houve ligeiro aumento da parcela de migrantes ocupados em postos de trabalho assalariado com carteira, tendência que não se manteria até o final do período em questão. Em contrapartida, após a primeira migração, aumentariam as parcelas de Autônomos e Empregadores. Por terem se dirigido em boa parte para localidades dentro do próprio interior, estes migrantes estiveram menos suscetíveis à precarização que se processou no mercado de trabalho paulista a partir de final dos anos 80.

Tabela 20: Distribuição dos chefes migrantes ocupados segundo posição na ocupação ou categoria do emprego por local de residência em 1980  
Estado de São Paulo 1980 - 1993

Posição na ocupação/ Categoria do emprego	1980	Após 1a. mig	Após ult mig	1993	Diferença 1993 - 1980
<b>Chefes residentes em localidades do Nordeste</b>		em 1980			
Autônomo	24,2	13,2	12,8	12,5	-11,7
Empregado c/ cart.assinada.	31,3	76,3	73,7	70,5	39,2
Empregado s/ cart.assinada.	17,6	8,4	9,4	10,4	-7,2
Empregado Setor públ/Estatal	6,1	1,4	2,3	4,6	-1,5
Empregador	16,2	0,5	1,3	2,0	-14,2
Outros	4,6	0,2	0,5	0,0	-4,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Chefes residentes em localidades de Est vizinhos</b>		em 1980			
Autônomo	17,0	22,4	20,2	24,7	7,6
Empregado c/ cart.assinada.	46,5	51,0	52,7	44,6	-2,0
Empregado s/ cart.assinada.	15,5	12,2	10,5	7,0	-8,5
Empregado Setor públ/Estatal	7,7	8,4	8,4	8,2	0,4
Empregador	12,8	4,3	6,7	15,4	2,6
Outros	0,4	1,7	1,5	0,2	-0,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Chefes residentes em localidades do Interior SP</b>		em 1980			
Autônomo	21,0	19,3	22,6	24,1	3,1
Empregado c/ cart.assinada.	45,2	48,9	44,6	41,8	-3,4
Empregado s/ cart.assinada.	9,9	8,0	7,4	8,0	-1,9
Empregado Setor públ/Estatal	13,4	14,6	16,5	15,0	1,6
Empregador	10,1	9,0	8,7	11,0	0,9
Outros	0,4	0,2	0,2	0,1	-0,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Chefes residentes em localidades da RMSP</b>		em 1980			
Autônomo	10,5	16,4	18,2	18,9	8,4
Empregado c/ cart.assinada.	69,5	58,5	58,8	45,8	-23,7
Empregado s/ cart.assinada.	3,5	3,9	3,0	9,0	5,5
Empregado Setor públ/Estatal	9,8	8,8	8,9	9,9	0,1
Empregador	6,7	12,1	10,8	15,8	9,1
Outros	0,0	0,3	0,3	0,6	0,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: PRAD

Em síntese, retomando alguns dos resultados mais importantes desta seção, pôde-se observar que os migrantes nordestinos se sujeitaram a taxas de desocupação mais elevadas que os demais, decorrência do nível mais baixo de instrução, do elevado ritmo de ingresso na população ativa e da menor experiência de trabalho em atividades urbanas. Provenientes da zona rural, pequenos municípios ou das capitais nordestinas, estes migrantes ingressaram no mercado de trabalho paulista - sobretudo o metropolitano- nos postos de trabalho típicos de baixa qualificação - Serviços Doméstico, Prestação de Serviços e Construção Civil. A Indústria também ofereceu oportunidades de inserção ocupacional para um contingente significativo de migrantes nordestinos. Parcela deles conseguiu, ao longo do tempo, galgar posições

ocupacionais de melhor status e no mercado formal. O histórico ocupacional dos migrantes provenientes dos Estados Vizinhos e do próprio Interior Paulista apresentou-se com traços semelhantes ao descrito para os migrantes oriundos do Nordeste. Mas, de modo geral, como partiam de estruturas ocupacionais mais diversificadas na origem, tinham possibilidades mais variadas de inserção no mercado de trabalho paulista. Os migrantes provenientes da RMSP - em boa medida migrantes intrametropolitanos- sentiram, mais do que quaisquer outros, os efeitos deletérios da “Década Perdida” e da “Reestruturação Produtiva” sobre o mercado de trabalho. Sujeitaram-se a taxas de desocupação crescentes e perderam postos de trabalho de melhor qualidade, proteção trabalhista, remuneração na Indústria e nos Serviços Auxiliares para empregar-se ou auto-empregar-se na Prestação de Serviços, Comércio e até nos Serviços Domésticos.

### 4.3. MOBILIDADE OCUPACIONAL SEGUNDO LOCALIDADES DE RESIDÊNCIA EM CADA ETAPA

Se a análise da mobilidade ocupacional segundo localidades de procedência dos migrantes se remete, em última instância, aos fatores de expulsão prevaletentes na origem, a investigação da mobilidade ocupacional pelas localidades de passagem e residência atual dos migrantes se assenta, em termos conceituais, sobre o papel dos fatores de atração migratória. Isto é, a interpretação dos fatores condicionantes da mobilidade ocupacional ao longo do período desloca-se dos atributos sócio-demográficos intrínsecos dos grupos de origem- que retratariam as condições estruturais das localidades de origem- para as características estruturais da localidade de destino. Em termos metodológicos, se na estratégia analítica da mobilidade segundo origem se estabelece um controle do “tipo de migrante”, a análise da mobilidade ocupacional nas localidades de destino se faz mediante o emprego de uma tipologia do espaço geo-econômico em questão.

Essa abordagem analítica da mobilidade ocupacional têm sido uma prática corrente na literatura latino-americana sobre migração e mercado de trabalho (PREALC 1983). Estes estudos têm compartilhado a percepção que os distintos contextos histórico-espaciais condicionam, em última instância, as possibilidades de migrantes - e não migrantes- serem integrados no mercado laboral, quaisquer que sejam as estratégias e *handcaps* individuais.

*“Em términos generales, la movilidad ocupacional está estrechamente ligada al desarrollo de la estructura productiva y de las formas de organización de la producción de las ciudades. Es decir, tanto la inserción ocupacional de la fuerza de trabajo como la evolución de ésta en el tiempo no dependen de decisiones individuales, sino más bien de los cambios en la dinámica de las actividades económicas y, en consecuencia, de las condiciones en que se desenvuelve el mercado laboral” (De Pabón 1983:43).*

Com o propósito de empreender a análise da mobilidade ocupacional em distintos contextos regionais no estado , o território paulista foi “regionalizado” em cinco áreas, caracterizadas por distintas estruturas produtivas e que passaram por diferentes processos de desenvolvimento econômico durante na última década. Nesta regionalização era fundamental articular o critério de homogeneidade da base produtiva e o de contiguidade espacial, que configurassem mercados regionais de trabalhos específicos no território paulista<sup>13</sup>.

Assim, inspirado no estudo de regionalização baseado nos perfis setoriais da mão de

<sup>13</sup> Os critérios de regionalização devem ser explicitados com clareza metodológica e conceitual e não deixados à merce dos resultados empíricos de pacotes estatísticos multivariados (Análise de Aglomerados), como se tem tornado prática corrente nos estudos regionais atuais. Para fins de análise da dinâmica migratória há algumas propostas interessantes e , já testadas, em IBGE (1979) e em Jannuzzi (1994).

obra proposto em Seade (1988), o Interior do estado foi dividido em três áreas: o Litoral, se estendendo de Santos ( e municípios localizados em sua Região de Governo) à Região de Governo de Caraguatatuba, com estrutura ocupacional fortemente determinada pelo peso da Prestação de Serviços, Comércio e Construção Civil; o Interior Próximo, macro-região compreendendo as hinterlândias de São José dos Campos, Campinas, Sorocaba, Ribeirão Preto, *loci* privilegiado da desconcentração da indústria metropolitana, com base econômica das mais dinâmicas no período, apoiada em um parque industrial complexo e setor agro-industrial moderno; e o Interior Periférico, com parcela mais expressiva de população rural, abrangendo o cinturão mais distante da capital, unindo o Noroeste, Centro e Oeste do estado, área bastante heterogênea em termos de atividades produtivas e desenvolvimento no período em análise, mas onde as ocupações da Agropecuária e Terciário tradicional tinham peso proporcionalmente maior<sup>14</sup>.

Tabela 21: Caracterização das regiões de passagem e destino final da migração  
Estado de São Paulo 1993

Condição de Atividade ou Ocupação	Tipologia regional empregada				Núcleo Metrop igual moradia
	Interior Periférico	Litoral de 10 + anos	Interior Próximo com munic	Perif Metrop trabalho	
Distribuição por setor de atividade dos ocupados					
Agropecuária	12,9	1,1	5,2	3,0	0,4
Ind. Transformação – ram coplx	3,6	2,8	12,9	16,4	12,4
Ind. Transformação – ram tradic	8,5	3,2	12,2	8,1	7,9
Construção Civil	7,8	9,0	6,0	6,4	5,1
Comércio	15,9	17,9	16,1	16,0	16,4
Prestação Serviços	14,9	21,2	14,7	16,6	19,1
Serviços Domésticos	9,6	13,5	7,3	6,1	6,4
Serviços Sociais	17,1	18,1	16,0	19,8	15,8
Serviços Auxiliares	8,7	11,6	8,6	6,6	14,8
Out. atividades	1,0	1,6	1,0	1,0	1,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Condição de atividade ou ocupação	PIA 10 + anos				
Desocupado	3,6	3,4	4,6	5,8	5,2
Ocupado	48,4	46,3	46,8	45,8	46,5
Inativo	48,0	50,3	48,6	48,4	48,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Local de residência - População total					
Urbano	87,3	99,7	93,6	97,2	97,1
Rural	12,7	0,3	6,4	2,8	2,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PRAD

<sup>14</sup> O Interior Próximo compreende, mais precisamente, os municípios da Região Administrativa de Campinas, Vale do Paraíba, Sorocaba, Ribeirão Preto, São Carlos, Araraquara, Franca e Registro. A inclusão de Registro decorreu de sua vinculação a macro-região de abrangência de Sorocaba, na regionalização definida na PRAD. Seu peso no Interior Próximo é muito pequeno para influenciar qualquer indicador regional. O Interior Periférico engloba todos os demais municípios do interior, da região de São José do Rio Preto, passando pela área central (Bauru), oeste (Presidente Prudente, Marília, Ourinhos).

A RMSP foi dividida em duas áreas, baseadas na regionalização proposta por Cunha (1996b): o Núcleo Metropolitano, englobando os municípios centrais, de maior porte, com base produtiva em processo de transição da economia industrial para a economia de serviços (São Paulo, São Caetano, Santo André, São Bernardo, Guarulhos e Osasco); e a Periferia Metropolitana, abrangendo os demais municípios da RMSP, com forte base industrial em seu conjunto e terciário ocupacionalmente menos complexo.

A análise da distribuição de chefes migrantes por estas regiões demonstra que o Litoral foi palco de elevada intensidade migratória dentre as analisadas, como já indicavam estudos anteriores baseados no Censo Demográfico de 1991 e outras fontes de dados (Jannuzzi 1996). Embora representassem apenas 9% dos chefes migrantes pesquisados no estado, eles perfaziam 42% dos chefes de família entrevistados na região. A migração também foi bastante intensa na Periferia Metropolitana (35% dos chefes eram migrantes). Pelo seu porte populacional, o Núcleo Metropolitano foi a região com maior parcela de migrantes residentes por ocasião da pesquisa (cerca de um terço), seguida pelo Interior Próximo, onde residiam um quarto dos migrantes em 1993.

Tabela 22: Informações básicas para análise dos chefes migrantes por localidade de residência em 1993 Estado de São Paulo 1993

Informações básicas	Local da residência em 1993					Total
	Interior Periférico	Litoral	Interior Próximo	Perif Metrop	Núcleo Metrop	
Número de migr na amostra	790	337	668	244	348	2.387
Migr na população(tot.exp.)	145.347	90.114	259.469	171.206	328.969	995.105
Distribuição % chefes	14,7	9,1	25,7	17,6	33,1	100,0
Número de chefes não mig	2.388	744	2.540	633	2.593	8.898
Chefes na população(tot.exp.)	464.191	212.754	1.034.759	483.532	2.640.086	4.835.322
Distribuição % chefes	9,6	4,4	21,4	10,0	54,5	100,0

Fonte: PRAD

### *Caracterização sócio-demográfica dos migrantes*

As diferenças de composição por sexo entre os migrantes eram pouco significativas nas diversas localidades no final do período, menores que as existentes entre os grupos de migrantes segundo origem ou segundo momento e número de mudanças. No Litoral havia uma parcela ligeiramente mais alta de chefes mulheres entre os migrantes, característica identificada também na população não migrante.

Tabela 23 : Distribuição dos chefes migrantes e não migrantes segundo sexo por local de residência em 1993 Estado de São Paulo 1993

Sexo do chefe	Local da residência em 1993					Total
	Interior Periférico	Litoral	Interior Próximo	Periferia Metrop	Núcleo Metrop	
<b>Chefes migrantes</b>						
Masculino	84,5	82,3	85,7	85,2	84,4	84,9
Feminino	15,5	17,7	14,4	14,8	15,6	15,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Chefes não migrantes</b>						
Masculino	83,4	82,0	86,5	83,7	82,0	83,2
Feminino	16,6	18,0	13,6	16,3	18,0	16,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD.

A estrutura demográfica dos migrantes que se dirigiram para o Litoral- e para as duas regiões do interior- era mais envelhecida que a dos migrantes residentes no Núcleo e Periferia Metropolitanos em 1993. O peso dos fluxos interestaduais para a RMSP certamente influenciou a composição etária mais jovem dos migrantes aí residentes em 1993. Chefes não migrantes eram mais velhos que os migrantes nas suas respectivas áreas de residência, como era de se esperar.

Tabela 24: Idade média e distribuição de chefes migrantes e não migrantes segundo idade por local de residência em 1993 Estado de São Paulo 1993

Idade	Local da residência em 1993					Total
	Interior Periférico	Litoral	Interior Próximo	Periferia Metrop	Núcleo Metrop	
<b>Chefes migrantes</b>						
28 a 34 anos	21,9	29,7	22,1	25,7	34,2	27,4
35 a 49 anos	46,2	38,3	47,8	52,1	46,7	47,0
50 + anos	31,9	32,0	30,1	22,2	19,1	25,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Idade média	45,2	45,0	44,6	43,1	41,1	43,3
<b>Chefes não migrantes</b>						
28 a 34 anos	16,7	14,0	15,4	12,9	13,7	14,3
35 a 49 anos	33,3	38,5	38,9	40,8	36,5	37,2
50 + anos	50,1	47,5	45,7	46,3	49,9	48,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Idade média	50,3	49,7	49,3	49,1	50,5	50,0

Fonte: PRAD

As diferenças de escolaridade entre os migrantes eram expressivas nas localidades de residência em 1993, seguindo o padrão diferencial observado entre os não migrantes. Os migrantes residentes no Litoral e no Núcleo Metropolitano configuravam-se como os grupos de melhor perfil educacional, assim como suas populações não migrantes. Em geral, por serem mais jovens, os migrantes apresentavam um perfil de escolaridade melhor do que o dos chefes

nas localidades de destino. A comparativamente elevada parcela de migrantes com curso superior em direção ao Núcleo Metropolitano e para o Interior Próximo poderia ser entendida como deslocamento de migrantes em busca de oportunidades ocupacionais mais complexas, que só regiões de estrutura ocupacional mais diversificada e moderna podem oferecer.

Tabela 25 : Distribuição de chefes migrantes e não migrantes segundo nível de escolaridade por local de residência em 1993  
Estado de São Paulo 1993

Nível de Escolaridade	Local da residência em 1993					Total
	Interior Periférico	Litoral	Interior Próximo	Periferia Metrop	Núcleo Metrop	
<b>Chefes migrantes</b>						
Sem instrução formal	9,5	4,6	8,1	6,8	5,7	6,7
1º grau incompleto	59,0	46,7	48,8	53,9	45,5	49,8
1º grau completo	11,4	19,6	13,6	19,8	16,8	16,1
2º grau completo	11,4	18,0	17,9	13,9	19,2	16,8
3º grau completo	8,7	11,0	11,7	5,6	12,8	10,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Chefes não migrantes</b>						
Sem instrução formal	12,0	6,3	7,9	10,4	6,1	7,4
1º grau incompleto	62,3	49,8	56,1	56,9	50,0	53,2
1º grau completo	9,7	19,5	14,7	17,9	17,1	16,1
2º grau completo	9,9	15,2	12,7	8,3	16,6	14,2
3º grau completo	6,1	9,2	8,6	6,5	10,2	9,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

### *Aspectos da mobilidade espacial*

O movimento de migrantes em direção aos centros urbanos de maior porte do estado foi particularmente intenso entre os migrantes nordestinos. A larga maioria deles acabou se deslocando para a Região Metropolitana de São Paulo, sem etapas intermediárias. Já na primeira migração, cerca de 71% dos migrantes do Nordeste captados na pesquisa se deslocaram para a RMSP, fixando-se sobretudo no Núcleo Metropolitano ( e dentro dele no Município de São Paulo). Ao longo das etapas, parcelas bem menos expressivas se dirigiram para os municípios mais dinâmicos do Interior do Estado, do Litoral ou ainda para um ponto intermediário de passagem fora do Estado. Ao final, 60% dos migrantes oriundos do Nordeste estavam no Núcleo Metropolitano e 20% na Periferia Metropolitana. A parcela de migrantes nordestinos na Periferia Metropolitana cresceu ao longo do período, provavelmente em função de deslocamentos intrametropolitanos depois da chegada dos mesmos na RMSP.

Tabela 26 : Distribuição dos chefes migrantes segundo localidade de residência nas etapas migratórias por local de residência em 1980 Estado de São Paulo 1980 - 1993

Localidade de residência	Após 1a. mig	Após últ mig	1993	Diferença 1993 - 1a.
<b>Chefes residentes em localidades do Nordeste em 1980</b>				
Fora do estado	9,9	4,3	-	
Interior periférico	1,7	1,9	2,1	0,4
Litoral	9,8	11,0	11,3	1,5
Interior Próximo	7,8	7,0	7,0	-0,8
Periferia Metropolitana	11,6	19,5	20,1	8,5
Núcleo Metropolitano	59,2	56,4	59,5	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	-
<b>Chefes residentes em localidades de Est Vizinhos em 1980</b>				
Fora do estado	16,2	1,2	-	-
Interior periférico	6,6	10,2	11,8	5,2
Litoral	5,0	5,5	5,6	0,6
Interior Próximo	29,0	32,8	31,5	2,5
Periferia Metropolitana	9,1	10,9	10,8	1,7
Núcleo Metropolitano	34,1	39,3	40,3	6,2
Total	100,0	100,0	100,0	-
<b>Chefes residentes em localidades do Interior SP em 1980</b>				
Fora do estado	10,6	0,6	-	-
Interior periférico	22,0	25,9	29,2	7,2
Litoral	12,4	14,2	14,4	2,0
Interior Próximo	38,2	43,8	41,5	3,3
Periferia Metropolitana	4,0	4,2	4,2	0,2
Núcleo Metropolitano	12,8	11,2	10,7	-2,1
Total	100,0	100,0	100,0	-
<b>Chefes residentes em localidades da RMSP em 1980</b>				
Fora do estado	11,4	0,3	-	-
Interior periférico	11,2	7,8	8,1	-3,1
Litoral	6,9	6,3	6,3	-0,6
Interior Próximo	19,6	17,4	17,0	-2,6
Periferia Metropolitana	26,2	28,0	28,4	2,2
Núcleo Metropolitano	24,8	40,2	40,3	
Total	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

A Grande São Paulo também foi o destino preferencial dos migrantes provenientes dos Estados Vizinhos, mas não com a mesma primazia demonstrada pelos migrantes do Nordeste. Os municípios do Interior Paulista também receberam fluxos significativos ao longo do período. Em 1993, metade desses migrantes residiam na RMSP, sobretudo nos municípios centrais, cerca de 32% nos municípios do Interior Próximo e 12% no interior mais afastado. Aparentemente, em sua larga maioria, os fluxos em direção à RMSP e Interior Próximo foram diretos, sem etapas intermediárias. Para o Interior Periférico, parcela significativa dos migrantes passou, antes, por uma etapa intermediária, fora do estado.

Os migrantes que saíram de municípios do Interior Paulista em 1980 - e continuavam a residir no estado em 1993- dirigiram-se, em sua larga maioria, para localidades do próprio Interior. Mesmo para aqueles que se dirigiram para fora do Estado na primeira migração, o

Interior acabou se constituindo em ponto de destino preferencial. Ao longo do período aumentam as parcelas de migrantes provenientes de municípios do interior e do litoral para localidades aí situadas, refletindo as tendências de aumento dos fluxos intrarregionais de curta distância no estado. Em 1993, 42% dos migrantes residiam no Interior Próximo, 30% no Interior Periférico e 14% no Litoral. Os fluxos em direção à Capital mantiveram baixos no período e, como sugerem as parcelas decrescentes de migrantes residentes no Núcleo Metropolitano no período, pequena parte deles acabou voltando para o Interior ou Litoral.

Os migrantes originários da RMSP - e residentes no estado por ocasião da pesquisa - deslocaram-se predominantemente dentro do próprio espaço metropolitano. Em 1993, quase 70% dos migrantes oriundos da RMSP residiam no Núcleo ou Periferia Metropolitana. Uma parcela significativa chegou a fixar-se em outros estados na primeira migração (11%), mas acabou retornando no período. Os fluxos em direção ao interior e Litoral também foram significativos e aparentemente mais duradouros<sup>15</sup>.

Em 1993, a larga maioria dos migrantes estava residindo em áreas urbanas no estado. A parcela de 17% de chefes residentes na zona rural em 1980 viu-se reduzida para 5% dos mesmos em 1993. A migração para zona rural só teve alguma relevância no Interior Periférico, onde a Agropecuária tinha maior peso na estrutura ocupacional. Nestas localidades 12% dos migrantes residiam na zona rural, cifra só acompanhada mais de perto pelo Interior Próximo, com 8% de residentes no campo. Nas localidades do Interior também era significativa a parcela dos migrantes trabalhando na zona rural com residência na zona urbana (cerca de 10% no Interior Periférico e 6% no Interior Próximo)<sup>16</sup>. Nas demais localidades, em função da base produtiva regional e nível de urbanização, as parcelas equivalentes eram bem menores. Em compensação, a proporção de ocupados trabalhando em municípios diferentes daquele em que residiam era consideravelmente maior, representando 26% dos trabalhadores do Núcleo Metropolitano, 31% deles no Litoral e 54%(!!) da mão de obra residente na Periferia Metropolitana. Considerando os deslocamentos para o trabalho para municípios situados fora dos contornos delimitados pela tipologia regional proposta, as cifras de pendularidade tornavam-se bem mais baixas no Litoral (9%) e no Núcleo Metropolitano (4%), onde São Paulo exerce forte primazia na oferta de empregos. Na Periferia Metropolitana, contudo, manteve-se elevada a parcela dos migrantes pendulares que se deslocava para São Paulo e para os municípios circunvizinhos de maior porte (42%). Migrantes residentes na Periferia

<sup>15</sup> Naturalmente não é possível, pela PRAD, avaliar a parcela dos migrantes que saíram da RMSP para outros estados e lá permaneceram.

<sup>16</sup> Era muito pequena a parcela de residentes na zona rural que trabalhavam na zona urbana no Interior.

estiveram, pois, sujeitos aos condicionantes mais gerais do emprego na RMSP.

Tabela 27 : Distribuição de chefes migrantes segundo zona de residência e local de trabalho por local de residência em 1993  
Estado de São Paulo 1993

Zona de Residência ou Localidade de Trabalho	Local da residência em 1993					Total
	Interior Periférico	Litoral	Interior Próximo	Periferia Metrop	Núcleo Metrop	
Zona de residência em 1993						
Urbana	87,7	99,8	92,3	95,2	97,9	94,5
Rural	12,3	0,2	7,7	4,8	2,1	5,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Percentual ocupados com trab						
Em município diferente	8,5	30,9	17,0	53,5	25,6	26,1
Fora da região de residência	2,5	8,8	5,7	42,0	4,0	11,3
Em zona diferente	10,4	1,3	5,2	1,8	1,6	3,7

Fonte: PRAD

Analisando as motivações declaradas pelos chefes para justificar a migração em direção à localidade de residência por ocasião da pesquisa, verifica-se que a busca por melhores empregos, salários ou oportunidades tiveram proeminência frente aos demais motivos, sobretudo para aqueles migrantes que se deslocaram em direção ao Núcleo Metropolitano e para o Interior Próximo. Deve ter contribuído para isso, como se observou há pouco, a elevada parcela de migrantes de escolaridade mais elevada, em busca de oportunidades ocupacionais de maior qualificação e remuneração, que somente estas regiões poderiam oferecer (pela base produtiva mais diversificada e complexa). Nos fluxos em direção à Periferia e ao Litoral foram mais freqüentemente apontadas como justificativas para a migração a disponibilidade de maiores facilidades urbanas, custo de vida e moradia ou a qualidade de vida. Cunha (1996b) já identificara a importância destas motivações nos deslocamentos intrametropolitanos nos anos 70.

Como era de se esperar, pela evolução do ciclo vital dos indivíduos ao longo do período, a larga maioria dos migrantes chegou com a família ou parte dela na localidade de destino. A chegada de migrantes sozinhos só assumiu proporções um pouco mais elevadas no Litoral e no Núcleo Metropolitano. Nesta última região, esse fato certamente esteve associado à migração por trabalho, assim como ao afluxo de indivíduos mais jovens, provenientes do Nordeste.

Tabela 28 : Distribuição dos migrantes segundo motivo e arranjo acompanhante na última mudança declarados pelo chefe por local de residência em 1993  
Estado de São Paulo 1980-1993

Motivo ou Acompanhante na última mudança	Local da residência em 1993					Total
	Interior Periférico	Litoral	Interior Próximo	Periferia Metrop	Núcleo Metrop	
<b>Motivo declarado</b>						
Trabalho	40,2	33,9	44,3	27,2	48,0	41,0
Relações familiares/interpess	38,5	28,2	33,4	25,4	26,6	30,0
Caract.localidade destino	15,7	35,3	17,1	45,0	19,4	24,2
Outros	5,6	2,6	5,2	2,4	6,0	4,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Arranjo acompanhante</b>						
Família	72,4	63,9	76,2	72,4	62,1	69,2
Parte da família	8,7	7,2	6,3	10,1	7,7	7,9
Outros (sozinho inclusive)	18,9	28,9	17,5	17,5	30,2	22,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

### *Evolução do nível de atividade e desocupação*

Como era de se esperar pelo comportamento geral da taxa de atividade dos migrantes no período, a parcela de migrantes inativos aumentou em todas as passagens e localidades de destino dos migrantes. No interior e Litoral, em função da estrutura etária um pouco mais envelhecida dos migrantes que para lá se dirigiam, a parcela de inativos se manteve em níveis mais elevados (acima de 16%).

A desocupação também se elevou ao longo do período e de forma mais intensa nas localidades de base industrial mais desenvolvida e, em especial, no Núcleo Metropolitano, onde o nível de desocupação dos migrantes residentes manteve-se por volta de 11 % nas etapas migratórias (contra taxas inferiores a 6% no Interior Periférico e Litoral). No Interior Próximo, o dinamismo econômico parece ter garantido patamares mais baixos de desocupação que na RMSP, tanto ao longo das etapas como no final do período. No Litoral as taxas mantiveram-se em patamares mais baixos, o que sugere que as taxas de crescimento do emprego na Prestação de Serviços, na Construção Civil e no Comércio - setores que caracterizam a estrutura ocupacional da região- foram elevadas no período.

Tabela 29: Distribuição de chefes migrantes segundo condição de atividade e ocupação por local de residência ao longo das etapas Estado de São Paulo 1980 - 1993

Condição de Atividade ou Ocupação		Após 1a. Mig	Após ult mig	1993 migratórias	Diferença 1993 - 1a.
Chefes residentes em localidades fora do Estado		de S.Paulo	nas etapas	migratórias	
Desocupado		6,5	"	-	-
Ocupado		76,7	"	-	-
Inativo		16,8	"	-	-
Total		100,0	100,0	-	-
Chefes residentes em localidades do Interior		Periférico	nas etapas	migratórias	
Desocupado		5,6	5,7	5,6	0,0
Ocupado		74,8	76,2	71,9	-2,9
Inativo		19,6	18,1	22,6	3,0
Total		100,0	100,0	100,0	-
Chefes residentes em localidades do Litoral			nas etapas	migratórias	
Desocupado		3,1	4,4	2,6	-0,5
Ocupado		78,4	75,2	73,9	-4,5
Inativo		18,5	20,4	23,5	5,0
Total		100,0	100,0	100,0	-
Chefes residentes em localidades Do Interior		Próximo	nas etapas	migratórias	
Desocupado		9,2	9,7	5,9	-3,3
Ocupado		73,8	73,8	76,0	2,2
Inativo		17,0	16,5	18,1	1,1
Total		100,0	100,0	100,0	-
Chefes residentes em localidades da Periferia		Metropolitana	nas etapas	migratórias	
Desocupado		6,1	6,7	6,7	0,6
Ocupado		80,1	77,7	74,3	-5,8
Inativo		13,8	15,6	19,0	5,2
Total		100,0	100,0	100,0	-
Chefes residentes em localidades Núcleo		Metropolitano	nas etapas	migratórias	
Desocupado		11,3	11,0	7,4	-3,9
Ocupado		79,7	79,5	80,4	0,7
Inativo		9,0	9,6	12,2	3,2
Total		100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

Nota: " significa que a estimativa está sujeira a um erro amostral relativo muito grande, devido a rarefação da célula na tabela.

Ao final do período, por serem mais jovens, os migrantes exibiam taxas de atividade mais elevadas que os não migrantes, sobretudo no Núcleo Metropolitano e no Interior Próximo. Em todas as localidades de residência em 1993, com exceção do Litoral, os migrantes estavam sujeitos a um nível mais elevado de desocupação que os não migrantes, reflexo das dificuldades iniciais de adaptação já relatadas.

Tabela 30: Distribuição de chefes migrantes e não migrantes segundo condição de atividade e ocupação por local de residência em 1993  
Estado de São Paulo 1993

Condição de Atividade ou Ocupação	Local da residência em 1993					Total
	Interior Periférico	Litoral	Interior Próximo	Perif Metrop	Núcleo Metrop	
<b>Chefes migrantes</b>						
Desocupado	5,6	2,6	5,9	6,7	7,4	6,2
Ocupado	71,9	73,9	76,0	74,3	80,4	76,4
Inativo	22,6	23,5	18,1	19,0	12,2	17,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Chefes não migrantes</b>						
Desocupado	2,4	4,3	3,0	5,1	4,7	4,2
Ocupado	67,7	65,2	65,2	66,0	63,6	64,6
Inativo	29,9	30,5	31,8	28,8	31,7	31,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Chefes migrantes</b>						
	Taxas	padroniz.	p/ estrutura	etária		
Desocupado	5,7	2,7	6,0	6,6	6,6	6,2
Ocupado	75,0	76,9	77,9	72,8	76,8	76,4
Inativo	19,4	20,4	16,1	20,6	16,7	17,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Chefes não migrantes</b>						
	Taxas	padroniz.	p/ estrutura	etária		
Desocupado	2,5	5,7	3,2	6,1	5,5	4,8
Ocupado	80,0	76,5	76,4	75,5	76,2	76,6
Inativo	17,5	17,8	20,4	18,1	18,3	18,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

Nota: Padronização realizada segundo a estrutura etária do conjunto de migrantes.

### *As mudanças setoriais e posicionais*

A mobilidade dos migrantes pelos setores de atividade nas diversas regiões guardaram especificidades próprias em função da estrutura produtiva e da dinâmica econômica regional no período.

Assim, a chegada de fluxos de trabalhadores rurais em todas regiões ao longo dos treze anos contribuiu para aumento sistemático da parcela relativa de ocupados nas atividades terciárias. Aonde a conjuntura instável da década passada e os efeitos iniciais da Reestruturação Produtiva dos anos 90 se revelaram mais perversos, como no município de São Paulo e sua periferia industrializada, foram cada vez maiores as dificuldades de inserir-se - e manter-se - em postos de trabalho na Indústria. Nas localidades do interior do estado, ao contrário, o desempenho mais favorável do setor industrial e agro-industrial garantiu oportunidades de realização das trocas setoriais de mão de obra do primário ou terciário para o secundário. No Litoral, os setores Comércio e Prestação de Serviços ampliaram a participação para 70 % dos chefes ocupados, cifra significativamente maior que os já elevados 58% de migrantes então alocados neste setor em 1980.

Tabela 31: Distribuição dos chefes migrantes ocupados segundo setor de atividade por local de residência ao longo das etapas Estado de São Paulo 1980 - 1993

Sector de Atividade	Após 1a. mig	Após ult mig	1993	Não Migrantes	Diferença 1993 - 1a.
Chefes residentes em localidades fora do Estado					
Agropecuária	25,8	"	-	-	-
Ind. Transformação - total	9,0	"	-	-	-
Constr Civil e Serv Domésticos	17,4	"	-	-	-
Comércio e Prest Serviços	27,7	"	-	-	-
Serviços Sociais e Auxiliares	20,2	"	-	-	-
Total	100,0	-	-	-	-
Chefes residentes em localidades do Interior					
Agropecuária	20,6	18,5	17,8	16,5	-2,8
Ind. Transformação - total	11,5	10,5	10,7	12,7	-0,8
Constr Civil e Serv Domésticos	10,5	13,9	16,9	13,7	6,4
Comércio e Prest Serviços	33,4	32,8	29,0	28,5	-4,4
Serviços Sociais e Auxiliares	24,1	24,4	25,6	28,7	1,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Chefes residentes em localidades Do Litoral					
Agropecuária	0,9	0,9	0,7	2,0	-0,2
Ind. Transformação - total	14,8	13,2	8,8	14,3	-6,0
Constr Civil e Serv Domésticos	26,0	28,6	29,7	15,0	3,7
Comércio e Prest Serviços	31,4	34,7	35,4	31,5	4,0
Serviços Sociais e Auxiliares	26,9	22,7	25,3	37,2	-1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Chefes residentes em localidades Do Interior					
Agropecuária	14,6	14,2	8,4	6,6	-6,2
Ind. Transformação - total	26,4	23,9	25,7	31,3	-0,7
Constr Civil e Serv Domésticos	10,0	11,8	13,0	11,2	3,0
Comércio e Prest Serviços	25,3	25,8	29,2	28,0	3,9
Serviços Sociais e Auxiliares	23,8	24,3	23,7	22,9	-0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Chefes residentes em localidades da Periferia					
Agropecuária	4,7	3,3	2,9	1,5	-1,8
Ind. Transformação - total	26,3	26,6	28,4	27,9	2,1
Constr Civil e Serv Domésticos	15,4	19,2	13,9	13,7	-1,5
Comércio e Prest Serviços	26,6	28,5	33,0	32,2	6,4
Serviços Sociais e Auxiliares	27,0	22,4	21,8	24,8	-5,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Chefes residentes em localidades do Núcleo					
Agropecuária	2,1	2,2	1,4	0,5	-0,7
Ind. Transformação - total	36,7	31,9	24,5	28,1	-12,2
Constr Civil e Serv Domésticos	14,7	14,5	17,4	10,5	2,7
Comércio e Prest Serviços	27,5	29,6	31,0	34,8	3,5
Serviços Sociais e Auxiliares	19,0	21,8	25,7	26,2	6,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

Nota: " significa que a estimativa está sujeita a um erro amostral relativo muito grande, devido a rarefação da célula na tabela.

O padrão já descrito de trocas inter-setoriais - de transferência, em um primeiro momento, de trabalhadores da Agropecuária para atividades urbanas na Prestação de Serviços, Serviços Domésticos, Construção Civil e na própria Indústria, e depois, para setores

mais qualificados dos Serviços e para ramos mais modernos da Indústria- não foi integralmente válido para todas as regiões de destino. Rigorosamente, esse padrão aplicou-se ao caso dos migrantes que se deslocaram para o Interior Próximo, onde o dinamismo da criação de empregos permitiu a reprodução de tal mecanismo de ingresso e ascensão sócio-ocupacional no mercado de trabalho. No Interior Periférico a redução da participação da Agropecuária na estrutura ocupacional dos migrantes foi bem menos intensa, assim como o aumento das parcelas de trabalhadores na Indústria e em Serviços mais qualificados. Nesta região, as oportunidades de integração do trabalhador agrícola no mercado de trabalho urbano se deram através da Construção Civil e Serviços Domésticos. No Núcleo Metropolitano, o que se observou foi uma forte redução da participação de migrantes na Indústria (12 pontos percentuais a menos entre a primeira migração e 1993), com aumento das parcelas de todos os demais setores de atividades urbanas (Serviços Sociais e Auxiliares em especial). Enfim, a mobilidade setorial do migrante em cada contexto esteve condicionada às características da base produtiva regional e à natureza e ritmo da sua transformação estrutural.

Como era de se esperar pela intensidade das mudanças posicionais descritas anteriormente, as tendências gerais de diminuição da parcela de empregados com carteira e aumento das referentes a empregadores e autônomos se reproduzem pelas regiões. Como consequência da terciarização da estrutura produtiva ( que incluiu práticas de terceirização de mão de obra na Indústria) observou-se uma queda significativa da parcela de Empregados com carteira no Núcleo e Periferia Metropolitana. A elevada proporção de migrantes classificados como Empregadores e Autônomos nas localidades do Interior Periférico é, em parte, reflexo da importância das ocupações da Agropecuária entre os migrantes. No Litoral, o peso do setor terciário explica a elevada parcela de Autônomos e a comparativamente baixa incidência de relações assalariadas formalmente registradas.

Em síntese, a mobilidade ocupacional dos migrantes nas regiões de destino esteve condicionada, ademais dos efeitos conjunturais do emprego no país e no estado, às características específicas das estruturas ocupacionais e da dinâmica econômica regional. Se é fato que nas localidades mais industrializadas os migrantes se sujeitaram a riscos mais elevados de desocupação, foram nelas onde se abriram oportunidades ocupacionais mais qualificadas, na Indústria, nos Serviços Sociais e nos Serviços Auxiliares. No bojo da expansão destas atividades, para as quais afluíram um contingente de migrantes mais escolarizados, também foram criadas oportunidades de emprego no baixo terciário, garantindo a incorporação - e alguma mobilidade- de migrantes de baixa qualificação nos Serviços Domésticos e Prestação

de Serviços. Por outro lado, a dinâmica da Agro-indústria e Agropecuária em algumas áreas do Interior Periférico, bem como do Terciário e da Construção Civil no Litoral, permitiram integrar parcelas crescentes de migrantes provenientes da zona rural e de setores urbanos menos qualificados.

Tabela 32: Distribuição dos chefes migrantes ocupados segundo posição na ocupação/categoria do emprego por local de residência ao longo das etapas Estado de São Paulo 1980 - 1993

Posição na ocupação/	Após 1a.	Após ult	1993	Não	Diferença
<b>Chefes residentes em localidades</b>	<b>fora do Estado</b>	<b>de S.Paulo</b>	<b>nas etapas</b>	<b>migratórias</b>	
Autônomo	24,9	"	-	-	-
Empregado c/ cart.assinada.	36,2	"	-	-	-
Empregado s/ cart.assinada.	12,3	"	-	-	-
Empregado Setor públ/Estatal	13,1	"	-	-	-
Empregador	13,6	"	-	-	-
Outros	0,0	"	-	-	-
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Chefes residentes em localidades</b>	<b>do Interior</b>	<b>Periférico</b>	<b>nas etapas</b>	<b>migratórias</b>	
Autônomo	24,8	28,5	26,4	25,1	1,6
Empregado c/ cart.assinada.	33,3	35,9	33,4	34,0	0,1
Empregado s/ cart.assinada.	10,5	8,4	12,1	8,9	1,6
Empregado Setor públ/Estatal	13,3	13,3	12,8	17,6	-0,5
Empregador	17,7	13,4	15,3	14,3	-2,4
Outros	0,5	0,5	0,1	0,1	-0,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Chefes residentes em localidades</b>	<b>do Litoral</b>		<b>nas etapas</b>	<b>migratórias</b>	
Autônomo	25,2	22,7	30,5	25,5	5,3
Empregado c/ cart.assinada.	41,9	42,1	34,6	39,0	-7,3
Empregado s/ cart.assinada.	8,4	11,9	10,0	6,6	1,6
Empregado Setor públ/Estatal	15,2	13,9	12,9	19,9	-2,3
Empregador	8,8	8,4	11,9	9,0	3,1
Outros	0,6	1,1	0,3	0,0	-0,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Chefes residentes em localidades</b>	<b>Do Interior</b>	<b>Próximo</b>	<b>nas etapas</b>	<b>migratórias</b>	
Autônomo	17,3	20,1	19,4	21,9	2,1
Empregado c/ cart.assinada.	56,9	49,1	47,9	47,1	-9,0
Empregado s/ cart.assinada.	7,1	8,4	8,5	5,0	1,4
Empregado Setor públ/Estatal	10,9	14,2	13,1	12,6	2,2
Empregador	7,4	7,7	11,0	13,4	3,6
Outros	0,3	0,6	0,2	0,1	-0,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Chefes residentes em localidades</b>	<b>da Periferia</b>	<b>Metropolitana</b>	<b>nas etapas</b>	<b>migratórias</b>	
Autônomo	14,5	18,4	19,0	22,4	4,5
Empregado c/ cart.assinada.	65,0	61,5	51,7	43,1	-13,3
Empregado s/ cart.assinada.	2,9	2,1	6,3	6,5	3,4
Empregado Setor públ/Estatal	9,2	9,1	10,0	13,8	0,8
Empregador	8,3	8,9	12,4	13,7	4,1
Outros	0,2	0,0	0,6	0,5	0,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Chefes residentes em localidades</b>	<b>Núcleo</b>	<b>Metropolitano</b>	<b>nas etapas</b>	<b>migratórias</b>	
Autônomo	12,3	15,0	18,0	23,4	5,7
Empregado c/ cart.assinada.	72,9	66,2	52,5	44,5	-20,4
Empregado s/ cart.assinada.	4,7	4,3	7,9	6,6	3,2
Empregado Setor públ/Estatal	4,5	6,6	7,7	10,3	3,2
Empregador	4,7	7,3	13,4	15,1	8,7
Outros	1,0	0,5	0,5	0,1	-0,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: PRAD

Nota: " significa que a estimativa está sujeira a um erro amostral relativo muito grande, devido a rarefação da célula na tabela.

#### 4.4. INSERÇÃO OCUPACIONAL DOS MIGRANTES SEGUNDO TEMPO DE RESIDÊNCIA EM 1993

A análise da inserção ocupacional do migrante segundo coortes de tempo de residência têm sido a abordagem convencionalmente empregada para se estudar a mobilidade ocupacional do migrante na sociedade de destino. Tal fato decorre do tipo de informação levantada nas pesquisas, onde dados retrospectivos- quando existentes- se referem, em geral, à trajetória espacial do indivíduo em um momento do passado e não a sua condição ou posição ocupacional naquele momento. Ainda que a PRAD permitisse análises metodologicamente mais interessantes - como as apresentadas na seções precedentes - pareceu conveniente também reproduzir esse modelo mais convencional de estudo e testar a validade empírica, na PRAD, dos achados sistematicamente reportados sobre a progressiva inserção e adaptação do migrante no mercado de trabalho com aumento do tempo de residência e avaliar a posição relativa dos migrantes em relação aos não migrantes, se é que isso é possível.

Para tanto, definiu-se as coortes de tempo de residência conforme a periodização já apresentada: migrantes com tempo de residência até 2 anos, composto por chefes que chegaram mais recentemente, a partir de 1991 e permaneceram desde então no município de residência até a época da pesquisa; os migrantes com tempo de residência entre 3 a 6 anos, chegados entre 1987 e 1991; e os migrantes antigos, com 7 ou mais anos de residência, que migraram e fixaram residência no estado até 1986.

Tabela 33 : Informações básicas para análise dos chefes não migrantes e migrantes por tempo de residência  
Estado de São Paulo 1993

Informações básicas	Migrantes com tempo de residência			Não Migrantes	Total
	Até 2 anos	3 a 6 anos	7 a 13 anos		
Número de chefes na amostra	677	747	963	8.898	11.285
Chefes na população (tot.exp.)	277.962	309.013	408.130	4.835.322	5.830.427
Distribuição % chefes	4,7	5,3	7,0	83,0	100,0

Fonte: PRAD

##### *Caracterização sócio-demográfica dos migrantes*

Com relação às características sócio-demográficas vale apontar que a participação da chefia masculina decresce com o tempo de residência, passando de 87 % entre os migrantes mais novos para 84 % entre os mais antigos, cifra bastante próxima aos não migrantes (83 %). Como era de se esperar em função da inelasticidade do padrão etário da migração, quanto mais recente a migração, mais jovens são os migrantes.

Tabela 34 : Distribuição de chefes não migrantes e migrantes segundo características demográficas por tempo de residência Estado de São Paulo 1993

Característica demográfica do chefe	Migrantes com tempo de residência			Não Migrantes	Total
	Até 2 anos	3 a 6 anos	7 a 13 anos		
<b>Sexo</b>					
Masculino	86,5	84,5	84,4	83,2	83,5
Feminino	13,5	15,5	15,6	16,8	16,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Idade</b>					
28 a 34 anos	32,3	29,5	22,6	14,3	16,5
35 a 49 anos	43,4	46,6	49,8	37,2	38,9
50 + anos	24,3	23,9	27,6	48,5	44,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Idade média	42,4	42,3	44,4	50,0	48,9

Fonte: PRAD

Como já discutido no capítulo dois, o perfil de escolaridade dos migrantes “sobreviventes” melhora com o tempo de residência, aproximando-se do levantado para os não migrantes, característica que fica ainda mais evidente com a padronização das cifras. Note-se que o percentual de migrantes com curso superior completo manteve-se comparativamente alto em todas as coortes.

Tabela 35: Distribuição de chefes migrantes e não migrantes segundo nível de escolaridade por tempo de residência Estado de São Paulo 1993

Nível de Escolaridade	Migrantes com tempo de residência			Não Migrantes	Total
	Até 2 anos	3 a 6 anos	7 a 13 anos		
Sem instrução formal	7,6	6,9	5,9	7,4	7,3
1º grau incompleto	51,4	47,2	50,8	53,2	52,6
1º grau completo	13,8	16,7	17,1	16,1	16,2
2º grau completo	16,7	17,2	16,6	14,2	14,6
3º grau completo	10,5	12,0	9,6	9,1	9,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Proporções padronizadas pela estrutura etária					
Sem instrução formal	12,1	10,5	8,9	7,4	-
1º grau incompleto	53,3	50,2	52,4	53,2	-
1º grau completo	12,0	13,5	14,5	16,1	-
2º grau completo	13,0	14,9	14,2	14,2	-
3º grau completo	9,6	10,9	10,0	9,1	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

Nota: Padronização realizada segundo a estrutura etária dos não migrantes

### *Aspectos da mobilidade espacial*

A distribuição dos migrantes segundo origem por tempo de residência em 1993 sugere

que os fluxos do Nordeste e intrametropolitanos ganharam maior importância nos anos 90 que aqueles de natureza intraestadual e aqueles provenientes dos estados circunvizinhos, como já se havia adiantado anteriormente. Revela também que os migrantes provenientes do Interior fixaram-se mais cedo no município de destino atual, o que certamente garantiu-lhes maior tempo para adaptação e mobilidade ocupacional no mercado de trabalho.

Tabela 36 : Distribuição de chefes migrantes segundo localidade de residência em 1980 por tempo de residência no município atual Estado de São Paulo 1993

Localidade de residência em 1980	Migrantes com tempo de residência			Total
	Até 2 anos	3 a 6 anos	7 a 13 anos	
Nordeste	32,7	27,8	39,5	100,0
Estados Vizinhos	24,7	35,6	39,7	100,0
Interior Paulista	24,8	30,3	44,9	100,0
RMSP	29,6	30,6	39,8	100,0
Total	27,6	31,1	41,3	100,0

Fonte: PRAD

Trabalho figurava como motivo mais destacado para justificar a última mudança, diferentemente do que se apontou anteriormente com relação ao primeiro movimento migratório. Entre os que se residiam há menos tempo esse motivo era ainda mais importante, refletindo talvez as estratégias de procura de emprego face ao agravamento dos indicadores de desocupação na década de 90. A proeminência da migração familiar entre os migrantes mais recentes é resultado da predominância mais acentuada destes fluxos após 1986, como já assinalado.

Tabela 37 : Distribuição dos migrantes por motivo e arranjo acompanhante na última mudança declarados pelo chefe por tempo de residência Estado de São Paulo 1980-1993

Motivo ou Acompanhante na última mudança	Tempo de residência em 1993			Total
	0 a 2 anos	3 a 6 anos	7 a 13 anos	
<b>Motivo declarado</b>				
Trabalho	43,4	40,6	39,9	41,0
Relações familiares/interpess	24,2	28,6	34,9	30,0
Caract.localidade destino	26,1	24,6	22,4	24,2
Outros	6,3	6,2	2,8	4,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Arranjo acompanhante</b>				
Família	75,8	72,0	62,6	69,2
Parte da família	5,8	7,2	9,7	7,9
Outros (sozinho inclusive)	15,4	20,8	27,7	22,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

### *Evolução do nível de atividade e desocupação*

Pelo fato dos migrantes serem, no conjunto, mais novos que os não migrantes, as taxas de atividade e ocupação dos primeiros eram mais elevadas que as dos últimos. Enquanto que cerca de 31 % dos chefes não migrantes eram inativos, entre os migrantes a inatividade não ultrapassa 20% dos chefes; com relação a taxa de ocupação, enquanto 65 % dos não migrantes estavam ocupados, entre os migrantes este contingente totaliza de 72 a 80 % dos mesmos, dependendo do tempo de residência. Retirando-se os efeitos composicionais da idade sobre as taxas, através da padronização das mesmas pela estrutura etária dos não migrantes, estes diferenciais só se mantêm para os migrantes residentes há mais tempo (3 a 6 anos e 7 a 13 anos de residência)<sup>17</sup>. Assim, em geral, migrantes recentes estão mais sujeitos a desocupação e inatividade que outros chefes migrantes (ou não migrantes) da mesma faixa etária, reflexo das dificuldades iniciais de inserção laboral pelo desconhecimento do mercado de trabalho, dos critérios seletivos usados pelos empregadores, etc.

Tabela 38: Distribuição de chefes migrantes e não migrantes segundo condição de atividade ou ocupação por tempo de residência  
Estado de São Paulo 1993

Condição de Atividade ou Ocupação	Migrantes com tempo de residência			Não Migrantes	Total
	Até 2 anos	3 a 6 anos	7 a 13 anos		
Desocupados	9,2	5,1	4,8	4,2	4,5
Ocupados	71,6	79,7	77,2	64,6	66,6
Inativos	19,2	15,2	18,0	31,2	28,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Taxas padronizadas					
Desocupados	7,4	5,2	4,0	4,2	-
Ocupados	60,6	68,0	67,4	64,6	-
Inativos	32,0	26,8	28,6	31,2	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

Nota: Padronização pela estrutura etária dos chefes não migrantes

### *As mudanças setoriais e posicionais*

A análise da composição setorial da mão de obra ocupada em 1993 permite verificar que, com aumento do tempo de residência, há uma diminuição sistemática da importância da Agropecuária, Prestação de Serviços e sobretudo da Construção Civil e Serviços Domésticos como setores empregadores da mão de obra migrante. A participação da mão de obra no setor da Construção Civil que era de 16 % entre os migrantes recentes passou para 9% entre os migrantes antigos; nos Serviços Domésticos, a variação é também expressiva, passando de 7%

<sup>17</sup> Em função das pequenas diferenças de composição por sexo entre migrantes e não migrantes, dispensou-se a padronização por esta variável na análise dos dados.

para 4 % entre os mesmos grupos. Em contrapartida, os ramos mais complexos da Indústria de Transformação, os Serviços Sociais e Serviços Auxiliares da atividade econômica passaram a empregar parcelas crescentes de migrantes com aumento do tempo de residência. O que se passou neste último setor ilustra com clareza o processo de inserção ocupacional segundo coortes por tempo de residência: a parcela de mão de obra alocada nos Serviços Auxiliares entre os migrantes antigos (14%) era o dobro daquela apresentada pelos migrantes mais recentes (7%).

Como resultado destas tendências, o perfil setorial das ocupações exercidas pelos migrantes antigos tornou-se mais próximo ao dos não migrantes. Vale observar, contudo, que este processo “adaptativo” resultou de trocas inter-setoriais bastante dinâmicas entre 1980 e 1993, como se mostrou nas análises precedentes. Ao mesmo tempo em que migrantes conseguiam deixar ocupações mal qualificadas do setor Serviços e da Construção Civil, em direção para outras de maior qualificação (na Indústria, Serviços Sociais, etc), o baixo terciário urbano paulista constituía-se em importante porta de entrada dos trabalhadores vindos da Agropecuária e de outras regiões do país. Com aumento do tempo de permanência, o migrante passou a disputar, com desvantagens decrescentes, os postos de trabalho oferecidos no mercado de trabalho da região de residência, submetendo-se gradativamente aos mesmos fatores condicionantes da mobilidade ocupacional dos não migrantes. A mobilidade do migrante já inserido no mercado de trabalho paulista passou a ser determinada pelos mesmos fatores conjunturais e pela mesma a dinâmica setorial de criação de empregos que condicionavam a mobilidade ocupacional dos não migrantes.

Tabela 39: Distribuição de chefes migrantes e não migrantes ocupados segundo setor de atividade por tempo de residência  
Estado de São Paulo 1993

Setor de Atividade	Migrantes com tempo de residência			Não Migrantes	Total
	Até 2 anos	3 a 6 anos	7 a 13 anos		
Agropecuária	6,4	5,4	5,3	3,6	4,0
Ind. Transformação – ram coplx	11,4	16,6	15,4	17,3	16,8
Ind. Transformação – ram tradic	8,4	6,3	7,4	9,3	8,9
Construção Civil	16,2	10,9	9,0	8,0	8,7
Comércio	13,9	11,9	15,0	13,7	13,7
Prestação Serviços	18,1	16,3	15,6	17,2	17,1
Serv. Domésticos	6,7	5,8	4,2	3,5	3,9
Serv. Sociais	11,2	14,3	13,1	13,0	12,9
Serv. Auxiliares	7,4	11,9	13,6	13,1	12,8
Outras Atividades	0,3	0,6	1,4	1,3	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Distribuição % chefes	5,0	6,3	8,1	80,6	100,0

Fonte: PRAD

Esse mesmo resultado- melhoria da situação laboral do migrante “sobrevivente” com o tempo de residência- é percebido na análise da evolução do perfil da posição na ocupação/categoria do emprego do chefe: aumentaram as parcelas de migrantes empregados com carteira de trabalho assinada e na categoria de empregado do setor público/estatal, diminuindo a incidência da relação de trabalho não formalizada. A proporção de migrantes ocupados com carteira de trabalho assinada passou de 45 % para 48% dos mais recentes aos mais antigos. Entre estes dois grupos, a incidência de empregados sem carteira diminuiu de 12% para 7 %. Esta elevada incidência de mão de obra empregada sem carteira entre os migrantes recentes deve se explicar não apenas pelas dificuldades inerentes do migrante em seus primeiros momentos na sociedade destino, mas também os primeiros efeitos perversos da Reestruturação Produtiva em curso quando da realização da pesquisa. Para as demais posições ocupacionais, empregadores e autônomos, não há uma tendência clara definida com o tempo de residência, talvez por possíveis problemas classificatórios na aplicação dos conceitos. Observe-se, contudo, que tais categorias agregavam parcelas um pouco mais elevadas entre os não migrantes, o que pode ser debitado a um maior conhecimento das regras de funcionamento do mercado, bem como, possivelmente, do maior tempo para acumulação de capital para empreendimentos próprios.

Tabela 40 : Distribuição de chefes migrantes e não migrantes ocupados segundo posição na ocupação ou categoria do emprego por tempo de residência Estado de São Paulo 1993

Posição na ocupação/ Categoria do emprego	Migrantes com tempo de residência			Não Migrantes	Total
	Até 2 anos	3 a 6 anos	7 a 13 anos		
Autônomo	19,0	22,6	20,5	23,3	22,7
Empregado c/ cart.assinada.	45,4	46,8	48,1	43,6	44,3
Empregado s/ cart.assinada.	11,5	7,6	7,5	6,5	6,9
Emp. Setor Público/Estatal	9,4	11,2	11,0	12,3	12,0
Empregador	13,9	11,7	12,7	14,2	13,9
Não sabe	0,8	0,1	0,2	0,1	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

Sintetizando os resultados deste tópico, poderia se afirmar, como já largamente apontado na literatura, que o migrante “sobrevivente” tende a experimentar uma melhoria da sua inserção ocupacional com aumento do seu tempo de residência, aproximando-se da situação identificada para os não migrantes, seja ela analisada segundo a condição de atividade e de ocupação, o setor de atividade ou posição na ocupação. Comparativamente aos migrantes com curto período de residência, os migrantes mais antigos tendem a apresentar

taxas de atividade e de ocupação mais elevadas e maior participação na Indústria de Transformação, Serviços Sociais e Serviços Auxiliares em detrimento dos setores da Construção Civil, Prestação de Serviços, Serviços Domésticos e Agropecuária. Os migrantes mais antigos também tendem a apresentar relações de trabalho mais estáveis (empregados públicos) e formalizadas (empregados com carteira).

## 5. MOBILIDADE SOCIAL DOS CHEFES MIGRANTES ENTRE 1980 E 1993

As tendências descritas no capítulo anterior com relação ao comportamento das taxas de atividade, de desocupação, das trocas setoriais e posicionais do conjunto de chefes migrantes entre 1980 e 1993 não permitem uma avaliação conclusiva acerca do caráter ascendente ou não da mobilidade ocupacional dos mesmos. Se, de um lado, a forte redução do contingente de migrantes ocupados na Agropecuária e seu posterior engajamento em ocupações urbanas, formais e inclusive na Indústria permitiriam intuir um movimento sócio-ocupacional ascendente, por outro, a perda de participação das atividades industriais e do emprego formal entre os ocupados, assim como o aumento do nível de desocupação, especialmente no final do período, sugeririam um quadro diametralmente diferente.

Este capítulo centra-se, pois, na análise da natureza geral – ascendente ou não – da mobilidade ocupacional dos migrantes no período em análise, na forma apreendida pela escala sócio-ocupacional já apresentada, que agrega as ocupações declaradas pelos entrevistados em quatro grandes categorias, hierarquizadas segundo rendimentos auferidos e perfil médio de escolaridade de seus ocupantes. Através das seções procura-se avaliar como se processou a mobilidade sócio-ocupacional dos diversos tipos de migrantes – classificados segundo número de etapas e momento da mudança, origem, destino e tempo de residência – assim como também a importância de certos atributos sócio-demográficos – idade, sexo, escolaridade – na determinação da natureza da mobilidade do migrante no mercado de trabalho paulista.

A partir das possibilidades de análise longitudinal que a PRAD oferece, emprega-se três abordagens diferentes e complementares para responder a questão da natureza da mobilidade sócio-ocupacional do migrante no período, cada uma em uma seção específica. Na primeira seção estuda-se a evolução do perfil sócio-ocupacional dos chefes migrantes ocupados ao longo do período, isto é, analisa-se a mudança da distribuição de chefes pelas quatro categorias sócio-ocupacionais no período, considerando a população migrante ocupada em cada momento. Na seção seguinte investiga-se a questão da mobilidade sócio-ocupacional do migrante segundo a abordagem metodológica convencional dos estudos de Mobilidade Social, privilegiando, pois, a análise da mudança do *status* das ocupações exercidas pelos indivíduos ocupados no início e final do período em foco (1980 e 1993). Por fim, na terceira seção, incorpora-se ao estudo da mobilidade sócio-ocupacional, as transições “da” e “para” desocupação e inatividade do conjunto de chefes migrantes, de modo a buscar uma resposta mais compreensiva acerca do caráter ascendente ou não da mobilidade ocupacional do

migrante no mercado de trabalho paulista entre 1980 e 1993.

Nunca é demais lembrar que, tanto esta terceira abordagem metodológica, quanto as demais, só podem oferecer uma interpretação parcial do processo de mobilidade ocupacional do migrante, na medida em que o conjunto de indivíduos analisados refere-se àquele “sobrevivente” nas localidades entrevistadas em 1993 e não a uma amostra representativa das famílias que se deslocaram pelo território paulista ao longo do período em questão.

Antes de passar às análises propriamente ditas há, contudo, alguns aspectos importantes a comentar com relação ao posicionamento de certas categorias ocupacionais na escala sócio-ocupacional desenvolvida e sua utilização na interpretação da mobilidade ocupacional e social de migrantes.

### ***Considerações sobre o uso da escala sócio-ocupacional desenvolvida na análise da mobilidade sócio-ocupacional e social dos migrantes***

A primeira consideração importante refere-se a composição ocupacional do nível mais baixo da escala, no qual estão agrupadas ocupações da Agropecuária e ocupações urbanas de baixa qualificação. Em vários estudos sobre mobilidade social, as ocupações da Agropecuária são tomadas em estrato separado, inferior a qualquer outro, como na escala usada por Pastore (1979) para análise da mobilidade social dos anos 20 até 1973. Assim, toda mudança da zona rural para a zona urbana já significaria potencialmente uma mobilidade social ascendente para seu protagonista.

Tendo em vista o período e o universo de análise focado por Pastore, é bastante plausível admitir que a escala sócio-ocupacional devesse diferenciar as ocupações rurais de qualquer outra urbana, face as disparidades então existentes entre as mesmas em termos salariais ou qualquer outro atributo. Mas o que dizer de São Paulo, anos 80 ? Estariam os empregados dos *plantations* paulistas em situação sócio-ocupacional muito pior que os vendedores ambulantes, as empregadas domésticas ou os serventes de pedreiro na capital paulistana a ponto de serem classificados em nível diferentes em uma escala sócio-ocupacional agregada? Mas tal quadro se aplicaria aos demais migrantes que provêm de outras regiões do país, expulsos pelas dificuldades da vida rural no Nordeste e do próprio Sul-Sudeste ? Atribuir-lhes a mesma posição sócio-ocupacional que migrantes já inseridos, ainda que precariamente, no mercado de trabalho urbano paulista não levaria a uma subestimação da mobilidade no período ?

O agrário paulista vêm passando por transformações ocupacionais importantes, com diversificação das atividades desenvolvidas e maior formalização das relações de trabalho.

Além disso, boa parte dos trabalhadores rurais no estado residem na zona urbana e devem exercer atividades no baixo terciário urbano nos períodos de entre-safra. De fato, dados da PRAD apontam que cerca de 37 % dos trabalhadores rurais e de agricultores moravam na zona urbana no Estado. Como a demanda por trabalhadores agrícolas aumenta entre agosto e novembro (Graziano da Silva *et al.* 1996) - período que este que compreende os dois primeiros e principais meses de coleta de dados da PRAD- poderia se estar imputando uma condição de trabalhador rural para um indivíduo que passa a maior parte do tempo exercendo atividades urbanas.

Com todas as devidas ressalvas de comparabilidade, vale observar que na classificação ocupacional mais agregada da PCS francesa de 1982- "*Professions et Catégories Socioprofessionnelles*"- que reúne as ocupações do mercado de trabalho francês em seis categorias, o grupo de Trabalhadores rurais (*ouvriers agricoles*) figura na mesma classe que outros trabalhadores manuais de ocupações urbanas, diferentemente da situação verificada na classificação ocupacional anterior, de 1954, quando os trabalhadores agrícolas compunham uma classe específica na estrutura mais agregada (Desrosières & Thévenot 1996). Nas escalas mais simples e populares para análise da mobilidade social as ocupações agrícolas também acabam sendo agregadas junto às demais ocupações manuais não qualificadas (Hout 1983).

Na construção da escala preferiu-se incorrer na possibilidade de subestimar a mobilidade do que superestimá-la, ou melhor, seguindo a recomendação de Bianchi (1983), decidiu-se não imputar uma direção, ascendente ou descendente, a processos de mobilidade ocupacional rural-urbana, tratando-a, antes, como um processo de mobilidade horizontal<sup>1</sup>.

Uma discussão semelhante poderia ser conduzida com respeito ao segundo nível da escala sócio-ocupacional proposta. Afinal estão aí classificadas diversas ocupações da Indústria Tradicional (Alimentos, Têxtil, etc), assim como as do Comércio e dos Serviços. A Reestruturação Produtiva e seus desdobramentos sobre a "precarização" dos postos de trabalho - com a perda de ocupações industriais e "inchaço" do terciário - não seria captada, na sua totalidade, como fenômeno de mobilidade descendente na escala<sup>2</sup>. Por outro lado, cabe lembrar que a parcela da "precarização" devida a perda de postos de trabalho mais qualificados na Indústria (do complexo Metal-Mecânico, por exemplo) ou nos Serviços (como a de bancários) e a posterior dificuldade de absorção desses trabalhadores em ocupações com

---

<sup>1</sup> A eventual subestimação da mobilidade social seria de 54% dos migrantes da zona rural, que vieram do Nordeste e demais estados.

<sup>2</sup> Talvez, exatamente por estar se empregando dados relativos a 1993 já se tenha captado o efeito destas tendências sobre o *status* sócio-ocupacional das ocupações manuais da Indústria Tradicional (especialmente com relação ao rendimento médio).

“*status*” equivalente parece ser suscetível à captação pela escala como mobilidade descendente, já que as ocupações mais qualificadas da Indústria e dos Serviços estão classificadas no nível de *status* “Médio-alto”.

Outra questão a tratar diz respeito à validade de se usar uma escala empiricamente desenvolvida com dados de 1993 (do último trimestre, mais precisamente), para classificar as ocupações em todo o período em análise (de 1980 a 1993). Afinal, poderia se argumentar que as ocupações “perdem” ou “ganham” *status* - refletido pela renda ou escolaridade típica - ao longo do tempo. Há quatro fortes argumentos para defender a decisão aqui adotada. Do ponto de vista metodológico, usar escalas classificatórias diferentes ao longo do período criaria uma dificuldade adicional na interpretação da mobilidade, já que a mudança de um indivíduo de um nível para outro na escala poderia decorrer da reclassificação das ocupações, não de uma mobilidade vertical do indivíduo. Os outros três argumentos são de ordem pragmática: o intervalo de tempo (13 anos) parece curto para reclassificações ocupacionais sensíveis a uma escala de quatro níveis como a em questão; além disso, as reclassificações mais expressivas estariam se operando após 1990, com agudização da Reestruturação Produtiva; por fim, ainda que se quisesse desenvolver uma escala específica centrada em 1980 ou em qualquer outro momento, não se disporia dos dados necessários, já que a escolaridade e rendimentos só foram coletados para o momento vivenciado pelo indivíduo na época da pesquisa em 1993<sup>3</sup>.

Por fim, é importante registrar que, no caso da análise da mobilidade social dos migrantes, como os coeficientes de mobilidade dependem do número de níveis e da forma de agregação das ocupações nos níveis, os resultados advindos do uso da escala aqui desenvolvida não podem ser diretamente comparados com o apresentado por outros autores, ainda que se referissem ao mesmo período -1980 a 1993- e segmento populacional - chefes migrantes com 15 anos ou mais em 1980.

Tais considerações deixam transparecer, pois, o papel decisivo da escala sócio-ocupacional na estimativa do balanço final da mobilidade social dos migrantes no período em questão. A consistência metodológica de sua construção - que se procurou demonstrar no segundo capítulo - é o que se pode oferecer para garantir a validação externa para os resultados advindos de sua utilização.

---

<sup>3</sup> A menos que fosse possível empregar uma escala externa, solução descartada por problemas de compatibilização da classificação ocupacional da PRAD com outras, como discutido no capítulo dois.

## 5.1. A EVOLUÇÃO DO PERFIL SÓCIO-OCUPACIONAL DOS MIGRANTES OCUPADOS

Em 1980, cerca de um terço dos chefes migrantes ocupados estava classificado em ocupações de baixo *status* e 14% na de alto *status* sócio-ocupacional. Treze anos depois, as cifras correspondentes passariam para 30% e 17%, respectivamente, como resultado de melhoria gradativa do perfil sócio-ocupacional dos ocupados ao longo das etapas migratórias. Depois da última migração, com a permanência de parcela dos migrantes por mais tempo na localidade de destino, a mudança do perfil parece ter sido um pouco mais intensa. Ter migrado até 1986 parece ter garantido uma inserção sócio-ocupacional sistematicamente melhor em cada etapa, em função da conjuntura mais favorável do mercado de trabalho nos anos 80 (comparativamente a aquela do início da década de 90).

Tabela 1: Distribuição dos chefes migrantes ocupados segundo categorias sócio-ocupacionais ao longo das etapas migratórias Estado de São Paulo 1980 - 1993

Categoria sócio-ocupacional	1980	Após 1a. mig	Após ult mig	1993	Diferença 1993 - 1980
Baixo	33,1	32,4	31,3	29,6	-3,5
Médio-baixo	26,5	26,2	28,1	26,5	0,0
Médio-alto	26,0	27,4	26,3	27,4	1,4
Alto	14,4	14,0	14,3	16,5	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Chefes que empreenderam a 1a mud em 80-86					
Baixo	33,8	32,3	30,2	29,0	-4,7
Médio-baixo	25,9	26,6	29,0	26,0	0,0
Médio-alto	25,3	27,0	25,7	27,3	2,0
Alto	15,0	14,2	15,0	17,6	2,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Chefes que empreenderam a 1a mud em 97-93					
Baixo	32,4	32,7	33,0	30,5	-1,9
Médio-baixo	27,3	25,7	26,5	27,3	0,0
Médio-alto	26,9	28,0	27,3	27,6	0,7
Alto	13,4	13,6	13,2	14,6	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

A melhoria do perfil sócio-ocupacional do conjunto de migrantes ocupados no período deve-se, sobretudo, ao ingresso de jovens mais escolarizados no mercado de trabalho paulista. Afinal, entre os migrantes com idade entre 15 e 21 anos em 1980, a parcela de mão de obra alocada em ocupações de baixo *status* passou de 47% para 31 %, entre 1980 e 1993. Entre os migrantes com 1º Grau Completo (em 1993), houve uma diminuição de quatro pontos percentuais na categoria de ocupados em atividades de baixo *status* sócio-ocupacional ao longo dos treze anos em análise.

A melhoria deste perfil sócio-ocupacional só não foi maior por conta do ingresso crescente de mulheres migrantes no mercado de trabalho paulista, especialmente nos setores de serviços de baixa qualificação (Prestação de Serviços e Serviços Domésticos), como apontado no capítulo três. De fato, a parcela de mulheres classificadas em ocupações de baixo *status* aumentou de 38% para 48% ao longo dos treze anos em análise.

Tabela 2 : Distribuição dos chefes migrantes ocupados segundo categorias sócio-ocupacionais por atributos sócio-demográficos ao longo das etapas Estado de São Paulo 1980 - 1993

<b>Categoria sócio-ocupacional</b>	<b>1980</b>	<b>Após 1a. mig</b>	<b>Após ult mig</b>	<b>1993</b>	<b>Diferença 1993 - 1980</b>
<b>Chefes Homens</b>					
Baixo	32,6	30,7	29,2	27,5	-5,1
Médio-baixo	26,8	26,9	29,2	28,1	1,4
Médio-alto	25,5	27,8	26,5	26,7	1,2
Alto	15,1	14,6	15,1	17,7	2,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Chefes Mulheres</b>					
Baixo	38,1	48,3	49,4	47,7	9,7
Médio-baixo	24,2	20,3	18,6	12,7	-11,5
Médio-alto	29,7	23,5	24,7	33,6	3,9
Alto	8,0	7,9	7,4	6,0	-2,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Chefes com idade entre 15 a 21 anos em 1980</b>					
Baixo	47,2	32,8	33,6	30,5	-16,6
Médio-baixo	35,8	35,6	37,8	31,3	-4,4
Médio-alto	14,2	26,8	22,6	29,2	15,0
Alto	2,9	4,9	6,0	9,0	6,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Chefes com idade entre 22 a 36 anos em 1980</b>					
Baixo	31,8	32,3	30,1	27,3	-4,5
Médio-baixo	26,9	25,9	27,8	26,1	-0,8
Médio-alto	26,1	27,1	26,9	29,0	2,9
Alto	15,3	14,7	15,1	17,6	2,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Chefes com idade com 37 ou + anos em 1980</b>					
Baixo	33,3	32,9	33,2	35,9	2,6
Médio-baixo	23,9	24,6	26,0	25,4	1,5
Médio-alto	27,9	27,9	25,9	22,9	-5,0
Alto	15,0	14,6	14,8	15,9	0,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Chefes com 1o Grau incompleto em 1993</b>					
Baixo	46,9	48,1	48,2	47,1	0,3
Médio-baixo	30,5	29,6	31,7	29,0	-1,5
Médio-alto	20,1	20,4	18,8	21,1	1,0
Alto	2,5	2,0	1,4	2,8	0,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Chefes com 1o Grau Completo em 1993</b>					
Baixo	14,9	14,4	12,9	10,7	-4,2
Médio-baixo	21,2	22,2	24,1	23,9	2,7
Médio-alto	33,8	35,6	34,6	34,2	0,4
Alto	30,1	27,8	28,5	31,2	1,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: PRAD

### *Perfil sócio-ocupacional segundo momento e número de mudanças*

De modo geral, o perfil sócio-ocupacional de todos os tipos de migrantes- precursores, repetidos e tardios- melhorou ao longo do período, com redução da incidência de migrantes nas ocupações de baixo *status* e aumento da participação das ocupações de médio-alto e alto *status*. No entanto, para aqueles indivíduos que se deslocaram mais tarde, os migrantes tardios, as alterações do perfil são pouco expressivas, pelas dificuldades crescentes da conjuntura do emprego mais ao final do período e do menor tempo de residência. Esse último fator- tempo de residência- também explica a tendência observada das mudanças mais significativas do perfil se processarem, em geral, entre a última migração e o final do período, seja pela consequente “adaptação” de parte dos migrantes que continuavam residindo em São Paulo, seja pelo efeito subjacente à re-emigração dos menos aptos ou dispostos a se manter no mercado de trabalho paulista.

Tabela 3 : Distribuição dos chefes migrantes ocupados segundo categorias sócio-ocupacionais por momento e número de mudanças ao longo das etapas Estado de São Paulo 1980 - 1993

<b>Categoria sócio-ocupacional</b>	<b>1980</b>	<b>Após 1a. mig</b>	<b>Após ult mig</b>	<b>1993</b>	<b>Diferença 1993 - 1980</b>
Uma só mudança no período	80 a 86				
Baixo	34,1	32,2	32,2	28,8	-5,3
Médio-baixo	27,5	27,8	27,8	28,2	0,7
Médio-alto	25,9	27,2	27,2	26,5	0,6
Alto	12,5	12,8	12,8	16,5	4,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Duas ou mais mudanças com a prim.	80 a 86				
Baixo	33,2	32,4	27,8	28,9	-4,3
Médio-baixo	23,8	24,8	30,4	23,5	-0,3
Médio-alto	24,7	26,8	24,0	28,5	3,8
Alto	18,3	16,0	17,8	19,0	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Uma ou mais mudanças com a prim.	87 a 93				
Baixo	33,0	33,1	33,2	31,4	-1,6
Médio-baixo	27,1	25,7	26,4	26,8	-0,2
Médio-alto	26,5	27,6	27,2	27,3	0,7
Alto	13,4	13,6	13,2	14,5	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

Ao final do período, como resultado de configurações iniciais distintas e evoluções específicas no tempo, os perfis sócio-ocupacionais dos migrantes, classificados segundo momento e número de mudanças, apresentavam-se mais diferenciados que em 1980. De fato o cômputo de um índice médio de dissimilaridade entre os perfis sócio-ocupacionais revelou que a dissimilaridade aumentou de 1,74 para 2,30 entre 1980 e 1993, como resultado sobretudo

das diferenças entre as cifras relativas da categoria de *status* mais baixo<sup>4</sup>. Os migrantes repetidos apresentavam o melhor perfil sócio-ocupacional, tanto no início como no final do período, em função do nível médio de escolaridade mais elevado. Na comparação com os não migrantes a tendência mais clara que se pode inferir é que os repetidos são mais desiguais entre si que os não migrantes. As parcelas de ocupados nas duas posições extremas da escala são maiores que entre os não migrantes. Aspecto semelhante se pode observar entre os migrantes precusores, especialmente com base nas proporções padronizadas.

Tabela 4 : Distribuição dos chefes ocupados segundo categorias sócio-ocupacionais por *status* migratório e momento e número de mudanças Estado de São Paulo 1993

Categoria sócio-ocupacional	Momento da mudança e número etapas			Não Migrante
	1 mud 80-86	2+ mud 80-86	1+ mud 87-93	
Baixo	28,8	28,9	31,4	27,9
Médio-baixo	28,2	23,5	26,8	27,0
Médio-alto	26,5	28,5	27,3	28,5
Alto	16,5	19,0	14,5	16,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Proporções padronizadas				
Baixo	30,7	30,6	33,5	27,9
Médio-baixo	27,4	23,4	27,3	27,0
Médio-alto	24,5	28,9	25,3	28,5
Alto	17,5	17,1	14,0	16,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

Nota: Padronização pela estrutura etária dos não migrantes

### *Perfil sócio-ocupacional segundo origem dos migrantes*

Como resultado de distintos processos de mudanças de ocupações entre setores e categorias posicionais, os quatro grupos de migrantes segundo origem apresentaram padrões específicos de mobilidade sócio-ocupacional no período. Para boa parcela dos migrantes ocupados provenientes do Nordeste, a migração significou uma mobilidade ascendente na escala sócio-ocupacional, ainda que para a maioria deles a mudança tenha significado apenas uma troca de ocupações mal remuneradas da Agropecuária descapitalizada para o baixo terciário urbano. De fato, metade dos chefes provenientes do Nordeste se encontravam em ocupações de baixo *status* sócio-ocupacional em 1993, parcela inferior as 61% apurados em 1980. Por outro lado, houve uma ampliação expressiva do contingente de ocupados na categoria de *status* médio-alto entre a última etapa e 1993. Note-se, contudo que houve uma

<sup>4</sup> O Índice de Dissimilaridade de perfis sócio-ocupacionais foi definido como a média aritmética dos desvios-padrão de cada nível da escala, tomado nos grupos de migrantes.

perda na parcela de ocupados em posições de alto *status*, certamente pela diminuição expressiva de proprietários rurais e de outros negócios.

Tendências semelhantes de mobilidade ascendente nos estratos mais baixos e pequena diminuição da parcela de ocupados de alto *status* sócio-ocupacional se observa entre os migrantes originários dos Estados Vizinhos. O perfil sócio-ocupacional destes era, contudo, melhor, seja no ponto de partida, seja na chegada. Em 1993, cerca de 26 % dos ocupados provenientes dos Estados Vizinhos estavam em atividades de baixo *status* e 16 % na de alto *status*, enquanto que entre os migrantes do Nordeste, as proporções correspondentes eram de 51% e 2%, respectivamente.

Tabela 5 : Distribuição dos chefes migrantes ocupados segundo categoria sócio-ocupacional por local de residência em 1980 ao longo das etapas migratórias Estado de São Paulo 1980 - 1993

<b>Categoria sócio-ocupacional</b>	<b>1980</b>	<b>Após 1a. mig</b>	<b>Após ult mig</b>	<b>1993</b>	<b>Diferença 1993 - 1980</b>
<b>Chefes residentes em localidades do Nordeste</b>		<b>em 1980</b>			
Baixo	61,2	52,6	55,1	51,6	-9,6
Médio-baixo	26,6	39,4	38,2	27,5	0,9
Médio-alto	7,4	7,0	6,2	19,3	11,9
Alto	4,8	1,0	0,5	1,6	-3,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Chefes residentes em localidades dos Est vizinhos</b>		<b>em 1980</b>			
Baixo	37,4	35,3	30,9	26,1	-11,3
Médio-baixo	28,8	26,9	29,0	30,7	1,9
Médio-alto	16,7	21,1	22,5	26,9	10,2
Alto	17,1	16,7	17,6	16,3	-0,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Chefes residentes em localidades do Interior SP</b>		<b>em 1980</b>			
Baixo	42,8	37,5	37,2	37,3	-5,5
Médio-baixo	23,0	24,7	25,4	23,0	0,0
Médio-alto	20,8	24,4	24,4	22,7	1,9
Alto	13,4	13,4	13,0	17,0	3,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Chefes residentes em localidades da RMSP</b>		<b>em 1980</b>			
Baixo	18,9	23,0	21,4	19,6	0,7
Médio-baixo	28,1	24,0	27,4	27,1	-1,0
Médio-alto	36,8	36,6	33,9	33,3	-3,5
Alto	16,2	16,4	17,3	20,0	3,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: PRAD

A evolução do perfil sócio-ocupacional dos migrantes provenientes do Interior sugere que a mobilidade ocupacional parece ter sido de natureza mais marcadamente ascendente no conjunto: reduziu-se a parcela de mão de obra em ocupações de baixo *status* e ampliou-se a proporção dos ocupados em atividades de *status* mais elevados. Pela importância comparativamente maior de trabalhadores na Agropecuária, a mão de obra classificada em baixo nível sócio-ocupacional (37%) era maior que a de migrantes dos Estados Vizinhos em 1993.

O perfil sócio-ocupacional dos migrantes ocupados provenientes da RMSP foi o que menos apresentou alterações no período. Em que pese a perda de ocupações formais, assim como de postos de trabalho na Indústria e nos Serviços Auxiliares, as alterações nas posições sócio-ocupacionais apontadas pela escala empregada ao longo das etapas não indicam um quadro de mobilidade ocupacional descendente. Para alguns- provavelmente mais escolarizados- houve até alguma melhoria, mas não se trata de uma tendência generalizada.

A destinação urbana da grande maioria dos migrantes e seu posterior ingresso em atividades terciárias contribuiu para diminuição das diferenças observadas no perfil sócio-ocupacional dos quatro tipos de migrantes entre 1980 e 1993 (o índice de dissimilaridade passou de 9,5 para 7,9). Ainda assim, as parcelas de mão de obra alocadas nas categorias situadas no extremo da escala eram bastante diferentes entre os grupos. Para citar um exemplo, vale observar que enquanto entre os migrantes provenientes da RMSP, 20% ocupavam postos de trabalho de baixa qualificação, entre os migrantes nordestinos a cifra correspondente era mais do que o dobro (52%) em 1993.

Tabela 6 : Distribuição dos chefes ocupados segundo categoria sócio-ocupacional por *status* migratório e local de residência em 1980  
Estado de São Paulo 1993

Categoria sócio-ocupacional	Local de residência em 1980				RMSP	Não Migrante
	Nordeste	Est vizinhos	Inter SP			
Baixo	51,6	26,1	37,3	19,6	27,9	
Médio-baixo	27,5	30,7	23,0	27,1	27,0	
Médio-alto	19,3	26,9	22,7	33,3	28,5	
Alto	1,6	16,3	17,0	20,0	16,6	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Proporções padronizadas						
Baixo	50,2	28,9	39,5	22,8	27,9	
Médio-baixo	27,6	28,2	23,2	26,8	27,0	
Médio-alto	20,4	24,3	20,5	31,7	28,5	
Alto	1,8	18,5	16,9	18,6	16,6	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: PRAD

Nota: Padronização pela estrutura etária dos não migrantes

Comparativamente aos não migrantes, os chefes provenientes da RMSP apresentavam um perfil sócio-ocupacional melhor, mesmo considerando os efeitos de sua estrutura etária mais jovem. Esse resultado é consequência da participação mais elevada das ocupações agrícolas entre os não migrantes.

### *O perfil sócio-ocupacional segundo localidades de destino dos migrantes*

De modo geral, o perfil sócio-ocupacional dos migrantes foi melhorando ao longo das localidades de passagem e residência entre 1980 e 1993. Estas tendências são bastante nitidas nas localidades com estruturas ocupacionais mais complexas e diversificadas como no Núcleo Metropolitano e no Interior Próximo. Nestas regiões se observam diminuições sistemáticas das parcelas de mão de obra nos níveis mais baixos da escala e aumento correspondente nos níveis superiores, tornando os perfis sócio-ocupacionais dos migrantes residentes próximos aos identificados para os não migrantes. No Núcleo Metropolitano, o perfil sócio-ocupacional dos migrantes parecia ser, inclusive, melhor que o dos não migrantes.

No Interior Periférico e no Litoral as mudanças do perfil sócio-ocupacional também revelam uma tendência à melhoria ao longo do tempo, mais modesta que as das localidades acima citadas. Como consequência da estrutura produtiva baseada na Agropecuária ou Terciário, o perfil sócio-ocupacional dos migrantes residentes destas regiões era bastante marcado pelo peso das ocupações de baixo *status*, que chegavam a representar cerca de 41% da mão de obra ocupada em 1993 (em uma e noutra região).

Na Periferia Metropolitana a melhoria do perfil sócio-ocupacional dos migrantes se expressou através do aumento da participação relativa dos ocupados em atividades de *status* médio-baixo e médio-alto. Ao contrário do que se passou com o Núcleo Metropolitano, em que a perda de ocupações industriais foi acompanhada de alguma complexificação das ocupações de Serviços (Serviços Auxiliares etc), na Periferia a estrutura ocupacional continuou centrada na oferta de postos de média qualificação. Assim, não se teria aberto oportunidades ocupacionais em quantidade ou qualidade para viabilizar algum grau de mobilidade ocupacional ascendente para os migrantes que para lá se dirigiam.

Tabela 7: Distribuição dos chefes migrantes e não migrantes ocupados segundo categorias sócio-ocupacionais por local de residência ao longo das etapas migratórias  
Estado de São Paulo 1980 - 1993

Categoria sócio-ocupacional	Após 1a. mig	Após ult mig	1993	Não Migrantes	Diferença 1993 - 1ª mig
Chefes residentes em localidades fora do Estado de S. Paulo nas etapas migratórias					
Baixo	35,3	"	-		-
Médio-baixo	22,4	"	-		-
Médio-alto	26,6	"	-		-
Alto	15,7	"	-		-
Total	100,0	-	-		-
Chefes residentes em localidades do Interior Periférico nas etapas migratórias					
Baixo	42,6	42,1	40,7	40,3	-1,9
Médio-baixo	19,9	25,4	22,1	31,8	2,2
Médio-alto	26,3	22,9	24,4	18,6	-1,9
Alto	11,2	9,6	12,8	9,3	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Chefes residentes em localidades do Litoral nas etapas migratórias					
Baixo	39,6	41,2	40,6	34,5	1,0
Médio-baixo	25,2	27,8	22,6	24,2	-2,6
Médio-alto	21,9	20,5	20,2	28,0	-1,7
Alto	13,4	10,5	16,7	13,3	3,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Chefes residentes em localidades do Interior Próximo nas etapas migratórias					
Baixo	32,0	32,6	30,3	28,3	-1,7
Médio-baixo	27,9	27,8	27,4	27,8	-0,5
Médio-alto	27,0	24,5	23,6	28,6	-3,4
Alto	13,1	15,0	18,8	15,4	5,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Chefes residentes em localidades da Periferia Metropolitana nas etapas migratórias					
Baixo	31,1	31,1	26,8	25,4	-4,3
Médio-baixo	26,1	29,1	28,7	27,6	2,6
Médio-alto	30,8	28,7	33,8	33,8	3,0
Alto	12,1	11,2	10,7	13,2	-1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Chefes residentes em localidades do Núcleo Metropolitano nas etapas migratórias					
Baixo	25,4	23,3	23,3	25,4	-2,1
Médio-baixo	29,6	28,9	27,5	25,8	-2,1
Médio-alto	28,4	29,6	30,3	29,4	1,9
Alto	16,6	18,2	19,0	19,4	2,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

Nota: " significa que a estimativa está sujeita a um erro amostral relativo muito grande, devido a rarefação da célula na tabela.

### *A inserção sócio-ocupacional segundo tempo de residência*

Como era de se esperar pela regularidade dos resultados reportados neste tipo de análise de inserção ocupacional do migrante, observou-se uma melhoria da inserção sócio-ocupacional dos migrantes em 1993 com o tempo de residência, tendência esta que se tornou

mais evidente com a retirada dos efeitos composicionais da idade nas coortes de migrantes. Ao se analisar o perfil sócio-ocupacional dos migrantes recentes aos migrantes mais antigos pôde-se perceber a diminuição da participação de ocupados nos níveis mais baixos da escala sócio-ocupacional e o aumento equivalente das parcelas classificadas em ocupações de médio-alto e alto *status*.

Na comparação dos migrantes antigos com os não migrantes não se identificou uma tendência clara de superioridade de um ou outro perfil. Como já apontado, verificou-se que a heterogeneidade social entre os migrantes é maior que entre os não migrantes.

Tabela 8: Distribuição de chefes migrantes e não migrantes ocupados segundo categorias sócio-ocupacionais por tempo de residência Estado de São Paulo 1993

Categoria sócio-ocupacional	Migrantes com tempo de residência			Não Migrantes
	Até 2 anos	3 a 6 anos	7 a 13 anos	
Baixo	32,7	28,0	29,2	27,9
Médio-baixo	24,1	25,1	28,8	27,0
Médio-alto	26,3	29,9	26,2	28,5
Alto	16,9	17,0	15,8	16,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Proporções padronizadas				
Baixo	36,5	29,6	30,8	27,9
Médio-baixo	23,5	25,6	28,1	27,0
Médio-alto	24,5	28,9	24,6	28,5
Alto	15,5	15,9	16,5	16,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

Nota: Padronização pela estrutura etária dos chefes não-migrantes ocupados

A análise do comportamento dos rendimentos médios mensais do trabalho revela, em geral, melhoria dos níveis dos migrantes recentes para os migrantes mais antigos. A proporção dos chefes com rendimentos entre 0 a 2 salários mínimos caiu de 27 % para 22% entre os dois grupos de migrantes. Para as demais faixas de rendimento os comportamentos não eram tão claros, mas a análise do rendimento mediano, assim como das proporções padronizadas, permite inferir uma melhoria do padrão de rendimento com o tempo de residência dos sobreviventes. Outra tendência relevante, diz respeito a diminuição da desigualdade na percepção dos rendimentos com o tempo de residência. Entre os migrantes recentes, os 25% mais bem remunerados recebiam, pelo menos, 4,4 vezes a mais que os 25 % de menor rendimento; entre os migrantes antigos tal índice correspondia a 3,6 , cifra significativamente mais baixa, mas longe de representar um alento de alguma equanimidade social. A magnitude desta variação, em uma sociedade historicamente conhecida pela persistência de altos níveis de concentração de renda como a brasileira e a paulista, sugere que, mais do que produto da

convergência dos níveis médios de rendimentos entre os migrantes “sobreviventes” ao longo do tempo, a diminuição da desigualdade poderia ser debitada a evasão daqueles migrantes com maior dificuldade de “adaptação” na sociedade destino ou mesmo da existência entre os migrantes recentes de um contingente de ocupados altamente qualificados e móveis. No que refere aos diferenciais entre migrantes antigos e não migrantes, os resultados da tabela parecem apontar para um relativo empate quanto aos níveis médios de rendimento e do perfil distributivo.

Tabela 9: Distribuição de chefes migrantes e não migrantes ocupados segundo faixas de rendimento médio mensal por tempo de residência Estado de São Paulo 1993

Faixas de rendimento Médio mensal	Migrantes com tempo de residência			Não Migrantes	Total
	Até 2 anos	3 a 6 anos	7 a 13 anos		
0 a 2 Salários Mínimos	27,0	20,1	21,5	25,8	25,1
2 a 5 Salários Mínimos	36,9	38,3	34,2	32,3	33,1
5 a 10 Salários Mínimos	17,3	20,7	25,3	22,8	22,6
10 ou + Salários Mínimos	18,6	20,9	18,9	18,8	18,9
Sem Informação	0,2	0,0	0,1	0,3	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Renda mediana	3,18	3,74	3,74	3,74	3,73
Razão entre 3. e 1. quartil	4,4	4,2	3,6	3,8	3,8
Renda média	6,83	7,90	7,08	7,31	7,30
Indicadores padronizados					
0 a 2 Salários Mínimos	32,9	22,6	24,2	25,8	25,1
2 a 5 Salários Mínimos	34,5	37,7	32,9	32,3	33,1
5 a 10 Salários Mínimos	16,3	19,7	22,9	22,8	22,6
10 ou + Salários Mínimos	16,0	20,0	19,9	18,8	18,9
Sem Informação	0,3	0,0	0,1	0,3	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Renda média	6,35	7,71	7,10	7,31	7,30

Fonte: PRAD

Nota: Padronização pela estrutura etária dos chefes não migrantes

## 5.2. A MOBILIDADE SOCIAL DOS MIGRANTES OCUPADOS

A análise da evolução do perfil sócio-ocupacional dos ocupados ao longo do período apresentada na seção anterior parece indicar que, de modo geral, o conjunto de migrantes ocupados, conseguiu galgar posições crescentemente melhores no mercado de trabalho paulista entre 1980 e 1993, aproximando-se, em grau bastante variado segundo suas características, ao perfil sócio-ocupacional do não migrante. Parecem fortes as evidências de que aqueles que empreenderam a migração mais cedo na década passada, os mais jovens que conseguiram se empregar, os dotados de maior capital educacional, os migrantes provenientes do Nordeste ou aqueles que se dirigiram às localidades de maior dinamismo na criação de empregos ou oportunidades ocupacionais mais modernas tenham realizado um movimento sócio-ocupacional ascendente. A análise da evolução do perfil sócio-ocupacional de outros grupos sócio-demográficos de migrantes, como o de migrantes com idade adulta mais avançada e o das chefes mulheres, não aponta na mesma direção, ainda que nestes casos, os perfis acabassem um tanto influenciados pelas saídas de indivíduos para inatividade ou ingresso de pessoas anteriormente inativas, criando dificuldades adicionais na comparação longitudinal dos mesmos.

Nesta seção replica-se o esforço de entender a mobilidade sócio-ocupacional dos migrantes ocupados, em uma perspectiva ainda mais seletiva do ponto de vista do conjunto de migrantes analisados. Aqui se apresenta uma análise da mobilidade sócio-ocupacional dos indivíduos ocupados simultaneamente em 1980 e 1993, empregando um delineamento metodológico semelhante ao adotado em estudos de Mobilidade Social, como os desenvolvidos pioneiramente no país por Pastore (1979) e Valle Silva (1979,1981). Nesta estratégia metodológica privilegia-se a mudança do enquadramento sócio-ocupacional do migrante, comparativamente a sua própria situação anterior no momento de partida. Aqui é menos importante avaliar a proximidade do perfil sócio-ocupacional em relação ao do não migrante no final do período, e sim, a distância ou diferença desse perfil em relação aquele exibido em 1980.

### *Características gerais da mobilidade social entre 1980 e 1993*

As mudanças apontadas anteriormente com relação à estrutura setorial e posicional das ocupações determinaram um quadro de significativa mobilidade social dos chefes migrantes ao longo dos treze anos analisados, ainda que a maior parte deles tenha ficado, ao final, no mesmo

nível sócio-ocupacional prevalecente em 1980. Cerca de 42 % dos chefes apresentaram mudança de seu *status* sócio-ocupacional no período, cifra que parece ser expressivamente alta considerando a curta extensão do período analisado e do número de níveis da escala. Afinal, em que pese todas as limitações metodológicas de comparabilidade, vale lembrar que Pastore estimou a mobilidade intra-geracional no Brasil em 58,5%, com emprego de uma escala sócio-ocupacional bem mais sensível (6 níveis), cobrindo um histórico profissional muito mais extenso, das primeiras décadas deste século ao início dos 70. Mas diferentemente do padrão observado pelo referido autor em seu estudo, as cifras de mobilidade social aqui encontradas contemplam parcelas igualmente significativas de mobilidade ascendente e descendente. No balanço geral da mobilidade, 23% do total de chefes ascendeu socialmente entre 1980 e 1993, 19 % deles apresentou movimento contrário e cerca de 58 % dos chefes não mudou de *status* sócio-ocupacional no período.

Tabela 10: Matriz de mobilidade social dos chefes migrantes ocupados Estado de São Paulo 1980 - 1993

Categoria sócio-ocupacional em 1980	Categoria sócio-ocupacional em 1993				Total-1980
	Baixo	Méd-baixo	Méd-alto	Alto	
Totais absolutos					
Baixo	142.524	52.484	31.559	7.149	233.716
Médio-baixo	48.157	87.965	35.429	9.119	180.670
Médio-alto	15.843	34.232	97.529	21.953	169.557
Alto	1.937	14.849	16.424	72.941	106.151
Total - 1993	208.461	189.530	180.941	111.162	690.094
Em termos relativos					
Baixo	20,7	7,6	4,6	1,0	33,9
Médio-baixo	7,0	12,7	5,1	1,3	26,2
Médio-alto	2,3	5,0	14,1	3,2	24,6
Alto	0,3	2,2	2,4	10,6	15,4
Total - 1993	30,2	27,5	26,2	16,1	100,0

Fonte: PRAD

Ao longo dos treze anos, a mobilidade ascendente foi mais intensa na última etapa do período, depois do migrante fixar-se na sociedade de destino. Na primeira mudança 70% dos migrantes ocupados mantiveram-se na mesma posição sócio-ocupacional, e entre os móveis, o balanço foi ligeiramente descendente ( 16% dos migrantes vieram a ocupar postos de *status* mais baixo, enquanto 14% tiveram melhor sorte). As dificuldades iniciais de inserção no mercado de trabalho, assim como o risco maior de desocupação, acabaram obrigando uma parcela dos migrantes a aceitar emprego em ocupações menos qualificadas que a anteriormente exercida. Fixada a residência, com maior conhecimento adquirido do mercado de trabalho por parte do migrante e maior receptividade dos contratadores de mão de obra, uma parcela maior

de migrantes (19%) conseguiu mudar para ocupações de maior qualificação ou remuneração. Ainda assim, uma parcela de 12% dos migrantes não logrou recuperar o antigo *status* sócio-ocupacional, no que os primeiros sinais da Reestruturação Produtiva nos anos 90 certamente contribuíram.

Detendo-se sobre o comportamento observado entre os anos extremos do período, a mobilidade social parece ter sido mais intensa e positiva para aqueles que migraram até 1986. A mobilidade ascendente para este grupo de migrantes foi de 25%, cifra um pouco superior aos 23% do conjunto de migrantes em análise. Para aqueles que migraram mais tarde, pelo menor tempo que dispuseram para “se adaptar” na sociedade de destino, a mobilidade ascendente foi um pouco menor (20%).

Tabela 11: Mobilidade social dos migrantes por momento da mudança ao longo das etapas Estado de São Paulo 1980 - 1993

Natureza da Mobilidade Social	1980/ 1a. mig	ult.mig/ 1993	1980/ 1993
Mobilidade ascendente	14,4	18,5	22,8
Imobilidade	69,9	69,0	58,1
Mobilidade descendente	15,7	12,5	19,1
Total	100,0	100,0	100,0
Chefes que emprenderam a 1a mud entre 80-86			
Mobilidade ascendente	14,1	19,5	24,7
Imobilidade	70,6	67,6	54,8
Mobilidade descendente	15,3	12,9	20,5
Total	100,0	100,0	100,0
Chefes que emprenderam a 1a mud entre 87-93			
Mobilidade ascendente	14,9	16,9	20,0
Imobilidade	68,7	71,1	63,2
Mobilidade descendente	16,4	12,0	16,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: PRAD

A mobilidade social ao longo dos treze anos foi menor entre aqueles que estavam nos níveis extremos da escala em 1980. Cerca de 61 % dos chefes com baixo *status* sócio-ocupacional e 69% daqueles situados no nível mais alto da escala em 1980 estavam na mesma posição no final do período. Chefes situados em níveis sócio-ocupacionais intermediários em 1980, sujeitos às duas direções da mobilidade - ascendente ou descendente - apresentaram-se mais móveis que os demais. Em particular, chefes de *status* médio-baixo foram os que apresentaram maior coeficiente de mobilidade geral no período: um pouco mais da metade (52%) estava em uma posição sócio-ocupacional em 1993 diferente da que saíra em 1980.

O balanço ligeiramente positivo da mobilidade social no período decorre, em especial, da natureza do processo para aqueles situados nos níveis extremos da escala em 1980, já que o

padrão da mobilidade observada entre os chefes situados em níveis intermediários contribuiu mais para as cifras de mobilidade descendente. Dentre os chefes de *status* médio-baixo em 1980, 27% estavam em posição sócio-ocupacional ainda mais baixa em 1993, e um parcela um pouco menor (25%) havia ascendido no período. Entre os chefes situados no nível sócio-ocupacional médio-alto em 1980 a mobilidade foi marcadamente descendente: em 1993, 30% dos chefes estavam em posição inferior a de 1980 e somente 13% conseguiram ascender no período. Por outro lado, a elevada mobilidade ascendente dos chefes de baixo *status* (39%), combinada com o peso relativo deste grupo na estrutura ocupacional (cerca de um terço dos ocupados em 1980), além da comparativamente menor mobilidade descendente dos chefes de alto *status* (31%) acabaram definindo um saldo de mobilidade social positivo para o conjunto.

Tabela 12 : Coeficientes de mobilidade social segundo categoria sócio-ocupacional do chefe migrante ocupado em 1980  
Estado de São Paulo 1980 - 1993

Categoria sócio- ocupacional em 1980	Natureza da mobilidade			Total
	Mobil. ascendent	Mobil. descend.	Imobili- dade	
Baixo	39,0	-	61,0	100,0
Médio-baixo	24,6	26,7	48,7	100,0
Médio-alto	13,0	29,5	57,5	100,0
Alto	-	31,3	68,7	100,0
Total	22,8	19,1	58,1	100,0

Fonte: PRAD

A mobilidade ascendente na base da estrutura sócio-ocupacional deveu-se ao engajamento de uma parcela de antigos trabalhadores rurais e outros agricultores (parceiros etc) em ocupações na Construção Civil (como encanador, ladrilhador etc), nos Serviços de maior remuneração (segurança patrimonial, vigia etc) e em ocupações de baixa qualificação na Indústria. Também contribuíram para elevar as cifras de mobilidade ascendente, as transferências de empregados domésticos e outros trabalhadores urbanos de baixa qualificação para o Comércio.

Por forma de construção da escala sócio-ocupacional, a intensa transferência de trabalhadores rurais para ocupações urbanas de baixa qualificação não refletiu-se nas cifras de mobilidade, mas sim na de imobilidade social. Fossem os trabalhadores rurais considerados um estrato à parte, de *status* sócio-ocupacional ainda inferior ao das ocupações urbanas de baixa qualificação, os efeitos desta transferência aumentariam expressivamente a mobilidade ascendente geral do conjunto de migrantes, em detrimento da cifra de imobilidade. Afinal, como apresentado no capítulo três, da parcela de 19% de migrantes alocados em atividades

agropecuárias em 1980, menos de um quarto permanecia aí ocupado em 1993, isto é, cerca de 14 % dos migrantes deixaram a Agropecuária para exercer atividades urbanas, predominantemente no baixo terciário ou Construção Civil. Como a larga maioria da mão de obra agropecuária se compunha de trabalhadores rurais e parceiros/meeiros (89% da mão de obra no setor) e como os ingressos de mão de obra de outros setores para a Agropecuária foram muito reduzidos (menos de 2% dos migrantes ocupados em 1993), a consideração de um quinto estrato sócio-ocupacional faria com que o saldo final de mobilidade ascendente aumentasse de forma significativa entre 1980 e 1993, chegando a um valor estimado próximo a 30%<sup>5</sup>. Nesta situação hipotética, a mobilidade descendente passaria para 21% e os imóveis na escala, representariam 49% dos migrantes ocupados no período.

A mobilidade ascendente dos ocupados em atividades de *status* médio-baixo se deu, na maioria das vezes, através da abertura de um comércio próprio e, em alguns casos, aparentemente pela experiência adquirida no trabalho ou pela formação escolar ou técnica adicional, que permitisse ao migrante desempenhar atividades de maior responsabilidade ou atividades de escritório. Emblemáticos destes movimentos foram: a ascensão de vendedores no comércio para postos de chefia ou gerência, a mudança de operários em ocupações de baixa qualificação para postos de trabalho nos ramos mais complexos da Indústria, ou ainda a promoção de ocupados em serviços manuais para atividades de apoio administrativo (secretária etc). O descenso social dos migrantes ocupados em atividades de médio-baixo *status* em 1980 atingiu parcelas de diversas categorias ocupacionais aí classificadas, que passaram a ocupar postos de trabalho no baixo terciário urbano. Foi o caso, entre outros, dos trabalhadores da indústria tradicional e de pequenos proprietários rurais. Vale observar também que, embora não afetasse os coeficientes de mobilidade, houve movimentos de trocas significativos entre ocupados em serviços e no comércio ambulante no período.

Movimentos ascensionais de ocupados em atividades de apoio administrativo para ocupações de maior especialização técnica (de 2. Grau ou de nível superior) foram responsáveis pela pequena parcela de mobilidade ascendente observada entre os migrantes classificados no nível sócio-ocupacional médio-alto em 1980. Mas parcela expressiva destes trabalhadores de escritório não lograram sequer se manter na posição sócio-ocupacional de partida, passando a exercer ocupações de menor *status* no Comércio e Serviços. Engrossando as fileiras dos quase 30% de migrantes com ocupações de *status* médio-alto em 1980 que

---

<sup>5</sup> Esta estimativa foi obtida pela soma do coeficiente de mobilidade ascendente com o total de transferências de trabalhadores rurais, subtraído das trocas com o primeiro nível da escala e dos ingressos de mão de obra de outros setores para a Agropecuária.

fizeram movimento descendente na escala no período, estavam os operários ocupados na Indústria mais moderna em 1980. Em 1993, parte destes antigos operários haviam se tornado pequenos proprietários de negócios de serviços, ambulantes e em outras ocupações terciárias de menor qualificação.

Situação típica de descenso sócio-ocupacional entre os migrantes de mais alto *status* em 1980 foram as de técnicos de nível superior e outras ocupações técnicas que vieram a exercer atividades de professor ou no comércio, na condição de empregado ou proprietário. Diferentemente do observado nos estratos sócio-ocupacionais de *status* mais baixos, as trocas ocupacionais e setoriais - entre atividades no mesmo nível- foram bem menos expressivas.

Tais movimentos para cima ou para baixo na escala foram predominantemente de curta distância, como se pode notar pelo peso das diagonais secundárias adjacentes à diagonal principal na matriz de mobilidade (que reflete a imobilidade), replicando o padrão da mobilidade intra e intergeracional do país descrito por Pastore (1979) e por Valle Silva (1981). Dos indivíduos móveis, 72 % se deslocaram a posições adjacentes à diagonal principal, isto é, subiram ou desceram um degrau na escala sócio-ocupacional. Contudo, pelo curto espaço de tempo e amplitude da escala não deixa de ser surpreendente que entre os chefes de baixo *status* que ascenderam, 40% o fizeram além de um nível na escala. Também é digno de nota, o fato de que metade dos chefes migrantes de alto *status* em 1980 que desceram na escala no período, estavam ocupados em atividades de baixo e médio-baixo nível sócio-ocupacional em 1993.

Tabela 13: Destinação social dos chefes migrantes ocupados  
Estado de São Paulo 1980 - 1993

Categoria sócio- ocupacional em 1980	Categoria sócio-ocupacional em 1993				Total	Tot-1980
	Baixo	Méd-baixo	Méd-alto	Alto		
Baixo	61,0	22,5	13,5	3,1	100,0	33,9
Médio-baixo	26,7	48,7	19,6	5,0	100,0	26,2
Médio-alto	9,3	20,2	57,5	12,9	100,0	24,6
Alto	1,8	14,0	15,5	68,7	100,0	15,4
Total - 1993	30,2	27,5	26,2	16,1	100,0	100,0

Fonte: PRAD

Analisando a mobilidade social na perspectiva da constituição dos grupos sócio-ocupacionais de 1993 constatou-se a forte influência a situação social dos mesmos em 1980, especialmente nos estratos extremos. Cerca de 68% dos ocupados classificados no nível sócio-ocupacional mais baixo da escala em 1993, nele já se encontravam em 1980; cerca de dois terços dos situados em ocupações de Alto *status* aí se enquadrava em 1980. Como se vê, as desigualdades em termos de escolaridade ou qualificação profissional incidiram gravemente nas

possibilidades de ascensão ou de preservação do *status* anteriormente conquistado.

Tabela 14: Origem social dos chefes migrantes ao final do período  
Estado de São Paulo 1980 - 1993

Categoria sócio- ocupacional em 1980	Categoria sócio-ocupacional em 1993				Tot-1980
	Baixo	Méd-baixo	Méd-alto	Alto	
Baixo	68,4	27,7	17,4	6,4	33,9
Médio-baixo	23,1	46,4	19,6	8,2	26,2
Médio-alto	7,6	18,1	53,9	19,7	24,6
Alto	0,9	7,8	9,1	65,6	15,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total - 1993	30,2	27,5	26,2	16,1	100,0

Fonte: PRAD

A decomposição da mobilidade total (ascendente e descendente) observada no conjunto de migrantes ocupados em suas porções estrutural e circular- 4% e 38%, respectivamente- corrobora as expectativas de que o baixo dinamismo na criação de empregos urbanos- de baixa, média ou alta qualificação- da economia paulista no período teria limitado as possibilidades de ascensão social generalizada da mão de obra ocupada. Estes resultados indicam que a redução da parcela de postos de trabalho de qualificação mais baixa na base da estrutura ocupacional não foi acompanhada pela criação de novas oportunidades nos estratos mais elevados desta estrutura, implicando que, para ascensão sócio-ocupacional de um indivíduo, outro tivesse que descer em igual medida. Se para parcela dos trabalhadores rurais ainda havia como empregar-se (ou auto empregar-se) no urbano paulista, para aqueles aí residentes a disputa por ocupações de maior *status* se tornava cada vez mais acirrada, seja pela menor capacidade de criação de novos empregos na economia paulista, seja pelo corte de vagas induzido no bojo da reestruturação da estrutura produtiva nos anos 90. Ainda que se possa questionar a precisão dessas estimativas de mobilidade circular e estrutural pelo fato da população objeto não representar a totalidade do mercado de trabalho paulista, a ordem de grandeza desses coeficientes parece ser consistente com o comportamento do mercado de trabalho ao longo dos treze anos em análise<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Mobilidade circular e estrutural são propriedades de um mercado de trabalho regional, assumindo valores maiores ou menores conforme a dinâmica regional de criação de empregos ou complexificação da estrutura ocupacional.

### *Mobilidade social de grupos sócio-demográficos de migrantes*

A análise da mobilidade social de diversos subgrupos de migrantes, classificados de acordo com suas características sócio-demográficas, revela que os indivíduos que mais ascenderam sócio-ocupacionalmente foram chefes do sexo masculino, mais jovens, que migraram há mais tempo, com primeiro grau completo, que trabalhavam na Agropecuária em 1980, na condição de empregado sem carteira, tendo saído da zona rural em 1980, de municípios pequenos (até 20 mil habitantes), localizados, em geral, fora do estado de São Paulo, sobretudo no Nordeste, ou que residiam em cidades médias (de 250 mil a 500 mil habitantes), do Interior Próximo por ocasião da pesquisa. Em contrapartida, indivíduos que empreenderam a migração há menos tempo, com idade mais avançada (37 ou mais anos), que trabalhavam na Indústria ou no setor de Serviços Sociais/Administração Pública em 1980, provenientes de cidades de grande porte no próprio Estado de São Paulo e da RMSP sujeitaram-se a níveis mais elevados de imobilidade ou mesmo de mobilidade descendente.

Para entender estes níveis diferenciados de mobilidade social é preciso lembrar que, ademais de determinantes sociais específicos, as cifras de mobilidade dependem não apenas do volume de trocas sócio-ocupacionais entre o início e o final do período em análise, como também do *status* sócio-ocupacional inicial. Neste sentido, um grupo sócio-demográfico que partisse de uma posição sócio-ocupacional comparativamente mais elevada em 1980, estaria potencialmente com menores chances de apresentar altos coeficientes de mobilidade ascendente do que um grupo com *status* inicial mais baixo, já que o “espaço” disponível para subir na escala sócio-ocupacional seria menor (e possivelmente maior para descida).

Tal observação é importante para assinalar que um coeficiente de mobilidade social ascendente mais elevado não significa necessariamente um processo mais virtuoso de adaptação do migrante no mercado de trabalho da sociedade de destino. Para um migrante que partiu de uma posição sócio-ocupacional mais alta em 1980, conseguir manter-se em ocupações de mesmo *status* pode ser encarado como um processo adaptativo igualmente virtuoso. Um movimento descendencial na escala sócio-ocupacional, por outro lado, não poderia ser interpretado senão como uma pioria na forma de inserção do migrante no mercado de trabalho, comparativamente a uma posição social anterior.

Tabela 15: Coeficientes de mobilidade social de chefes migrantes segundo atributos sócio-demográficos, ocupacionais, origem ou localidade de residência Estado de São Paulo 1980 - 1993

Grupos de migrantes	Natureza da Mobilidade			Num. indiv. na amostra
	Ascendente	Descendente	Imobilidade	
Geral	23%	19%	58%	1.652
Homem	24%	18%	58%	1.521
Mulher	15%	28%	58%	131
Idade 15-21 em 80	31%	19%	50%	445
Idade 22-36 em 80	18%	19%	64%	761
Idade 37 + em 80	12%	24%	64%	447
Com 1.Grau incompleto	22%	19%	59%	887
Com 1.Grau completo	28%	18%	54%	281
Com 2.Grau completo	22%	20%	59%	483
Trab.setor Agropecuária em 80	36%	12%	52%	320
Trab.setor não Agropecuária 80	20%	21%	60%	1.332
Trab.setor Industria em 80	14%	30%	56%	402
Trab.setor Serv.Sociais 80	13%	15%	72%	164
Trab.setor Serv.Auxiliares 80	16%	24%	60%	150
Trab.set.Pr.Serv ou Comer 80	24%	17%	59%	766
Trab.set.Const.Civ/Ser.Dom 80	21%	7%	72%	172
Trab.Empregados sem cart 80	40%	8%	52%	124
Trab.Empregados com cart 80	22%	21%	57%	903
Trab.Autonomos em 80	27%	12%	62%	260
Com 1 mudança	24%	19%	58%	1.019
Com 2+ mudanças	21%	20%	59%	633
1a. mudança em 80-86	25%	20%	55%	990
1a. mudança em 87-93	20%	17%	63%	622
Ultima migração em 80-85	24%	19%	57%	548
Ultima migração em 86-89	23%	21%	56%	502
Ultima migração em 90-93	22%	17%	61%	595
Origem no NE em 80	26%	18%	57%	172
Origem nos Est.Vizinhos	27%	19%	54%	248
Origem no Interior SP	24%	18%	58%	516
Origem na RMSP em 80	19%	20%	61%	716
Saída da zn rur em 80	33%	14%	53%	291
Saída da zn urb em 80	21%	20%	59%	1.361
Saída de UF=SP em 80	21%	19%	59%	1.223
Saída UF=SP urb em 80	20%	20%	60%	1.090
Saída UF=SP rur em 80	33%	10%	57%	134
Saída (BR-SP) em 80	27%	19%	54%	429
Saída (BR-SP) urb	24%	20%	57%	271
Saída (BR-SP) rur	33%	17%	50%	158
Saída Cid < 20 mil	30%	9%	61%	182
Saída Cid 20-100mil	27%	21%	53%	270
Saída Cid 100-500mil	23%	20%	57%	353
Saída Cid > 500 mil	18%	21%	62%	702
Saída Mun SP em 80	17%	21%	62%	469
Local.res.Interior Perif 93	25%	18%	57%	235
Local.res.Litoral em 93	17%	25%	58%	151
Local.res.Litoral Prox 93	24%	17%	59%	422
Local.res.Perif.Metrop. 93	22%	18%	60%	286
Local.res.Núcleo Metrop. 93	23%	20%	57%	558
Resid. RMSP 93	23%	19%	58%	844
Resid. Sedes em 93	25%	17%	57%	459
Resid. Cid <50mil	25%	19%	57%	149
Resid. Cid 50-250mil	21%	20%	59%	541
Resid. Cid 250-500mil	26%	17%	57%	339
Resid. Cid 500-milhão	20%	24%	56%	251
Resid. Mun SP	24%	16%	60%	344

Fonte: PRAD

Neste sentido é um tanto surpreendente que o padrão de mobilidade social de mulheres fosse tão marcadamente descendente no período (28% de mobilidade descendente, contra 18% dos homens), se é que se pode conferir algum crédito às cifras de mobilidade deste segmento em função do erro amostral a que estão sujeitas (acima de 30%). Afinal, a década de 80 foi marcada por um ingresso crescente da mulher em diversas modalidades de trabalho, ainda que, ao longo do tempo, continuassem recebendo remuneração mais baixa e menores garantias trabalhistas que homens de mesmo nível de escolaridade e faixa etária (Bruschini & Lombardi 1998, Kon 1995, Costa 1996). Talvez as mulheres migrantes tenham encontrado dificuldades ainda maiores de inserção e progresso ocupacional que os homens, em função do ingresso acelerado de mulheres não migrantes no mercado de trabalho. De fato, como visto no capítulo três, não restaram muitas outras possibilidades de mobilidade ocupacional laboral para as chefes migrantes que não fossem dentro da Prestação de Serviços e Serviços Domésticos. A saída de mulheres para aposentadoria, possivelmente melhor posicionadas no mercado, também deve ter contribuído para a elevada cifra de mobilidade descendente das migrantes.

O fato de migrantes jovens (de 15 a 26 anos em 1980) apresentarem cifras mais elevadas de mobilidade ascendente que os adultos (29% contra 18% dos migrantes com idade entre 27 e 36 anos) é um resultado que se poderia esperar pelos achados sistematicamente reportados em estudos de Mobilidade Social (Pastore 1979). Jovens migrantes partem de níveis sócio-ocupacionais muito baixos, seja porque provêm de zonas rurais- onde são trabalhadores agrícolas, seja porque ingressam muito cedo no mercado de trabalho, sujeitando-se a atividades de baixa remuneração, ou ainda porque não acumularam experiência ou não dispõem da escolaridade requerida para o exercício de postos de trabalho mais qualificados. Com a migração para as áreas urbanas, ingresso na vida adulta ou maior conhecimento do mercado de trabalho e do mercado de bens e serviços, estes migrantes passam a encontrar perspectivas profissionais potencialmente maiores, que podem eventualmente significar a conquista de postos ocupacionais de maior *status*. Migrantes adultos em 1980 já estavam em um estágio mais adiantado neste processo de inserção no mercado de trabalho urbano, no qual possivelmente já haviam logrado ascender anteriormente, o que explica o coeficiente de imobilidade de 64%. Vale observar que cerca de 24% dos migrantes adultos com idade mais avançada (37 ou mais anos em 1980 ou, de forma equivalente, 50 ou mais anos em 1993), desceram na escala sócio-ocupacional, refletindo as dificuldades crescentes dos indivíduos manterem seu emprego e sua posição social no que até há pouco tempo atrás se constituía o auge da vida profissional.

Outro aspecto que ajuda a explicar as elevadas cifras de mobilidade ascendente dos mais jovens é o “credencialismo educacional” crescente do mercado de trabalho, que tende a criar obstáculos para contratação e ascensão profissional dos menos escolarizados. De fato, migrantes com 1o. Grau completo tiveram mais chances de ascender que aqueles que não dispunham desta credencial (28% contra 22% de mobilidade ascendente, respectivamente). Com a universalização do ensino básico nos anos 60-70, os indivíduos mais jovens tiveram potencialmente mais chances de acumular capital educacional que aqueles de gerações anteriores, o que pode lhes ter conferido diferenciais adicionais na disputa por vagas e promoções no mercado de trabalho. O fato de migrantes com 2. Grau Completo apresentarem mobilidade ascendente comparativamente menor (22%) se deve não só ao patamar mais elevado no ponto de partida, como também as dificuldades de manutenção do emprego de algumas categorias de médio *status* nos anos 80 (bancários, por exemplo) e anos 90 (média gerência, por exemplo).

A mobilidade ascendente comparativamente mais alta dos migrantes que trabalhavam na lavoura e pecuária em 1980 resulta certamente mais do baixo nível sócio-ocupacional no ponto de partida que um processo dinâmico de mobilidade ocupacional no mercado de trabalho urbano. Ainda assim é importante destacar que 36% dos ocupados na Agropecuária em 1980 estavam sócio-ocupacionalmente melhor posicionados no final do período, em postos de baixa qualificação na Indústria ou em setores um pouco mais qualificados dos Serviços. A chegada no mercado de trabalho paulista garantiu alguma possibilidade de ascensão mesmo para os trabalhadores rurais com idade mais avançada (e possivelmente menos escolarizados).

A elevada cifra de mobilidade ascendente (40%) dos empregados sem carteira e dos Trabalhadores autônomos (27%) no período é, em boa medida, a contra-face desta mobilidade observada entre os trabalhadores rurais, que, em suas trajetórias ocupacionais no urbano, conseguiram, de maneira crescente, ocupar postos no mercado de trabalho formal ou acumular capital próprio para abrir negócio próprio.

A mobilidade social dos trabalhadores da Indústria não foi, nem de perto semelhante à dos trabalhadores rurais : embora gozassem de posições sócio-ocupacionais mais elevadas no início, os constrangimentos do mercado de trabalho metropolitano não lhes permitiram manter-se no setor, obrigando-os a se empregar em ocupações de mais baixo *status*, no Comércio e Serviços. De fato, 30% dos ocupados na Indústria em 1980 estavam ocupados em postos de mais baixo *status* em 1993. O enxugamento do setor bancário a partir da segunda metade dos anos 80 deve explicar a natureza mais marcadamente descensional da mobilidade social dos

ocupados nos Serviços Auxiliares em 1980. Afinal, treze anos depois, 24% deles haviam perdido sua posição sócio-ocupacional anterior.

Ocupados do setor de Serviços Sociais e em Construção Civil/Serviços Domésticos foram aqueles com mais alto coeficiente de imobilidade social (em ambos os casos, 72%). No primeiro caso, este padrão de imobilidade seria, em algum sentido, esperada pela baixa mobilidade setorial dos ocupados em Serviços Sociais, já apontada anteriormente. Entre os trabalhadores da Construção Civil e Serviços Domésticos em 1980, a elevada imobilidade estaria refletindo as dificuldades de ascensão profissional dos indivíduos de baixa qualificação. Observe-se, contudo, que cerca de 21% deles conseguiram ascender sócio-ocupacionalmente e apenas 7% desceram na escala.

Ter migrado há mais tempo significou chances maiores de mobilidade social ascendente para o migrante identificado na pesquisa, seja pelos efeitos diretos decorrentes do maior conhecimento do mercado, seja pelos subjacentes da evasão seletiva. Migração mais tardia significou em geral maiores cifras de imobilidade no período. Ter migrado apenas uma vez, ao garantir tempo médio maior na sociedade de destino, naturalmente refletiu-se no aumento das chances de mobilidade social ascendente.

Migrantes provenientes do Nordeste e Estados Vizinhos, assim como daqueles que saíram da zona rural e pequenas cidades em 1980, apresentaram mobilidade ascendente comparativamente mais elevada, fato decorrente, sem dúvida, das características da mobilidade de trabalhadores rurais, dos empregados sem carteira e autônomos no período, dada a incidência destes grupos na estrutura ocupacional dos migrantes na zona de origem. Cerca de um terço dos migrantes oriundos da zona rural, de fora ou dentro do estado, ascenderam sócio-ocupacionalmente no período.

Migrantes da RMSP caracterizaram-se por cifras mais modestas de mobilidade ascendente (19%), assim como uma imobilidade social mais elevada no período (61%), tendências influenciadas pelo movimento sócio-ocupacional pouco virtuoso dos operários industriais no período, assim como da elevada imobilidade de trabalhadores dos Serviços Sociais e da posição social mais elevada, em média, no ponto de partida. Dado o peso da migração intrametropolitana, esse desempenho se refletiu sobre as estatísticas de mobilidade para os migrantes residentes no Núcleo e na Periferia Metropolitana. Observe-se, contudo, que para aqueles migrantes que residiam no próprio Município de São Paulo em 1993 o balanço geral da mobilidade foi bem melhor.

Pelo fato de compor-se de uma parcela não desprezível de trabalhadores rurais,

provenientes de pequenos municípios e pelo fato de dirigir-se, em boa medida, para cidades de porte médio-grande do Estado o conjunto de migrantes originários do Interior Paulista acabou apresentando cifras de mobilidade ascendente mais elevadas que os provenientes da RMSP. O dinamismo econômico no Interior Próximo e no Interior Periférico ao longo do período em análise parece ter criado condições mais propícias - oportunidades de emprego, em quantidade e qualidade, por exemplo - para a mobilidade sócio-ocupacional dos migrantes que para lá se dirigiam.

A performance sócio-ocupacional dos migrantes que se dirigiram ao Litoral não foi das melhores, reflexo possível das dificuldades de mobilidade social em um mercado de trabalho que, embora dinâmico na criação de postos de trabalho na Construção Civil e Serviços, não garantiu diversidade e oportunidades ocupacionais de melhor qualificação profissional.

### 5.3. MOBILIDADE SOCIAL, DESOCUPAÇÃO E INATIVIDADE DOS MIGRANTES

Nas duas seções precedentes a análise da mobilidade sócio-ocupacional realizada privilegiou o conjunto dos migrantes ocupados ao longo- ou nos extremos- do período de 1980 a 1993. De modo geral, analisando a evolução do perfil sócio-ocupacional dos ocupados a cada momento (como na primeira seção) ou a inserção sócio-ocupacional em 1993 comparada com a de 1980 (segunda seção), verificou-se que uma parcela significativa de ocupados conseguir se colocar no mercado de trabalho em postos de trabalho de melhor qualificação profissional ou remuneração no período, ainda que a grande maioria permanecesse em ocupações de igual nível de *status*. Verificou-se também que uma parcela significativa dos ocupados em postos de trabalho de baixo *status* conseguiu se inserir em ocupações de melhor qualificação ou remuneração.

Em uma perspectiva mais abrangente de mobilidade social, esses resultados precisariam ser relativizados. Afinal, como se apontou em análise da evolução da condição de ocupação e atividade no capítulo três, as taxas de desocupação e inatividade aumentaram no período, especialmente para ocupados de menor escolaridade e/ou *status* sócio-ocupacional. Assim, se é fato que diminuiu a parcela de ocupados de baixa qualificação dentre os migrantes ocupados, aumentou, em contrapartida, a incidência deles no contingente de mão de obra em desocupação.

Além disso, a melhoria do perfil ocupacional no período- revelado pelo aumento das parcelas de ocupados nos dois níveis mais elevados da escala- poderia decorrer de se estar considerando na análise apenas os migrantes “sobreviventes” à época da pesquisa. Fossem considerados aqueles migrantes que acabaram saindo do estado antes de 1993, pelas dificuldades de se inserir ou ascender no mercado de trabalho paulista no período- por baixa escolaridade ou qualificação, por exemplo- a evolução do perfil sócio-ocupacional poderia ser diferente, e indicar um quadro de maior imobilidade ou inserção ocupacional menos positivo. Somando-se a isto, o aumento da desocupação e inatividade no período pode ter tornado o conjunto dos migrantes ocupados ainda mais seletivo, reunindo aqueles indivíduos com maiores recursos ou capital humano frente aos demais e, portanto, com maiores chances de mobilidade sócio-ocupacional ascendente na sociedade de destino.

Parte destas limitações podem ser contornadas com a consideração das transições para a inatividade e desocupação daqueles migrantes ocupados em 1980, assim como a análise da trajetória ocupacional dos indivíduos que estavam inativos ou desocupados no início do

período. É nesta perspectiva que se apresenta esta seção.

### *A mobilidade social dos ocupados e as transições para desocupação e inatividade*

Analisando as mudanças ocupacionais do migrante em uma perspectiva mais ampla, pode-se observar que os ocupados estiveram sujeitos a níveis crescentes de mobilidade, não apenas para ocupações situadas mais acima ou mais abaixo na escala sócio-ocupacional, mas também em direção à inatividade e desocupação. Ao final do período menos da metade (46%) dos antigos ocupados haviam se mantido em postos de trabalho de mesmo *status* ou qualificação que as anteriormente desempenhadas em 1980.

A transição para inatividade envolveu um contingente crescente de migrantes, em geral, migrantes mais velhos, que se retiraram do mercado de trabalho para a aposentadoria. Outra parcela expressiva de ocupados acabou engrossando as fileiras de desocupados ao longo do período, que representavam, no final do período, 7% do conjunto dos migrantes ocupados em 1980. Refletindo as tendências e características já apontadas quando da análise da mobilidade sócio-ocupacional dos ocupados na seção anterior, em 1993, cerca de 18% dos ocupados em 1980 haviam conseguido se inserir em postos de trabalho de *status* mais altos que os anteriormente exercidos e parcela um pouco menor (13%) acabaram ocupando postos de pior remuneração ou qualificação.

Tabela 16: Mobilidade social, desocupação e inatividade dos chefes migrantes ocupados em 1980 ao longo das etapas Estado de São Paulo 1980 - 1993

Condição de Atividade, Ocupação ou Mobilidade	1980	Após 1a. mig	Após ult mig	1993	Diferença 1993 - 1a. mig
Desocupado	-	8,0	8,8	6,7	-1,3
Descenso	-	13,1	13,4	15,1	2,0
Imóvel	100,0	58,1	55,7	46,0	-12,1
Ascensão	-	12,0	12,7	18,1	6,1
Inativo	-	8,9	9,5	14,2	5,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

Em uma perspectiva mais abrangente de mobilidade social, em que a transição para desocupação fosse considerada um movimento descendente na escala sócio-ocupacional, o balanço final da mobilidade seria, ao contrário do apontado em análises anteriores, marcadamente descensional<sup>7</sup>. Afinal, em todas etapas migratórias, a parcela conjunta de

<sup>7</sup> Naturalmente que, ao realizar-se tal operação, supõe-se que a condição de desocupação configura uma situação pior que a de qualquer outro ocupado, o que na realidade não parece ser um suposto incorreto para a grande maioria da mão de obra paulista, na conjuntura crescentemente complicada do emprego nos anos 90 e nos moldes restritos da proteção social ao trabalhador no Brasil.

desocupados e ocupados descendentes superaram, com certa folga, os ocupados ascendentes. Em 1993, em que pese o aumento do contingente de ocupados que lograram subir na escala, os descendentes e desocupados constituíam uma parcela cinco pontos percentuais maior (22% contra 18%). Se o ingresso na inatividade pudesse ser interpretada como um movimento também descensional da posição social do indivíduo, seja pelo nível médio de remuneração das aposentadorias, seja pela inatividade causada pelo desalento na procura de trabalho, o balanço geral da mobilidade social seria ainda pior<sup>8</sup>.

Reinterpretando a mobilidade social frente a esses comportamentos da desocupação e da inatividade no período, o balanço geral da mobilidade de cada grupo sócio-ocupacional de migrantes passaria a ser francamente negativo, com exceção do primeiro- de ocupados em postos de baixa qualificação ou remuneração em 1980. Em todos os demais, as parcelas de descendentes tornariam-se ainda maiores em relação a aqueles que lograram ascender para ocupações mais qualificadas. Afinal, partindo de níveis diferenciados de população inativa, as taxas de inatividade aumentaram de 4 a 6 pontos percentuais entre os diversos grupo sócio-ocupacionais de 1980, chegando a níveis no intervalo de 11% (grupo sócio-ocupacional de médio-alto *status*) a 18% (alto *status*) em 1993. Com relação às taxas de desocupação, ao longo da trajetória migratória, de modo geral, o nível das taxas de desocupação guardaram uma relação inversa com a posição sócio-ocupacional dos migrantes: mais baixo o *status*, mais elevadas as taxas. Por fim, a transição dos ocupados pelas categorias sócio-ocupacionais nada mais refletem que as tendências já descritas anteriormente, ainda que em níveis um pouco mais baixos: menor mobilidade dos grupos situados nos extremos da escala e mobilidade sócio-ocupacional descendente dos grupos de *status* médio.

---

<sup>8</sup> Em estudos de Mobilidade Social costuma-se tomar como referência a última ocupação exercida pelos ingressantes na inatividade a fim de incorporá-los na análise.

Tabela 17: Mobilidade social, desocupação e inatividade dos chefes migrantes ocupados por categoria sócio-ocupacional em 1980 ao longo das etapas Estado de São Paulo 1980 - 1993

Condição de Atividade, Ocupação ou Mobilidade	1980	Após 1a. mig	Após ult mig	1993	Diferença 1993 - 1a.mig
<i>Chefes com ocupações de status</i>	Baixo	em 1980			
Desocupado	-	11,3	11,5	6,7	-4,6
Imóvel	100,0	60,5	56,6	48,8	-11,7
Ascensão	-	21,2	23,5	31,2	10,0
Inativos	-	7,0	8,4	13,3	6,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
<i>Chefes com ocupações de status</i>	Médio-baixo	em 1980			
Desocupado	-	9,2	9,2	8,1	-1,1
Descenso	-	18,5	17,7	20,9	2,4
Imóvel	100,0	49,7	51,5	38,2	-11,5
Ascensão	-	13,5	12,7	19,4	5,9
Inativo	-	9,1	8,9	13,4	4,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
<i>Chefes com ocupações de status</i>	Médio-alto	em 1980			
Desocupado	-	4,8	7,3	6,5	1,8
Descenso	-	19,0	20,1	22,3	3,3
Imóvel	100,0	58,7	53,5	43,4	-15,4
Ascensão	-	5,1	5,7	9,8	4,7
Inativo	-	12,5	13,4	18,1	5,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
<i>Chefes com ocupações de status</i>	Alto	em 1980			
Desocupado	-	3,9	4,2	4,2	0,3
Descenso	-	22,9	24,7	26,6	3,7
Imóvel	100,0	66,6	65,1	58,4	-8,2
Inativo	-	6,6	6,0	10,9	4,3
Total		100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

### *A mobilidade social dos desocupados e inativos*

Se é fato que, em uma perspectiva analítica mais abrangente da mobilidade social é necessário tomar em conta as baixas de ocupados para desocupação e inatividade, por outro lado, também é preciso incorporar na avaliação geral do processo a trajetória ocupacional de desocupados e inativos no espectro de ocupações. Se, de um lado, aumentaram as possibilidades de movimentos descensionais de ocupados, em contrapartida, poderiam aumentar as possibilidades de ascensão social de desocupados e inativos por desalento.

Considerando a transição de desocupados em 1980 para a de ocupados em 1993, contudo, o padrão de mobilidade descendente há pouco descrito não se alteraria, já que estes desocupados representavam menos que 1% dos migrantes naquele momento. Vale notar, contudo, que a larga maioria deles acabou se incorporando de forma gradativa na força de trabalho ocupada em 1993, sobretudo em ocupações de baixo nível sócio-ocupacional. Mas o

risco ao desemprego em 1993 destes migrantes desocupados em 1980 (ou na primeira migração se se preferir), persistia consideravelmente maior que para aqueles que partiram na condição de ocupados, tendência esta, aliás, já apontada no capítulo três.

Entre os inativos em 1980, os níveis de atividade cresceram substancialmente no período, pelo ingresso sistemático de jovens e mulheres migrantes no mercado de trabalho. Pouco mais da metade dos inativos em 1980 já havia se inserido no mercado de trabalho em 1993. Os níveis de desocupação dos inativos em 1980 mantiveram-se elevados nas etapas migratórias, reduzindo-se fortemente ao final. Na primeira migração havia um desocupado para cada seis ocupados; em 1993, tal relação passou para 1:60. Também ao final delineou-se um quadro mais positivo da inserção sócio-ocupacional dos inativos, já que mais da metade dos ocupados vieram a ocupar postos de *status* médio-alto e alto. A incorporação de inativos de maior escolaridade no final do período, assim como o maior conhecimento do mercado de trabalho daqueles já inseridos, poderiam explicar esta tendência.

Tabela 18: Mobilidade social, desocupação e inatividade dos chefes migrantes desocupados ou inativos  
Estado de São Paulo 1980 - 1993

Condição de Atividade, Ocupação ou Mobilidade	1980	Após 1a. mig	Após ult mig	1993	Diferença 1993 - 1a.mig
<b>Chefes desocupados em 1980</b>					
Desocupado	100,0	55,3	58,4	17,4	-37,9
Ocup. niv. baixo/médio-baixo	-	39,7	35,2	50,4	10,7
Ocup. niv. alto/médio-alto	-	5,0	6,4	21,5	16,5
Inativo	-	0,0	0,0	10,7	10,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-
<b>Chefes desocupados na 1a. mig</b>					
Desocupado	-	100,0	73,8	18,2	-81,8
Ocup. niv. baixo/médio-baixo	-	-	14,4	64,2	64,2
Ocup. niv. alto/médio-alto	-	-	6,7	13,9	13,9
Inativo	-	-	5,1	3,6	3,6
Total	-	100,0	100,0	100,0	-
<b>Chefes inativos em 1980</b>					
Desocupado	-	4,8	5,1	1,3	-3,5
Ocup. niv. baixo/médio-baixo	-	15,1	18,5	20,7	5,6
Ocup. niv. alto/médio-alto	-	14,4	19,1	33,5	19,1
Inativo	100,0	65,7	57,3	44,5	-21,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: PRAD

Com esses resultados contrastantes torna-se difícil chegar a uma síntese definitiva sobre o sentido geral da mobilidade social do conjunto dos migrantes ao longo do período. Talvez nem faça sentido fazê-la, dadas as circunstâncias específicas a que cada grupo de migrante esteve sujeito ou mesmo as limitações já apontadas sobre a seletividade da amostra de migrantes em análise. Além disso, o emprego de uma escala com mais níveis, ou que

incorporasse outras dimensões analíticas das ocupações como a rotatividade, turno de trabalho poderia indicar um quadro possivelmente diferente - e seguramente menos alentador.

Para maior parte dos inativos em 1980, residentes no estado em 1993, o ingresso no mercado de trabalho paulista se deu através de postos de maior qualificação profissional ou remuneração e menores riscos à desocupação. Para aqueles migrantes que estavam em 1980- ou vieram a ficar no período - em situação de desocupação, e ainda permaneciam no estado por ocasião da pesquisa- as possibilidades de inserção laboral foram menos virtuosas, já que além de se sujeitarem a riscos maiores de se manterem em situação de desocupação, as oportunidades de ingresso laboral se viabilizaram através de postos de trabalho de baixo *status* sócio-ocupacional. Para maior parte dos migrantes que conseguiu se manter ocupado em 1980 e em 1993, não houve mudança de *status* sócio-ocupacional (52%). Daqueles que se movimentaram pela escala de ocupações, uma parcela ligeiramente maior conseguiu alcançar posições mais elevadas que as anteriormente exercidas. Se se considerar, contudo, os riscos à desocupação que estes mesmos ocupados enfrentavam no final do período, o saldo final da mobilidade sócio-ocupacional observada acabou sendo devedor.

## CONCLUSÃO

A mobilidade ocupacional e social do migrante no mercado de trabalho paulista ao longo dos treze anos aqui analisados, de 1980 a 1993, esteve condicionada, em primeira instância- como era de se esperar- à dinâmica conjuntural do emprego e à natureza das transformações estruturais que têm se processado na base produtiva nacional e paulista no período. Afinal, a inserção de indivíduos ou grupos sociais no mercado de trabalho, suas trocas ocupacionais em direção a postos de maior ou menor *status* e remuneração, suas transições “de” e “para” inatividade e desocupação dependem da dinâmica conjuntural das atividades econômicas, do nível de oferta setorial de empregos, do grau de desenvolvimento da estrutura produtiva, das transformações estruturais da forma de organização da produção.

Estes macro-determinantes da mobilidade ocupacional e social rebatem-se de forma diferenciada entre os diversos segmentos sociais, facilitando a mobilidade daqueles que dispõem dos atributos então requeridos ou valorizados em nível macro, criando dificuldades para outros que não possuem as vantagens em nível micro. Longe de constituírem um grupo social homogêneo- e muito menos agora do que no passado- os migrantes estariam sujeitos, pois, a estes dois níveis de condicionantes macro e micro-sociais no que diz respeito a sua trajetória ocupacional no passado recente. Os atributos sócio-demográficos e sócio-ocupacionais expressos através da origem do migrante, o grau de desenvolvimento e complexidade da estrutura ocupacional das localidades de destino, o contexto conjuntural na partida e na chegada, o tempo de residência e de conhecimento das “regras do jogo” na localidade de destino constituem, neste sentido, fatores intervenientes que potencializam as facilidades ou dificuldades de inserção ocupacional, que moldam mais especificamente as estratégias individuais de mobilidade ocupacional e que conferem as possibilidades de mobilidade social do migrante frente aos determinantes e condicionantes mais gerais do processo.

Com relação a estes condicionantes mais gerais, vale lembrar que o período em análise caracterizou-se por fortes e seguidas oscilações conjunturais na economia brasileira, alternando curtos ciclos de prosperidade e de desaceleração da produção econômica, entremeados por momentos de instabilidade e incertezas. Configurou-se como um interregno de transição entre o contexto de pujante desenvolvimento econômico do pós-guerra até os anos 70, de constituição da sociedade urbano-industrial brasileira, da estruturação do mercado de trabalho em bases mais

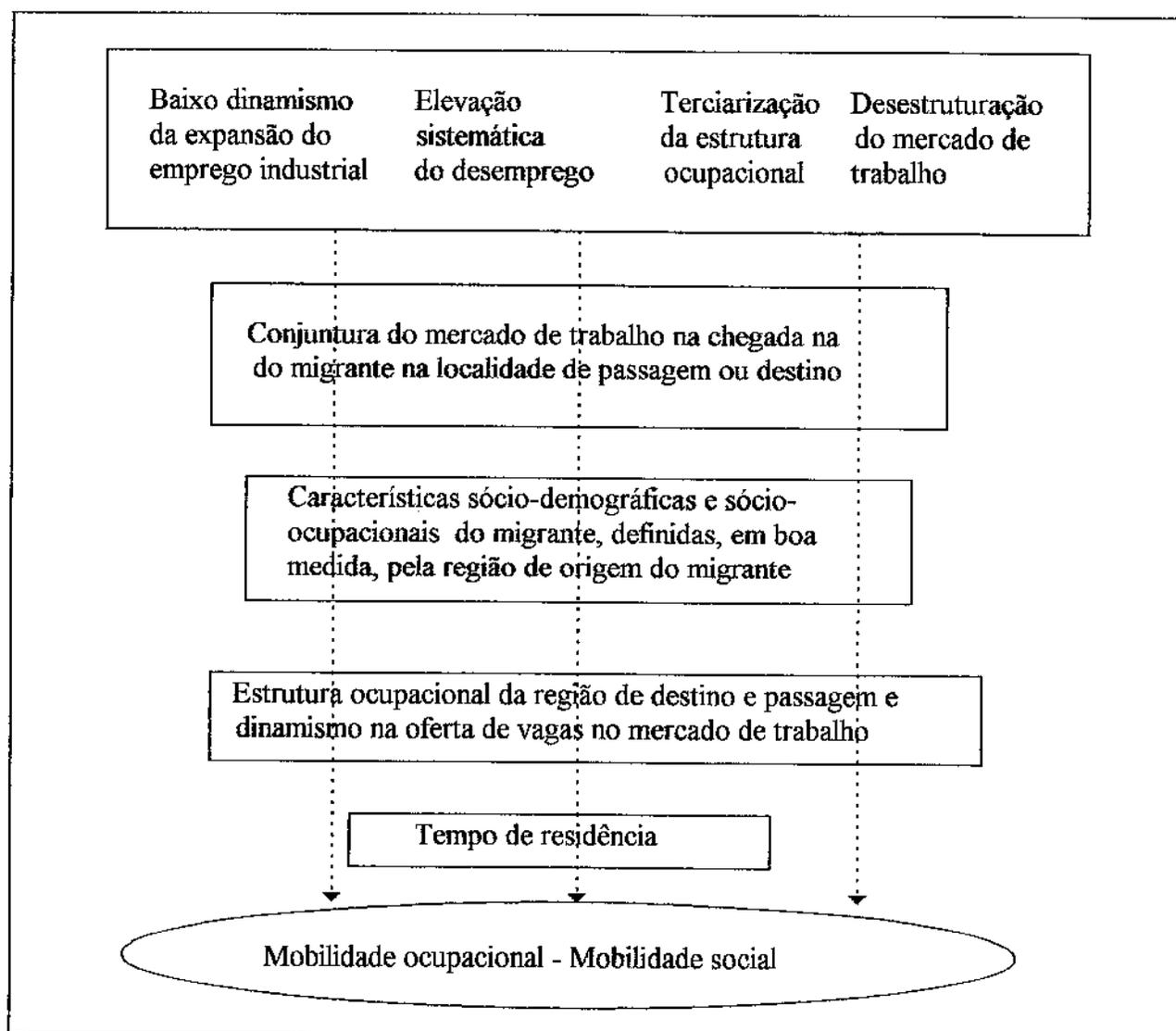
modernas (ainda que de forma incompleta e excludente) e o contexto atual da “Reestruturação Produtiva”, caracterizado por uma impressionante aceleração do progresso técnico e de novas formas de organização da produção, que tem se traduzido até o momento, em termos do mundo do trabalho, pelo aumento do desemprego estrutural e pela pressão para flexibilização das normas de regulação do trabalho.

Ao contrário do que se passara nos decênios anteriores, na “Década Perdida” não se presenciou a mesma performance na criação de postos de trabalho, sobretudo no setor formal, nos setores mais modernos e no mercado de trabalho paulistano. Com isso, reduziram-se em muito as possibilidades de mobilidade estrutural que caracterizou o período anterior, quando se incorporou contingentes numerosos de trabalhadores rurais e de baixa qualificação em ocupações urbanas, ainda que boa parte no setor informal, de baixa remuneração e submetido a formas de contratação precárias. Nos anos 80, sem que se lograsse estender o paradigma do emprego “fordista” para boa parte da mão de obra paulista e brasileira, tem início um processo de desestruturação do mercado de trabalho que, mais ao final da década, sobretudo na RMSP, revelaria-se na ampliação da parcela de trabalhadores por conta própria e empregados sem carteira, pelo rebaixamento dos níveis salariais, aumento da rotatividade, subcontratação de mão de obra. O nível de desemprego estrutural viria se elevar lentamente durante a década- sujeitos às variações conjunturais do período- passando a atingir ainda mais gravemente jovens e mulheres mas também se estendendo à força de trabalho primária (homens, chefes, adultos). Em um contexto menos dinâmico na criação de empregos, os requisitos de contratação passaram a ser mais seletivos criando dificuldades adicionais para indivíduos de baixa escolaridade e qualificação, ainda grande parte da mão de obra brasileira- migrante e não migrante. Ao longo do período, a Indústria perderia cada vez mais sua capacidade de absorção de mão de obra - assim como a Agropecuária - em detrimento da Prestação de Serviços e Comércio.

Neste contexto de mudanças estruturais e repleto de variações cíclicas e anti-cíclicas expressivas, os chefes migrantes viriam enfrentar dificuldades crescentes de se inserir ou de se manter empregado no mercado de trabalho paulista, especialmente aqueles que empreenderam mudança mais ao final da década e nos anos 90, aqueles menos qualificados ou de menor escolaridade, aqueles que partiram de uma situação mais vulnerável (em desocupação) ou de inserção laboral em setores tradicionais (Agropecuária, Serviços, Construção Civil), que se destinaram ou residiam na Região Metropolitana. As taxas de desocupação destes migrantes se

ampliaram de forma bastante significativa no período, assumindo patamares invariavelmente maiores nas etapas migratórias, por conta das dificuldades iniciais na chegada na localidade de destino. Com maior conhecimento do mercado de trabalho, das oportunidades oferecidas, do mercado de bens e serviços, da conquista de alguns atributos “credencialistas” na localidade de destino- como o tempo de residência- os riscos à desocupação diminuíam, assim como a inatividade por desalento. Migrantes mais jovens e mulheres, com participação crescente na mão de obra migrante, também estiveram mais propensos à condição de desocupado, como reflexo de tendências mais gerais observadas no mercado de trabalho.

Diagrama 1: Condicionantes estruturais e fatores intervenientes da mobilidade ocupacional e social dos migrantes no mercado de trabalho paulista : 1980 - 1993



Migrantes provenientes do Nordeste sujeitaram-se a taxas mais elevadas de desocupação, pelo fato de reunirem um conjunto de fatores de risco à essa situação, como atributos sócio-demográficos, ocupacionais e relacionados à trajetória espacial. Afinal eles eram, em média, mais jovens, com nível de escolaridade mais baixo, egressos de ocupações de baixa qualificação na Agropecuária e em outros setores tradicionais. Além disto, a ampla maioria dos migrantes nordestinos se dirigiu para a RMSP, onde as taxas de desocupação estiveram sempre maiores em todo o período. Com este “*portfólio pessoal*” iniciaram seu histórico ocupacional no mercado metropolitano nos postos de trabalho típicos de baixa qualificação, nos Serviços Domésticos, Prestação de Serviços, Construção Civil e na própria Indústria. Para aqueles que conseguiram “sobreviver” ao contexto adverso, abriram-se oportunidades de mobilidade ocupacional para outros setores, para ocupações de nível intermediário na escala sócio-ocupacional. Mesmo para aqueles que não ascenderam sócio-ocupacionalmente na escala - como um trabalhador rural que viesse a se tornar um servente de pedreiro na RMSP- a possibilidade da conquista de um emprego com carteira poderia ter um significado simbólico- e material- importante.

Com estes movimentos de trocas inter-setoriais, e também pela baixa posição sócio-ocupacional em que se inseriam em 1980, estes migrantes apresentaram as maiores cifras de mobilidade social ascendente nos treze anos. Para uma parcela significativa deles a migração representou uma oportunidade de galgar posições na escala social, de sair da condição de trabalhador rural e empregar-se (ou auto-empregar-se) em postos de maior *status* e não apenas em ocupações e sub-ocupações do baixo terciário ou da Construção Civil. A concretude desta mobilidade social- ainda que restrita para uma minoria de migrantes- talvez acabe se constituindo um fator motivacional para migração em direção a RMSP mesmo com os elevados riscos à desocupação. Afinal, o desenvolvimento econômico que algumas áreas e capitais nordestinas vêm passado nas últimas décadas, no bojo da desconcentração industrial de São Paulo, não deve estar gerando as condições de efetiva mobilidade estrutural ou mesmo para inserção precária no mercado de trabalho urbano no Nordeste. Ainda que as taxas de crescimento do emprego sejam elevadas em algumas localidades, a oferta quantitativa de postos de trabalho deve ser limitada para incorporação de contingentes mais numerosos de migrantes, expulsos do agreste e do sertão pela falta de emprego, renda ou qualquer tipo de serviço público ou social. Além disso, a especialização setorial das diversas regiões que vêm se despontando no cenário nacional limita o efeito sinérgico do desenvolvimento econômico na criação de novas e mais complexas ocupações.

Na RMSP, ao contrário, mesmo com os agravantes do desemprego elevado, do credencialismo crescente na contratação da mão de obra, o volume quantitativo de postos de trabalho oferecidos e a diversidade setorial da estrutura ocupacional podem representar chances melhores para inserção no mercado de trabalho e mobilidade social. Além disso, com toda a falta de dinamismo na criação de empregos na Indústria, a curto, médio e longo prazos a RMSP continuará oferecendo vagas no baixo terciário para aqueles que se dispuserem às condições de trabalho oferecidas. A existência das redes de relacionamento familiar e interpessoal - principal motivo declarado pelos nordestinos para a escolha da RMSP em sua migração<sup>1</sup> - minimiza os custos da empreitada e abre a possibilidade de “tentar a sorte” na metrópole. Talvez, para aqueles que podem contar com essa possibilidade, os riscos de migrar e ser mal sucedido compensem a certeza da imobilidade social na localidade de destino, imobilidade esta que não significa apenas falta de emprego ou perspectivas profissionais, mas falta de acesso a serviços e bens públicos básicos.

Migrantes intrametropolitanos (provenientes da RMSP em 1980)<sup>2</sup> não tiveram mesma “sorte”. Mais do que quaisquer outros estes migrantes viriam sentir os efeitos deletérios da crise e instabilidade da conjuntura e as tendências precarizantes do mercado de trabalho nos anos 90. Estiveram sujeitos a taxas de desocupação crescentes pela perda de postos de trabalho formais, na Indústria e nos Serviços Auxiliares. Entre estes migrantes aumentou a parcela de ocupados na Prestação de Serviços, na condição de Autônomos e Empregadores, possivelmente pelo redirecionamento profissional de ex-operários industriais, para os quais virar “micro-empresários” talvez fosse a única alternativa de inserção laboral que garantisse seu padrão de vida anterior. Em ciclo vital mais adiantado, buscaram através da migração custos mais baixos de moradia, oferta de infra-estrutura ou melhor qualidade de vida. Com todas as dificuldades do mercado de trabalho metropolitano, a percepção de que não haveria muitas alternativas de inserção ocupacional fora

---

<sup>1</sup> O fato de que os motivos relacionados a fatores de natureza familiar e relacionamento interpessoal tenham primazia sobre aqueles relacionados à busca por trabalho não quer dizer que estes últimos não tenham orientado a eleição da RMSP como região de destino da migração. Deve-se observar que os chefes foram questionados sobre quais os motivos que o levaram escolher tal ou qual localidade como destino migratório. As informações sobre motivos foram levantadas em quesitos abertos, depois codificadas e registradas como se fossem quesitos de múltipla escolha (até cinco). Para este trabalho só se lidou com o primeiro quesito codificado em função da maior frequência relativa de declaração. Seria interessante verificar como respostas com “Escolhi a RMSP por que tenho familiares lá, que podem me dar uma ajuda no começo, até eu conseguir um emprego” foram codificadas.

<sup>2</sup> Na realidade há certa imprecisão metodológica nesta identificação entre migrantes provenientes da RMSP e migrantes intrametropolitanos, já que pouco mais de 30% acabou se deslocando para outras localidades do estado (sem contar aqueles que saíram do estado no período).

dele, em quantidade e qualidade oferecidas talvez explique a proporção menor de migrantes que declarou migrar por motivo de trabalho. Deve-se considerar também que parte daqueles “expulsos” pelas dificuldades encontradas no mercado de trabalho acabaram nem sendo captados na pesquisa.

Migrantes provenientes do Interior e dos Estados Vizinhos conseguiram garantir uma inserção melhor e mobilidade ocupacional mais diversificada entre os setores de atividade, seja porque partiam com um perfil sócio-demográfico e sócio-ocupacional acima da média, seja porque deslocaram “para” ou “dentro” do Interior Próximo, região de forte dinamismo econômico-regional no estado no período considerado.

Se a origem dos migrantes lhes conferem, de partida, maiores vantagens ou desvantagens para inserir-se ou manter-se no mercado de trabalho, em função das características médias em termos de escolaridade, experiência ocupacional, a estrutura ocupacional na localidade de destino, assim como a dinâmica econômica regional definem o nível de oferta de empregos e a distribuição setorial dos postos disponíveis para a mão de obra migrante - e não migrante. Se é fato que nas localidades mais industrializadas os migrantes se sujeitaram a riscos mais elevados de desocupação, foram nelas onde se abriram oportunidades ocupacionais mais qualificadas, na Indústria, nos Serviços Sociais e nos Serviços Auxiliares, sobretudo no Interior Próximo. No bojo da expansão destas atividades, para as quais afluiu um contingente de migrantes mais escolarizados, também foram criadas oportunidades de emprego no baixo terciário, garantindo a incorporação - e alguma mobilidade- de migrantes de baixa qualificação nos Serviços Domésticos e Prestação de Serviços. Por outro lado, a dinâmica da Agro-indústria e Agropecuária em algumas áreas do Interior Periférico, bem como do Terciário e da Construção Civil no Litoral, permitiram integrar parcelas crescentes de migrantes provenientes da zona rural e de setores urbanos menos qualificados.

Tempo de residência, ou melhor, tempo de “sobrevivência” foi outro fator interveniente para mobilidade ocupacional e social dos migrantes em São Paulo. Como largamente apontado na literatura, o migrante “sobrevivente” tende a experimentar uma melhoria da sua inserção ocupacional com aumento do seu tempo de residência, aproximando-se da situação identificada para os não migrantes, seja ela analisada segundo a condição de atividade e de ocupação, o setor de atividade ou posição na ocupação. Comparativamente aos migrantes com curto período de residência, os migrantes mais antigos tendem a apresentar taxas de atividade e de ocupação mais

elevadas e maior participação na Indústria de Transformação, Serviços Sociais e Serviços Auxiliares em detrimento dos setores da Construção Civil, Prestação de Serviços, Serviços Domésticos e Agropecuária.

Um balanço abrangente da mobilidade social observada no conjunto dos migrantes, em que fossem considerados não apenas a mobilidade sócio-ocupacional dos ocupados no início e final do período, mas também as transições “de” e “para” a desocupação e inatividade aponta, na melhor das hipóteses, para um quadro de “imobilidade”, mas com saldo tendencialmente negativo. Para aqueles que conseguiram se manter ocupados no período, a maioria permaneceu no mesmo nível sócio-ocupacional. Dos móveis, uma parcela pouco maior teria conseguido ascender. Mas considerando o aumento do risco à desocupação, o balanço parece ser negativo mesmo para estes migrantes. Além disto, se fossem considerados os evadidos, aqueles que emigram do estado pelas dificuldades de inserção, o balanço da mobilidade seria ainda pior. Por outro lado, se fossem considerados na análise chefes com menos de 15 anos em 1980, pela posição social de partida mais baixa e pelo fato de serem, em grande parte, migrantes provenientes do Nordeste (certamente da zona rural) não há dúvidas de que as estatísticas de mobilidade ascendente aumentariam. A inclusão de todos os indivíduos migrantes- chefes e não chefes- poderia favorecer as cifras de mobilidade ascendente - talvez pela mobilidade das mulheres não chefes- mas também poderia significar aumento das taxas de desocupação (entre os jovens). Fosse usada uma outra escala, com número maior de níveis, mais sensível à perda de *status* das ocupações de média qualificação, ou que levasse em consideração outros aspectos menos conjunturais como a renda em sua construção, que procurasse refletir *status* sócio-ocupacional como um gradiente de “precariedade do posto de trabalho”, o balanço da mobilidade tenderia a ser, mais certamente, negativo. Fosse considerados os trabalhadores rurais em um estrato sócio-ocupacional à parte, o coeficiente de mobilidade ascendente seria maior. Mas, em meio a tantas questões de natureza metodológica e substantiva, parece muito claro que as possibilidades de mobilidade estrutural já não existem mais para o conjunto da população, migrante ou não. Migração não se traduz mais em mobilidade social para seu protagonista.

Os resultados empíricos aqui referidos corroboram, em boa medida, padrões de inserção ocupacional de migrantes descritos por outros autores em diferentes contextos no Brasil e América Latina. Origem, nível de desenvolvimento regional, tempo de residência continuam sendo fatores intervenientes na forma de inserção do migrante no mercado de trabalho e na sua

diferenciação em relação ao não migrante. Naturalmente que o migrante aqui referido não é o mesmo daquele estudado nos anos 60-70, muito menos as condições de mobilidade ocupacional ou as características do mercado de trabalho. O aumento dos fluxos migratórios de curta distância no estado, de natureza intraregional e intrametropolitano, introduziram novos traços de heterogeneidade na população migrante. Com perfil de escolaridade mais elevado, com nível de qualificação melhor, com maior experiência de trabalho no mercado urbano, com idade média mais adiantada, com motivações diversas para migração o migrante originário de regiões paulistas se coloca em condição muito diferenciada em relação aos migrantes de outros estados, especialmente daqueles provenientes do Nordeste, já que migrantes de estados limítrofes parecem também adquirir nova feição. Estes migrantes provenientes do próprio estado chegam a estar até mesmo em condições de igualdade em relação aos não migrantes em termos de sua inserção ocupacional ou posição social desfrutada. Tal fato sugere a necessidade de se introduzir tipologias baseadas em outras variáveis sócio-demográficas e não apenas em termos de atributos ligados a origem, destino ou número de deslocamentos. Aparentemente, para cada grande fluxo regional, há migrantes de todos os estratos sociais, sobretudo aqueles situados nas extremidades da pirâmide social.

A PRAD têm muito mais a oferecer em termos de entendimento da mobilidade ocupacional, da mobilidade social, da mobilidade espacial dos indivíduos. Explorar mais detalhadamente as motivações individuais para migração, os planos de mudança, outras questões de natureza subjetiva levantada na pesquisa, a trajetória espacial dos migrantes podem trazer elementos novos e originais para entender melhor o papel dos fatores micro-sociais, o grau de autonomia do indivíduo na decisão de migrar frente aos determinantes estruturais ligados à necessidade sistêmica de mão de obra, dos fatores de atração, dos fatores de expulsão.

A pesquisa em Migração -e sobre as outras duas dimensões demográficas - terá sempre muito a ganhar se não se perder de vista que *surveys* específicos continuam sendo necessários e imprescindíveis para se interpretar a realidade descrita pelas fontes de dados convencionais. Neste sentido, a PRAD parece ter se constituído em uma experiência muito positiva, cuja replicação deveria ser buscada em algum momento nos próximos anos.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBERTS, J. **Migración hacia áreas metropolitanas de América Latina: un estudio comparativo.** Santiago: CELADE, 1977.
- ANDRADE, F.C.D. e RODRIGUES, R. N. Mobilidade social na região metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, X, out/1996, Caxambu. **Anais ...** Belo Horizonte: ABEP, 1996. v.1 , p.407-436.
- ALLISON, P.D. **Event history analysis.** Beverly Hills: Sage, 1984.
- ALIAGA, A. & VERMA, V. **An analysis of sampling errors in the DHS.** s/l: s/d. (Mimeo).
- ANTICO, C. **Deslocamentos populacionais no Vale do Paraíba: crescimento e expansão urbana na região de São José dos Campos.** Campinas, 1997a. (Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada ao IFCH/UNICAMP).
- \_\_\_\_\_. Por quê migrar ? In: PATARRA, N. *et al.* (orgs). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: 1980-1993.** Campinas: Ed.IE/UNICAMP-FAPESP, 1997b, p.97-114.
- ARANHA, V. Migração na metrópole paulista: uma avaliação segundo a PED e PCV. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, X, out/1996, Caxambu. **Anais ...** Belo Horizonte: ABEP, 1996. v.2, p.705-724.
- ÁRIAS, A. R. Revisando a PNAD : força de trabalho à luz dos resultados divulgados na década dos 80. In: SAWYER, D.O.(org) **PNADS em foco.** S/l: ABEP, 1988, p.65-88.
- \_\_\_\_\_. Comentário ao trabalho "A conceituação e a enumeração da população economicamente ativa" de Paulo Paiva. In: PAIVA, P. (org) **Censos, consensos e contrasensos.** Ouro Preto: ABEP, 1984, p.67-72.
- \_\_\_\_\_. **A evolução recente da renda domiciliar per capita nas 6 maiores regiões metropolitanas e seus efeitos sobre a extrema pobreza.** Brasília: IPEA, 1996. (Mimeo).
- BAENINGER, R. Movimentos migratórios no contexto paulista: tendências da década de 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, X, out/1996, Caxambu. **Anais ...** Belo Horizonte: ABEP, 1996. v.2, p.675-704.
- BALTAR, P.E.A; DEDECCA, C.S & HENRIQUE, W. Mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, C.E.B & MATTOSO, J.E.L. (org) **Crise e trabalho no Brasil.** São Paulo: Scritta, 1997, p.87-108.
- BARROS SILVA, P.L. & MÉDICI, A. **A administração flexível: uma introdução às novas filosofias de gestão.** Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 1992. (Relatório Técnico)
- BARROS, R.P.; MACHADO, A.F. & MENDONÇA, R.S.P. **A desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero.** Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão n. 453).
- BECUE, M. **Diseño de cuestionários.** Concepcion: Universidad de Concepcion/Universite Libre de Bruxelles, 1997. (Cuarto ciclo de capacitación de docentes - Programa PRESTA.)

- BELTRÃO, K. & HENRIQUES, M.H. T. Modelagem da migração líquida rural-urbana no Brasil: décadas de 1960/1970 e 1970/1980. **Previdência em Dados**, Rio de Janeiro, 2 (3): 23-36, 1987.
- BERCOVICH, A., MADEIRA, F. & TORRES, H. Descontinuidades demográficas. In: SEADE. **20 anos no ano 2000**. São Paulo, 1998. p.2-12.
- BIANCHI, A. M. **Mobilidade, estratégia de sobrevivência**. São Paulo: FIPE, 1983.
- BILAC, E.D. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1991, p.70-94.
- \_\_\_\_\_. Arranjos domésticos e condição migratória. In: PATARRA, N. *et al. (orgs)*. **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: 1980-1993**. Campinas: Ed.IE/UNICAMP-FAPESP, 1997, p.177-260.
- BILSBORROW, R.E. (org) **Migration, urbanization and development: new directions and issues**. New York: UNFPA/Kluwer, 1996.
- BÓGUS, L. M. & BAENINGER, R. Redesenhando o espaço no interior paulista: desconcentração e expansão urbana. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 9 (3): 62-70, 1995.
- BRAGLIA, M.A.G., CARVALHO, S.N. & SCANDAR NETO, W.J. **Trabalho, desemprego e inatividade: difíceis caminhos para o acesso aos bens sociais**. Caxambu, 1995. (Comunicação apresentada no 19. Encontro Anual da ANPOCS) .
- BRUSCHINI, C. & LOMBARDI, M.R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, X, out/1996, Caxambu. **Anais ...** Belo Horizonte: ABEP, 1996. v.1,p.483-516.
- BUSSAB, W. O. & HO, L.L. **Características regionais de saúde no Estado de São Paulo: análise estatística dos dados**. São Paulo: FUNDAP, 1983.
- CACCIAMALI, M.C. Mudanças estruturais e o ajustamento do mercado de trabalho no Brasil na década de oitenta. **Estudos Econômicos**, São Paulo, n.22: 133-150, 1992.
- CAIADO, A. S.C. Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 9(3): 46-53, 1995.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento regional: novos requisitos para a localização industrial em São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 10(2):54-59, 1996.
- CAMARANO, A. A. História de nascimentos: vantagens e desvantagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, VIII, out/1992, Brasília. **Anais ...** São Paulo: ABEP, 1992. v.1,p.119-136.
- CANO, W. & PACHECO, C.A. Trajetórias econômicas e demográficas para a década de 90. In: SEADE. **São Paulo no limiar do século XXI**. São Paulo, 1992. v.1, p.217-298.
- CARVALHO, J.A.M. Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, 2(1): 31-73, 1985.
- \_\_\_\_\_. & MACHADO, C.C. Quesitos sobre migração no Censo Demográfico de 1991. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, 9(1): 22-34, 1992.

- CARVALHO, S. N. **Arranjos familiares e ciclos de vida das famílias metropolitanas de São Paulo entre 1985 e 1993**. São Paulo: SEADE, 1995. (Suplemento especial do Boletim da Pesquisa de Emprego e Desemprego 118).
- CASTRO, M. G. *et al.* . O processo de inserção do migrante na sociedade urbano industrial. In: MOURA, Hélio (coord.) **Migração interna: textos selecionados** . Fortaleza: BNB-ETENE, 1980, p.871-906.
- CEPAL. **Transformación ocupacional y crisis social en America Latina**. Santiago, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Magnitud de la pobreza en America Latina en los años ochenta**. Santiago, 1991
- \_\_\_\_\_. **América Latina y el Caribe: dinamica de la poblacion y desarrollo**. Santiago, 1992.
- CIOFFI, S. **Famílias metropolitanas: arranjos familiares e condições de vida**. São Paulo: SEADE, 1998.
- CHAHAD, J.P. Z. **Oferta de trabalho e estrutura ocupacional**. São Paulo: FIPE, 1981.
- COSTA, L. B. **População e Trabalho. Informe Demográfico**, São Paulo, n.28, p.1-150, 1994.
- \_\_\_\_\_. Absorção diferencial da mulher no mercado de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, X, out/1996, Caxambu. **Anais ... Belo Horizonte: ABEP, 1996.v.1,p.559-565**.
- COSTA, M. A. **Urbanização e Migração urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Mobilidade urbana e rural entre classes de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1989. (Texto para discussão interna 180).
- CUNHA, J.M.P **Migrações internas no Brasil: fatos, tendências e desafios metodológicos**. Campinas: NEPO, 1994. (Mimeo).
- \_\_\_\_\_. **O uso da informação do Censo de 1980 sobre migração: até onde avançamos**.Campinas: NEPO, 1995. (Mimeo).
- \_\_\_\_\_. A mobilidade intra-regional no contexto das mudanças no padrão migratório nacional: o caso da região metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, X, out/1996, Caxambu. **Anais ... Belo Horizonte: ABEP, 1996a. v.2 , p.789-811**.
- \_\_\_\_\_. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Campinas, 1996b. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao IFCH/UNICAMP).
- CURI, P.R **Agrupamento de países segundo indicadores de padrão de vida**. **Revista de Saúde Pública**, 27(2): 127-134, 1993.
- DAVANZO, J. **Tecniques for analysis of migration-history data**. Santa Monica: RAND, 1982.
- DE PABÓN, S. **Migración y empleo en la ciudad de Santa Cruz, Bolívia**. In PREALC/OIT. **Movilidad ocupacional y mercado de trabajo**. Santiago, 1983,p.35-56.
- DESROSIÈRES, A. & THÉVENOT, L. **Les catégories socioprofessionnelles**. Paris: La Decouverte, 1996.

- DIAS, A.J.R & ALBIERI, S. Uso de imputação em pesquisas domiciliares. . In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, VIII, out/1992, Brasília. **Anais ...** São Paulo: ABEP, 1992. v.1, p.11-26.
- DIEESE. **O desemprego e as políticas de emprego e renda.** São Paulo, 1994.
- ECO, U. **Como se faz uma tese.** São Paulo: Perspectiva, 1996.
- ELIZAGA, J. **Dinamica y economia de la poblacion.** Santiago: CELADE, 1979.
- \_\_\_\_\_. & MACISCO Jr., J.J. **Migraciones internas: teoria, metodo y factores sociologicos.** Santiago: CELADE, 1975.
- FARIA, V. Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações. In BACHA, E. & KLEIN, H.(orgs) **A transição incompleta.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. v.1, p.75-112.
- FAROOQ, G. M. **Population and employment in developing countries.** Geneva : ILO, 1985.
- FERREIRA, S.P. Emprego e terciário: as transformações na estrutura ocupacional da Grande São Paulo. In: SEADE. **São Paulo no limiar do século XXI .** São Paulo, 1992. n.4, p. 121-135.
- FERREIRA, C.E. & ORTIZ, L.P. As dimensões da mortalidade infantil em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, 4 (1): 105-137, 1987.
- FINE, J. **Metodologia de la encuesta.** Concepcion: Universidad de Concepcion/Universite Libre de Bruxelles, 1997. (Cuarto ciclo de capacitación de docentes - Programa PRESTA.)
- GOLDANI, A.M. A informação de família no Censo Demográfico. In: PAIVA, P.(org) **Censos, consensos e contrasensos.** Ouro Preto: ABEP, 1984, p.235-261.
- \_\_\_\_\_. Estrutura familiar e transição demográfica: o caso do Brasil. **Informe Demográfico**, n.17, 1985, p.141-189.
- GOLDANI ALTMANN, A.M. & FERREIRA, C.E. Evolução do Censo Demográfico e Registro Civil como fonte de dados para análise da fecundidade e mortalidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, 40(160):399-453, 1979.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *et al.* O rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 10 (2): 60-72, 1996.
- GUIMARÃES NETO, L. Dinâmica recente das economias regionais brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 9 (3): 24-37, 1995.
- HAKKERT, R. **Fontes de dados demográficos.** Belo Horizonte: ABEP, 1996.
- HAVENS, A.E., ROGERS, E.M. & LIPMAN, A. **Medición en sociología: conceptos y métodos.** Bogotá: Universidade Nacional de Colômbia, 1965.
- HOUT, M. **Mobility tables.** Beverly Hills: Sage, 1983.
- IBGE. **Áreas de atração e evasão populacional no Brasil no período 1960-1970.** Rio de Janeiro, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Metodologia das PNADs da década de 70.** Rio de Janeiro, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Metodologia do Censo Demográfico de 1980.** Rio de Janeiro, 1983.

- JANNUZZI, P. M. As determinações econômico-estruturais da redistribuição espacial da população no interior paulista nos anos 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, IX, out/1994, Brasília. **Anais ...** Belo Horizonte: ABEP, 1994. v.2, p.465-482.
- \_\_\_\_\_. Dinâmica migratória recente no interior paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 10(2):92-101, 1996.
- \_\_\_\_\_. Projeções Populacionais para Campinas e Região: Parte III - Projeções de população estudante por nível de ensino. **Cadernos da FACECA**, Campinas, 6 (1): 80-91, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Inserção ocupacional e mobilidade social dos migrantes no estado de São Paulo entre 1980 e 1993**. Campinas, 1998a. ( Texto apresentado para qualificação do projeto de pesquisa no Doutorado em Demografia).
- \_\_\_\_\_. Interpretação e modelagem de perfis etários de migração: uma contribuição a partir de taxas migratórias específicas por motivos e específicas por tipo de acompanhantes. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO. Curitiba, nov/1997. **Anais ...**, Curitiba, ABEP/IPARDES, 1998b, p.229-272.
- JORGE, A.F. *et al.* Categorias sócio-ocupacionais: uma perspectiva para análise da força de trabalho e da distribuição de rendimentos no Brasil. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, IV, out/1984, **Anais ...** São Paulo: ABEP, 1984, v.1, p.77-110.
- KAGEYAMA, A. & LEONE, E.T. Regionalização da agricultura segundo indicadores sociais. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, 51(196):5-22: 1990.
- KIDDER, L.H. **Métodos de pesquisa nas relações sociais - Selltitz, Wrightsman e Cook**. São Paulo: EPU, 1987.
- KON, A. Perfil ocupacional dos assalariados paulistas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 8(4): 101-108, 1994.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e gênero no Brasil: aspectos estruturais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, IV, São Paulo, mai/1995. **Anais...** São Paulo: ABET, 1995, p.1424-1440.
- LATTES, A.E. (org) **Migración y desarrollo** . Buenos Aires: CLACSO, 1982. (Informe de investigación - serie poblacion).
- LERNER, S. (org) **Migración y desarrollo**. Buenos Aires: CLACSO, 1972. (Informe de investigación - serie poblacion).
- LEONE, E.T. Trabalho da mulher e renda familiar na RMSP. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, X, out/1996, **Anais ...** Caxambu: ABEP, 1996. v.1, p.535-546.
- LUCAS, L.C.S. Análise de grupamento. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, 43(172):589-723, 1982.
- MACHADO, A. F. & ANDRADE, M.V. Setor informal: porta de entrada para o migrante? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, IV, São Paulo, mai/1995. **Anais...** São Paulo: ABET, 1995, p.627-642.
- MADEIRA, F.R. & TORRES, H.G. População e reestruturação produtiva: novos elementos para projeções demográficas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 10(2):3-8, 1996.

- MARTINE, G. (ed). Migrações internas. In: SIMPÓSIO SOBRE O PROGRESSO DA PESQUISA DEMOGRÁFICA NO BRASIL, Rio de Janeiro, 1976. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Ford, 1977.
- \_\_\_\_\_. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes. In: MOURA, H. (coord.) **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB-ETENE, 1980a, p.949-974.
- \_\_\_\_\_. **A migração repetida e a busca de sobrevivência: alguns padrões brasileiros**. Grupo de Trabalho sobre Migrações, CLACSO, Buenos Aires, 1980b.
- \_\_\_\_\_. Movilidad espacial y ocupacional en Brasil: aspectos sustantivos y metodologicos. In: PREALC/OIT. **Movilidad ocupacional y mercado de trabajo**. Santiago: 1983, p.9-34.
- \_\_\_\_\_. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Brasília: IPEA, 1994. (Texto para discussão n. 329).
- \_\_\_\_\_. & PELIANO, J.C. **Migrantes no mercado de trabalho metropolitano**. Rio de Janeiro: IPEA, 1978. (Série Estudos para o Planejamento n.19).
- \_\_\_\_\_.; NEIVA, I.C. & MACEDO, M. Migração, crise e outras agruras. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, V, out/1986, **Anais ... Águas de São Pedro**: ABEP, 1986, v.3, p. 1449-1476.
- \_\_\_\_\_. & NEUPERT, R. A produção da ABEP na área de migrações internas. In: BERQUÓ, E. **ABEP - A primeira década: avanços, lacunas e perspectivas**. Belo Horizonte: ABEP, 1988, p.45-68.
- \_\_\_\_\_. *et al.* A PNAD: notas para uma avaliação. In: SAWYER, D.O.(org) **PNADS em foco**. S/l: ABEP, 1988, p.281-305.
- MATA, M. *et al.* **Migrações internas no Brasil: aspectos econômicos e demográficos**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.
- MATOS, R.E.S. **Distribuição espacial da população de Minas Gerais e tendências de desconcentração nas áreas de influência de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1994. (Tese de Doutorado em Demografia no CEDEPLAR/FACE/UFMG).
- MATTOS, F.A.M. Crescimento econômico e distribuição de renda no Brasil (com ênfase no Plano Real). **Cadernos da FEA**, Bragança Pta., II (7), 1997.
- \_\_\_\_\_. & CARDOSO JR., J.C. **A questão distributiva no Plano Real**. Campinas, 1998 (Mimeo).
- MATTOSO, J.E.L. & POCHMANN, M. Globalização, concorrência e trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, IV, São Paulo, mai/1995. **Anais...** São Paulo: ABET, 1995, p.1565-1588.
- \_\_\_\_\_. & BALTAR, P.E.A. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Cadernos do Cesit**, Campinas, n.21, 1996.
- MÉDICI, A. C. **Urbanização e estrutura ocupacional: alternativas metodológicas para uma investigação**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1989 ( Texto para discussão IEI/UFRJ n.202).
- \_\_\_\_\_. **Sem régua nem compasso**. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 1991 (Relatório Técnico).

- MERLLIÉ, D. & PRÉVOT, J. *La mobilité sociale*. Paris: La Découverte, 1997.
- MERRICK, T.W. & GRAHAM, D. *População e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MILLER, R. *Handbook of research design and social measurement*. New York: Longman, 1977.
- MONTAGNER, P. & BRANDÃO, S.M.C. Mercado de trabalho e migração na Grande São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 10(2):42-53, 1996.
- MONTALI, L. Família e trabalho na Grande São Paulo: notas sobre os arranjos familiares na crise do início dos anos 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, VII, out/1990, *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1990. v.2, p.209-230.
- \_\_\_\_\_. Família, trabalho e migração. In: PATARRA, Neide *et al.* (orgs) **Migração, Condições de vida e Dinâmica Urbana: 1980-1993**. Campinas: Ed. IE/UNICAMP-FAPESP, 1997, p.261-318.
- MOURA, H. (coord.) **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB-ETENE, 1980.
- MUÑOZ, H. (coord) **Migración y desarrollo**. Cid. Mexico : CLACSO, 1980. (Informe de investigación - serie población).
- N. UNIDAS. **Métodos de medición de la migración interna: manual VI**. Nueva York, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Factores determinantes y consecuencias de las tendencias demográficas**. New York, 1978.
- NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas, 1994. (Tese de Doutorado em Economia apresentada ao IE/UNICAMP).
- NUNES FERREIRA, J.M. & RODRIGUES, M. A absorção dos migrantes pelo mercado de trabalho da Grande São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, V, out/1990, *Anais...* Águas de São Pedro: ABEP, 1986, v.2, p. 725-761.
- OLIVEIRA, M.C.F.A. e BERQUÓ, E. A família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1990.
- PACHECO, C.A. **A questão regional brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional**. Campinas, 1996. (Tese de Doutorado em Economia apresentada ao IE/UNICAMP).
- \_\_\_\_\_. & DEDECCA, C.S. Emprego e crise: as transformações na estrutura do emprego de São Paulo na década de 80. In: SEADE. **São Paulo no limiar do século XXI**. São Paulo, 1992, n.4, p.93-120.
- \_\_\_\_\_. & PATARRA, N. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In PATARRA, N. *et al.* **Migração, Condições de Vida e Dinâmica urbana: 1980-1993**. Ed.IE/UNICAMP-FAPESP, 1997, p.25-54.
- \_\_\_\_\_. *et al.* **Estudos da dinâmica demográfica regional recente**. Campinas, NESUR/NEPO, 1997 (Relatório do Projeto "Tendências da urbanização e do crescimento populacional brasileiro: população em idade escolar: 1991-2000").

- PACHECO, C.A. & POCHMANN, M. **Expansão urbana e mercado de trabalho no Estado de São Paulo: um perfil econômico das principais regiões administrativas nos anos noventa**. Campinas, 1997 (Mimeo),
- PADUA, J. **Técnicas de investigación aplicadas a las ciencias sociales**. México D.F.: Fondo de Cultura/Colegio del Mexico, 1987.
- PAES, N.A. **Completeness of deaths registration for Brazil and Regions**. SIMPÓSIO NACIONAL DE PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA, 11. Belo Horizonte: ABE, 1994.
- PAIVA, P. Cinquenta anos de crescimento populacional e absorção de mão-de-obra no Brasil: de 1950 a 2000. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, 3(1):63-88, 1986.
- PASTORE, J. **Profissionais especializados do mercado de trabalho**. São Paulo: FIPE/USP, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1979.
- \_\_\_\_\_. Desigualdade e mobilidade social: dez anos depois. In: BACHA, E. & KLEIN, H. **A transição incompleta**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p.31-59.
- \_\_\_\_\_. & CASTRO, M.C. Cambios ocupacionales, movilidad y desigualdad social en Brasil. In: PREALC/OIT. **Movilidad ocupacional y mercado de trabajo**. Santiago, 1983, p.93-126.
- \_\_\_\_\_. & HALLER, A. O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil? In: ALBUQUERQUE, R. & VELLOSO, J.P.R. (orgs) **Pobreza e mobilidade social**. São Paulo: Nobel, 1993, p.25-52.
- PATARRA, N. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In: FAUSTO, B. (org) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1978, III (4), p. 249-268.
- PATARRA, N. Projeções demográficas: velhos desafios, novas fronteiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 10(2):12-17, 1996.
- \_\_\_\_\_. Apresentação. In: PATARRA, N. *et al.* (orgs) **Migração, Condições de Vida e Dinâmica urbana: 1980-1993**. Ed.IE/UNICAMP-FAPESP, 1997, p. 11-22.
- \_\_\_\_\_. & CUNHA, J.M.P. Migração: um tema complexo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 1(2):32-35, 1987.
- \_\_\_\_\_.; BÓGUS, L. & BAENINGER, R. Migração, emprego e projeções populacionais: A Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar. Campinas, **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, 13(1):79-85, 1996.
- \_\_\_\_\_. *et al.* (org) **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: 1980-1993** Campinas: Ed.IE/UNICAMP-FAPESP, 1997.
- PELIANO, J.C. **Distribuição de renda e mobilidade social no Brasil: a ordem e o progresso desiguais**. Campinas, 1992. (Tese de Doutorado em Economia apresentado ao IE/UNICAMP).
- PERILLO, S.R. O que muda na dinâmica migratória do Estado de São Paulo nos anos oitenta? . In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, VIII, out/1992, **Anais...** Brasília: ABEP, 1992, v.3, p.255-270.

- PREALC/OIT. **Movilidad ocupacional y mercado de trabajo**. Santiago, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Notas sobre la segmentacion de los mercados laborales urbanos**. Santiago, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Urbanizacion y sector informal en America Latina, 1960-1980**. Santiago, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Empleo y equidad: el desafio de los 90**. Santiago, 1991.
- QUADROS, W.J. A reestruturação das empresas e o emprego da classe média. In: OLIVEIRA, C.E.B & MATTOSO, J.E.L. **Crise e Trabalho no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1997, p.171-188.
- RACZYNSKI, D. Migración y mercados de trabajos urbanos: el caso de Chile. In: PREALC/OIT, **Movilidad ocupacional y mercado de trabajo**. Santiago, 1983, p.57-91.
- RIBEIRO, J. T.L. Distribuição por idade e sexo dos migrantes de retorno para o Nordeste brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO. Curitiba, nov/1997. **Anais ...**, Curitiba, ABEP/IPARDES, 1998, p. 349-366.
- RIOS-NETO, E.L.G. O impacto das crianças sobre a participação feminina na PEA: o caso das mulheres casadas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, X, out/1996, Caxambu. **Anais ...** Belo Horizonte: ABEP, 1996. v.1, p.517-534.
- RODRIGUES, M. & NUNES FERREIRA, J.M. Migração e mercado de trabalho na Grande São Paulo em 1987. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, VI, out/1988, **Anais...** Olinda: ABEP, 1988, v.2, p. 571-621.
- ROGERS, A. . The migration component in subnational population projections. In: N. UNIDAS. **National Migration Surveys: guidelines for analyses**. New York, 1982, p.216-255.
- ROUAULT-GALDO, D. Les écarts d'estimation de la population active française au recensement et à l'enquête annuelle sur l'emploi: d'où viennent les divergences? **Population**, Paris, 48(6):1683-1704, 1993.
- ROSANDISKI, E.N. & WATANABE, M.I. Um mercado sempre mais concorrido. In: SEADE. **20 anos no ano 2000**. São Paulo, 1998. p.196-206.
- RUAS, C. Avaliação da precisão das estimativas de migração no Censo Demográfico de 1991. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO. Curitiba, nov/1997. **Anais ...**, Curitiba, ABEP/IPARDES, 1998. p. 281-290.
- SABÓIA, J. Mercado de trabalho no Brasil - evolução e tendências recentes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, IV, São Paulo, mai/1995. **Anais...** São Paulo: ABET, 1995. p.1123-1148.
- SALIM, C.. Migração: o fato e a controvérsia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, VIII, out/1988, **Anais....** Brasília: ABEP, 1992, v.3. p.119-143.
- SALM, C. Tendências do mercado de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, IV, São Paulo, mai/1995. **Anais...** São Paulo: ABET, 1995. p.1337-1360.
- SEADE. **Regiões homogêneas: um estudo dos perfis ocupacionais do interior**. São Paulo, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa de condições de vida: abordagem multi-setorial**. São Paulo, 1992a.

- SEADE. **Pesquisa de condições de vida: mercado de Trabalho**. São Paulo, 1992b.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa de condições de vida: primeiros resultados para a RMSP**. São Paulo, 1995.
- SIMMONS, A.B. **Explaining migration: theory at the crossroads**. Louvain: Univesité Catholic .Louvain, 1987. (Mimeo)
- SOM, R.K. **A Manual of Sampling Techniques**. Heinemann: London, 1973.
- SOUZA, A.M. & VALLE SILVA, N. Mobilidade intersetorial e homogeneidade do setor informal: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Economia** , Rio de Janeiro, 38(4): 327-356, 1984.
- STANDING,G. Population mobility and the labour process. N. UNIDAS, **Population distribution , migration and development**. Tunisia, 1983, p.247-261.
- TEIXEIRA, A. Vinte anos de política econômica: evolução e desempenho da economia brasileira de 1970 a 1989. In: SEADE. **São Paulo no limiar do século XXI** . São Paulo, 1992. n.1. p.85-122.
- TROYANO, A.A. Precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo, 1989-1992. In: FIGUEIREDO, J.B. **Las instituciones laborales frente a los cambios en America Latina**. Genebra: OIT, 1996, p. 187-218.
- VALLE SILVA, N. **Posição social das ocupações**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978 (Mimeo).
- \_\_\_\_\_. **As duas faces da mobilidade**. **Dados**, Rio de Janeiro, n.21,p.49-67, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Independência, quase independência e mobilidade social no Brasil**. Rio de Janeiro: LNCC, 1981 (Relatório de pesquisa e desenvolvimento ).
- \_\_\_\_\_. & RODITI, D. Et plus ça change... tendências históricas da fluidez social no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, 29(3):345-363, 1986.
- VARSANO, R. A evolução do Sistema Tributário Brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas". **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, 27(1): 1-40, 1997.
- VERMA, V. **The estimation and presentation of sampling errors**. Voorburg: ISI, 1982.
- WAJMANN, S. & RIOS NETO, E.L.G. **Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina**. SEMINÁRIO MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E DESAFIOS. Campinas: ABEP/GT População e Gênero, 1998 (Mimeo).
- WALDVOGEL,B. et al Nascimentos no Estado de São Paulo: situação do sub-registro nos anos 80 e diferenças regionais. **Informe Demográfico**, São Paulo, 25:145-198,1994.
- WEISS, P. **La mobilité sociale**. Paris: PUF, 1986.
- WOOD,C. & CARVALHO, J.A.M. **A demografia da desigualdade**. Brasília: IPEA, 1994.